



CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADOR
Marco José Duarte Martins

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
Jorge Luís Ferreira Catarino

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

António Dias de Oliveira
- Em regime de substituição no período compreendido entre 04 de Abril
a 07 de Novembro de 2016, em virtude da suspensão do mandato da
Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos, por motivos profissionais.

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADORA
Ana Virgínia da Costa Pereira

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro



INTRODUÇÃO.....	11
ANÁLISE ORÇAMENTAL	17
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	19
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	21
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	23
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	29
Evolução dos Fluxos Monetários	29
Poupança Corrente.....	30
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	32
Fontes de Financiamento do Investimento	32
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	34
Fluxos de Caixa	35
Contas de Ordem.....	38
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	41
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	43
RECEITAS PRÓPRIAS.....	44
Impostos Diretos	46
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades	48
Venda de bens e Prestações de serviços Correntes.....	50
RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS	52
TRANSFERÊNCIAS.....	54
Fundos Municipais	58
Resumo das Transferências de Contratos Programa e Projetos Cofinanciados	60
PASSIVOS FINANCEIROS	66
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	67
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	69
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	72
Despesas com Pessoal.....	74
Limitações às despesas com pessoal	78
Estrutura Orgânica.....	79
Aquisição de Serviços a Particulares.....	80
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.....	81
Aquisição de Bens	82
Aquisição de Serviços por Económica	83
Aquisição de Serviços por Orgânica.....	85

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86
INVESTIMENTO GLOBAL	89
Investimento Direto	91
Transferências de Capital.....	104
Ativos Financeiros.....	106
GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	107
Funções Gerais.....	111
Funções Sociais.....	113
Funções Económicas	117
Outras Funções.....	119
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	121
ENQUADRAMENTO	123
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU	124
DÍVIDA TOTAL	124
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	127
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	130
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA	134
DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	136
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU.....	139
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL	140
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS	141
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL.....	144
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	151
BALANÇO.....	155
ATIVO.....	158
Imobilizado	158
Circulante	162
Acréscimos e Diferimentos Ativos	164
PASSIVO	165
Dívidas a Terceiros	166
Acréscimos e Diferimentos Passivos	168
FUNDOS PRÓPRIOS.....	169
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	171
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	181
INDICADORES DE GESTÃO.....	185

INDICADORES ORÇAMENTAIS	187
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS	191
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	193
INTRODUÇÃO	195
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	195
8.1.1. Identificação	195
8.1.2. Legislação	196
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva	196
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades	196
8.1.5. Recursos Humanos	196
8.1.6. Organização Contabilística	197
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	199
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	201
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	201
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	201
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	201
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	202
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões	202
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	202
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	203
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	203
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	203
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	204
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	205
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.	205
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	206
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	208
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	209
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	210

Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	211
Nota 8.2.33 – Outra Informação Relevante.....	212
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	213
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	215
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	215
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	215
Nota 8.3.6 – Endividamento	215
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	217



maia

CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

“A obrigação de Prestar Contas como garantia da transparência e do bom uso que se deve dar aos recursos públicos, condição essencial de um verdadeiro Estado de Direito “

Como nota preambular refere-se que o Tribunal de Contas, em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao Município da Maia através do ofício n.º 21714/16, de 04 de agosto de 2016, formulou uma recomendação no âmbito da contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, de cuja observância derivaram significativas alterações ao nível do endividamento autárquico.

Desde já, note-se, estamos perante uma dilação temporal na ordem dos 10 anos!

Particularizando, por força da dita recomendação viu-se o município obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la, a partir do exercício económico de 2016, como se de um contrato de mútuo se tratasse, pese embora a sua natureza não orçamental, uma vez que o Município da Maia apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, circunstância esta nunca verificada até à presente data, dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Todavia, independentemente do diferendo interpretativo, o Município da Maia acolheu a recomendação do Tribunal de Contas, passando a contabilizar a operação em apreço como se de um empréstimo de médio e longo prazo se tratasse, fazendo-a relevar para efeitos de cumprimento do limite da dívida, apesar de não se tratar de uma dívida de natureza orçamental, requisito essencial para que a mesma releve para o apuramento do endividamento municipal face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Recorde-se que até então o efeito contabilístico da operação em causa se encontrava refletido no passivo do balanço do município numa conta de proveitos diferidos - conta 27.4.2 – Antecipação de Rendas.

Destaca-se, com particular relevância, que no âmbito do controlo ao endividamento autárquico foram realizadas pela Inspeção Geral de Finanças diversas auditorias ao Município da Maia, designadamente aos exercícios de 2001 a 2004, de 2003 a 2006 e de 2005 a 2009, sem nunca ter sido questionado o registo contabilístico desta operação de cessão de créditos das rendas de habitação social.

O que comprova que estamos perante uma questão controversa, motivo que justificou um pedido de esclarecimentos a entidades tutelares sobre a forma de contabilização proposta, designadamente ao Tribunal de Contas, pese embora o seu entendimento ter permanecido inalterado, tal como evidencia na resposta que dirigiu ao Município da Maia. Aguarda-se resposta da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais.

Em face do exposto, verifica-se uma alteração substancial ao conteúdo da dívida que releva para efeitos do apuramento da dívida total de operações orçamentais do município, mormente em relação à anterior gerência, o que inviabiliza qualquer análise comparativa que se pretenda séria e responsável, devido às implicações de tão elevada ordem.

Não obstante a inclusão da operação de antecipação das rendas da habitação social no apuramento da dívida total, em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, os dados apresentados permitem concluir que, apesar do agravamento em relação ao montante apurado no final do exercício económico de

2015, a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2016, é de 87.956.588 €, o que posiciona o Município da Maia abaixo do limite legalmente imposto em (-) 16.767.394 €, muito inferior à margem disponível, não comprometendo por isso qualquer um dos limites que a lei impõe.

Em matéria de endividamento “*stricto sensu*”, permanece o esforço de consolidação orçamental das finanças municipais, como comprova o volume de amortização da dívida de médio e longo prazo, que no ano em análise ultrapassa os 7 M €, ainda que registada agravação na dívida individual do município, que no final da gerência de 2016 reposiciona-se em 46.584.017 €, uma vez incluído o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental proveniente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, no montante de 13.112.978 €. Salienta-se, porém, que a alteração de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas habitacionais não teve qualquer impacto na tendência decrescente do passivo municipal, que uma vez mais comprova redução face ao ano precedente, por sinal bem significativa, de (-) 8.917.009 €.

Com efeito, não obstante o impacto daquela operação, a dívida global do município entre o ano 2010 e o ano 2016 sofreu uma redução na ordem dos (-) 40%, ao passar de 76.927.197 € para 46.584.017 €, respetivamente. É de facto um indicador de comprovado sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município da Maia teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, que permitiu acomodar esta operação sem comprometer o cumprimento dos limites de endividamento legalmente impostos.

No domínio da dívida de curto prazo, apraz também registar que o Município da Maia permanece fora das entidades com pagamentos em atraso, evidenciando um excelente prazo médio de pagamento, que no final da gerência de 2016 se fixou em apenas 5 dias. Trata-se de mais um indicador que bem testemunha a ação do município ao nível da boa gestão financeira do seu orçamento.

Acresce ainda que, uma vez isolada a dívida de “Outros Credores” que está a ser dirimida em sede judicial, a dívida de curto prazo à data de 31 de dezembro de 2016 somaria cerca de 750.000 €, cuja ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Dito isto, e uma vez que a obrigação de prestar contas e a sua ampla divulgação é um dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, o regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais faz parte integrante o relatório de gestão.

Atendendo ao objetivo enunciado, apresenta-se o relato das contas individuais do Município da Maia do ano 2016, que se encontra disposto em cinco capítulos.

O primeiro recai sobre o processo orçamental, inicialmente centrado na análise na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, finalizando com a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

O segundo capítulo incide sobre a temática do endividamento autárquico, questão de primordial importância no contexto global da administração pública.

No terceiro capítulo inserem-se as demonstrações financeiras e respetiva análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

O capítulo quarto é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, considerados mais relevantes no âmbito das finanças municipais, de natureza orçamental e patrimonial.

Do quinto capítulo, como suporte fundamental de toda a análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Conclui-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas individuais.

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), regista-se que o reporte financeiro das contas consolidadas será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”.

Atenta a prescrição formulada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e contida no n.º 3 da Recomendação n.º 3/2015, de 1 de julho, introduz-se pela primeira vez no dossiê de prestação de contas, um anexo subordinado ao Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Maia, cujo documento integra o volume de Anexos Documentais.

Como nota final, uma breve referência ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2015, designadamente ao posicionamento do Município da Maia em 9.º lugar do *ranking* global dos 10 melhores municípios de maior dimensão em termos de eficiência financeira.

Porquanto os indicadores de eficiência financeira compreendem um conjunto de 10 rácios que melhor permitem avaliar a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios e que simultaneamente contribuem para a determinação do posicionamento do município no *ranking* global de eficiência financeira dos municípios de grande dimensão, apurado e publicado anualmente no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Com este posicionamento do Município no seio dos seus pares, persiste o reconhecimento externo dos resultados obtidos, vertido num documento técnico produzido por uma entidade independente de reconhecida competência.

CO

PO

EN

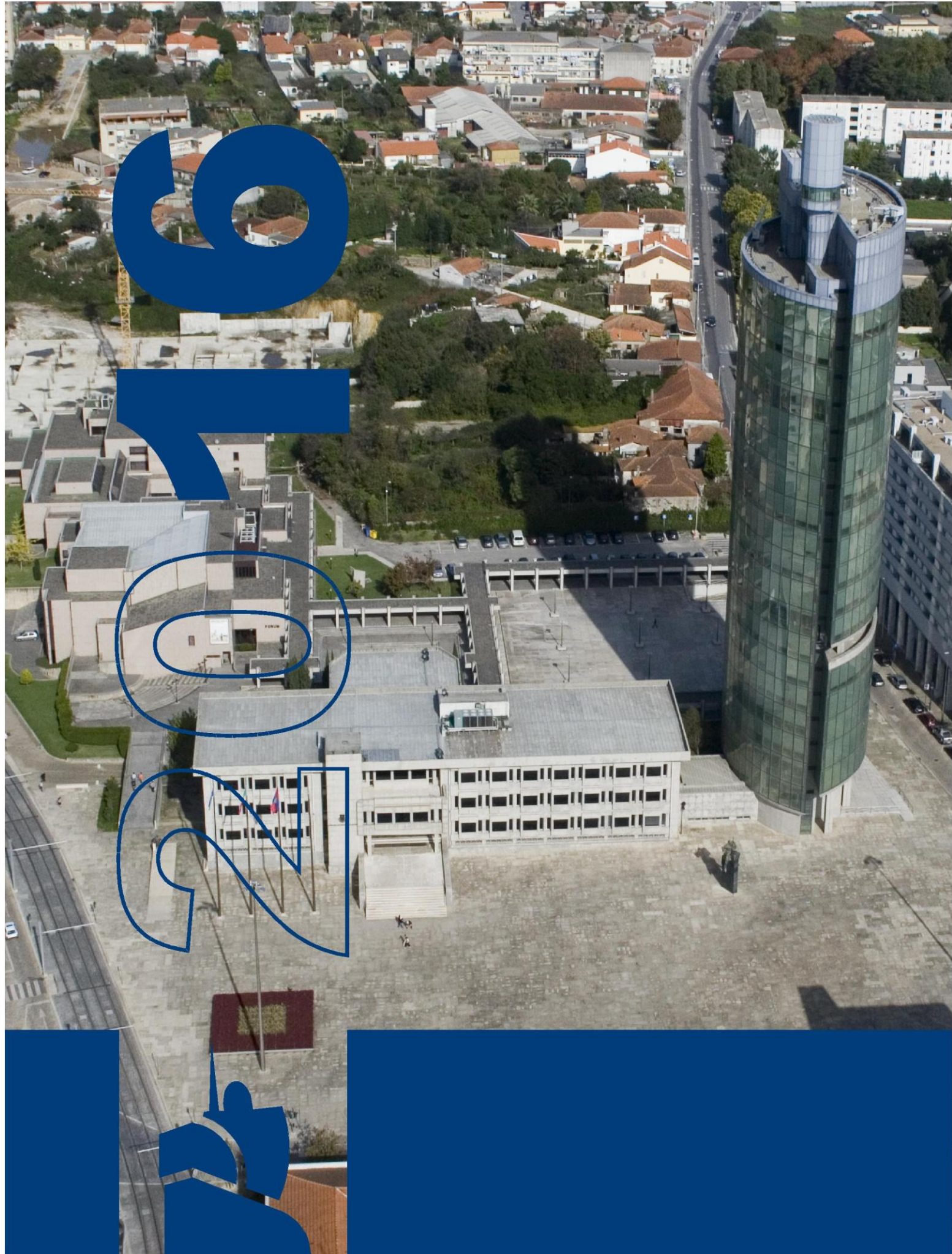
EN



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL



ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Com o objetivo de aferir a capacidade de concretização dos projetos planeados, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia face às múltiplas necessidades existentes num cenário macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos, promove-se uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado que será apreciado com maior detalhe ao longo do presente documento.

O orçamento é constituído por receitas correntes e de capital, que sustentam despesas de igual natureza e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

À semelhança de anteriores gerências, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2016						
ANO DE 2016						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	57.059.653	57.071.253	11.600	66.299.182	9.227.929	116,2%
Receitas de Capital	12.091.802	769.700	- 11.322.102	1.105.344	335.644	143,6%
Outras Receitas	100	100	0	54.866	54.766	54865,5%
Saldo da gerência anterior	0	11.310.502	11.310.502	11.310.502	0	100,0%
Total	69.151.555	69.151.555	0	78.769.893	9.618.338	113,9%
Despesas Correntes	46.242.219	47.090.286	848.067	42.531.259	- 4.559.027	90,3%
Despesas de Capital	22.909.336	22.061.269	- 848.067	19.833.585	- 2.227.684	89,9%
Total	69.151.555	69.151.555	0	62.364.844	- 6.786.711	90,2%

Un: Euros

Para o exercício económico de 2016 o orçamento inicial foi aprovado pelo valor de 69.151.555 €, permanecendo no final com a sua dotação global inalterável, uma vez que todas as modificações realizadas ao orçamento se consubstanciaram em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica e não tiveram qualquer impacto na sua dotação final, assegurado que foi o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

No âmbito das componentes de natureza corrente, as receitas com uma previsão inicial de 57.059.653 €, comportaram uma variação positiva de (+) 11.600 € que determinou uma dotação final de 57.071.253 €, enquanto as despesas correntes, com uma previsão inicial de 46.242.219 €, comportaram uma variação positiva de (+) 848.067 € que determinou uma dotação final de 47.090.286 €.

Para as rubricas de natureza de capital, a previsão inicial das suas duas componentes foi corrigida, sendo que as receitas de capital, inicialmente dotadas com 12.091.802 €, finalizaram com uma dotação de 769.700 €, sofrendo uma variação negativa de (-) 11.322.102 € e as despesas de capital originariamente dotadas com 22.909.336 €, terminaram com uma dotação de 22.061.269 €, sofrendo uma variação negativa (-) 848.067 €, o que evidencia que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se concretizou, como comprovam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

No que respeita à execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes sofreu um aumento significativo face ao ano transato, permanecendo assim em níveis elevados, 116,2%, o que significa que do total de 57.071.253 € previstos arrecadar foram cobrados 66.299.182 €, originando um acréscimo de (+) 9.227.929 €. Para esta diferença contribuiu sobretudo o aumento mais expressivo dos impostos diretos, em especial o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, a Derrama, bem como o Imposto Municipal de Imóveis.

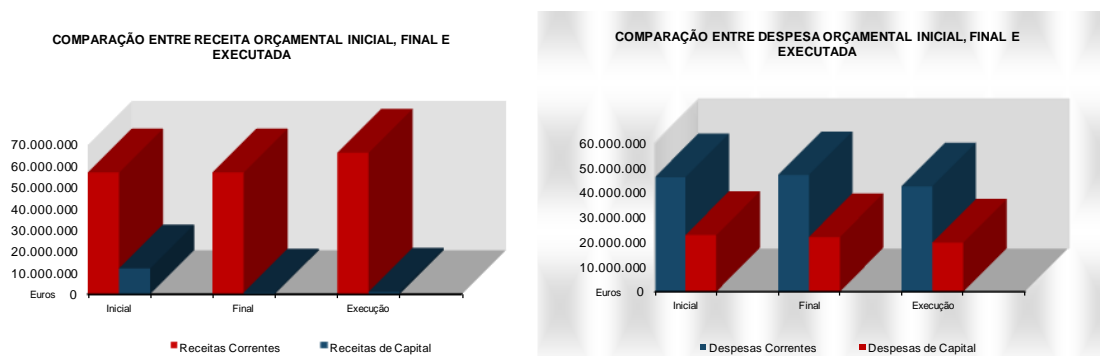
Quanto às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão inicial de 12.091.802 € apenas se arrecadou 1.105.344 €. Resultado que é fundamentalmente explicado pela não concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente previstas

No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 90,2%, com as despesas correntes a prenunciarem 90,3%, e as despesas de capital 89,9%, as quais atingiram um aumento de execução em face às do ano transato, na sequência da amortização antecipada de 1.022.222 € referente ao Empréstimo de Médio e longo Prazo, celebrado entre o Banco BPI e o Município, no montante de 9.200.000 €, refletindo-se no presente ano económico o maior desvio da despesa na componente corrente, (-) 4.559.027 €.

Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 62.364.844 € e o total da receita cobrada a 78.769.893 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 90,2% e 113,9%, respetivamente.

O gráfico seguinte é ilustrativo dos desvios anotados.

Gráfico 1



No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra

de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorrem, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como aconteciam outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra remete-se para capítulo próprio.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Durante os exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações. Durante o ciclo em apreço ocorreram vinte e cinco modificações ao orçamento, sendo 23 alterações e duas revisões, uma ao Orçamento da Despesa que também contemplou a Revisão do Plano de Atividades Mais Relevante e outra ao Plano Plurianual de Investimentos que apenas originou alterações nos exercícios futuros não tendo por isso qualquer impacto no Orçamento de Despesa, nos termos a seguir identificados:

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2016		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	23	1
Plano Plurianual de Investimentos	22	1
Plano de Atividades Mais Relevantes	23	1
Orçamento da Receita	3	

Un: Número

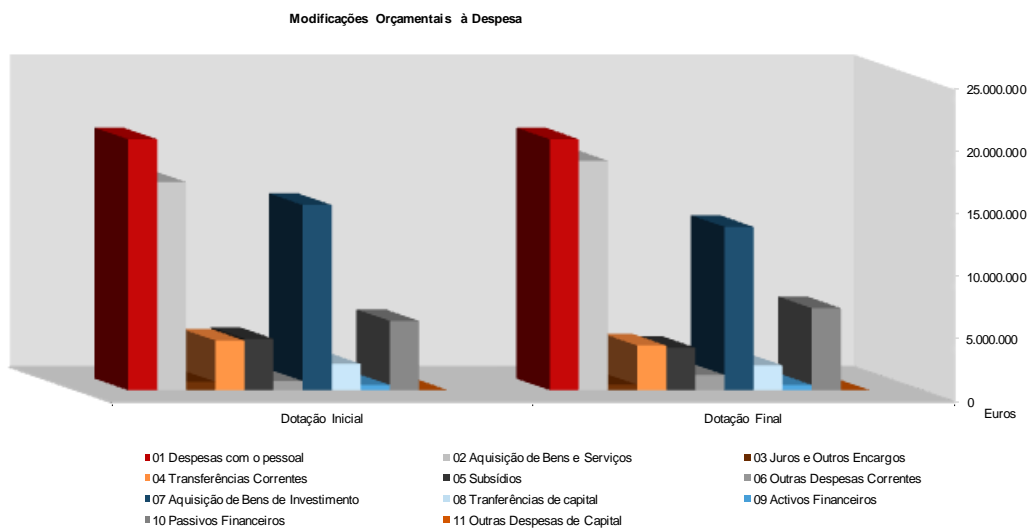
Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2016, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2016								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	46.242.219	66,9%	6.208.396	5.360.329	47.090.286	68,1%	848.067	1,8%
01 Despesas com o pessoal	20.082.674	29,0%	744.809	744.809	20.082.674	29,0%	0	0,0%
02 Aquisição de Bens e Serviços	16.653.895	24,1%	3.705.214	1.998.245	18.360.865	26,6%	1.706.970	10,2%
03 Juros e Outros Encargos	679.800	1,0%	0	242.517	437.283	0,6%	-242.517	-35,7%
04 Transferências Correntes	3.978.700	5,8%	286.260	686.598	3.578.362	5,2%	-400.338	-10,1%
05 Subsídios	4.110.800	5,9%	850.000	1.556.800	3.404.000	4,9%	-706.800	-17,2%
06 Outras Despesas Correntes	736.350	1,1%	622.113	131.360	1.227.103	1,8%	490.753	66,6%
Despesas Capital	22.909.336	33,1%	4.441.997	5.290.064	22.061.269	31,9%	-848.067	-3,7%
07 Aquisição de Bens de Investimento	14.821.650	21,4%	3.125.231	4.872.454	13.074.427	18,9%	-1.747.223	-11,8%
08 Transferências de capital	2.111.000	3,1%	294.443	417.610	1.987.833	2,9%	-123.167	-5,8%
09 Ativos Financeiros	427.186	0,6%	0	0	427.186	0,6%	0	0,0%
10 Passivos Financeiros	5.546.407	8,0%	1.022.323	0	6.568.730	9,5%	1.022.323	18,4%
11 Outras Despesas de Capital	3.093	0,0%	0	0	3.093	0,0%	0	0,0%
TOTAL	69.151.555	100,0%	10.650.393	10.650.393	69.151.555	100,0%	0	0,0%

Un: Euros

Gráfico 2



Da análise geral do Quadro 3 sobressai que em resultado das vinte e três alterações realizadas ao orçamento da despesa em 2016, foram executados reforços no valor global de 10.650.393 € que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Por outro lado, contrariamente ao que é usual na gestão corrente do município verifica-se que foram financiadas despesas correntes, no valor global de 848.067 €, com recurso a despesas de capital, isto porque foi necessário contemplar orçamentalmente os encargos decorrentes do processo dissolução da empresa Tecmaia – Parque de Ciências e Tecnologia da Maia, E.M.

Note-se, porém, que tal facto não invalida que tenha sido rigorosamente cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, mesmo no sentido substancial. De facto, para além desta situação, nas demais alterações efetuadas os reforços das rubricas de natureza corrente foram integralmente assegurados por anulações da mesma espécie.

A modificação positiva com maior expressão ocorreu no grupo das “Despesas Correntes” na área de “Aquisições de Bens e Serviços”, com um aumento de (+) 1.706.970 €, resultado da necessidade de reforçar os “trabalhos especializados” mais concretamente o Projeto inscrito no objetivo 2.4.5 - RESÍDUOS SÓLIDOS - Programa/Ação Nº. 52/2016 – “Tratamento de resíduos sólidos urbanos, pela LIPOR”.

Assinala-se a este respeito que foi o atraso do visto do Tribunal de Contas ao “Contrato de Gestão Delegada a Celebrar entre o Município da Maia e a Empresa Maiambiente” que obrigou a que o pagamento das faturas dos resíduos sólidos se mantivesse por mais tempo do que o inicialmente previsto nos moldes em que vinha a ser feito nos anos anteriores. Na prática, esta despesa cuja execução se previa na rubrica 05.01.01.01 - “Empresas públicas municipais e intermunicipais”, acabou por ocorrer na rubrica 02.02.20 - “Trabalhos Especializados”, dando origem a modificações de sinal simétrico em ambas as rubricas.

Ainda em matéria de modificação positiva segue-se a variação de (+) 490.753 € nas “Outras Despesas Correntes”, tendo em vista sobretudo o reforço das rubricas:

- “Impostos e Taxas (restituições)”;
- “Encargos Sentenças de Tribunal”.

Tais ajustamentos foram determinados na sua maioria por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete para a anulação de (-) 706.800 € na rubrica de “Subsídios”, sobretudo devido à transferência da verba do projeto 46/A/2016, referente ao “Contrato de gestão delegada” a celebrar pela “Maiambiente, E.M.”, para a rubrica de “Trabalhos Especializados” no projeto 52/A/2016 – “Tratamento de resíduos sólidos urbanos, pela LIPOR”, pelos motivos já invocados.

As “Transferências Correntes” sofreram no cômputo geral modificações negativas no valor (-) 400.338 €, o que corresponde a uma diminuição das dotações iniciais em cerca de 10% que tiveram como contrapartida o reforço de rubricas que se encontravam insuficientemente dotadas.

A variação negativa de (-) 242.517 € apurada na rubrica de “Juros e Outros Encargos”, com um peso nas dotações iniciais de 35,70%, resulta da oscilação das taxas de juro, cujo valor no momento da elaboração do orçamento foi estimado por excesso.

Passando ao grupo das “Despesas de Capital” temos a modificação negativa com maior expressão ocorrida, na rubrica “Aquisição de Bens de Investimento”, com uma diminuição de (-) 1.747.223 €, que teve por finalidade dotar os seguintes projetos:

- Projeto inscrito no objetivo 3.5.4 – OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS – ATIVOS FINANCEIROS – Programa/Ação Nº. 52/A/2016 – “Encargos decorrentes da dissolução da Tecmaia – Parque de Ciências e Tecnologia da Maia, E.M”, sendo responsável pela diminuição às despesas de capital em proveito das despesas correntes, conforme já relatado.
- Projeto inscrito no objetivo 4.1 – OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA – Programa/Ação Nº. 32/A/2011 – “Serviço da dívida autárquica”, a fim de permitir a amortização antecipada do Empréstimo de Médio e Longo Prazo – Celebrado entre o Banco BPI e o Município da Maia, no montante de 9.200,000 €, a seguir desenvolvido no grupo dos “Passivos Financeiros”.

Arrola-se ainda a variação negativa de (-) 123.167 € na dotação das “Transferências de Capital”, que também ponderou para o reforço supra indicado.

Sucedeu-se a modificação positiva no grupo dos “Passivos Financeiros”, no montante de (+) 1.022.323 €, com o objetivo de dotar o Projeto inscrito no objetivo 4.1 – OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA – Programa/Ação Nº. 32/2011 – “Serviço da Dívida Autárquica”, a fim de permitir a amortização antecipada do Empréstimo de Médio e Longo Prazo – Celebrado entre o Banco BPI e o Município da Maia, no montante de 9.200,000 €, nos termos da proposta aprovada pelo Executivo Municipal na reunião extraordinária de 31 de outubro do ano em análise.

Quanto às despesas de capital, para além das prováveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, importa assinalar que as despesas de capital têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações, ou até mesmo revisões, naqueles documentos.

Em matéria de Grandes Opções do Plano, na alçada do Plano das Atividades Mais Relevantes nenhuma das vinte e três alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos.

No domínio do Plano Plurianual de Investimentos, as vinte e duas alterações executadas não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diferentes despesas relacionadas com diversos projetos.

No que respeita a Revisões, registaram-se duas, a primeira efetuada ao Plano das Atividades Mais Relevantes, e a segunda ao Plano Plurianual de Investimento.

A primeira Revisão teve como finalidade:

- O ajustamento da plurianualidade do Projeto inscrito, no Objetivo 2.4.5 – Projeto/Ação 46/2016, nos termos da previsão de execução da despesa incluída no “Contrato de Gestão a celebrar entre o Município da Maia e a empresa Municipal Maiambiente”, decorrente do teor da alínea f) da sua cláusula 7.º, pelo período de vigência de 10 anos, apenas envolvendo dotações em exercícios futuros.

- A inclusão do Projeto, no Objetivo 3.5.4 – Projeto/Ação 52/2016 – “Encargos decorrentes da dissolução da Tecmaia – Parque de Ciências e Tecnologia da Maia, E.M”, com o valor de 1.231.273,00 €, cujo enquadramento orçamental para o referido exercício se classificou oportunamente como “*Não Definido*”.

Com a segunda Revisão pretendeu-se:

- Criar o Projeto N.º. 49 de 2016 denominado “*Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à Zona Desportiva do centro da cidade - Construção do Parque da Maia*”, inscrito no “Objetivo/Programa 2.4.6.6.”, a dotar com o valor de 1.800.000,00 € em exercícios futuros.
- Dotar o Projeto N.º.44 de 2016 denominado Construção do “Skate Park”, inscrito no “Objetivo/Programa 2.5.2.1”, com o valor de 268.000,00 € em exercícios futuros.

A Revisão em referência tornou-se necessária para efeitos de formalização do processo de candidatura submetida a financiamento no âmbito do PEDU, ao abrigo do Aviso n.º Norte-16-2016-17 – PI 6.5 (6e).

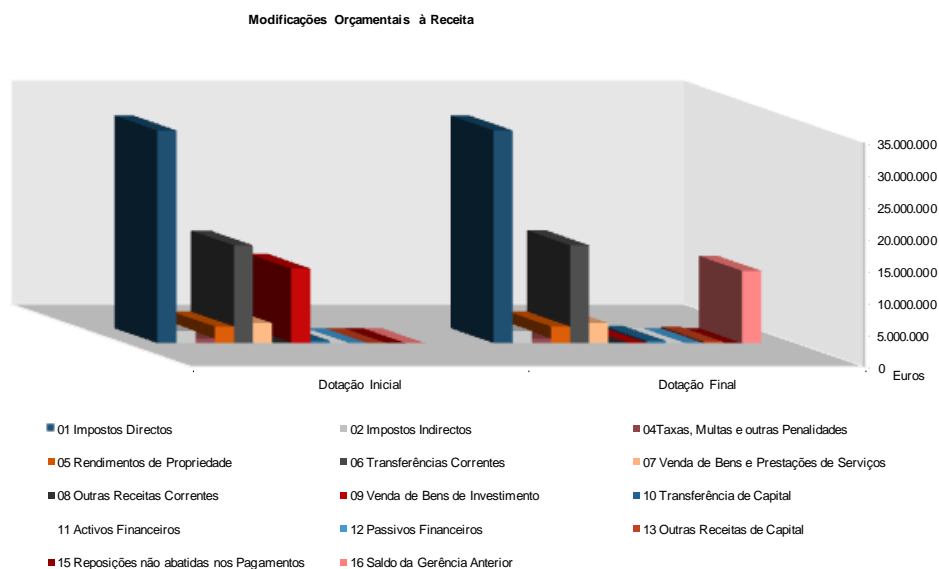
Regista-se que esta Revisão traduz um aumento da dotação inicial do PPI em exercícios futuros, no montante de 2.068.000,00 €.

No capítulo do Orçamento da Receita, foram efetivadas três alterações, que totalizaram o montante de 11.565.556 €, nos termos seguidamente sistematizados.

Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
ANO 2016								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	57.059.653	82,5%	11.600	0	57.071.253	82,5%	11.600	0,0%
01 Impostos Diretos	33.261.300	48,1%	0	0	33.261.300	48,1%	0	0,0%
02 Impostos Indiretos	1.908.400	2,8%	0	0	1.908.400	2,8%	0	0,0%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	734.900	1,1%	0	0	734.900	1,1%	0	0,0%
05 Rendimentos de Propriedade	2.609.300	3,8%	0	0	2.609.300	3,8%	0	0,0%
06 Transferências Correntes	15.293.553	22,1%	11.600	0	15.305.153	22,1%	11.600	0,1%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.136.500	4,5%	0	0	3.136.500	4,5%	0	0,0%
08 Outras Receitas Correntes	115.700	0,2%	0	0	115.700	0,2%	0	0,0%
Receitas Capital	12.091.802	17,5%	243.454	11.565.556	769.700	1,1%	-11.322.102	-93,6%
09 Venda de Bens de Investimento	11.661.307	16,9%	0	11.565.556	95.751	0,1%	-11.565.556	-99,2%
10 Transferência de Capital	380.795	0,6%	2.300	0	383.095	0,6%	2.300	0,6%
11 Ativos Financeiros	48.600	0,1%	0	0	48.600	0,1%	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	1.100	0,0%	241.154	0	242.254	0,4%	241.154	21923,1%
Outras Receitas	100	0,0%	11.310.502	0	11.310.602	16,4%	11.310.502	11310501,7%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,0%	0	0	100	0,0%	0	0,0%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,0%	11.310.502	0	11.310.502	16,4%	11.310.502	-
TOTAL	69.151.555	100,0%	11.565.556	11.565.556	69.151.555	100,0%	0	0,0%

Gráfico 3



A primeira alteração teve por objetivo a inscrição de receitas legalmente consignadas no montante de 13.000,00 € nas seguintes rubricas de classificação económica:

- 06.03.06 – Transferências Correntes – Administração Central - Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados, no valor de 11.600,00 €.
- 10.03.07 – Transferências de Capital – Administração Central - Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados, no valor de 2.300,00 €.

A referida inscrição teve como contrapartida a diminuição de rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento.

A segunda alteração teve por finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 11.310.502 €, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento ao ter como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento” com dotação excedentária, fruto da não concretização de um conjunto de expectativas de arrecadação de receita.

A terceira alteração consubstanciou-se apenas no reajustamento da rubrica 13.01.99.99 – OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL – OUTRAS – Outras, no valor de 241.154,00 €, tendo como contrapartida a diminuição de rubricas, que se encontravam excessivamente dotadas, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

Por forma a avaliar as fontes de financiamento, desenvolve-se uma análise, numa ótica orçamental, à evolução da variação de ativos com reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS									
	2014			2015			2016		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência anterior	6.676.825		6.676.825	3.234.891		3.234.891	11.310.502		11.310.502
Corrente	53.843.637	39.706.547	14.137.090	59.429.555	40.932.490	18.497.065	66.299.182	42.531.259	23.767.923
Capital	2.142.253	19.755.884	-17.613.631	15.779.810	26.202.792	-10.422.981	1.105.344	19.833.585	-18.728.241
Outras	34.607		34.607	1.527		1.527	54.866		54.866
TOTAL	62.697.322	59.462.432	3.234.891	78.445.783	67.135.282	11.310.502	78.769.893	62.364.844	16.405.049

Un:Euros

A evolução dos fluxos monetários dos últimos três anos, representados no quadro anterior, reflete uma sucessiva poupança corrente bruta acima dos 14 M €, culminando no exercício de 2016 com 23,768 M €, o que evidencia níveis de receita corrente cobrada muito acima da despesa corrente paga.

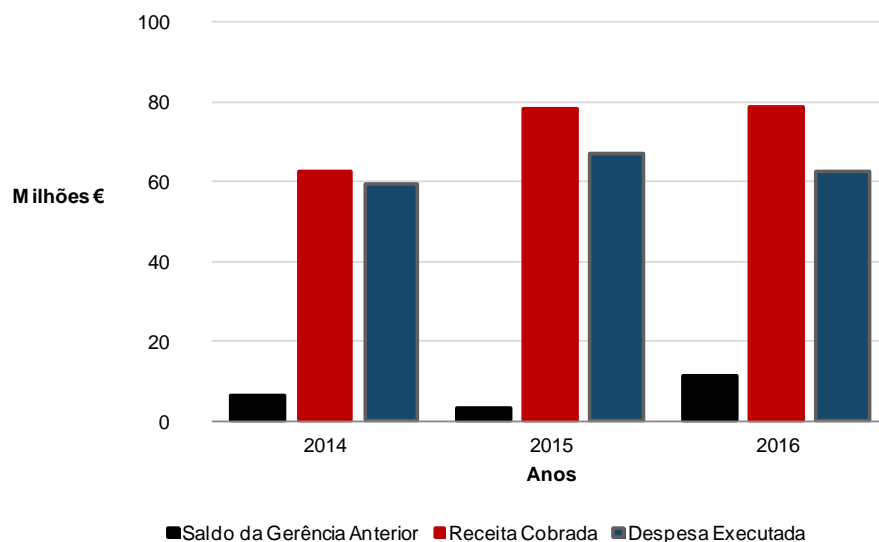
Em 2016, a receita corrente cobrada situou-se nos 66.299.182 € e a despesa corrente paga nos 42.531.259 €, dando origem a uma excelente poupança corrente bruta que alavancou o *deficit* da componente de capital e libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento.

Na componente de capital, pelo facto de a receita cobrada de capital ser inferior à despesa paga da mesma natureza, registam-se consecutivos saldos negativos que têm sido suportados pela poupança corrente bruta, com exceção do exercício de 2014 que numa pequena parte também foi financiado pelo saldo da gerência anterior.

O total da receita cobrada bruta atingiu 78.469.893 €, e a despesa total paga 62.364.844 €, gerando um saldo para a gerência seguinte de 16.405.049 €, valor substancialmente superior aos saldos transitados nas duas últimas gerências, como é bem visível no Gráfico 4.

Gráfico 4

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS



POUPANÇA CORRENTE

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, ao estabelecer o Princípio do Equilíbrio Orçamental, determina que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser observadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:

Quadro 6

PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Ano 2016				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	57.059.653	57.071.253	66.299.182
(2)	Despesa Corrente	46.242.219	47.090.286	42.531.259
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	10.817.434	9.980.967	23.767.923
(4)	Amortizações médias empréstimos de MLP	6.729.031	7.579.873	7.579.873
(5)=(3)-(4)		4.088.403	2.401.094	16.188.050

Un:Euros

Pelo exposto no Quadro 6 conclui-se que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 16.188.050 € para financiamento de investimento.

Contudo, uma análise centrada ao conceito de poupança corrente não pode descontextualizar nem as dívidas correntes transitadas, nem as receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, sendo, por isso, importante avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente Executada	54.380.650	53.843.637	59.429.555	66.299.182
Despesa Corrente Executada	39.900.136	39.706.547	40.932.490	42.531.259
Poupança Corrente Bruta (1)	14.480.514	14.137.090	18.497.065	23.767.923
Variação	-13,69%	-2,37%	30,84%	28,50%
Dívida Corrente Transitada (2)	92.223	-44.130	-110.978	-102.261
Da Gerência Anterior	474.772	566.994	522.864	411.886
Para a Gerência Seguinte	566.994	522.864	411.886	309.624
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	-379.239	727.431	-450.021	-872.858
Da Gerência Anterior	4.361.885	3.982.646	4.710.078	4.260.057
Para a Gerência Seguinte	3.982.646	4.710.078	4.260.057	3.387.199
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	14.009.053	14.908.652	18.158.022	22.997.326
Variação	-16,83%	6,42%	21,80%	26,65%

Un:Euros

Em face do exposto, quando se incorpora na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, observam-se recorrentes poupanças correntes líquidas, atingindo-se em 2016, 22.997.326 €, valor significativamente superior ao verificado em anos anteriores, mas que acompanha evolução da Poupança Corrente Bruta.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser analisado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano, ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global*, através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Nesta perspetiva, apresenta-se o Quadro 8 que pretende demonstrar o grau de execução do princípio mencionado.

Quadro 8

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2013	2014	2015	2016
Receita Cobrada	56.154.535	56.020.498	75.210.893	67.459.391
Corrente	54.380.650	53.843.637	59.429.555	66.299.182
Capital	1.764.133	2.142.253	15.779.810	1.105.344
Outras Receitas	9.752	34.607	1.527	54.866
Despesa Paga	56.266.483	59.462.432	67.135.282	62.364.844
Corrente	39.900.136	39.706.547	40.932.490	42.531.259
Capital	16.366.347	19.755.884	26.202.792	19.833.585
Saldo Final de Operações Orçamentais	6.676.825	3.234.891	11.310.502	16.405.049
Dívida Total Transitada				
Da Gerência Anterior	533.995	688.981	574.546	422.813
Para a Gerência Seguinte	688.981	574.546	422.813	336.726
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	111,56 %	105,64 %	117,11 %	126,48 %
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	110,51 %	104,43 %	116,12 %	125,63 %

Un: Euros

Do que é dado a observar no Quadro antecedente, é possível concluir que no ano de 2016 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (126,48%), quer no que toca à execução global do ano (125,63%), orientação que se tem mantido ao longo do quadriénio representado.

Com efeito, o desenvolvimento positivo destes rácios encontra-se largamente influenciado quer pelo comportamento da dívida transitada, quer pelos bons níveis de execução orçamental da receita.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise que se segue às fontes de financiamento do investimento pretende aferir de que forma as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício de 2016 contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de ressaltar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado.

As receitas municipais foram agrupadas em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 9

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
2016		
	Valor	FF/ DI
Receitas Capital (1)	1.105.344	8,3%
Venda de Bens de Investimento	126.090	1,0%
FEF Capital	307.460	2,3%
Fundos comunitários	245.395	18%
Outras Trans Capital	1289	0,0%
Passivos Financeiros	0	0,0%
Ativos Financeiros	5.148	0,0%
Outras receitas de Capital	419.962	3,2%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)	17.199.314	129,7%
Poupança Corrente (3)	23.767.923	179,2%
Amortizações de Capital (4)	6.568.609	49,5%
Outras Despesas Capital (5)	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)	54.866	0,4%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)	18.359.523	138,4%
Saldo gerência anterior (8)	11.310.502	85,3%
TOTAL (9) = (7)+(8)	29.670.025	223,7%
Despesas de Investimento pagas (10)	13.264.976	
Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)	44,71%	
Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)	16.405.049	

Un: Euros

Notas:

FF - Fonte de Financiamento

DI - Despesas de Investimento

No ano 2016, a receita gerada no exercício disponível para financiar investimento ascendeu a 18.359.523 €, o que permitiu acomodar a totalidade do investimento pago no montante de 13.264.976 €, assim como gerar, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um significativo saldo para a gerência seguinte de 16.405.049 €.

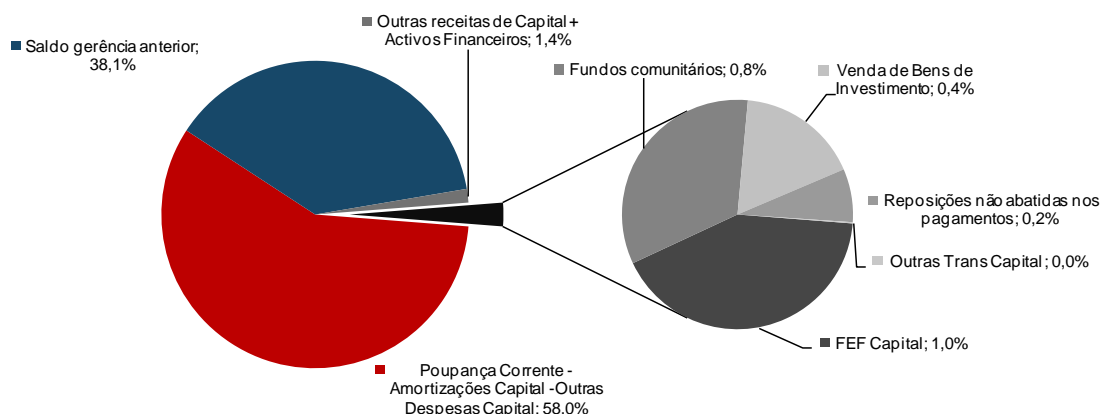
A "Poupança Corrente", deduzidas que sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, apresenta-se de forma inequívoca como principal fonte de financiamento de investimento, contribuindo, por si só, para suportar a totalidade do investimento e libertar fluxos monetários para a gerência seguinte.

Com menor representatividade o agregado das receitas de capital foi responsável por 1.105.344 € da receita disponível gerada para financiamento do investimento, absorvendo 419.962 € das “outras receitas de capital, 307.460 € do “FEF capital”, 245.395 € de “Fundos comunitários”, 126.090 € de “vendas de bens de investimento”, 5.148 € de “ativos financeiros” e 1.289 € de “outras transferências de capital”.

O Gráfico 5 representa a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

Gráfico 5

FONTES FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do que está instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro, está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa”, por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atento o exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa espelha os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados os respectivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

É importante referir, que as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro seguinte exhibe os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2016.

Quadro 10

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ANO 2016				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		15 227 220	Despesas Orçamentais	62 364 844
Execução Orçamental	11 310 502		Correntes	42 531 259
Operações de Tesouraria	297 815		Capital	19 833 585
Cauções em dinheiro	3 618 904			
Receitas Orçamentais		67 459 391	Dotações não Orçamentais	3 663 302
Correntes	66 299 182		Operações de Tesouraria	3 539 329
Capital	1 105 344		Cauções em dinheiro	123 973
Outras	54 866			
Dotações não orçamentais		3 743 906	Saldo para a gerência seguinte	20 402 372
Operações de Tesouraria	3 539 985		Execução Orçamental	16 405 049
Cauções em dinheiro	203 921		Operações de Tesouraria	298 471
			Cauções em dinheiro	3 698 852
Total		86 430 518	Total	86 430 518

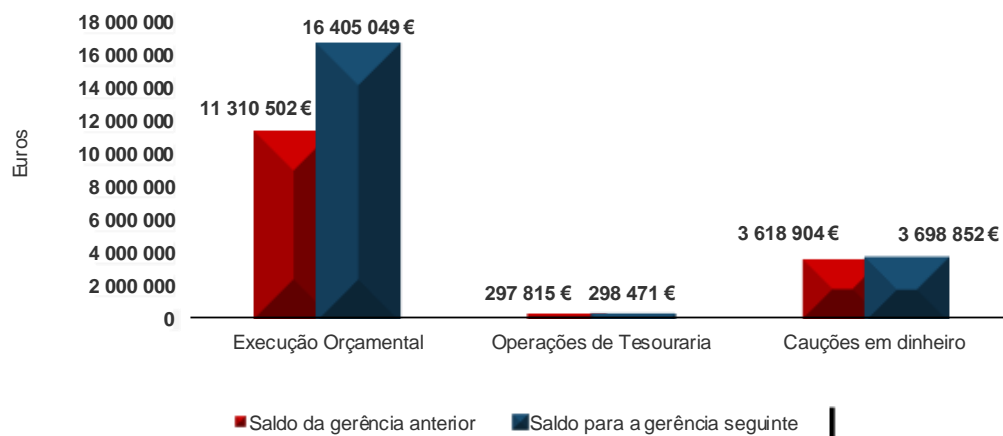
Uh: Euros

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2016 comprova que:

- O total de recebimentos executados no ano de 2016 respeita a 71.203.297 €, total este proveniente de receitas orçamentais no montante de 67.459.391 €, e o restante valor refere-se às dotações não orçamentais, sendo as operações de tesouraria aquelas que têm maior expressividade, com o montante de 3.539.985 €, representando as cauções em dinheiro apenas 203.921 €.
- O total de pagamentos efetuados no ano de 2016 apresenta o montante de 66.028.146 €, dos quais 62.364.844 € derivam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o restante, no montante de 3.663.302 €, respeita a despesas não orçamentais. Deste valor 3.539.329 € resulta de operações de tesouraria e 123.973 € de cauções em dinheiro.
- O resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos proporciona um saldo a transitar para 2016 de 20.402.372 €, sendo 16.405.049 € resultantes da execução orçamental, 298.471 € de operações de tesouraria e 3.698.852 € de cauções em dinheiro, refletindo um aumento de 5.175.152 € comparativamente ao transitado da gerência anterior.

Gráfico 6

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO DA GERÊNCIA SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2016



Relativamente às Operações Não Orçamentais, é de salientar que as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial; e as cauções em dinheiro decorrem de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas apresentam possibilidade de futuras alterações.

Apesar de apresentarem uma natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente, por guia de recebimento e ordem de pagamento.

No Quadro 11 identifica-se a repartição destes encargos segundo a sua natureza.

Quadro 11

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro) ANO 2016						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor Credor
21	CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES	0	1 900 116	47 730	73 309	0 1 925 695
21.7	Clientes e Utentes com Cauções					
21.7.1	De Execução de Obras (Loteamentos,...)	0	1776 113	43 920	67 309	0 1799 502
21.7.3	Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16 829	0	0	0 16 829
21.7.9	Outras	0	107 175	3 810	6 000	0 109 365
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	228 228	3 301 086	3 305 178	0 232 320
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos					
24.2.1	Trabalho dependente	0	100 365	1318 296	1321394	0 103 463
24.2.2	Trabalho independente	0	14 935	111 420	114 625	0 16 141
24.2.4	Prediais	0	0	1906	1906	0 0
24.2.5	Pensões	0	0	64	64	0 0
24.2.6	Sobretaxa extraordinária s/ rendimentos sujeitos a IRS	0	7 011	34 473	29 811	0 2 349
24.4	Restantes impostos					
24.4.1	Imposto de selo	0	3	3	3	0 3
24.5	Contribuições para a Segurança Social					
24.5.1	Caixa Geral de Aposentações	0	76 600	1015 620	1017 393	0 78 373
24.5.2	ADSE	0	17	423 064	423 179	0 131
24.5.3	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	29 261	390 078	390 633	0 29 816
24.9	Outras Contribuições					
24.9.2	Multas e coimas	0	35	4 528	4 536	0 44
24.9.3	Direção Geral de Contribuições e Impostos	0	0	1634	1634	0 0
26	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	0	1 788 374	314 486	365 419	0 1 839 307
26.1	Fornecedores de Imobilizado					
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	849 722	75 345	130 612	0 904 989
26.2	Pessoal					
26.2.9	Outras operações com o pessoal	0	276	2 566	2 557	0 267
26.3	Sindicatos					
26.3.1	Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	349	4 258	4 262	0 353
26.3.2	Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	668	7 788	7 747	0 627
26.3.3	Sindicato Engenheiros do Norte	0	12	145	145	0 12
26.3.5	Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	75	1543	1544	0 77
26.3.7	Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	82	936	923	0 69
26.8	Devedores e credores diversos					
26.8.8	Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	869 065	898	0	0 868 167
26.8.9	Credores diversos - outros	0	68 124	221007	217 628	0 64 746
Totais		0	3 916 719	3 663 302	3 743 906	0 3 997 323

Un: Euros

No exercício de 2016 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em 3.743.906 €, enquanto os movimentos de saída totalizaram a importância de 3.663.302 €. O maior volume de movimentos é de natureza fiscal, e destina-se ao Estado, designadamente a retenção de impostos sobre rendimento e as contribuições para a Segurança Social, pelo que o tempo que estes valores permanecem nos cofres da autarquia é limitado uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

No final da gerência as cauções em dinheiro têm um papel muito relevante no total das operações não orçamentais existentes em cofre absorvendo cerca de 93%, fruto dos saldos transitados de gerências anteriores.

CONTAS DE ORDEM

Os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia são contabilizados através das contas de ordem, representando possibilidades de futuras alterações ao mesmo. É importante, registar que apenas se faz referência à movimentação de garantias e caucões tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Atenta a sua particularidade, a informação foi representada em três quadros distintos, o Quadro 12 para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o Quadro 13 para “Garantias e caucões a Favor de Terceiros”, e por último, o Quadro 14 para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES RECECIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a gerência seguinte	
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas		
(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.2 Garantias						
09.2.1 De empreitadas e fornecimentos	4 418 530	421 285	268 188	0	4 571 627	
09.2.2 Para execução de obras	13 757 997	532 295	1 059 063		13 231 228	
09.2.3 Outras Garantias	8 928	26 935	0		35 863	
09.2.4 Garantias até 31.12.2001	0				0	
09.2.5 Hipotecas	5 215 663	5 487	1 215 596		4 005 553	
09.2.6.01 Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	141 917	118 845	9 441		251 322	
09.2.6.02 Seguros-Caução - execução de obras	608 416				608 416	
Total	24 151 452	1 104 847	2 552 289	0	22 704 010	

Un.: Euros

Foram prestadas em 2016 a favor da autarquia garantias no valor de 1.104.847 €, e devolvidas no montante de 2.552.289 €, resultando para a gerência seguinte um saldo transitado de 22.704.010 €, valor bastante inferior ao da gerência anterior.

A rubrica que mais se destaca é a de garantias prestadas “para execução de obras”, com 532.295 €, valor inferior ao das garantias devolvidas, cujo montante atingiu os 1.059.063 €, fruto da devolução de garantias do próprio ano e de anos anteriores, que deu origem a um saldo para o ano seguinte de 13.231.228 €.

Quadro 13

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a gerência seguinte	
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas		
(A)		(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.4 Cauções a favor de terceiros	0					
09.4.1 Vasilhames					0	
09.5 Garantias a favor de terceiros	22 259 521					
09.5.1 Empreitadas e fornecimentos	102 500				102 500	
09.5.2 Hipoteca a favor de terceiros	5 175 787				5 175 787	
09.5.3 Outras garantias a favor de terceiros	16 981 234	123 491	1 180 096		15 924 629	
Total	22 259 521	123 491	1 180 096	0	21 202 916	

Un.: Euros

No que se refere às garantias prestadas a favor de terceiros, afere-se um incremento de 123.491 €, em resultado de duas garantias registadas a favor da Autoridade Tributária pelos montantes de 83.062 € e 40.429 €, tendo em vista assegurar a liquidação de IMI que passou a ser responsabilidade do Município, fruto da celebração de escritura de dissolução e consequente liquidação do Fundo de Investimento Fechado “Praça Maior”.

Registadas a favor de terceiros encontram-se ainda:

- A hipoteca sobre o Fórum, no montante de 5.175.787 €, registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência de o município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- Três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.
- Duas garantias, no valor unitário de 8.202.115 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu computo global refletem a libertação de 1.180.096 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2015.

Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intervém contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, razão por que se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, apesar de, desde 2004 e até à presente data, nunca terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Quadro 14

RECIBOS PARA COBRANÇA					
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual		
		(A)	Cobrança (B)	Anulação	Emissão (C)
					(D)=(A)-(B)+(C)
09.3	Receita Virtual	1 568 217			
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1 568 217			1 568 217
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano				0
Total		1 568 217			1 568 217

Un.: Euros

Em matéria de recibos para cobranças, uma vez que no ano de 2016 não existiu qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantém-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é exatamente igual ao saldo da gerência anterior.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 15

Estrutura Geral da Receita									
	2014		2015			2016			
	Execução	Variação 2013/2014	Execução	Variação 2014/2015	Previsão	Execução	Peso	Variação 2015/2016	Taxa de Execução
Receitas Correntes	53.843.637	-1,0%	59.429.555	10,4%	57.071.253	66.299.182	98,3%	11,6%	116,2%
Impostos Diretos	31.136.938	-1,2%	35.813.674	15,0%	33.261.300	42.197.159	62,6%	17,8%	126,9%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out. Penalidades	2.605.635	-13,7%	3.078.008	18,1%	2.643.300	2.742.732	4,1%	-10,9%	103,8%
Rendimentos de Propriedade	2.528.863	-4,8%	2.694.869	6,6%	2.609.300	2.798.670	4,1%	3,9%	107,3%
Transferências Correntes	14.186.076	1,9%	14.300.170	0,8%	15.305.153	14.923.734	22,1%	4,4%	97,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.207.266	1,8%	3.391.360	5,7%	3.136.500	3.400.138	5,0%	0,3%	108,4%
Outras Receitas Correntes	178.858	54,6%	151.475	-15,3%	115.700	236.749	0,4%	56,3%	204,6%
Receitas de Capital	2.142.253	21,4%	15.779.810	636,6%	769.700	1.105.344	1,6%	-93,0%	143,6%
Venda de Bens de Investimento	6.680	-93,6%	57.310	757,9%	95.751	126.090	0,2%	120,0%	131,7%
Transferências de Capital	2.127.882	29,0%	6.514.022	206,1%	383.095	554.144	0,8%	-91,5%	144,6%
Ativos Financeiros	7.691	-28,5%	5.587	-27,4%	48.600	5.148	0,0%	-7,9%	10,6%
Passivos Financeiros	0		9.200.000				0,0%		
Outras Receitas de Capital	0		2.891		242.254	419.962	0,6%		173,4%
Outras Receitas	34.607	254,9%	1.527	-95,6%	100	54.866	0,1%	3492,7%	54865,5%
Total das Receitas	56.020.498	-0,2%	75.210.893	34,3%	57.841.053	67.459.391	100,0%	-10,3%	116,6%
Integração do saldo da gerência	6.676.825		3.234.891			11.310.502			
Total	62.697.322		78.445.783			78.769.893			

Un: Euros

Excluído que seja o saldo da gerência anterior, a receita cobrada bruta em 2016 totalizou 67.459.391 €, refletindo um decréscimo de (-) 10,3% face a 2015, pese embora o aumento de (+) 11,6% assinalado nas receitas correntes, que, à semelhança de exercícios anteriores, assumem clara supremacia ao absorverem cerca de 98% do valor global cobrado.

Tal comportamento encontra-se justificado pela variação da componente de natureza capital, com os *passivos financeiros* e as *transferências de capital* a assumirem primordial importância nesta prestação.

A diminuição de arrecadação na receita cobrada bruta resulta fundamentalmente do facto de no ano em análise não ter existido qualquer empréstimo de médio e longo prazo, ao contrário do ano anterior, a par da redução das receitas provenientes da participação comunitária em projetos cofinanciados. Na realidade, ao expurgar o efeito do empréstimo contraído no ano de 2015, a receita arrecadada sofreria um acréscimo de (+) 1.448.498 €.

Quando comparada com 2014, a receita cobrada bruta apresenta um considerável aumento (+) 11.438.893 €, resultado do comportamento da rubrica de *impostos diretos* que por si só contribui com (+) 11.060.221 €.

Em matéria de execução orçamental são visíveis taxas acima dos 100%, destacando-se uma vez mais as excelentes taxas de execução das receitas correntes e, curiosamente, as receitas de capital que normalmente se caracterizam por taxas de execução bastante baixas, pese embora já no ano transato se tenham posicionado num nível de execução bastante satisfatório, não há memória de terem atingido os 100% como sucede na gerência em análise.

No âmbito das receitas correntes cujo montante ascendeu a 66.299.182 €, importa destacar a relevância dos *impostos diretos* e das *transferências correntes* que concorrem com cerca de 85% da receita do município.

Com uma representatividade menor, mas igualmente determinantes a assegurar cerca de 14% do montante global da receita, ou seja, 9.178.289 €, apresentam-se a “*venda de bens e serviços correntes*”, os “*impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades*”, os “*rendimentos de propriedade*”, e as “*outras receitas correntes*”.

As *receitas de capital*, por sua vez responsáveis por apenas 1,6% das receitas totais, ascenderam a 1.105.344 €, dos quais 554.144 € foram absorvidos pelas *transferências de capital*. Este agregado da receita caracteriza-se regularmente, por desvios consideráveis relativamente à previsão, apresentando, no entanto, no exercício em análise, uma taxa de execução acima dos 100%.

Quanto às *outras receitas*, a par de gerências anteriores, não exerceram influência significativa no total da receita e foram totalmente absorvidas pelas reposições não abatidas nos pagamentos, que em 2016 alcançaram 54.866 €.

Ilustra-se a composição da receita no ano de 2016 com a apresentação do Gráfico 7.

Gráfico 7

COMPOSIÇÃO DA RECEITA



Realizar-se – á uma análise minuciosa, dada a sua relevância, aos seguintes agregados de receita:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências

RECEITAS PRÓPRIAS

Analisa-se neste capítulo a capacidade do município de gerar receitas próprias, na alçada da autonomia financeira de que dispõe, que mais não são do que recursos financeiros localmente criados, sem qualquer influência das componentes da receita relativas a transferências ou empréstimos contraídos. Segue-se um quadro representativo deste tipo de receita, no qual se mantém a distinção entre receita corrente e receita de capital.

Quadro 16

RECITAS PRÓPRIAS										
	2014		2015		2016					
	Valor	Variação 2013/2014	Valor	Variação 2014/2015	Previsão	Execução	Variação 2015/2016	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
Receitas Correntes										
Impostos Diretos	31.136.938	-1,2%	35.813.674	15,0%	33.261.300	42.197.159	17,8%	81,3%	63,6%	62,6%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out Penalidades	2.605.635	-13,7%	3.078.008	18,1%	2.643.300	2.742.732	-10,9%	5,3%	4,1%	4,1%
Rendimentos de Propriedade	2.528.863	-4,8%	2.694.869	6,6%	2.609.300	2.798.670	3,9%	5,4%	4,2%	4,1%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.207.266	1,8%	3.391.360	5,7%	3.136.500	3.400.138	0,3%	6,5%	5,1%	5,0%
Outras Receitas Correntes	178.858	54,6%	151.475	-15,3%	115.700	236.749	56,3%	0,5%	0,4%	0,4%
Sub Total	39.657.561	-2,0%	45.129.385	13,8%	41.766.100	51.375.447	13,8%	98,9%	77,5%	76,2%
Receitas Capital										
Venda de Bens de Investimento	6.680	-93,6%	57.310	757,9%	95.751	126.090	120,0%	0,2%	0,2%	0,2%
Ativos Financeiros	7.691	-28,5%	5.587	-27,4%	48.600	5.148	-7,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	0		2.891		242.254	419.962	14427,5%	0,8%	0,6%	0,6%
Sub Total	14.371	-87,5%	65.788	357,8%	386.605	551.200	737,8%	1,1%	0,8%	0,8%
Total das Receitas Próprias	39.671.932	-2,2%	45.195.174	13,9%	42.152.705	51.926.648	14,9%	100,0%	78,3%	77,0%
Total das Receitas Correntes	53.843.637	-1,0%	59.429.555	10,4%	57.071.253	66.299.182	11,6%		100,0%	98,3%
Total das Receitas	56.020.498	-0,2%	75.210.893	34,3%	57.841.053	67.459.391	-10,3%			100,0%

Un. Euros

Do que é dado a observar no Quadro 16, é possível aferir que as receitas próprias reproduzem tendências idênticas às ocorridas na receita global. Regista-se no triénio 2014-2016, um inequívoco incremento dos recursos próprios, com recorrente predomínio das receitas próprias correntes sobre as de capital.

Com efeito, comparativamente a 2014, o município aumentou de forma considerável a sua cobrança bruta de receitas próprias em (+) 12.254.716 €, o que não é de todo de menosprezar. Tal resultado está claramente influenciado pela orientação positiva das suas principais componentes, os *impostos diretos*, a *venda de bens e prestação de serviços correntes* e os *rendimentos de propriedade*.

No ano em apreço, em resultado do expressivo aumento de 14,9%, as receitas próprias totalizaram 51.926.648 €, o que representa cerca de 77% da receita total cobrada, destacando-se:

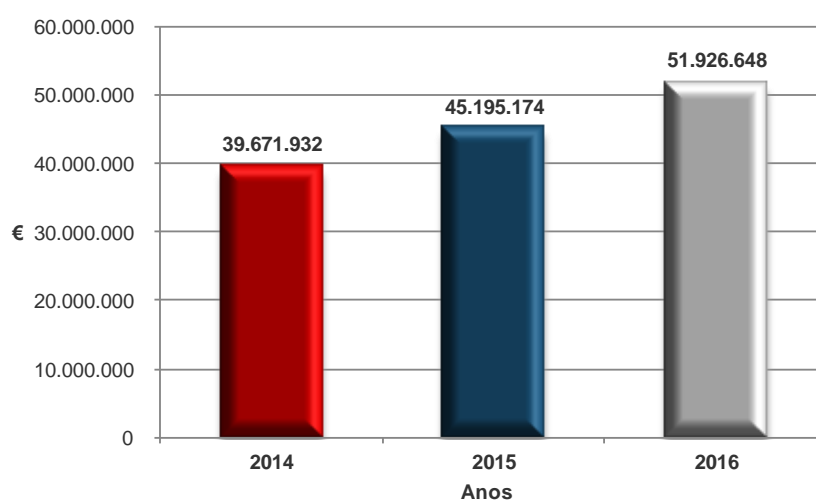
- O impacto decorrente da evolução positiva dos *impostos diretos*, que ao comportarem 42.197.159 € foram responsáveis por um aumento de (+) 6.883.485 €;
- As *vendas de bens* e a *prestação de serviços correntes*, ao contribuírem com 3.400.138 €, relevaram positivamente com (+) 8.778 €;
- Os *rendimentos de propriedade*, responsáveis por 2.798.670 €, refletem um acréscimo de (+) 5,4%, ou seja (+) 103.801 €, fruto essencialmente da distribuição dos dividendos provenientes da Maiambiente, EM. e do direito de superfície do prédio urbano adstrito à empresa Iber King Restauração, S.A.;
- As *outras receitas correntes*, pese embora o seu desempenho claramente positivo, (+) 56,3%, a sua pouca importância para o total da receita própria, 0,5%, não permite que tenha uma grande influência no resultado final;
- Em sentido inverso e exercendo uma influência negativa, encontram-se as rubricas de impostos *indiretos*, *taxas*, *multas* e *outras penalidades*, (-) 10,9%, e ativos financeiros, (-) 7,9%, que

atenuaram ligeiramente os ganhos generalizados das remanescentes rubricas que constituem as receitas próprias.

Para finalizar, regista-se que continua a existir um bom desempenho da receita própria no total da receita municipal, ao representar 78,3% das receitas correntes e 77% das receitas totais, o que reflete o elevado potencial do município de gerar receita própria, traduzindo uma boa autonomia financeira por parte da edilidade.

Gráfico 8

EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA



De seguida, tendo em conta a sua relevância, apresenta-se uma análise mais detalhada das principais componentes de receita.

IMPOSTOS DIRETOS

O agregado de receitas de *Impostos diretos*, ao ser responsável em 2016 por 62,6% do total da receita e 81,3% da receita própria, constitui, à semelhança de anos anteriores, a principal fonte de receita do município e o suporte de toda a atividade autárquica, pelo que justifica uma análise detalhada a cada uma das suas componentes.

Quadro 17

IMPOSTOS DIRETOS						
	2014	2015	2016	Peso	Varição 2015/2016	
					Valor	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	21.046.465	21.448.778	21.492.151	50,9%	43.374	0,2%
Imposto Único de Circulação	3.194.594	3.071.142	3.130.798	7,4%	59.657	1,9%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	3.101.727	4.924.479	9.592.900	22,7%	4.668.422	94,8%
Derrama	3.752.412	6.365.321	7.959.509	18,9%	1.594.187	25,0%
Impostos abolidos	38.427	3.954	1	0,0%	-3.953	-100,0%
Contribuição Especial	3.313	0	21.799	0,1%	21.799	
Total	31.136.938	35.813.674	42.197.159	100,0%	6.383.485	17,8%

Un:Euros

Por conta de impostos diretos foram cobrados 42.197.159 €, o que reflete um acréscimo de (+) 17,8%, ou seja, um aumento de (+) 6.383.485 €, justificado sobretudo pela dinâmica observada no *Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis* (IMT) e na *Derrama*, que em conjunto contribuíram com (+) 6.262.609 €.

A exemplo de anos anteriores, o *Imposto Municipal sobre Imóveis* (IMI) continua a posicionar-se como principal fonte de receita fiscal, destacando-se claramente das restantes componentes de impostos diretos, ao ser responsável por 21.492.151 €, ou seja, 50,9% dos impostos diretos.

Não obstante a clara supremacia do IMI, não se pode menosprezar as remanescentes rubricas.

Com efeito, por conta do IMT arrecadou-se 9.592.900 €, o que face a 2015 representa um incremento de (+) 4.668.422 €. Anote-se que as variações neste tipo de imposto são condicionadas pela conjuntura económica atual e pelo nível de confiança dos consumidores.

No que concerne à *Derrama*, a cobrança bruta deste imposto ascendeu a 7.959.509 €, protagonizando igualmente uma prestação positiva, de (+) 1.594.187 €, facto demonstrativo da qualidade do tecido empresarial atualmente sediado no município da Maia.

Refira-se que, para o ano em análise, o município aprovou em setembro de 2015 o lançamento da taxa de derrama de 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios que no ano anterior ultrapassasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 18.º n.º 1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e uma taxa reduzida de 0,9% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior não ultrapasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 18.º n.º 4 do mencionado Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

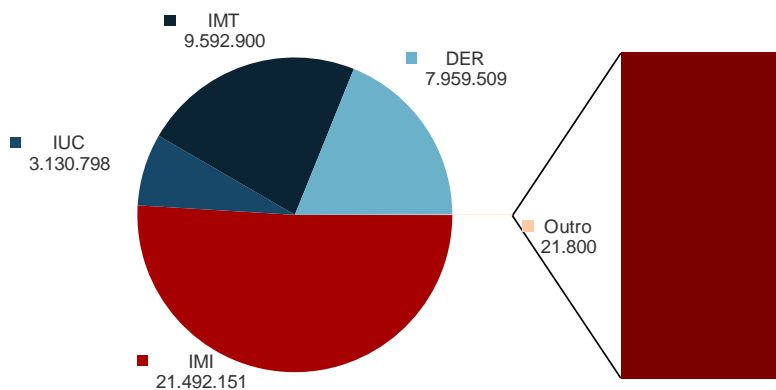
O IUC, responsável por 7,4% dos impostos diretos, contribui com 3.130.798 €, refletindo também uma taxa de crescimento positiva.

Por conta dos impostos abolidos (contribuição autárquica e sisa) e da contribuição especial apenas se arrecadaram 21.800 €.

Por último, importa registar que a receita fiscal é sem dúvida geradora de excelentes níveis de execução de receita, na qual o IMI exerce uma influência inequívoca no resultado, sendo sem margem para dúvida o alicerce das receitas próprias do município.

Gráfico 9

IMPOSTOS DIRETOS



IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 18

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES									
	2014		2015		2016				
	Execução	Variação 2013/2014	Execução	Variação 2014/2015	Previsão	Execução	Peso	Variação 2014/2015	Taxa de Execução
Mercados e Feiras	25.070	-3,0%	24.580	-2,0%	25.400	25.708	0,9%	4,6%	101,2%
Loteamentos e Obras	943.516	-29,6%	1.219.835	29,3%	961.100	1.008.371	36,8%	-17,3%	104,9%
Particulares	235.785	-29,1%	343.078	45,5%	290.600	350.544	12,8%	2,2%	120,6%
Empresas	707.730	-29,7%	876.757	23,9%	670.500	657.827	24,0%	-25,0%	98,1%
Ocupação da Via Pública	919.239	-8,3%	1.075.591	17,0%	962.000	1.083.191	39,5%	0,7%	112,6%
Publicidade	121.073	-19,6%	114.157	-5,7%	116.900	114.751	4,2%	0,5%	98,2%
Outros	215.712	-1,9%	248.832	15,4%	227.900	231.860	8,5%	-6,8%	101,7%
Caça, uso e porte de arma	0	-100,0%	3		100	0	0,0%		0,0%
Multas e Outras Penalidades	381.026	35,2%	395.009	3,7%	349.900	278.851	10,2%	-29,4%	79,7%
Total	2.605.635	-13,7%	3.078.008	18,1%	2.643.300	2.742.732	100,0%	-10,9%	103,8%

Un: Euros

Os dados do Quadro 18 permitem concluir que o conjunto *Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades*, finalizou o exercício de 2016 com um montante de receita cobrada bruta de 2.742.732 €, (-) 10,9% abaixo do registado em 2015, ou seja, (-) 335.276. Tal orientação encontra-se influenciada sobretudo pelas prestações negativas ocorridas nas rubricas de *Loteamentos e Obras*, *Multas e Outras Penalidades* e *Outros*, que foram ligeiramente amortecidas pelos suaves aumentos de *Mercados e Feiras*, *Ocupação da Via Pública* e *Publicidade*.

À semelhança dos exercícios anteriores as rubricas com maior expressão continuam a ser a *Ocupação da Via Pública e Loteamentos e Obras*, cabendo-lhes, respetivamente, 39,5% e 36,8% do total do agregado em análise:

- A *ocupação da via pública*, responsável por 1.083.191 €, compreende maioritariamente a receita adveniente da Portgás e SMAS pela ocupação do subsolo com tubos subterrâneos. Sofreu um acréscimo no exercício de 2016, (+) 0,7%, ou seja, (+) 7.600 €, sendo que, o acréscimo de 5.830 € procede de utentes coletivos, e os restantes 1.770 € provêm de clientes particulares.
- Os *Loteamentos e Obras*, ao totalizar 1.008.371 €, destaca-se quer pela importância que ocupa neste conjunto de receita (36,8%), quer pela materialidade da variação negativa de (-) 211.464 €. De referir que o decréscimo assinalado advém sobretudo da componente empresarial, (-) 25%, enquanto a componente referente aos particulares apresenta um aumento de (+) 2,2%.

Por sua vez, a *publicidade*, apresenta uma ligeira evolução positiva de (+) 0,5%, contribuindo com (+) 114.751 €. Por força da entrada em vigor do licenciamento zero, a *publicidade* tem tido comportamento negativo nas últimas gerências, entrando agora em fase de estabilização.

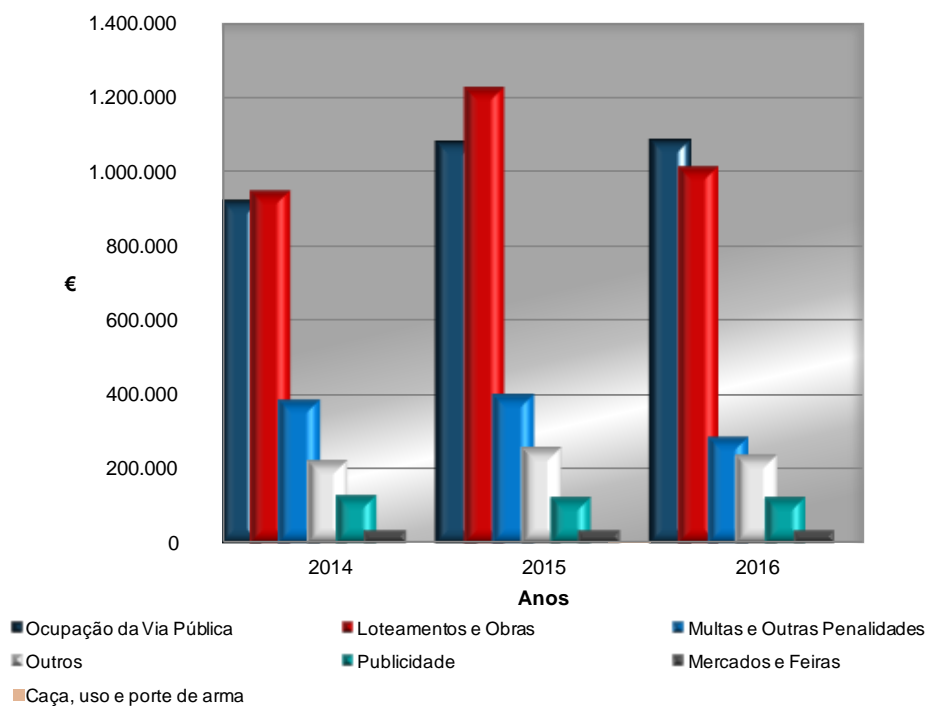
Por conta de *mercados e feiras* arrecadou-se apenas 25.708 €, refletindo um pequeno acréscimo, (+) 1.128 €, que não exerce grande influência no cômputo global do conjunto analisado, atenta a sua fraca representatividade, 0,9%.

A rubrica *Outros* ao totalizar 231.860 € contribui com uma diminuição de (-) 16.972 €

Quanto a *Multas e Outras Penalidades* regista-se uma diminuição de (-) 29,4%, ou seja, (-) 116.158 €, prestação que se encontra influenciada pelas subrubricas de *juros de mora* e *juros compensatórios*, advenientes essencialmente da cobrança de impostos diretos pela Administração Fiscal e pelas cobranças em sede execução fiscal.

Gráfico 10

EVOLUÇÃO IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES



VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES

Quadro 19

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2014		2015		2016				
	Execução	Variação 2013/2014	Execução	Variação 2014/2015	Previsão	Execução	Peso	Variação 2015/2016	Taxa de Execução
Venda de Bens	33.790	76,1%	6.323	-81,3%	23.200	14.662	0,4%	131,9%	63,2%
Prestação Serviços Diversos									
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.926.115	2,5%	3.088.527	5,6%	2.824.200	3.065.719	90,2%	-0,7%	108,6%
Serv. Especificos autarq. locais	148.059	-16,9%	152.856	3,2%	175.300	165.303	4,9%	8,1%	94,3%
Aluguer espaços e equip.	38.966	-2,0%	43.820	12,5%	41.100	43.834	1,3%	0,0%	106,7%
Vistorias e ensaios	13.006	31,3%	10.195	-21,6%	11.800	16.755	0,5%	64,3%	142,0%
Outros	91	1098,8%	1.235	1262,6%	300	1.482	0,0%	20,0%	493,9%
Sub Total	3.160.026	1,9%	3.302.956	4,5%	3.075.900	3.307.755	97,3%	0,1%	107,5%
Rendas e Alugueres									
Habitação e edificios	47.240	-1,5%	88.405	87,1%	60.500	92.383	2,7%	4,5%	152,7%
Outros- Rendas e alugueres	0		0		100	0	0,0%		0,0%
Sub Total	47.240	-1,5%	88.405	87,1%	60.600	92.383	2,7%	4,5%	152,4%
Total	3.207.266	1,8%	3.391.360	5,7%	3.136.500	3.400.138	100,0%	0,3%	108,4%

Un:Euros

Da análise do Quadro 19 é possível verificar que no último triénio a *Venda de Bens e Serviços*, compreendeu montantes de receita arrecadada acima dos 3 milhões de euros e exibiu tendências evolutivas positivas.

No exercício de 2016, a *venda de bens e prestação de serviços correntes* totalizou 3.400.138 € tendo originado uma variação de (+) 0,3% face ao ano transato. Destaca-se o contributo dos *Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos*, responsáveis por 90,2% do total da receita deste agrupamento, materializando-se em 3.065.719 €, não obstante a ligeira diminuição de (-) 22.808 €. Com efeito, continuam a ser os *Serviços Desportivos* e os *Serviços Sociais* a suportar o bom desempenho desta tipologia de receita, encontrando-se refletida, respetivamente, a utilização dos complexos desportivos e a prestação de serviços no âmbito da educação, designadamente o fornecimento de refeições escolares e atividades de apoio à família no pré-escolar e EB1. Assim, por conta dos *Serviços Desportivos*, cobraram-se 1.587.461 €, o que traduz um aumento de (+) 34.623 €; por sua vez os *Serviços Sociais* arrecadaram 1.407.971 €, que expôs um decréscimo de (-) 64.151 €.

Os *serviços específicos das autarquias*, que em 2016 comportaram 4,9% da *venda de bens e prestação de serviços correntes*, evidenciaram um acréscimo de (+) 12.447 €, proveniente sobretudo de pedidos de cópias e da dinâmica associada às férias ambientais e à remoção/depósito de viaturas abandonadas.

No ano em análise, o *aluguer de espaços e equipamentos* assumiu a importância de 43.834 €, encontrando-se contemplada nesta classificação económica a receita proveniente da cedência de equipamentos pertencentes ao património do município, para utilização de terceiros, tais como o Aeródromo, o Complexo Municipal da Quinta da Gruta e os stands da feira de artesanato.

As vistorias e ensaios, não obstante a reduzida representatividade, 0,5%, exibiram uma variação positiva de (+) 6.560 €.

A representar apenas 2,7%, as *rendas e alugueres* foram responsáveis por 92.383 €, e respeitam as rendas provenientes de edifícios de habitação e comerciais. A renda pela utilização das instalações do antigo matadouro municipal continua a ser o valor mais significativo, 90.144 €, pago pela empresa Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

Quadro 20

MAPA DE CONTROLO DA RECEITA										
	Receitas por cobrar no início do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições Emitidos	Pagos	Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar no final 2015	2016	Variação 2015/2016
Receitas Correntes	4.260.057	66.238.983	812.659	66.299.182	874.773	874.773	65.424.408	4.260.057	3.387.199	-20,5%
Impostos Diretos		42.197.888	730	42.197.159	873.631	873.631	41.323.528			
Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.263.697	2.680.549	770.709	2.742.732			2.742.732	3.263.697	2.430.804	-25,5%
Rendimentos de Propriedade	227	2.809.172	5.550	2.798.670			2.798.670	227	5.179	2179,2%
Transferências Correntes	410	14.924.549		14.923.734			14.923.734	410	1.225	198,8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	745.010	3.373.338	30.680	3.400.138			3.400.138	745.010	687.530	-7,7%
Outras Receitas Correntes	250.712	253.487	4.990	236.749	1.142	1.142	235.607	250.712	262.460	4,7%
Receitas de Capital	482.736	1.080.489	0	1.105.344			1.105.344	482.736	457.881	-5,1%
Vendas de Bens de Investimento	289.603	101.235		126.090			126.090	289.603	264.748	-8,6%
Transferências de Capital		554.144		554.144			554.144			
Ativos Financeiros		5.148		5.148			5.148			
Passivos Financeiros										
Outras Receitas de Capital	193.133	419.962		419.962			419.962	193.133	193.133	0,0%
Outras Receitas	20.544	55.211	345	54.866			54.866	20.544	20.544	0,0%
Total	4.763.337	67.374.682	813.004	67.459.391	874.773	874.773	66.584.618	4.763.337	3.865.624	-18,8%

Un: Euros

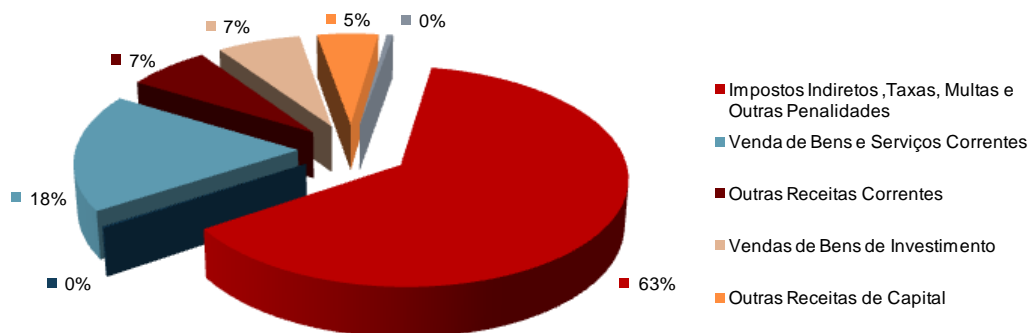
O montante de receita liquidada e não cobrada no final do exercício de 2016 totalizou 3.865.624 €, o que indicia um decréscimo de (-) 18,8% em relação ao ano anterior, praticamente todo imputável aos *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, em consequência da variação ocorrida na rubrica de *loteamentos e obras* (-) 832.892 €.

Não obstante a ligeira diminuição verificada de (-) 57.480 €, a *Venda de Bens e Serviços Correntes* continua a assumir especial relevo ao totalizar 687.530 €, isto é, cerca de 18% do total da receita liquidada e não cobrada em 2016, que envolvem as seguintes áreas:

- *Serviços Sociais*, que compreendem os serviços prestados pela educação da Componente de Apoio à Família (CAF), do Serviço de Apoio à Família (SAF) e das refeições escolares, com um valor por cobrar de 330.723 € pese embora tenham sido recuperados 65.688 €;
- Rendas de Edifícios por conta da qual se encontram refletidas as dívidas das rendas do IAFE – Instituto da Empresa, pela utilização da “Casa da Quinta do Corim”, que totalizam 252.249,52 €, valor este que corresponde à totalidade de receita liquidada e não cobrada nesta classificação orçamental.

Gráfico 11

RECEITA LIQUIDADA E NÃO COBRADA



Com idêntica materialidade entre si, as rubricas de *Outras Receitas Correntes* e *Vendas de Bens de Investimento* são responsáveis, respetivamente, pelas importâncias de 262.460 € e de 264.748 €, registando variações contrárias pouco significativas, de (+) 11.747 € na primeira, e (-) 24.885 € na segunda.

Com menor relevância as rubricas *rendimentos de propriedade e transferências correntes*, não obstante as suas taxas de variação apresentarem valores exuberantes, (+) 2.179,2% e (+) 198,8%, respetivamente, no seu conjunto apresentam um aumento de (+) 6.404 €, como tal insignificante no total deste tipo de receita. Refira-se, no entanto, que o valor integral destas componentes se encontrava dentro do prazo de pagamento voluntário, à data de 31 de dezembro.

Importa também anotar que do total da receita liquidada e não cobrada, 3.013.000 € encontram-se em execução fiscal e aproximadamente 217.000 € estão dentro dos prazos para pagamento voluntário.

Relativamente às liquidações anuladas, a maior fatia (95%) está alocada aos *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades*, em particular aos *Loteamentos e Obras* que, em virtude do pedido de junção de processos da empresa Siderurgia Nacional, determinou a anulação dos documentos de receita já emitidos no valor de 649.911,68 € e implicará novo apuramento de taxas e emissão de novos documentos em 2017, tratando por isso, na sua génese, mais de uma regularização do que propriamente uma anulação.

Por conta de *Venda de Bens e Serviços Correntes* foram anulados 30.680 €, dos quais 20.634,08 € pertencem aos *serviços sociais*. Destes, 18.219 € referem-se a meras retificações das guias de receita, que por imperativo da aplicação informática exigem a anulação do documento original e emissão de novo documento, empolando assim o valor real das anulações.

Quanto aos *reembolsos e restituições*, resultam essencialmente das cobranças de impostos diretos levadas a cabo pela Autoridade Tributária, e são determinados por erros nas cobranças efetuadas, dando lugar à devolução do valor cobrado, os quais ascenderam a 873.631,03 €.

Ultima-se a análise da receita liquidada e não cobrada reiterando os argumentos aludidos em anteriores gerências, designadamente que permanece o esforço de recuperação de créditos por parte da autarquia, nomeadamente, com a autorização do pagamento em prestações, bem patente no facto de em duas gerências consecutivas se ter recuperado dívida de terceiros, recorrendo ao envio das mesmas para cobrança em sede de execução fiscal.

TRANSFERÊNCIAS

As receitas provenientes de transferências, compreendem as componentes corrente e de capital, cabendo às primeiras o financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e às segundas o financiamento de despesas de investimento. Tais receitas encerram em si um determinado objetivo, ou seja, a produção de melhores serviços e bens públicos.

Nesta matéria, o município da Maia tem diligenciado para que as suas opções estratégicas reflitam os interesses locais e contribuam simultaneamente para o desenvolvimento do país, tendo presente as atribuições e competências que lhe são conferidas pelos diplomas legais.

Contudo, no contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências. As primeiras são comumente designadas de “*Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE)*”, e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

No que se refere às *Outras transferências*, visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”.

Porém, perante o contexto económico atual, o total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem sofrido oscilações de valor, reiniciando-se em 2015 uma aparente estabilidade e confiança quanto à participação dos municípios nos recursos públicos, muito por força da componente *Participação Variável do IRS*, a qual está indexada aos rendimentos obtidos por sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e que por este facto pode assumir maior tendência a oscilações de valor com as consequências que daí advirão em matéria de recursos financeiros das autarquias. Em 2016, esta variável continuou a apresentar maior preponderância, assumindo a maior alavancagem ao nível dos fundos PIE.

Para 2017, a *Participação Variável do IRS* apresenta uma diminuição, sendo compensada por um acréscimo no *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, perspetivando-se no conjunto dos fundos PIE um acréscimo global.

Considerando o exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 21 sistematizam-se as transferências recebidas no último triénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 21

TRANSFERÊNCIAS								
	2014	2015	2016		Peso no total das transferências			
	Execução	Execução	Variação 2014/15	Execução	Variação 2015/16	2014	2015	2016
Transferências Correntes	14.186.076	14.300.170	0,8%	14.923.734	4,4%	87,0%	68,7%	96,4%
Estado	14.043.192	14.098.951	0,4%	13.602.064	-3,5%	86,1%	67,7%	87,9%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.481.073	2.788.151	-19,9%	2.767.143	-0,8%	21,3%	13,4%	17,9%
Fundo Social Municipal	1.555.018	1.655.519	6,5%	1.655.519	0,0%	9,5%	8,0%	10,7%
Participação Variável no IRS	5.962.765	7.301.960	22,5%	7.473.250	2,3%	36,6%	35,1%	48,3%
Outros	3.044.336	2.353.321	-22,7%	1.706.152	-27,5%	18,7%	11,3%	11,0%
Comparticipação em projetos comunitários	41.802	24.760	-40,8%	15.896	-35,8%	0,3%	0,1%	0,1%
Serviços e Fundos Autónomos	57.847	151.442	161,8%	1.274.850	741,8%	0,4%	0,7%	8,2%
Administração Local	17.818	0	-100,0%	0	S/Var.	0,1%	0,0%	0,0%
Segurança Social	25.017	25.017	0,0%	30.923	23,6%	0,2%	0,1%	0,2%
Instituições S/ Fins Lucrativos	400	0	-100,0%	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	2.127.882	6.514.022	206,1%	554.144	-91,5%	13,0%	31,3%	3,6%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	285.460	333.360	16,8%	0	-100,0%	1,7%	1,6%	0,0%
Estado	397.235	309.795	-22,0%	307.460	-0,8%	2,4%	1,5%	2,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	386.786	309.795	-19,9%	307.460	-0,8%	2,4%	1,5%	2,0%
Cooperação técnica e financeira	10.449	0	-100,0%	0	S/Var.	0,1%	0,0%	0,0%
Outros	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Comparticipação em projetos comunitários	1.445.187	5.870.867	306,2%	245.395	-95,8%	8,9%	28,2%	1,6%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	1.289	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	16.313.959	20.814.192	27,6%	15.477.878	-25,6%	100,0%	100,0%	100,0%

Un: Euros

Total da Receita	56.020.498	75.210.893	67.459.391
Peso das Transferências no Total da Receita	29,1%	27,7%	22,9%

Da análise dos dados refletidos no Quadro 21, a primeira conclusão a ser retirada é a de que no exercício económico de 2016, as transferências ascenderam a 15.477.878 €, traduzindo uma variação negativa de (-) 25,6%, isto é, em termos absolutos (-) 5.336.314 €, contrariando a orientação crescente verificada no biénio anterior.

Com efeito, ao longo dos últimos três anos, observam-se evoluções heterogéneas nas suas componentes de natureza corrente e de capital, conferindo às primeiras algum equilíbrio com montantes arrecadados acima dos 14 milhões de euros e acréscimos recorrentes.

Por sua vez, as transferências de capital espelham maiores oscilações nos valores arrecadados, assumindo em 2015 um aumento de (+) 4.386.139 €, e em 2016 uma diminuição de (-) 5.959.878 €, consequência direta do comportamento mais volátil da rubrica de *Comparticipação em Projetos Comunitários*, responsável pelo desfecho final negativo do agregado das *Transferências*.

Deste modo, verifica-se que em 2016 existe uma variação significativa ao nível do valor das transferências, pautando-se por um decréscimo preponderante e com bastante significado no contexto global das receitas da autarquia. O resultado obtido não pode ser descontextualizado das receitas

provenientes de projetos de investimento financiados no âmbito do QREN, que no último triénio entrou na sua fase final, e que em 2015 por força dos elevados níveis de execução dos projetos municipais financiados, permitiu ao Município ter acesso à Bolsa de Mérito.

No contexto geral da receita, as transferências representaram em 2016 cerca de 23% do total da receita municipal, valor ligeiramente inferior ao verificado nos anos de 2014 (aproximadamente 29%) e de 2015 (aproximadamente 28%).

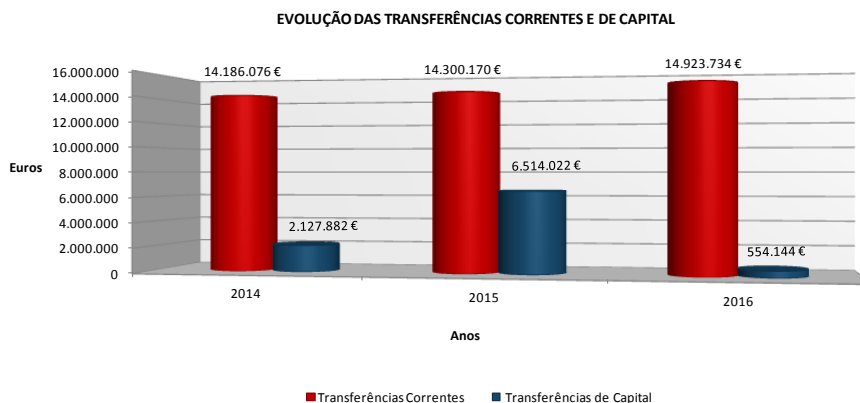
Permanece em 2016 a maior preponderância das transferências correntes sobre as de capital, ao comportarem 96,4% do total e ao evidenciarem um incremento de (+) 623.564 €, justificado sobretudo pelo aumento verificado nas rubricas de *Fundos e Serviços Autónomos* e dos *Fundos Municipais*. As transferências de capital, em 2016 representam apenas 3,6% e assumem o montante de 554.144 €.

Os fundos municipais, ao representar cerca de 79% do total das transferências, continuam a ser determinantes no desenvolvimento da atividade autárquica contribuindo com um total de 12.203.372 €.

Do exposto resulta que em 2016 o decréscimo do valor total das transferências influenciou o desempenho global da receita, já que a variação ocorrida no total das transferências foi em valor absoluto de (-) 5.336.314 €, e a diminuição na receita total de (-) 7.751.502 €, representando desta forma as transferências cerca de 69% da perda global.

O Gráfico 12 permite visualizar a evolução em termos absolutos de cada uma das componentes económicas da rubrica de transferências.

Gráfico 12



Avaliando as diversas componentes das **transferências correntes** é possível aferir que, ao longo do triénio em análise, aquelas que tem origem no *Estado* são as que assumem maior preponderância ao rondarem 99% do total das transferências correntes em 2014 e 2015, diminuindo esse peso para cerca de 91% em 2016. Em termos absolutos, as transferências do *Estado* anunciam uma variação positiva entre 2014 e 2015 que ascende a (+) 55.759 €, pautando-se por um decréscimo em 2016 ao apresentar um valor de (-) 496.887, que tem como principal impulsionador a componente *Outros* com um valor de (-) 647.169 €, por conta da qual se arrecadam valores destinados a comparticipar as atividades do pré-escolar e EB1 e outras.

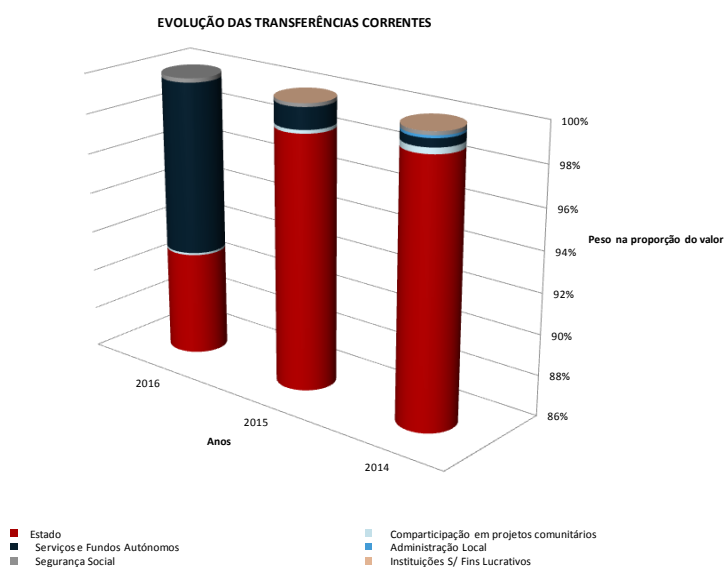
A variação positiva das transferências correntes em 2016 encontra-se inteiramente relacionada com o valor verificado nos *Serviços e Fundos Autónomos*, que anula a variação negativa ocorrida em algumas das restantes rubricas, assumindo papel determinante, ao apresentar um acréscimo de (+) 1.123.408 €.

A representatividade dos *Serviços e Fundos Autónomos* prende-se com uma alteração contextual no domínio do financiamento de atividades de educação e formação por parte da administração central ao município, nomeadamente, pela assinatura de contrato nesse domínio designado por Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que teve por objeto a delegação de competências no município, até então sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, relativamente ao Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia. Este contrato esteve em vigor até fim de agosto de 2016, tendo o município revogado o mesmo a partir dessa data.

As restantes rubricas de *Comparticipação em projetos comunitários*, *Segurança social* e *Instituições S/fins lucrativos* assumem um valor residual, cujo peso no seu conjunto em 2016 é cerca de 0,3% do total das transferências correntes.

O Gráfico 13 permite avaliar a preponderância de cada uma das componentes das transferências correntes sendo perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pelas transferências do estado, visualizando-se a inexpressividade das restantes componentes, com exceção dos *Serviços e Fundos Autónomos* no ano de 2016, conforme já abordado.

Gráfico 13



As **transferências de capital** pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam uma maior tendência a oscilações de valor. No entanto as suas características, independentemente do ciclo a que estejam ligadas, atribuem-lhe um papel de relevo não só nos orçamentos municipais, mas essencialmente nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe assim um papel muito importante no financiamento dessa mesma estratégia.

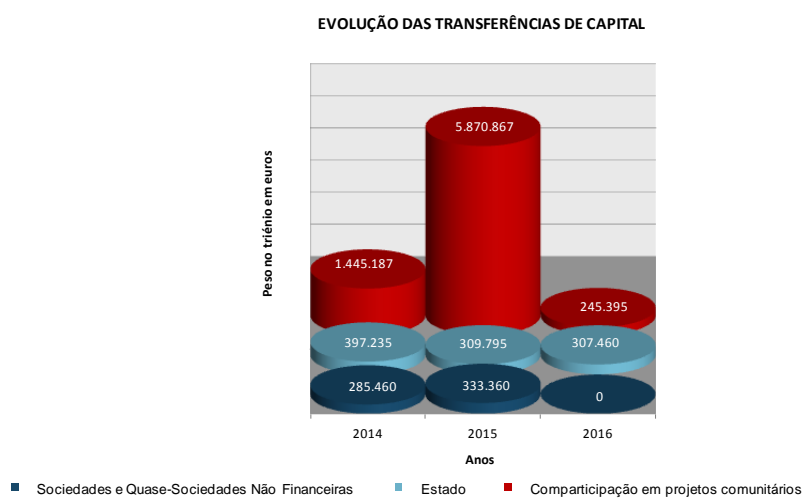
No ano de 2016 estas receitas de capital tiveram um decréscimo de (-) 5.959.878 €, (-) 91,5%, devido essencialmente ao comportamento da rubrica de *Comparticipação em projetos comunitários*, que assume valores residuais uma vez que engloba todos os projetos inseridos no “Quadro de Referência Estratégica Nacional” financiado por fundos comunitários, com origem no FEDER e FSE, que se encontram na sua fase final de encerramento financeiro, motivo que justifica a quebra assinalada.

Com efeito, grande parte do influxo financeiro desses projetos ocorreu em 2015, tendo sido cobrados cerca de 4,3 milhões de euros ao abrigo de *Comparticipação em projetos comunitários*. A este valor acresceu ainda o remanescente de alguns projetos em fase final de aprovação do relatório, com a consequente libertação da retenção dos 5% finais, no total de 1,5 milhões de euros.

Em 2016 o FEF capital manteve-se em valores aproximados aos do ano transato, ainda que com ligeira diminuição, mantendo-se neste ano a proporção face ao FEF corrente, decorrente da última alteração em matéria de afetação das transferências de FEF entre parte corrente e capital, introduzida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Lei das Finanças Locais), permitindo uma afetação máxima a receita corrente até 90% do montante a transferir em cada ano.

O Gráfico 14 permite avaliar o peso em termos relativos de cada uma das componentes das transferências de capital, verificando-se a heterogeneidade das variações, e acima de tudo confirmar a maior volatilidade deste tipo de receita, assumindo-se no entanto que a componente associada a transferências de capital com origem no estado possa agora passar a ter uma maior estabilidade.

Gráfico 14



FUNDOS MUNICIPAIS

Atendendo à sua relevância no cômputo global das transferências, justifica-se uma análise mais detalhada aos Fundos Municipais, principalmente no atual contexto de sistemática alteração da repartição dos recursos públicos entre o estado e os municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais. Tais exigências levam a que os municípios devam assimilar nos seus orçamentos e GOP, preocupações com a estabilidade orçamental, o

equilíbrio das contas públicas numa perspetiva integrada do setor público, mas também planear as finanças autárquicas tendo em conta compromissos intergeracionais.

A crescente tendência descentralizadora de competências e atribuições, poderá contribuir fortemente para um maior dinamismo associado a estes fundos, já que, para que tal descentralização possa ocorrer dever-lhe-á corresponder uma determinada alavancagem financeira associada.

Quadro 22

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO							
	2014	2015		2016		2017	
	Execução	Execução	Variação 2014/2015	Execução	Variação 2015/2016	Previsto OE	Variação 2016/2017
Transferências Correntes - Estado	10.998.856	11.745.630	6,8%	11.895.912	1,3%	12.172.982	2,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.481.073	2.788.151	-19,9%	2.767.143	-0,8%	3.433.828	24,1%
Fundo Social Municipal	1.555.018	1.655.519	6,5%	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%
Participação Variável no IRS	5.962.765	7.301.960	22,5%	7.473.250	2,3%	7.083.635	-5,2%
Transferências Capital - Estado	386.786	309.795	-19,9%	307.460	-0,8%	381.536	24,1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	386.786	309.795	-19,9%	307.460	-0,8%	381.536	24,1%
Total	11.385.642	12.055.425	5,9%	12.203.372	1,2%	12.554.518	2,9%
Un: Euros							
Total de Transferências	16.313.959	20.814.192		15.477.878			
Total de Receita	56.020.498	75.210.893		67.459.391			
Peso dos Fundos PIE no total das transferências	69,8%	57,9%		78,8%			
Peso dos Fundos PIE no total da receita	20,3%	16,0%		18,1%			

A evolução dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais durante o último triénio, retratada no Quadro 22, permite aferir uma orientação positiva, que foi mais significativa entre 2014 e 2015, ocasião em que se verificou um acréscimo de (+) 669.783 € com origem nas componentes *Participação Variável no IRS* e *Fundo Social Municipal*. Em 2016, a trajetória ascendente destes fundos manteve-se, muito embora com menor expressão. Ao totalizar 12.554.518 €, refletiu um aumento de (+) 147.947 €, influenciado uma vez mais pelo forte contributo da *Participação Variável no IRS*, que se revelou como sendo a componente estrutural mais importante destes fundos.

O *Fundo Social Municipal* que tem sido constantemente consignado à função “Educação”, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, permaneceu com o valor inalterado nos 1.655.519 €, perspetivando-se igual montante para 2017.

Por sua vez, o *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, que ao longo dos últimos exercícios tem vindo a ser diminuído, manteve em 2016 uma pequena quebra, que ascendeu a (-) 21.008 €. Na previsão para 2017 observa-se um crescimento de (+) 740.761 €, com especial incidência na componente corrente.

Quanto à *Participação Variável no IRS*, esta assume-se como a mais importante do agrupamento, tendo ao mesmo tempo uma característica de volatilidade, dado que depende dos rendimentos gerados na área geográfica do município em sede de IRS, pelo que as variações conjunturais podem ter uma forte influência no resultado final deste agregado. O acréscimo verificado em 2015 e 2016 é salutar do ponto de vista das finanças autárquicas, mas acima de tudo porque traduz uma melhoria das condições de rendimento da população do concelho, sintomáticas do evoluir favorável das condições económicas do país. Em 2016 esta tendência manteve-se, apresentando-se um acréscimo de (+) 171.290 €. Contudo para 2017 verificar-se-á uma inclinação contrária, prevendo-se uma redução de (-) 389.615 €.

Para o ano económico de 2016, assistiu-se a um reforço do peso relativo destes fundos, quer ao nível do total da receita quer no total das transferências, quando comparativamente com o ano de 2015. Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, verifica-se que estas receitas nos dois primeiros anos passaram de 20% para 16 % do total da receita cobrada, apresentando em 2016 um acréscimo do seu peso relativo na ordem dos dois pontos percentuais.

De igual modo é visível que os fundos (PIE) são aqueles que adquirem maior expressividade no contexto das transferências, mantendo-se a um nível elevado nos sucessivos exercícios económicos, atingindo cerca de 79% em 2016.

Conclui-se, referindo que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, sofrendo a atividade municipal perda de influência, sempre que tal receita venha a ser diminuída em matéria de eficiência e equidade, mas também dos objetivos de equilíbrio e sustentabilidade das finanças municipais.

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS

Como análise final inserem-se três mapas que traduzem com particular relevância determinada orientação estratégica:

- Um primeiro mapa, que permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para projetos cofinanciados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2014 e 2016.
- Um segundo que permite aferir os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação por ano letivo;
- O último mapa possibilita a análise da execução dos projetos financiados no âmbito do QREN, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 23

TRANSFERÊNCIAS E COMPARTICIPAÇÕES						
	2014	2015	Variação 2014/2015	2016	Variação 2015/2016	Peso
	Execução	Execução		Execução		
Transferências Correntes	3.187.220	2.554.540	-19,9%	3.027.822	18,5%	92,5%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	41.802	24.760	100,0%	15.896	-35,8%	0,5%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais na Administração Local	1.368	24.760	1710,1%	0	-100,0%	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	40.434	0	-100,0%	1.468	100,0%	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	0	0	S/Var	14.428	100,0%	0,4%
Administração Local	17.818	0	100,0%	0	S/Var.	0,0%
Programa Metropolitano de Emergência Social	17.818	0	-100,0%	0	S/Var.	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	57.847	151.442	161,8%	1.274.850	741,8%	38,9%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	4.500	4.500	0,0%	0	-100,0%	0,0%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	38.269	37.602	-1,7%	33.284	-11,5%	1,0%
Instituto Emprego Formação Profissional - MCE	14.488	8.700	-40,0%	12.331	41,7%	0,4%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	590	640	8,5%	410	-35,9%	0,0%
Instituto Português do Desporto e Juventude	0	100.000	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Instituto de Gestão Financeira da Educação - Contrato Interadministrativo Delegação Competências	0	0	S/Var	1.228.825	100,0%	37,5%
Segurança Social	25.017	25.017	0,0%	30.923	23,6%	0,9%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	25.017	25.017	0,0%	30.923	23,6%	0,9%
Instituições S/ Fins Lucrativos	400	0	100,0%	0	S/Var.	0,0%
Fundação Calouste Gulbenkian	400	0	-100,0%	0	S/Var.	0,0%
Outros:	3.044.336	2.353.321	-22,7%	1.706.152	-27,5%	52,1%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	911.288	700.820	-23,1%	553.903	-21,0%	16,9%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	763.331	633.608	-17,0%	383.161	-39,5%	11,7%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	1.023.962	744.992	-27,2%	648.316	-13,0%	19,8%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	199.020	227.569	14,3%	91.041	-60,0%	2,8%
Direção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	0	-100,0%	0	S/Var.	0,0%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	1.025	855	-16,6%	846	-1,1%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Participação para Despesas com Actos Eleitorais	28.389	28.657	0,9%	28.886	0,8%	0,9%
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	16.821	16.821	0,0%	0	-100,0%	0,0%
Transferências de Capital	1.741.096	6.204.227	256,3%	246.684	-96,0%	7,5%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	285.460	333.360	16,8%	0	-100,0%	0,00%
Protocolo de Acordo no Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 - Sublanço Águas Santas-Ermesinde	285.460	283.360	-0,7%	0	-100,0%	0,00%
Protocolo com a Auchan - Repavimentação da Via Comendador Valentim dos Santos Dinis	0	50.000	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	10.449	0	-100,0%	0	S/Var.	0,00%
Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar - Escola Básica do Barroso	10.449	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1.445.187	5.870.867	306,2%	245.395	-95,8%	7,49%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	1.318.439	1.559.809	18,3%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I	0	2.585.734	100,0%	78.829	-97,0%	2,41%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Parque da Ponte Moreira	0	83.863	100,0%	4.414	-94,7%	0,13%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Centro de Alto Rendimento Desportivo da Maia	0	814.636	100,0%	36.344	-95,5%	1,11%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Reordenamento da Rede Viária da Cidade - Via Periférica SE, entre Rua do Cavaco e Rua Santo Condestável	0	826.826	100,0%	43.517	-94,7%	1,33%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	5.970	0	-100,0%	0	S/Var.	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Aldeia	3.500	0	-100,0%	0	S/Var.	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	2.546	0	-100,0%	0	S/Var.	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	3.166	0	-100,0%	0	S/Var.	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	111.566	0	-100,0%	6.532	100,0%	0,20%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Centro Escolar de Mandim	0	0	S/Var	52.565	100,0%	1,61%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Centro Escolar de Folgosa	0	0	S/Var	23.194	100,0%	#REF!
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	1.289	100,0%	0,04%
Instituto de Gestão Financeira da Educação - Contrato Interadministrativo Delegação Competências	0	0	S/Var	1.289	100,0%	0,0%
	4.928.317	8.758.767	77,72%	3.274.506	-62,61%	100,00%

Un: Euros

Do montante global de 3.274.506 €, arrecadado em 2016 no agrupamento das transferências e comparticipações, destaca-se com especial relevância a componente de natureza corrente ao assegurar 3.027.822 €, ou seja, 92,5% daquele valor, e ao exibir um aumento de (+) 473.282 €. Em sentido inverso, as transferências de capital assumem a importância de 246.684 € e refletem uma significativa redução de (-) 5.957.543 €, contribuindo de forma inequívoca para o resultado final do agrupamento em análise.

A variação global ocorrida neste período de cerca de (-) 62,6% é imputável principalmente à *comparticipação comunitária em projetos cofinanciados*, sobretudo na parte correspondente à receita que financia despesa de capital de alguns projetos, que em 2015 tiveram maior incidência de influxos do que em 2016, nomeadamente:

- O conjunto de projetos incluídos na “Requalificação da Rede Escolar, Centro Escolar de Mandim e Centro Escolar de Folgosa”;
- O projeto “Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I”;
- O projeto “Construção do Parque da Ponte Moreira”;
- O projeto “Centro de Alto Rendimento Desportivo da Maia”;
- O projeto “Reordenamento da Rede Viária da Cidade - Via Periférica SE, entre Rua do Cavaco e Rua Santo Condestável”.

Relativamente à rubrica das *Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras*, o valor de 2016 reduz-se em 100% por força do carácter pontual que tais transferências assumem. Os anos de 2014 e de 2015 foram atípicos para este agregado devido à existência de dois protocolos de acordo, um no *Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 – Sublanço Águas Santas-Ermesinde*, e o protocolo com a Auchan para a *Repavimentação da Via Comendador Valentim dos Santos Dinis*, situação que não se repete em 2016.

À semelhança de exercícios anteriores, é na rubrica *Outros* que se concentra o maior volume de transferências correntes, em especial as destinadas à cobertura de despesas correntes na área da educação.

De notar que para além da rubrica *Outros*, também os *Serviços e Fundos Autónomos* agregam valor destinado à área da educação, por via do já anteriormente referido Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Desta forma, ao considerar o conjunto dos valores verifica-se que as transferências para a área da educação atingiram no ano de 2016 o valor de 2.905.246 €, significativamente superior ao verificado no ano transato.

Refira-se que relativamente à *comparticipação dos transportes escolares*, por força da transição do financiamento para o *Fundo Social Municipal*, ocorrida em 2015, no biénio 2015-2016 o valor é nulo.

A *comparticipação da Segurança Social* para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, apresenta em 2016 estabilidade em relação a 2015, ainda que com um ligeiro acréscimo, determinado pela reavaliação dos critérios de cálculo da *comparticipação financeira*, que passou a incluir critérios mais alargados de análise, nomeadamente que abarquem a dimensão da população jovem do concelho, bem como a vertente logística e a vertente administrativa.

Devido à sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação *Outros*, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos. Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação, e comparando as transferências por ano económico observadas no quadro anterior com as transferências

por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem-se tirar algumas conclusões que em determinados casos podem ser divergentes.

Quadro 24

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO				
	Execução por ano letivo			Variação dos dois últimos anos letivos
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	
Outros:	2.441.169	2.280.156	2.619.459	15%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	651.805	643.360	454.493	-29%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	610.656	653.353	588.702	-10%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	879.187	655.373	661.285	1%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	199.020	227.569	232.465	2%
IGEFE - Programa de Enriquecimento Curricular - Contrato Interadministrativo	0	0	138.100	100%
IGEFE - Auxiliares de Acção Educativa - Contrato Interadministrativo	0	0	75.378	100%
IGEFE - Refeições Escolares 1º Ciclo - Contrato Interadministrativo	0	0	46.243	100%
IGEFE - Componente Social - Contrato Interadministrativo	0	0	322.291	100%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	100.501	0%

Un: Euros

* Conforme n.º 4 do artigo 44.º da Lei 7-A/2016

Desenvolvendo uma análise aos valores executados por ano letivo e compatibilizando-a com a informação anterior é possível concluir que:

- Para o *Programa de Enriquecimento Curricular*, do conjunto de transferências efetuadas pela DGESTE e IGEFE (esta no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências), verifica-se que a perspetiva letiva apresenta um valor um pouco menor (592.593 €) do que a componente económica (634.543 €). Este facto deriva de *timing* de pagamento desajustado, nomeadamente pagamento da 1.ª tranche em março de 2016, quando normalmente deveria ocorrer até dezembro de 2015, situação esta que sobreavalia a receita de 2016 na perspetiva económica. Além do desajustamento mencionado no parágrafo anterior, verifica-se que em ambas as perspetivas o financiamento decresceu, a que não é alheio o facto de no ano letivo 2015/2016, o Inglês passar a ser uma disciplina de lecionação obrigatória para as turmas a partir do 3.º ano de escolaridade, caíndo assim fora do âmbito de abrangência das atividades de enriquecimento curricular.
- No *Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Acção Educativa*, as conclusões obtidas em sede de ano letivo (664.080 €) superam os valores de execução (458.540 €). Uma vez mais aponta-se o *timing* de processamento dos pagamentos como principal fator explicativo do desajustamento.
- No *Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social* a perspetiva de análise por ano letivo apresenta um ligeiro acréscimo (983.577 €) face à comparação da execução espelhada no Quadro 24 (970.607 €), que genericamente inclui os valores processados pela DGESTE, presentes nesse quadro adicionados dos valores processados pela IGEFE.
- Ao nível do *Programa de Generalização de Refeições Escolares* também não existe uma paridade entre ambas as perspetivas, observando-se que para o ano de 2016 a perspetiva

económica apresenta um valor substancialmente inferior (137.284 €) ao apontado para a perspetiva letiva (278.708 €). Esta situação está relacionada com o facto de um dos pagamentos que deveria ocorrer em 2016 apenas ter sido processado em 2017, provocando o desajustamento observado.

- No que aos *Transportes Escolares* diz respeito, é de assinalar que o foco do financiamento manteve-se, alterando-se no entanto a forma de financiamento do mesmo, passando este de um subsídio entregue autónomamente para um valor incluído no *Fundo Social Municipal*, embora pelo mesmo valor que havia sido pago no ano de 2015, conforme decorre do n.º 4 do artigo 44.º da Lei n.º 7-A/2016 (Lei do Orçamento do Estado para 2016).

O Quadro 25 identifica os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do QREN, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização. Destaca-se neste último quadro e face ao indicador referido, o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados.

Os Projetos no âmbito do QREN terminaram no ano de 2016, passando a partir de 2017 a ser abrangidos pelo novo programa comunitário designado Portugal 2020.

Será de ressaltar que existe um conjunto de projetos aprovados, mas condicionados até ao momento à existência de verba, pelo que apesar de incluídos e com despesa submetida, poderão não ser contemplados no final com qualquer verba ou alternativamente alguns deles virem a ser incluídos em novas candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Esses projetos são:

- Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões – Águas Santas;
- Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões – Pedrouços;
- Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões – Vermoim;
- Qualificação e Mobilidade em Meio Urbano - Beneficiação de Passeios e Percursos Pedonais;
- Equipamentos Desportivos de Proximidade e Base Formativa – Campo de Jogos de São Pedro Fins;
- Requalificação de Equipamento Público para Atividade Cultural e de Formação Musical - Gueifães/Maia.

Quadro 25

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Designação do Projecto	Projectos		Investimento Elegível	Participação		Despesa Submetida	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2016 face ao valor da participação prevista
	Tipologia	Referência	Previsto no Final do Projeto	Previsto no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
Construção do Centro Escolar de Folgosa	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0144-FEDER-000508	1.453.397,50	1.235.387,88	85%	1.196.812,91	1.196.812,91	0,00	96,88%
Construção do Centro Escolar de Mandim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 10-0144-FEDER-000509	1.638.757,18	1.392.943,60	85%	1.267.972,65	1.267.972,65	0,00	91,03%
Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 07-0363-FEDER-000038	3.219.173,14	2.736.297,17	85%	2.664.562,58	2.664.562,58	0,00	97,38%
Loja Interativa de Turismo da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 08-0169-FEDER-000116	203.734,75	160.000,00	85%	160.000,00	160.000,00	0,00	100,00%
Construção do Parque da Ponte Moreira	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 09-0230-FEDER-000136	103.854,75	88.276,54	85%	88.276,54	88.276,54	0,00	100,00%
Centro de Alto Rendimento da Maia - Complexo Desportivo da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projecto NORTE - 09-0230-FEDER-000119	1.008.837,58	857.511,94	85%	850.980,82	850.980,82	0,00	99,24%
Reordenamento da Rede Viária da Cidade - Via Periférica SE, entre Rua do Cavaco e Rua Santo Condestável	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 4 - Mobilidade Territorial	Projecto NORTE - 10-0350-FEDER-000505	1.023.932,56	870.342,68	85%	870.342,68	870.342,68	0,00	100,00%
Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)	Programa Operacional Assistência Técnica - FEDER	ATFDR-01-0273-FEDER-000129	16.974,00	14.427,90	85%	14.427,90	14.427,90	0,00	100,00%
Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - A. Santas	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000271	149.796,14	127.326,72	85%	127.326,72	0,00	127.326,72	100,00%
Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - Pedrouços	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000482	642.527,51	546.148,38	85%	546.148,38	0,00	546.148,38	100,00%
Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - Vermoim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000488	156.323,77	132.875,20	85%	132.875,20	0,00	132.875,20	100,00%
Qualificação e Mobilidade em Meio Urbano - Beneficiação de Passeios e Percursos Pedonais	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000502	256.386,64	217.928,64	85%	217.928,64	0,00	217.928,64	100,00%
Equipamentos desportivos de proximidade e base formativa - Campo Jogos S. Pedro Fins	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	NORTE-10-0156-FEDER-000431	137.413,84	82.448,30	60%	82.448,30	0,00	82.448,30	100,00%
Requalificação de equipamento público para atividade cultural e de formação musical - Gueifães/Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	NORTE-10-0156-FEDER-000704	156.878,94	94.127,36	60%	92.179,11	0,00	92.179,11	97,93%
Totais			10.167.988	8.556.042		8.312.282	7.113.376	1.198.906	97%

Un: Euros

PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2016 o município não contraiu nenhum tipo de empréstimo.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existentes, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações, que vão desde a educação, o desporto, a cultura, a ação social, o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Os Municípios perante estes objetivos, tendo em conta as limitações financeiras com que se têm deparado nos últimos anos, têm feito um esforço na contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, ao nível das despesas com *pessoal*, da *aquisição de bens e serviços*, das *transferências* e dos *subsídios* atribuídos.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma avaliação da despesa numa perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes e de capital, e por outro, a sua natureza, *despesas com pessoal*, *aquisição de bens e serviços* e *transferências*. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa – corrente e de capital, quer em termos de pagamento, quer em termos de despesa faturada (transitada e nova).

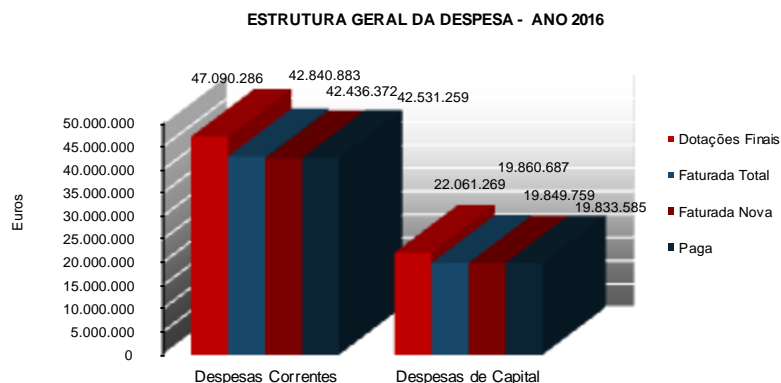
Quadro 26

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA											
	2015			2016				Despesa Paga		Taxa de Execução	
	Despesa Faturada			Despesa Faturada							
	Nova (a)	Dotações Finais (b)	Transitada (c)	Nova (d)	Total (e)=(c)+(d)	Peso Faturada Nova	Variação 2015/2016 Fact Nova	Total (f)	Peso	Desp Faturada (e)/(b)	Desp Paga (f)/(e)
Despesas Correntes	40.824.483	47.090.286	404.512	42.436.372	42.840.883	68,1%	3,9%	42.531.259	68,2%	91,0%	99,3%
Pessoal	18.539.979	20.082.674	43.706	18.888.274	18.931.981	30,3%	1,9%	18.868.519	30,3%	94,3%	99,7%
Aquisição de Bens e Serviços	16.171.341	18.360.865	285.176	16.165.971	16.451.147	26,0%	-0,03%	16.280.697	26,1%	89,6%	99,0%
Juros e Outros Encargos	283.826	437.283	0	423.504	423.504	0,7%	49,2%	423.504	0,7%	96,8%	100,0%
Transferências Correntes	3.010.630	3.578.362	0	3.342.842	3.342.842	5,4%	11,0%	3.342.842	5,4%	93,4%	100,0%
Subsídios	1.760.719	3.404.000	0	2.509.305	2.509.305	4,0%	42,5%	2.509.305	4,0%	73,7%	100,0%
Outras Despesas Correntes	1.057.987	1.227.103	75.629	1.106.475	1.182.104	1,8%	4,6%	1.106.392	1,8%	96,3%	93,6%
Despesas de Capital	26.162.037	22.061.269	10.927	19.849.759	19.860.687	31,9%	-24,1%	19.833.585	31,8%	90,0%	99,9%
Aquisição de Bens de Capital	19.434.928	13.074.427	10.927	11.520.244	11.531.172	18,5%	-40,7%	11.504.071	18,4%	88,2%	99,8%
Transferências de Capital	1.687.720	1.987.833	0	1.333.720	1.333.720	2,1%	-21,0%	1.333.720	2,1%	67,1%	100,0%
Activos Financeiros	526.946	427.186	0	427.186	427.186	0,7%	-18,9%	427.186	0,7%	100,0%	100,0%
Passivos Financeiros	4.512.444	6.568.730	0	6.568.609	6.568.609	10,5%	45,6%	6.568.609	10,5%	100,0%	100,0%
Outras Despesas de Capital	0	3.093	0	0	0	0,0%		0	0,0%	0,0%	
Total Geral Despesas	66.986.520	69.151.555	415.439	62.286.131	62.701.570	100,0%	-7,0%	62.364.844	100,0%	90,7%	99,5%

Un: Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 15



A despesa total faturada neste exercício económico ascendeu a 62.701.570 €, dos quais 415.439 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior e 62.286.131 € à nova faturação de 2016, evidenciando no período em análise um decréscimo global da despesa de (-) 4.856.525 € face ao período homólogo, devido à componente de capital.

Ao nível da despesa realizada verificou-se uma taxa de execução na ordem dos 91%, que permanece similar tanto na componente corrente como na de capital, onde se destaca a prevalência da faturação das despesas correntes, que representam 68,1% do montante global da nova despesa faturada.

Estabelecendo uma avaliação comparativa entre o ano de 2015 e 2016, alude-se ao decréscimo de (-) 4.700.389 € na nova despesa faturada, (-) 7%, justificado na íntegra pela redução das despesas de capital, (-) 24,1%, uma vez que as despesas de natureza corrente apresentam um ligeiro incremento de (+) 3,9%, que não compromete a tendência decrescente do total geral das despesas.

Em matéria de despesas de capital, a redução evidenciada de (-) 6.312.278 €, é essencialmente explicada pela variação negativa ocorrida na componente de *aquisição de bens de capital*, que isoladamente contribui com (-) 7.914.683 €, contribuindo de forma decisiva para o desempenho global deste agrupamento de despesa, seguindo-se a diminuição da rubrica das *transferências de capital*, de (-) 354.001 €, e a variação menos significativa da rubrica dos *ativos financeiros* de (-) 99.760 €.

O decréscimo constatado na rubrica de *aquisição de bens de capital* encontra-se justificado pela aquisição em 2015 dos lotes de terreno números 1 e 4, integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), conforme deliberação da Câmara Municipal, de 16/04/2015, e Assembleia Municipal, de 04/05/2015.

Destaca-se ainda neste item o pagamento referente ao processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, de subscrição particular, denominado “Praça Maior”, cujo processo foi aprovado em reunião de Câmara de 18/12/2015, e visado pelo Tribunal de Contas em 05/01/2016.

Em contraciclo e a refletir um acréscimo no agrupamento das despesas de capital, surge a rubrica dos *passivos financeiros*, que apresenta um aumento significativo de (+) 2.056.166 €, explicado pelo volume de amortizações realizadas por conta do empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o BPI em 2015, no montante de 9.200.000 €, para aquisição de dois lotes de terreno na Tecmaia.

Relativamente às despesas correntes, o acréscimo constatado de (+) 1.611.889 € encontra-se justificado principalmente pela rubrica dos *subsídios* atribuídos às empresas municipais e intermunicipais, que apresenta um aumento de (+) 748.586 €, seguindo-se, o acréscimo da rubrica de *despesas com pessoal* de (+) 348.295 €, o aumento das *transferências correntes* de (+) 332.212 €, o aumento da rubrica de *juros e outros encargos* com uma variação de (+) 139.678 €, e com menor impacto, o acréscimo das outras despesas correntes de (+) 48.488 €.

O incremento verificado na rubrica de *despesas com pessoal* é explicado não só pela reversão da redução remuneratória operada a partir de 1 de janeiro de 2016, constante da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, mas principalmente pela integração de pessoal não docente do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, o que originou um aumento significativo das despesas com pessoal do Município, que caso contrário teria mesmo diminuído.

Com efeito, uma vez excluídas as despesas com pessoal provenientes das novas competências subjacentes ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, cujo montante ascendeu a 357.987,67 €, a execução orçamental das despesas com pessoal do município no final deste exercício totalizaria 18.530.286 €, indiciando um decréscimo, contrariamente ao crescimento assinalado.

No que respeita ao aumento atestado na rubrica de *transferências correntes*, derivou também do Contrato Interadministrativo de Subdelegação de Competências, no qual o Município esteve obrigado a transferir o financiamento recebido da IGEFE para o Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia.

Quanto à variação evidenciada nos *juros e outros encargos*, está associada ao maior serviço da dívida decorrente do pagamento de juros do empréstimo bancário de médio e longo prazo contratado com o BPI em 2015, no montante de 9.200.000 €, para aquisição de dois lotes de terreno na Tecmaia.

O acréscimo verificado na rubrica das *outras despesas correntes*, a qual agrega um conjunto diversificado de despesas, decorre da restituição de impostos à Autoridade Tributária, por encargos de liquidação e cobrança, bem como ocorrência de alguns reembolsos.

Com tendência inversa, verifica-se do lado das despesas correntes, no grupo da *aquisição de bens e serviços*, uma diminuição de (-) 5.371 €, proveniente do decréscimo da componente de *aquisição de bens*, uma vez que a rubrica dos *serviços* teve um ligeiro aumento.

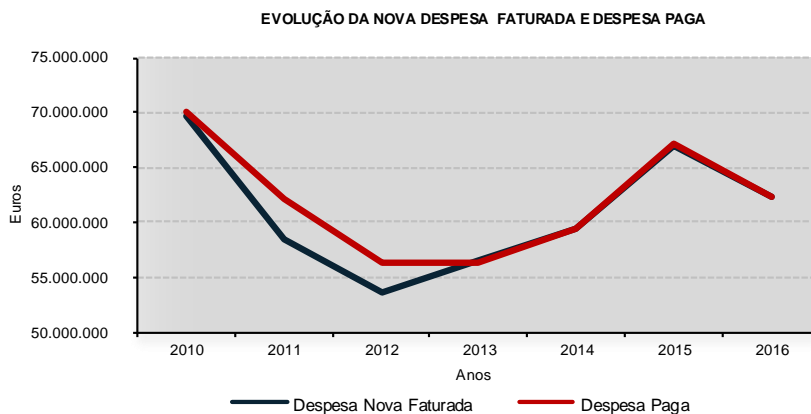
Ao nível de despesa paga, o ano económico de 2016 exhibe o montante de 62.364.844 €, traduzindo em termos de taxas de execução uma excelente taxa obtida nos pagamentos em relação à faturação, ao atingir neste período 99,5%, apurando-se que apenas 336.726 € do total faturado se encontra por pagar.

Assinala-se que o total que se encontra por pagar se reporta a faturação emitida em datas próximas do final do mês de dezembro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior volume de pagamentos foi canalizado para as despesas de carácter corrente (68,2% do total geral da despesa paga), onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com *pessoal* e *aquisição de bens e serviços*, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital foi menor (31,8%).

Para uma melhor observação da evolução da nova despesa faturada e despesa paga desta edilidade, insere-se o Gráfico 16.

Gráfico 16



Considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da despesa, afigura-se necessário proceder a uma análise mais detalhada dos seus subgrupos, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, coincidindo em grande parte com a despesa corrente, agrupando no seu conjunto as despesas com pessoal, com aquisição de bens e serviços e com outras despesas correntes, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro subsequente.

Quadro 27

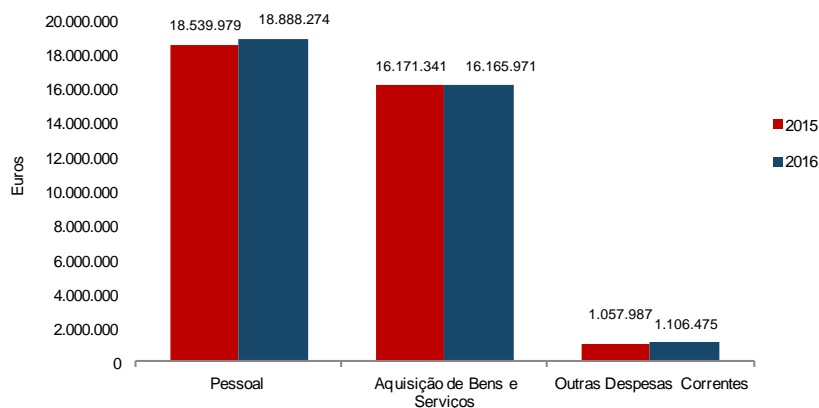
ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO													
	2015						2016						
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (c)=(a)+(b)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Transitada (d)	Nova (e)	Total (f)=(d)+(e)	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Tx Variação
Pessoal	39.704	18.539.979	18.579.683	51,8%	45,4%	27,7%	43.706	18.888.274	18.931.981	52,2%	44,5%	30,3%	1,9%
Aquisição de Bens e Serviços	402.525	16.171.341	16.573.867	45,2%	39,6%	24,1%	285.176	16.165.971	16.451.147	44,7%	38,1%	26,0%	-0,03%
Outras Despesas Correntes	77.464	1.057.987	1.135.451	3,0%	2,6%	1,6%	75.629	1.106.475	1.182.104	3,1%	2,6%	1,8%	4,6%
Total Desp Funcionamento	519.693	35.769.308	36.289.001	100,0%	87,6%	53,4%	404.512	36.160.720	36.565.232	100,0%	85,2%	58,1%	1,1%
Total Despesas Correntes	519.893	40.824.483	41.344.376		100,0%	60,9%	404.512	42.436.372	42.840.883		100,0%	68,1%	3,9%
Total Geral Despesas	571.575	66.986.520	67.558.095				415.439	62.286.131	62.701.570				-7,0%

Un:Euros

(a) e (d) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015 e 2016, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 17

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2015 / 2016



As despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram no exercício em análise o valor de 36.160.720 €, verificando-se um acréscimo de (+) 1,1% em relação ao ano anterior, não obstante a redução registada na rubrica de *aquisição de bens e serviços* de (-) 5.371 €, concorrendo para tal variação o aumento da rubrica de *despesas com pessoal*, (+) 348.295 €, atento o ligeiro crescimento de (+) 48.488 € das *outras despesas correntes*.

Como já foi referido, para o incremento registado na rubrica de pessoal concorreu de forma significativa a integração de pessoal não docente do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, bem como a reversão da redução remuneratória operada a partir de 1 de janeiro de 2016, constante da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Como é dado a observar pela análise do quadro, conclui-se que no exercício económico em apreço a rubrica de despesas com *pessoal* (como já era expectável) constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando 52,2% do total; esta proporção é superior à apurada em 2015 (51,8%), constatando-se também neste exercício económico, um ligeiro acréscimo do peso da rubrica de outras despesas correntes, cuja proporção aumentou para 3,1%. O contrário verificou-se com a rubrica de

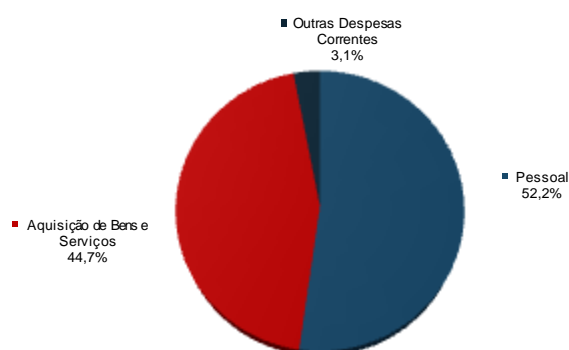
aquisição de bens e serviços, cuja proporção diminui em 2016 para 44,7%, em resultado da diminuição dos seus níveis de despesa nova faturada.

Saliente-se que as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, motivos que justificam o seu peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 85,2% e 58,1%, respetivamente.

No Gráfico 18, ilustra-se o peso destes encargos de funcionamento no exercício de 2016.

Gráfico 18

PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2016



Dada a importância que as despesas de funcionamento têm, na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, procede-se a uma avaliação individual e mais detalhada da área das despesas com *peçoal* e da *aquisição de bens e serviços*.

DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal englobam todas as espécies de remunerações principais, com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também os abonos acessórios e compensações, como sejam despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente: deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Compreendem-se ainda, no âmbito deste agrupamento, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente: subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo às mesmas, nos termos em que este foi superiormente instituído, a este montante acrescem ainda as despesas com aquisição de serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar trimestralmente à Direção Geral das Autarquias Locais. Contudo, perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com pessoal.

No Quadro 28 apresenta-se a estrutura de encargos detalhada, das despesas com *peessoal* da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 28

DESPESAS COM PESSOAL								
2015			2016					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Total	Nova Despesa Faturada		
	Nova	Transitada	Nova				Varição	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)		Peso	Valor	Tx Cresc
Remunerações Certas e Permanentes								
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	210.075		218.459	218.459		12%	8.384	4,0%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	8.743.428		9.023.282	9.023.282		47,8%	279.854	3,2%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.571.809		8.624.244	8.624.244		45,7%	52.434	0,6%
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	171619		399.039	399.039		2,1%	227.420	132,5%
Pessoal para além dos quadros	0		0	0		0,0%	0	
Pessoal contratado a termo	752.013		734.196	734.196		3,9%	-17.817	-2,4%
PCT - Pessoal em funções	502.689		479.278	479.278		2,5%	-23.411	-4,7%
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	249.324		254.918	254.918		1,3%	5.594	2,2%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	912.478		894.024	894.024		4,7%	-18.454	-2,0%
Pessoal aguardando aposentação	18.643		5.811	5.811		0,0%	-12.832	-68,8%
Pessoal em qualquer outra situação	163.155		155.619	155.619		0,8%	-7.537	-4,6%
Representação	96.428		99.515	99.515		0,5%	3.087	3,2%
Subsídio de refeição	868.890		862.545	862.545		4,6%	-6.344	-0,7%
Subsídios de férias e de Natal	1.725.767		1.758.556	1.758.556		9,3%	32.789	1,9%
Remunerações por doença (pessoal quadro CGA)	345.654		391.058	391.058		2,1%	45.403	13,1%
Subtotal	13.836.532	0	14.143.064	14.143.064		74,9%	306.533	2,2%
Abonos Variáveis ou Eventuais								
Horas extraordinárias	59.230		46.463	46.463		0,2%	-12.767	-21,6%
Ajudas de custo	2.389		2.069	2.069		0,0%	-320	-13,4%
Abono para falhas	3.705		3.787	3.787		0,0%	82	2,2%
Formação	0		0	0		0,0%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	1.162		1.162	1.162		0,0%	0	0,0%
Subsídio de turno	280.936		296.132	296.132		1,6%	15.196	5,4%
Indemnizações por cessação de funções	252.424		47.764	47.764		0,3%	-204.660	-81,1%
Outros suplementos e prémios	45.181	1.967	45.846	47.813		0,2%	666	1,5%
Subtotal	645.026	1.967	443.222	445.189		2,3%	-201.803	-31,3%
Segurança Social								
Encargos com a saúde	706.003	41.740	774.499	816.239		4,1%	68.496	9,7%
Outros encargos com a saúde	161.831		161.338	161.338		0,9%	-493	-0,3%
Subsídio familiar a crianças e jovens	83.630		95.068	95.068		0,5%	11.438	13,7%
Outras prestações familiares	8.542		11.706	11.706		0,1%	3.164	37,0%
Contribuições para a segurança social	2.978.039		3.114.306	3.114.306		16,5%	136.268	4,6%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	2.184.903		2.225.426	2.225.426		11,8%	40.523	1,9%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	784.030		882.293	882.293		4,7%	98.263	12,5%
Outros	9.106		6.587	6.587		0,0%	-2.519	-27,7%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0		0,0%	0	
Seguros	87.386		120.454	120.454		0,6%	33.068	37,8%
Outras despesas de segurança social	32.991		24.617	24.617		0,1%	-8.375	-25,4%
Subtotal	4.058.422	41.740	4.301.988	4.343.727		22,8%	243.566	6,0%
TOTAL	18.539.979	43.706	18.888.274	18.931.981		100,0%	348.295	1,9%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Da apreciação do quadro infra conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2016 totalizaram 18.888.274 €, assinalando um acréscimo de (+) 348.295 €, (+) 1,9%, face ao ano anterior, tendo contribuído para este cenário o aumento das despesas com *remunerações certas e permanentes* e das despesas com a *Segurança Social*, atenuado pelo decréscimo das despesas com *abonos variáveis ou eventuais*.

Este acréscimo das despesas com pessoal, como já foi mencionado, ficou a dever-se não só à reversão da redução remuneratória operada de forma progressiva a partir de 1 de janeiro de 2016, mas particularmente à integração de pessoal não docente do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, originando esta integração de pessoal um aumento significativo das despesas com pessoal do Município, que a não existir, determinaria uma diminuição das despesas com pessoal.

A rubrica de *Remunerações certas e permanentes* representa neste exercício económico 74,9% do total das despesas com pessoal, perfazendo 14.143.064 €, e evidencia um acréscimo de (+) 306.533 € em relação ao ano anterior, (+) 2,2%, em consequência do aumento de algumas das rubricas que a compõem, destacando-se:

- O aumento das despesas com *Pessoal dos quadros em regime de contrato individual de trabalho* em (+) 279.854 €, em resultado do acréscimo verificado nas rubricas de *Pessoal dos quadros – novos postos de trabalho* (+) 227.420 €, devido sobretudo ao aumento do pessoal proveniente das novas competências subjacentes ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, não obstante:
 - A contratação de dois novos assistentes operacionais na sequência da abertura de novo procedimento concursal, uma vez que o concurso inicialmente aberto decorrente do processo de internalização das atividades da empresa municipal Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M., no âmbito do processo de dissolução e liquidação desta entidade, ficou deserto;
 - O regresso de dois trabalhadores ao lugar de origem que se encontravam em regime de cedência de interesse público na Empresa Municipal Maiambiente E.M.
- Note-se que o aumento de (+) 52.434 € verificado na sua subcomponente de *Pessoal em funções* teve como contrapartida a redução em igual montante da despesa outrora a sair pela rubrica de *Pessoal dos quadros – novos postos de trabalho* – que apenas deve ser utilizada no ano inicial de ingresso para o quadro, não significando por isso um aumento do número de trabalhadores, mas apenas uma alteração da rubrica de classificação económica ao abrigo da qual se processa o pagamento;
- O acréscimo da rubrica de *Remunerações por doença*, de (+) 45.403 €, o que denota um aumento dos custos suportados com as ausências ao serviço de pessoal do quadro vinculado à CGA de (+) 13,1%;
 - O incremento dos encargos com *Subsídios de Férias e de Natal*, que perfaz (+) 32.789 €;
 - O aumento da rubrica de *Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos* em (+) 8.384 €, explicado pela eliminação progressiva ao longo do ano de 2016 da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro;
 - A variação da rubrica de *Representação* em (+) 3.087 €.

Paralelamente e não obstante o incremento global deste agregado económico - *Remunerações certas e permanentes*, também se registaram decréscimos em algumas das suas componentes a saber:

- *Pessoal em regime de tarefa e avença* a assinalar uma redução de (-) 18.454 €, cuja variação está indexada à saída do prestador de serviços de arqueologia;
- *Pessoal contratado a termo* com um decréscimo de (-) 17.817 €, determinado pela redução do número de técnicos contratados afetos às Atividades de Enriquecimento Extracurriculares;
- *Pessoal aguardando aposentação* a registar uma variação negativa de (-) 12.832 €;
- *Pessoal em qualquer outra situação* com uma diminuição de (-) 7.537 €, fundamentada pela saída de um chefe de gabinete;
- *Subsídio de refeição* a assinalar uma variação negativa de (-) 6.344 €, decorrente do aumento de faltas ao serviço de pessoal do quadro vinculado à CGA e do ajuste da fórmula de cálculo de pagamento do pessoal afeto às Atividades de Enriquecimento Extracurriculares.

Em matéria de *Abonos variáveis ou eventuais*, estes absorvem 2,3% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 443.222 €; apresentam um decréscimo de (-) 201.803 € face ao ano transato, (-) 31,3%, justificado pela diminuição verificada nas seguintes rubricas:

- *Indemnizações por cessação de funções*, com uma redução de (-) 204.660 €, dada a ausência de rescisões por mútuo acordo de trabalhadores em regime de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, que ocorreram em 2015 nos termos da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro;
- *Horas extraordinárias* com uma diminuição de (-) 12.767 €, justificada pela redução do número de horas extraordinárias realizadas;
- *Ajudas de custo* com um decréscimo meramente residual no montante de (-) 320 €.

A *Segurança Social* consome 22,8% do total das despesas com pessoal, atingindo o montante de 4.301.988 € e evidenciando um acréscimo de (+) 243.566 € em relação ao ano anterior, (+) 6,0%. Para tal contribuíram, principalmente: o aumento das *contribuições para a Segurança Social* em (+) 136.268 €, o acréscimo da rubrica dos *encargos com a saúde* em (+) 68.496 €, o aumento da rubrica dos *seguros* em (+) 33.068 €, e a variação em (+) 11.438 € do *subsídio familiar a crianças e jovens*.

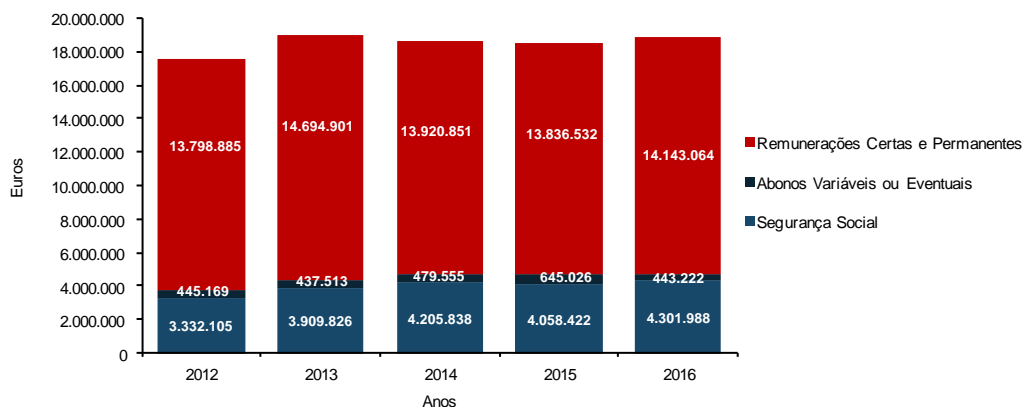
Este aumento de contribuições resulta do acréscimo da rubrica *Segurança Social do pessoal – regime geral*, correspondente a encargos da entidade patronal com o pessoal afeto ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, e do aumento da rubrica da *Segurança Social do pessoal - Caixa Geral de Aposentações*, relativo a remissões de pensões por acidentes de serviço.

Por último, convém salientar o facto de a rubrica de *despesas com pessoal* ocupar um grande peso na globalidade das despesas municipais, representando na gerência em apreciação 52% das despesas de funcionamento, 44% das despesas correntes e 30% das despesas totais.

O gráfico seguinte ilustra a variação das rubricas despesas com pessoal do Município, no último quinquénio.

Gráfico 19

VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

No âmbito desta matéria a Lei do Orçamento de Estado para 2016, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, faz constar no seu artigo 32.º relativo à “*Gestão de trabalhadores nas autarquias locais e demais entidades da administração local*” que: “*As autarquias locais e demais entidades da administração local podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, e pela presente lei, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.*”

Com o intuito de monitorizar estas restrições, os Municípios, de acordo com o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (Execução do Orçamento Estado para 2016), em conformidade com o artigo 68.º, têm de prestar informação à Direção Geral das Autarquias Locais, estabelecendo-se no ponto 3 desse mesmo artigo que as autarquias locais prestam, através do SIIAL, a informação relativa a pessoal ao serviço e a despesas com pessoal, necessária à verificação do disposto no artigo 32.º da Lei do Orçamento do Estado, nos termos definidos pela DGAL.

Impõe-se, assim, avaliar o cumprimento dos requisitos legalmente aplicáveis neste âmbito por parte do município, designadamente quanto ao preceituado no artigo n.º 33 da Lei do Orçamento de Estado de 2016, como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro 29

ENQUADRAMENTO NO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DA LOE 2016		
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALÍNEAS A) E B) DO ART.º 58 DA RFAEI		
	31-12-2015	31-12-2016
Alinea a)		
Dívida total orçamental do Grupo Municipal (1)	85.258.261	87.956.588
Limite da dívida total (2)	103.788.109	104.723.982
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)	-18.529.848	-16.767.394
Margem utilizável (alinea b) n.º 3 art.º 52 RFAEI	2.344.229	3.893.144
Margem disponível para utilizar	9.152.930	1.194.817
Alinea b)		
Dívida total excluindo empréstimos* (4)=(1)-(5)	26.221.713	25.819.260
Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	59.036.548	62.137.328
Município (6)	33.928.222	40.472.591
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)	7.682.624	6.748.090
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)	0	188.700
Cooperativas e Fundações (9)	201.812	130.057
Entidades de outra natureza (10)	17.223.890	14.597.890
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)	51.894.055	52.361.991
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)	-25.672.341	-26.542.731
DERROGADA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 33.º DA LOE 2016		

Un: Euros

(*) Exclui Operações não orçamentais

Da análise dos resultados obtidos sistematizados no quadro supra, demonstra-se que no final da gerência de 2016, o Município da Maia não se encontrava em situação de saneamento financeiro, isto é, em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Conclui-se a apreciação do agrupamento despesas com pessoal, com a inserção do Quadro 30, demonstrativo da execução e do seu peso por capítulo orgânico no período em referência.

Quadro 30

DESPESAS COM PESSOAL								
2016								
	Dotações Finais (a)	Transitada (b)	Despesa Faturada		Despesa Faturada Nova (f)	Despesa Paga (g)	Taxa de Execução	
			Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)			Desp Faturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)
Classes Inativas	25.000	0	5.811	5.811	0,0%	5.811	23,2%	100,0%
Órgãos de Autarquia	2.647.170	1449	2.476.824	2.478.273	13,1%	2.467.877	93,6%	99,6%
Assembleia Municipal	41000	518	34.551	35.068	0,2%	35.068	85,5%	100,0%
Dept.º Administração Geral e Suporte à Atividade	2.177.579	0	2.116.258	2.116.258	112%	2.112.321	97,2%	99,8%
Dept.º de Construção e Manutenção	2.568.997	0	2.533.817	2.533.817	13,4%	2.532.421	98,6%	99,9%
Dept.º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	2.641.436	0	2.565.106	2.565.106	13,6%	2.564.991	97,1%	100,0%
Dept.º Educação, Acção Social, Desporto e Cultura	8.873.892	0	8.381.409	8.381.409	44,4%	8.333.792	94,5%	99,4%
Sub Total (1)	18.975.074	1.967	18.113.775	18.115.742	95,9%	18.052.280	95,5%	99,6%
Encargos com a saúde (2)	1.107.600	41.740	774.499	816.239	4,1%	816.239	73,7%	100,0%
TOTAL (1) + (2)	20.082.674	43.706	18.888.274	18.931.981	100,0%	18.868.519	94,3%	99,7%

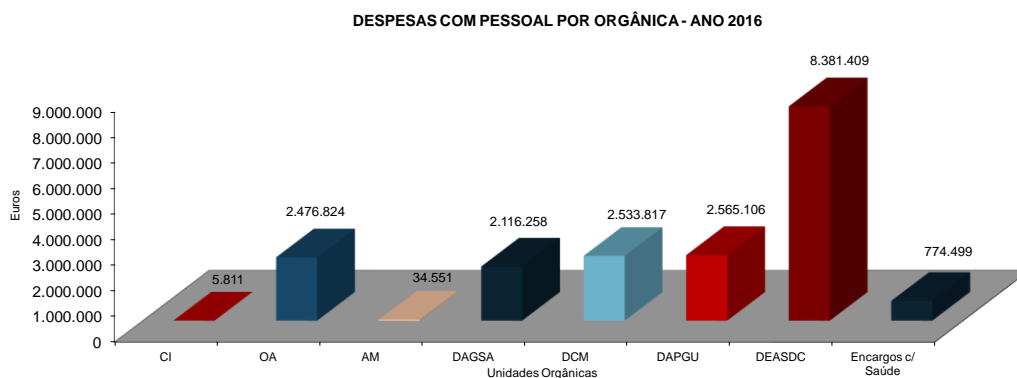
Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

No âmbito da análise das *despesas com pessoal* na estrutura orgânica existente no Município destaca-se a clara preponderância do Departamento de Educação, Acção Social, Desporto e Cultura, com (44,4%), logo seguida, com muito menor materialidade, do Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com (13,6%), e do Departamento de Construção e Manutenção, com (13,4%).

Em matéria de orçamentação das despesas com pessoal, releva-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga - cujos níveis de execução atingem os 100% em algumas das orgânicas.

Gráfico 20



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES

Por força da abrangência do conceito de despesas com *pessoal*, anteriormente analisado, a esta informação acresce ainda as despesas com a *aquisição de serviços a particulares*, sendo que, por conta desta rubrica, são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas pelos contribuintes em nome individual - nomeadamente serviços de vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes e portagens.

Por imperativo legal, esta informação é enviada trimestralmente pelo Município para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) via SIIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 31

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TAXA VARIAÇÃO 2015/2016								
Despesa Paga								
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	153.366	133.021	53.507	39.348	23.632	42.359	91.358	67.194
								-26,5%

Un: Euros

Da leitura do Quadro 31, retira-se que as despesas com a *aquisição de serviços a particulares* assumiram, no período em análise, o montante de 67.194 €, apresentando um decréscimo significativo relativamente ao ano transato, período em que se realizou o evento “Bienal de Arte Contemporânea da Maia”, que teve um contributo decisivo para a evolução deste agrupamento da despesa.

Anote-se que, relativamente às despesas com a *aquisição de serviços a particulares*, a partir do ano de 2008, vinha sendo observada uma tendência decrescente até ao ano de 2013, constatando-se nos dois anos seguintes um aumento desta tipologia de despesa, voltando a diminuir no presente exercício económico, situando-se em níveis sustentáveis muito abaixo dos valores registados outrora.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Este agrupamento compreende as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, assim como as despesas com a aquisição de bens de consumo. Face à estrutura apresentada por este grupo de despesa, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro 32

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS												
	2015			2016			Taxa de Execução		Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Despesa Faturada	Despesa Faturada	Despesa Paga	Despesa Faturada	Despesa Paga	Despesa Faturada	Desp Paga	Desp Faturada	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total		(f)/(e)	(e)/(b)				Tx Variação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)	(f)						
Aquisição de Bens	2.513.841	2.782.112	46.656	2.472.923	2.519.579	2.497.928	99,1%	90,6%	6,8%	5,8%	4,0%	-1,6%
Aquisição de Serviços	13.657.501	15.578.752	238.521	13.693.048	13.931.568	13.782.769	98,9%	89,4%	37,9%	32,3%	22,0%	0,3%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	16.171.341	18.360.865	285.176	16.165.971	16.451.147	16.280.697	99,0%	89,6%	44,7%	38,1%	26,0%	-0,03%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	35.769.308	39.670.641	404.512	36.160.720	36.565.232	36.255.608	99,2%	92,2%	100,0%	85,2%	58,1%	1,1%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	40.824.483	47.090.286	404.512	42.436.372	42.840.883	42.531.259	99,3%	91,0%	100,0%	68,1%	3,9%	3,9%
TOTAL GERAL DESPESAS	66.986.520	69.151.555	415.439	62.286.131	62.701.570	62.364.844	99,5%	90,7%			100,0%	-7,0%

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No ano de 2016, a nova despesa faturada em matéria de *aquisição de bens e serviços* totalizou o montante de 16.165.971 €, assumindo um ligeiro decréscimo de (-) 5.371 € em relação ao exercício anterior, ao qual equivaliu uma taxa de execução da despesa realizada de 89,6% e de pagamentos de 99%.

O decréscimo constatado neste agrupamento de despesa resulta da diminuição de (-) 40.917 € verificada na componente da *aquisição de bens*, (-) 1,6%, que contribui para o resultado global deste agrupamento, ao compensar a variação positiva de (+) 35.547 € da rubrica de *aquisição de serviços*, (+) 0,3%.

Em termos de rácios, a *aquisição de bens e serviços* representa 44,7% das despesas de funcionamento e 38,1% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos *serviços* com a maior preponderância no total das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 37,9%, em contraposição com o peso da rubrica de *bens* que apenas se situou em 6,8%.

Dada a relevância que a rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços” tem no cômputo global da despesa faturada nova, justifica-se uma análise detalhada dos dois agregados económicos, *bens* e *serviços*.

AQUISIÇÃO DE BENS

Este agrupamento compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as *matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio*.

Quadro 33

AQUISIÇÃO DE BENS									
	2015		2016						
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Paga	Variação	Tx de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execuçã
	Nova	Transitada	Nova	Total					
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)
Aquisição de Bens									
Materias primas e subsidiárias	218.189	5.557	184.824	190.381	179.501	-33.365	-15,3%	7,5%	94,3%
Combustíveis e lubrificantes	258.831	8.103	231.057	239.160	238.510	-27.774	-10,7%	9,3%	99,7%
Munições, explosivos e artificios	540	0	0	0	0	-540	-100,0%	0,0%	
Limpeza e higiene	42.119	4.857	44.673	49.531	49.531	2.554	6,1%	18%	100,0%
Alimentação - refeições confeccionadas	1355.727	0	1335.849	1335.849	1335.849	-19.877	-1,5%	54,0%	100,0%
Alimentação - géneros para confeccionar	4.234	0	3.562	3.562	3.233	-672	-15,9%	0,1%	90,8%
Vestuário e artigos pessoais	36.124	5.678	47.342	53.020	53.020	11218	31,1%	19%	100,0%
Material de escritório	43.841	1504	46.272	47.776	45.858	2.430	5,5%	19%	96,0%
Produtos quimicos e farmaceuticos	27.666	0	32.524	32.524	32.102	4.858	17,6%	13%	98,7%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0		0,0%	
Material de consumo clínico	650	0	7.610	7.610	7.610	6.959	1070,2%	0,3%	100,0%
Material de transporte	28.531	1513	14.204	15.717	15.717	-14.327	-50,2%	0,6%	100,0%
Material de consumo hoteleiro	14.116	0	9.031	9.031	9.031	-5.085	-36,0%	0,4%	100,0%
Outro material peças	30.879	1796	11581	13.376	13.376	-19.299	-62,5%	0,5%	100,0%
Prémios condecorações e ofertas	118.348	4.625	212.556	217.181	217.181	94.208	79,6%	8,6%	100,0%
Mercadorias para venda	0	0	0	0	0	0		0,0%	
Ferramentas e utensílios	14.283	1055	13.848	14.903	14.719	-435	-3,0%	0,6%	98,8%
Livros e documentação técnica	389	224	508	732	732	120	30,7%	0,0%	100,0%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0		0,0%	
Material de educação cultura e recreio	93.416	6.227	77.265	83.492	83.463	-16.152	-17,3%	3,1%	100,0%
Outros bens	225.958	5.516	200.219	205.734	198.494	-25.739	-11,4%	8,1%	96,5%
Total Aquisição de Bens	2.513.841	46.656	2.472.923	2.519.579	2.497.928	-40.917	-1,6%	100,0%	99,1%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No ano de 2016, o valor da nova despesa faturada com a *aquisição de bens* importou em 2.472.923 € e a despesa paga totalizou 2.497.928 €, apresentando um decréscimo da nova despesa faturada de (-) 1,6%, sendo de assinalar o excelente nível de execução de pagamentos de 99,1%.

A contribuir para o cenário de decréscimo deste agrupamento de despesa, no montante de (-) 40.917, apresentam-se diversas rubricas com impacto mais ou menos similar: as *matérias-primas e subsidiárias*, (-) 33.365 €, os *combustíveis e lubrificantes*, (-) 27.774 €, os *outros bens*, (-) 25.739 €, a *alimentação – refeições confeccionadas*, (-) 19.877 €, o *outro material peças*, (-) 19.299 €, o *material de educação cultura e recreio*, (-) 16.152 €, o *material de transporte*, (-) 14.327 €, seguindo-se outras rubricas com variações mais residuais, como *material de consumo hoteleiro*, *alimentação – géneros para confeccionar*, *munições*, *explosivos e artifícios* e *ferramentas e utensílios*, que conjuntamente contribuíram com (-) 6.731 €, originando que o acréscimo patenteado nos demais grupos de despesa tenha sido inteiramente absorvido por estas variações.

Não comprometendo a tendência decrescente deste agregado económico, destaca-se o acréscimo da rubrica de *prémios, condecorações e ofertas*, com uma variação de (+) 94.208 €, referindo-se sobretudo à aquisição de produtos para ofertas institucionais, seguindo-se com menor materialidade o aumento das rubricas de *vestuário e artigos pessoais*, *material de consumo clínico*, *produtos químicos e farmacêuticos*, *limpeza e higiene*, *material de escritório* e *livros e documentação técnica*, que no seu conjunto perfazem o montante de (+) 28.140 €.

Em termos de preponderância destas rubricas, a componente da *alimentação- refeições confeccionadas* é aquela que assume maior expressividade ao totalizar 1.335.849 €, representando 54% do valor total da aquisição de bens, destacando-se seguidamente: os *combustíveis e lubrificantes* com o valor de 231.057 € e um peso de 9,3%, os *prémios condecorações e ofertas* com o montante de 212.556 €, responsáveis por 8,6%, e os *outros bens* assumindo o valor de 200.219 € e revelando um peso de 8,1%.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, admitindo, nomeadamente, as despesas relativas aos *encargos das instalações*, *iluminação pública*, *vigilância e segurança*, *comunicações*, *locação de bens*, *publicidade*, *estudos pareceres e projetos*, *outros trabalhos especializados* e *encargos de cobrança de receitas*.

Quadro 34

Aquisição de Serviços por Económica										
	2015	2016								
	Despesa Faturada	Despesa Faturada				Despesa Paga	Variação	Taxa de Cresc.	%Total Aq Serviços	Tx Execução
	Nova	Transitada	Nova	Total	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)						
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	2.816.982	130.263	2.554.238	2.684.502	2.635.726	-262.744	-9,3%	18,7%	98,2%	
Limpeza e higiene	118.175	0	118.281	118.281	118.281	64.106	54,2%	13%	100,0%	
Conservação de bens	396.809	28.951	452.839	481.790	461.825	56.030	14,1%	3,3%	95,9%	
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
Locação de outros bens	442.766	11.009	550.140	561.148	550.140	107.373	24,3%	4,0%	98,0%	
Comunicações	239.906	0	241.889	241.889	234.970	1.983	0,8%	1,8%	97,1%	
Transportes	361.693	2.301	343.799	346.099	330.162	-17.894	-4,9%	2,5%	95,4%	
Representação dos serviços	23.548	3.098	27.019	30.117	30.117	3.472	14,7%	0,2%	100,0%	
Seguros	101.494	0	127.083	127.083	126.206	25.589	25,2%	0,9%	99,3%	
Deslocações e estadas	30.066	1710	25.258	26.968	25.707	-4.808	-16,0%	0,2%	95,3%	
Estudos, pareceres, projectos	311.064	7.427	203.974	211.400	206.074	-107.090	-34,4%	15%	97,5%	
Formação	17.084	0	24.983	24.983	24.563	7.899	46,2%	0,2%	98,3%	
Seminários , exposições e similares	16.305	162	38.430	38.592	38.380	22.125	135,7%	0,3%	99,5%	
Publicidade	128.354	961	129.972	130.933	123.053	1.619	1,3%	0,9%	94,0%	
Vigilância e segurança	696.837	0	722.268	722.268	722.268	25.431	3,6%	5,3%	100,0%	
Assistência técnica	567.003	7.745	504.708	512.453	506.642	-62.295	-11,0%	3,7%	98,9%	
Outros trabalhos especializados	3.387.224	15.547	3.711.896	3.727.443	3.711.823	324.672	9,6%	27,1%	99,6%	
Serviços de saúde	26.350	0	20.605	20.605	20.605	-5.745	-21,8%	0,2%	100,0%	
Outros serviços especializados	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
Encargos de cobrança de receitas	734.248	0	838.898	838.898	838.898	104.650	14,3%	6,1%	100,0%	
Iluminação pública	2.795.942	394	2.549.128	2.549.522	2.549.522	-246.814	-8,8%	18,6%	100,0%	
Outros serviços	445.651	28.954	443.641	472.595	463.808	-2.011	-0,5%	3,2%	98,1%	
Total Aquisição Serviços	13.657.501	238.521	13.693.048	13.931.568	13.782.769	35.547	0,3%	100,0%	98,9%	

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Não obstante a diminuição evidenciada em algumas das suas componentes, a nova despesa faturada com *aquisição de serviços*, ao totalizar 13.693.048 €, apresenta no exercício de 2016 um ligeiro acréscimo de (+) 35.547 €, (+) 0,3%, tendo sido acompanhada por um volume de despesa paga de 13.782.769 €, o que traduz um elevado nível de execução de pagamentos, 98,9%.

O aumento constatado nesta rubrica, não obstante a política de contenção na realização da despesa municipal adotada pela autarquia, resulta sobretudo das variações ocorridas nas rubricas de *outros trabalhos especializados*, (+) 324.672 €, seguida da *locação de outros bens*, (+) 107.373 €, e dos *encargos de cobrança de receitas*, (+) 104.650 €.

Quanto ao incremento assinalado na componente de *outros trabalhos especializados*, estão aqui interpostas atividades que se destacam, como o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor e a subcontratação de serviços para a manutenção de espaços verdes, sendo que, o acréscimo assinalado encontra-se justificado pela realização de eventos como a “Hortíssima, Sorria é da Maia”, tendo em vista o fomento e a valorização da agricultura tradicional, eventos de âmbito desportivo, produção de um concerto de música realizado com a Fundação da Casa da Música, aquisição de serviços de impressão e elaboração de revistas como a “Produção Infomail” e “Sentir a Maia”.

Já o acréscimo na faturação da *locação de outros bens* foi determinado pelo aumento do número de veículos no âmbito do contrato de prestação de serviços de locação operacional de veículos automóveis.

Para a variação ocorrida nos *encargos de cobrança de receitas*, contribui de forma decisiva o aumento da cobrança dos impostos diretos, uma vez que tais encargos sendo uma percentagem fixa sobre o valor

cobrado, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º da Lei das Finanças Locais, crescem proporcionalmente ao valor cobrado.

A contribuírem de forma menos significativa, face ao montante total de nova faturação de *aquisição de serviços*, surgem as rubricas de *limpeza e higiene, conservação de bens, seguros, vigilância e segurança e seminários, exposições e similares*, que no seu conjunto apresentam uma variação positiva de (+) 193.280 €.

Com tendência inversa, e a atenuar o impacto do crescimento das rubricas mencionadas, destaca-se sobremaneira o decréscimo da faturação dos *encargos de instalações*, (-) 262.744 €, *da iluminação pública*, (-) 246.814 €, *dos estudos, pareceres, projetos e consultadoria* (-) 107.090 €, e *da assistência técnica* (-) 62.295 €, que conjuntamente conferem uma diminuição nos níveis de despesa de (-) 678.943 €, o que é bastante significativo. Acrescem ainda as reduções apuradas na *aquisição de serviços de transportes*, (-) 17.894 €, dos *serviços de saúde*, (-) 5.745 €, das *deslocações e estadas*, (-) 4.808 € e dos *outros serviços*, (-) 2.011 €.

Do exposto resulta inequívoco o esforço que tem sido realizado pelos serviços municipais, no sentido da redução dos consumos desta natureza, principalmente num contexto em que é necessário acomodar o aumento dos custos das próprias tarifas, no que se refere aos serviços essenciais, designadamente consumos de eletricidade, gás, água, etc.

Mantendo a tendência de anos anteriores, são as rubricas com os valores faturados entre os 2,5M € e 3,7M € que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços, designadamente os *outros trabalhos especializados*, com 27,1%, os *encargos de instalações*, com 18,7%, e a *iluminação pública*, com 18,6%, respetivamente.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA

Quadro 35

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA									
2016								Taxa de Execução	
	Despesa Faturada			Total	%	Desp Paga		Desp Faturada	Desp Paga
	Dotações Finais	Transitada	Nova				%		
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)	(d)/(a)	(e)/(d)
Órgãos de Autarquia	6.440.093	54.617	5.731.014	5.785.631	41,9%	5.730.628	41,6%	89,8%	99,0%
Assembleia Municipal	54.850	0	53.729	53.729	0,4%	53.483	0,4%	98,0%	99,5%
Dept.º Administração Geral e Suporte à Atividade	203.273	12.917	161.807	174.724	1,2%	174.066	1,3%	86,0%	99,6%
Dept.º Construção e Manutenção	1.333.356	40.411	1.117.262	1.157.674	8,2%	1.126.275	8,2%	86,8%	97,3%
Dept.º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	3.423.139	10.441	3.206.087	3.216.527	23,4%	3.208.757	23,3%	94,0%	99,8%
Dept.º Educação, Acção Social, Desporto e Cultura	4.124.042	120.135	3.423.147	3.543.283	25,0%	3.489.558	25,3%	85,9%	98,5%
TOTAL	15.578.752	238.521	13.693.048	13.931.568	100,0%	13.782.769	100,0%	89,4%	98,9%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2016 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Em matéria de redistribuição da aquisição de serviços por unidade orgânica, constata-se que, em termos de nova despesa faturada, são os Órgãos de Autarquia que realizam o maior volume desta tipologia de despesa, ao serem responsáveis por 41,9% do total da rubrica, sucedendo-se o Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura e o Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com um peso de 25% e 23,4% respetivamente.

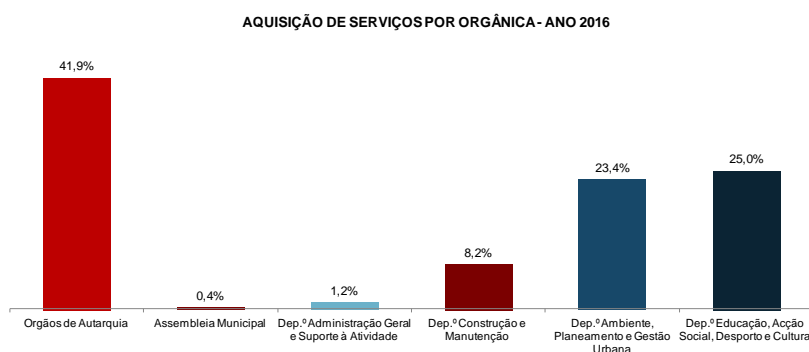
Note-se, porém, que a preponderância da aquisição de serviços afetos aos Órgãos de Autarquia está fundamentalmente associada ao facto de incorporar uma parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, nomeadamente encargos de instalações, vigilância e segurança, assistência técnica e iluminação pública.

De igual modo se regista que, mais de metade do valor da aquisição de serviços acometida ao Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana (3.206.087 €) se refere a despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela Lipor (1.788.254 €), que em abono da verdade, dada a sua natureza, enquadram-se na atividade da Empresa Municipal Maiambiente, fruto do seu objeto social.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, são visíveis os elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 89% e 98%.

Finaliza-se a apreciação da *aquisição de serviços por orgânica*, com a apresentação do Gráfico 21, que retrata a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.

Gráfico 21



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município atribui ao longo deste exercício económico, determinados subsídios a organismos e entidades, com vista ao financiamento das suas despesas correntes. Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2016 por 9% do total da nova despesa realizada, revelando um claro intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de proporcionar condições de desenvolvimento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objetividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base, no sentido de dar mais justiça, equidade e rigor aos subsídios e transferências que são atribuídos.

O classificador económico desagrega as transferências efetuadas pelos Municípios em três agrupamentos: *Transferências Correntes*, *Transferências de Capital* e *Subsídios*.

Seguidamente insere-se o Quadro 36, que espelha o montante e a natureza das transferências correntes e subsídios atribuídos pela Autarquia.

Quadro 36

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS												
	2015				2016				Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Taxa de Execução
	Despesa Faturada			Dotações Finais	Despesa Faturada							
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total					
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)		(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)				
Transferências Correntes												
Administração Central												
Estado	0	0	0	294.317	0	251.420	251.420	251.420	4,3%		100,0%	85,4%
Administração Local												
Freguesias	0	730.653	730.653	730.700	0	730.653	730.653	730.653	12,5%	0,0%	100,0%	100,0%
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%			
Associações de Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%			
Assembleia Distritais	0	0	0	7.000	0	0	0	0	0,0%			0,0%
Outras	0	61.493	61.493	62.000	0	61.493	61.493	61.493	1,1%	0,0%	100,0%	99,2%
Instituições sem Fins Lucrativos	0	1.852.489	1.852.489	2.022.545	0	1.940.970	1.940.970	1.940.970	33,2%	4,8%	100,0%	96,0%
Famílias	200	365.995	366.195	461.800	0	358.306	358.306	358.306	6,1%	-2,1%	100,0%	77,6%
Subtotal	200	3.010.630	3.010.830	3.578.362	0	3.342.842	3.342.842	3.342.842	57,1%	11,0%	100,0%	93,4%
Subsídios												
Soc. e quase sociedades não financeiras												
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	0	1.760.719	1.760.719	3.404.000	0	2.509.305	2.509.305	2.509.305	42,9%	42,5%	100,0%	73,7%
Subtotal	0	1.760.719	1.760.719	3.404.000	0	2.509.305	2.509.305	2.509.305	42,9%	42,5%	100,0%	73,7%
TOTAL	200	4.771.349	4.771.549	6.982.362	0	5.852.147	5.852.147	5.852.147	100,0%	22,7%	100,0%	83,8%

Un:Euros

(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015 e 2016 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Durante a gerência de 2016, o montante dos apoios atribuídos pela autarquia ascendeu a 5.852.147 €, o que espelha num aumento de (+) 22,7% em relação ao exercício anterior, que teve como destino o financiamento de transferências correntes no valor de 3.342.842 €, (+) 332.212 €, e dos subsídios atribuídos às empresas públicas municipais e intermunicipais no montante de 2.509.305 €, (+) 748.586 €.

No domínio da execução é de realçar as elevadas taxas de execução ao nível da despesa paga das suas duas componentes, *transferências* e *subsídios*, que atingem os 100%.

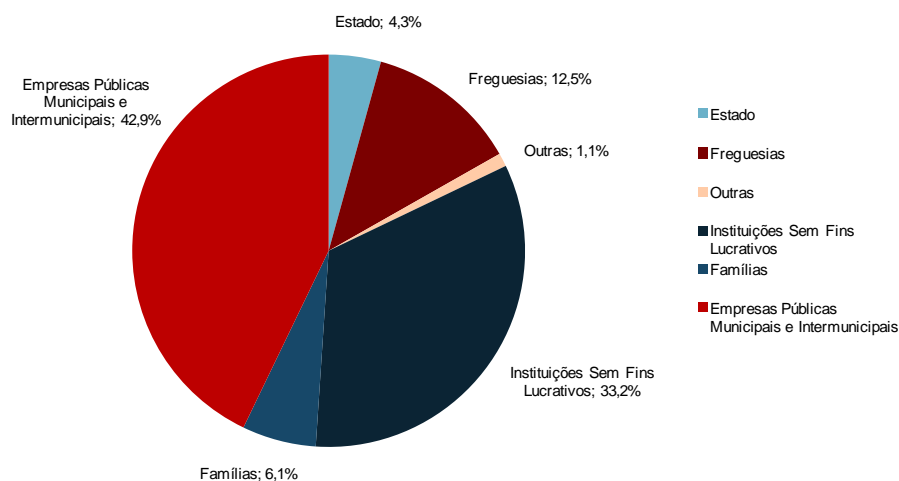
Relativamente aos *subsídios*, releva-se o subsídio atribuído à Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., no âmbito do contrato programa para reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do Município, no montante de 1.874.523 €, bem como a transferência realizada para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, no valor de 634.782 €, para pagamento dos montantes em dívida relacionados com as execuções fiscais instauradas contra a "Tecmaia - Parque de Ciências e Tecnologia da Maia, S.A., E.M." - responsabilidade subsidiária dos administradores indigitados pela Câmara Municipal (Reversão Fiscal) - dever de cumprimento das dívidas imputadas ao órgão social em resultado da reversão fiscal operada nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei Geral Tributária.

Quanto ao aumento de (+) 332.212 € apurado na componente de *transferências correntes*, é principalmente imputável ao acréscimo constatado na rubrica da *Administração Central – Estado*, (+) 251.420 €, no âmbito do contrato de subdelegação de competências celebrado entre a Câmara Municipal da Maia e o Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia. Segue-se depois o aumento registado na rubrica das *Instituições Sem Fins Lucrativos*, de (+) 88.481 €, que se prende com os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, sociais, culturais, educacionais, não obstante se ter registado uma diminuição de (-) 7.689 € nas transferências para as *famílias*.

No cômputo geral deste agregado económico, o maior peso centra-se nos *subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais* (42,9% e um montante de 2.509.305 €), seguindo-se os apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos* (1.940.970 €, com um peso de 33,2%), depois as verbas transferidas para as *Juntas de Freguesia* (que atingem 730.653 €, representando 12,5%), os apoios para as *famílias* que, ao totalizarem 358.306 €, assumem um peso de 6%, sucedendo-se as transferências para o Estado no valor de 251.420 € e com um peso de 4,3% e, por último, com menor peso, temos a rubrica de *outras transferências* que, ao totalizarem 61.493 €, registam cerca de 1,1% do total deste agregado.

Gráfico 22

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2016



Tendo em vista uma análise mais detalhada desta matéria, apresenta-se o Quadro 37, que ilustra a distribuição das *transferências correntes e subsídios* atribuídos.

Quadro 37

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
Ano 2016	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.342.842
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO	
Contrato de subdelegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal da Maia e o Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia	251.420
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	730.653
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Comparticipação do Município com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto- quota de 2016	61.493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1245.546
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música e Ranchos / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	224.684
Associações Humanitárias dos Bombeiros	200.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	174.214
Associações de Carácter Social	18.574
Subsídios e apoios atribuídos no âmbito do Programa Recriar - Centro de Apoio à Comunidade, para apoio à contratação de contratos de emprego de inserção e atribuição de um apoio financeiro para a valência alimentar desenvolvido pelo Recriar Serviço à Comunidade - no âmbito do Programa Municipal de Emergência Social 2016.	77.952
FAMÍLIAS	
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social a agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo concelho.	184.368
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções no Departamento de construção e manutenção, no Forum da Maia e nas Escolas do Concelho.	17.108
Renovação da atribuição do subsídio a um munícipe portador de deficiência intelectual - a exercer funções no horto municipal.	2.520
Subsídio a título excecional, ao atleta de dança desportiva, como participação financeira desta câmara no custo de participação no "Campeonato do Mundo de Juventude Latinas" realizado em Moscovo, Rússia.	400
SUBSÍDIOS	2.509.305
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. - Transferência no âmbito do Contrato-Programa com a Espaço Municipal, tendo em vista uma participação na reabilitação dos edifícios de empreendimentos habitacionais propriedade do Município.	1874.523
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - Pagamento das quantias em dívida relacionadas com as execuções fiscais instauradas contra a " Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M." - Responsabilidade subsidiária dos administradores indigitados pela Câmara Municipal (reversão fiscal) - dever de cumprimento das dívidas imputadas ao Órgão Social em resultado da reversão fiscal operada nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei Geral Tributária.	634.782
TOTAL	5.852.147

Un:Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

Investir para preparar o futuro. Ao contrário do investimento privado que é realizado numa ótica de retorno financeiro de medio/longo prazo, o investimento publico tem como principal objetivo, dotar o município de infraestruturas essenciais ao bem-estar das populações como por exemplo estradas, rede de saneamento básico, escolas, bem como criar condições para a implantação de empresas seja através de adequadas rodovias ou oferta de áreas industriais atrativas para as empresas. O investimento em infraestruturas é essencial para o desenvolvimento económico pois permite não só o aumento dos consumos privados, mas incentiva os investimentos privados o que traduz num aumento subsequente de emprego e rendimento. Quanto melhor é essa infraestrutura maior é a competitividade do município, face a outros municípios na captação de investimentos privados.

Para além do *Investimento Direto* que constitui sempre a componente mais relevante do Investimento Global, este engloba as *Transferências de Capital* atribuídas a entidades públicas e privadas, e os *Ativos Financeiros*.

Sobre estas três componentes apresentar-se-á uma análise mais detalhada sobre a sua evolução e sobre a sua composição, destacando as áreas que mais contribuíram para os valores de investimento realizados.

O Quadro 38 possibilita uma avaliação temporal do Investimento Global desagregado pelas suas componentes, bem como aferir o seu peso no total da despesa de capital e no total da despesa efetuada em 2016.

Quadro 38

INVESTIMENTO GLOBAL												
	2013		2014		2015		2016					Taxa de variação %
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	
Aquisição de bens de capital	21.008	7.015.694	121.987	10.786.405	51.682	19.434.928	10.927	11.520.244	86,7%	58,0%	18,5%	-40,7%
Transferências de capital	0	1.943.049	0	1.530.077	0	1.687.720	0	1.333.720	10,0%	6,7%	2,1%	-21,0%
Activos financeiros	0	9.650	0	20.975	0	526.946	0	427.186	3,2%	2,2%	0,7%	-18,9%
Total	21.008	8.968.393	121.987	12.337.457	51.682	21.649.594	10.927	13.281.150	100,0%	66,9%	21,3%	-38,7%
Faturada Total	8.989.401		12.459.444		21.701.275		13.292.077					
Un.: Euros												
				Despesas de Capital (fat. nova)					19.849.759	100,0%	31,9%	
				Despesas Totais (fat. nova)					62.286.130		100,0%	

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2013, 2014, 2015 e 2016, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Com um peso de 21,3% no total das despesas, o Investimento Global ao atingir 13.281.150 € retrocedeu cerca de (-) 38,7% em relação a 2015, consequência do decréscimo generalizado das suas principais componentes, com a *Aquisição de Bens de Capital* a assumir particular importância ao ser responsável por uma diminuição de (-) 7.914.683 €, (-) 40,7%.

Esta contração do investimento global é explicada, não menosprezando outros investimentos realizados, pelo impacto decorrente da aquisição dos ativos imobiliários lotes 1 e 4, integrados no Parque de Ciência Tecnologia da Maia (Tecmaia), no valor de 9.243.582 €, realizado em 2015 na sequência da celebração de um empréstimo bancário. Excluído esse valor verificar-se-ia que os níveis de investimentos em 2016 seriam superiores ao do biénio anterior.

Ainda que a componente de aquisição de bens de capital seja a mais relevante, representando 58% do Investimento Global, verificou-se paralelamente um decréscimo de (-) 21 % nas Transferências de Capital, e de (-) 18,9% nos Ativos Financeiros, fixando-se o seu valor total, respetivamente, em 1.333.720 € e 427.186 €.

Retira-se ainda do Quadro 38 que as despesas de capital representaram 31,9% das despesas totais e o Investimento Global 21,3%.

Para demonstrar a evolução das rubricas mencionadas num horizonte temporal de 4 anos apresenta-se o Gráfico 23. Já no Gráfico 24, efetua-se um comparativo com o total da despesa, onde é visível que, uma vez excluída a operação de aquisição terrenos integrados no Parque de Ciência Tecnologia da Maia (Tecmaia), os níveis de investimentos em 2016 são superiores ao triénio anterior, contrariando a quebra de investimento assinalada.

Gráfico 23

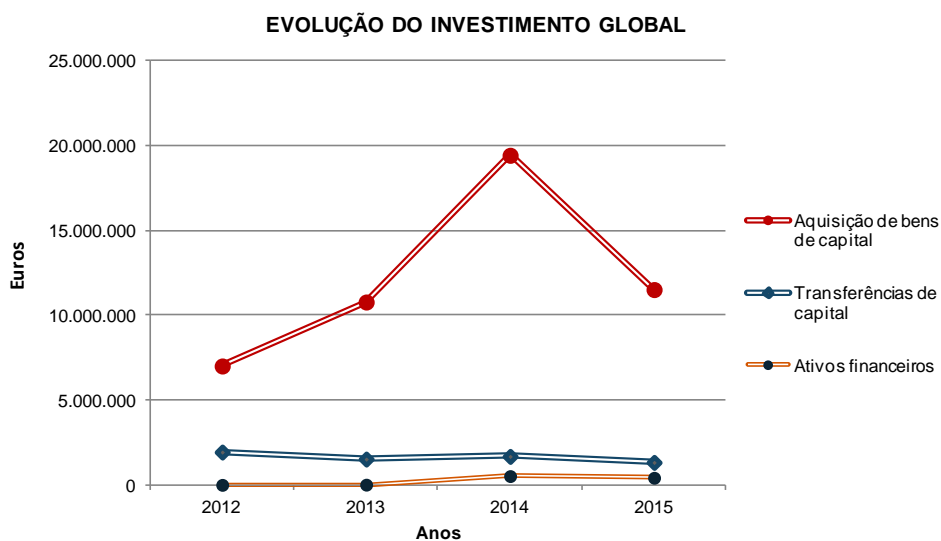
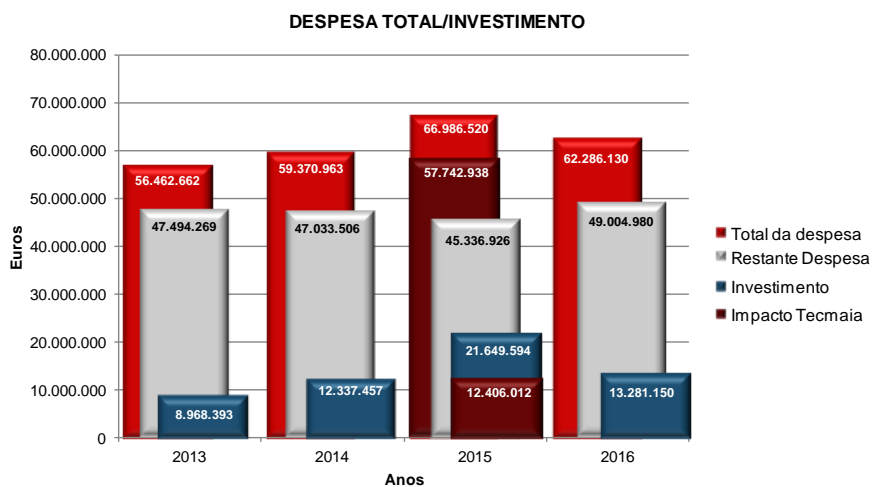


Gráfico 24



INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto representa a componente mais relevante no investimento global, ao integrar a despesa com a aquisição de bens duráveis como sejam os terrenos, edifícios, viaturas e equipamentos, bem como as modificações relevantes nesses mesmos bens que visem prolongar a sua longevidade.

No Quadro 39 procura-se efetuar uma comparação entre a nova faturação registada, desagregando o *Investimento Direto* pelas rubricas que o compõem, e avaliar as respetivas taxas de execução em matéria de faturação e pagamentos.

Quadro 39

INVESTIMENTO DIRETO									
	2015	Dotações Finais	Fat Transitada	2016	% no Total PPI	Pago	Taxa de Execução		Taxa de variação % (d)/(a)
	Fat. Nova (a)			Fat. Nova (d)			[(c)+(d)]/(b)	(e)/[(c)+(d)]	
Terrenos e Recursos Naturais	2.400.895	3.388.950	0	3.343.554	29,0%	3.343.554	98,7%	100,0%	39,3%
Habitação	353.790	6.000	0	5.987	0,1%	5.987	99,8%	100,0%	-98,3%
Construção	353.790	6.000	0	5.987	0,1%	5.987	99,8%	100,0%	-98,3%
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0			
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0			
Edifícios	8.867.145	2.096.835	0	1.472.811	12,8%	1.467.966	70,2%	99,7%	-83,4%
Instalações de serviços	16.218	531.850	0	467.067	4,1%	467.067	87,8%	100,0%	2779,9%
Instalações desport. e recreat.	765.447	663.618	0	367.992	3,2%	367.992	55,5%	100,0%	-51,9%
Escolas	912.694	679.717	0	428.219	3,7%	428.219	63,0%	100,0%	-53,1%
Outros	7.172.786	221.650	0	209.533	1,8%	204.688	94,5%	97,7%	-97,1%
Construções Diversas	6.244.623	5.909.678	0	5.299.279	46,0%	5.292.336	89,7%	99,9%	-15,1%
Dominio Privado	1.716.081	1.319.640	0	1.152.512	10,0%	1.148.884	87,3%	99,7%	-32,8%
Dominio. Público	4.528.542	4.590.038	0	4.146.767	36,0%	4.143.453	90,3%	99,9%	-8,4%
Material de Transporte	377.764	43.100	0	39.591	0,3%	39.591	91,9%	100,0%	-89,5%
Maq. e Equipamento	610.937	653.825	1.476	532.510	4,6%	528.207	81,7%	98,9%	-12,8%
Equipamento Informático	161.346	271.000	1.476	245.603	2,1%	247.079	91,2%	100,0%	52,2%
Software Informático	21.819	82.650	0	44.988	0,4%	44.988	54,4%	100,0%	106,2%
Equipamento Administrativo	1.884	17.700	0	17.625	0,2%	17.625	99,6%	100,0%	835,5%
Equipamento Básico	399.723	269.555	0	218.269	1,9%	212.489	81,0%	97,4%	-45,4%
Ferramentas e Utensílios	29.166	12.920	0	6.025	0,1%	6.025	46,6%	100,0%	-79,3%
Investimentos Incorpóreos	3.061	416.989	0	399.338	3,5%	399.338	95,8%	100,0%	12946,0%
Outros Investimentos	406.797	549.650	9.451	418.369	3,6%	418.286	77,8%	97,8%	2,8%
Outros	169.914	9.400	0	8.807	0,1%	8.807	93,7%	100,0%	-94,8%
Artigos e Objectos Valor	6.150	9.400	0	8.807	0,1%	8.807	93,7%	100,0%	43,2%
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0			
Bens Património Histórico-Cultural	0	0	0	0	0,0%	0			
Outros Bens Dominio Público	163.764	0	0	0	0,0%	0			-100,0%
Total	19.434.928	13.074.427	10.927	11.520.244	100,0%	11.504.071	88,2%	99,8%	-40,7%

Un. Euros

a)

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2015 e 2016, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

O Investimento Direto ao exibir em 2016 a importância de 11.520.244 €, absorveu 86,7% do investimento global e registou uma queda significativa de (-) 40,7%, sobretudo justificada pelo impacto decorrente do investimento realizado no ano anterior na aquisição dos ativos imobiliários lotes 1 e 4, integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), que ascendeu a 9.243.582 €.

A influência deste investimento está maioritariamente refletida na rubrica *Edifícios*, que registou uma diminuição de (-) 83,4%, fixando-se o seu valor nos 1.472.811 €.

Com um comportamento contrário aparece o dispêndio em *Terrenos e Recursos Naturais*, com um aumento de (+) 39,3%, que amorteceu a queda do investimento direto.

Na mesma linha de orientação surge também o contributo dos *Investimentos Incorpóreos*, que totalizaram 399.388 €, apesar de esta componente representar apenas 3,5 % do total do *Investimento Direto*.

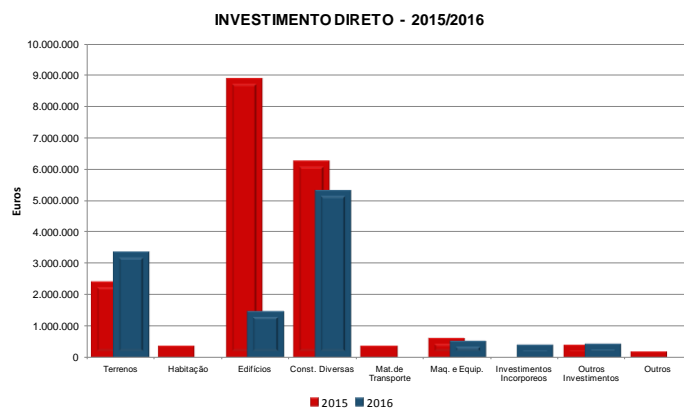
As *Construções Diversas*, ao totalizar 5.299.279 €, constituem uma parte significativa do investimento direto (46%), e refletiram uma diminuição de (-) 15,1%, influenciada por ambas as componentes de domínio privado e de domínio público.

Nas restantes rubricas destaca-se a diminuição na *Habitação*, *Material de Transporte* e *Outros* com variações de (-) 98,3%, (-) 89,5% e (-) 94,8%, respetivamente, assumindo um valor residual no investimento direto.

A rubrica *Maquinaria e Equipamento*, que totalizou 532.510 €, registou uma diminuição de (-) 12,8%, resultado de uma variação significativa na sua componente de *Equipamento Básico*, de (-) 45,4%.

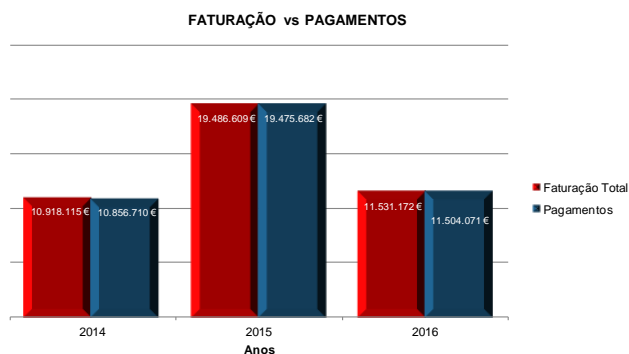
O Gráfico 25 apresenta uma comparação da composição do investimento entre 2015 e 2016.

Gráfico 25



Em 2016 permanece a tendência de elevadas taxas de execução no que se refere a pagamentos, com níveis próximos dos 100%, conforme se observa pelo Gráfico 26. Já em relação à taxa de execução ao nível da faturação versus orçado a taxa atingiu os 88,2%.

Gráfico 26



De modo a compreender a proveniência dos valores obtidos em cada uma das rubricas mencionadas apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, com indicação dos projetos que mais contribuíram para a nova faturação obtida.

Terrenos e Recursos Naturais

Se em 2015 esta rubrica teve o impacto dos valores investidos na aquisição dos ativos imobiliários - lote 4 - integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), em 2016 o pagamento referente à formalização do processo de dissolução e liquidação do fundo de investimento imobiliário fechado, de subscrição particular denominado "Praça Maior", aprovado na reunião de câmara de 18/12/2015 e visado pelo Tribunal de Contas 05/01/2016, no valor de 2.687.457 €, em muito contribuiu para o aumento de (+) 39,3% verificado nesta rubrica que totalizou 3.343.554 €. Os restantes investimentos destinaram-se às seguintes finalidades:

- Compra e venda de um terreno sito no lugar da Agrela ou Calvilhe, na freguesia de Milheirós – 299.279 €;
- Aquisição de terreno na travessa Nova da Giesta, na freguesia de Pedrouços, que integra a massa insolvente da "Ecop - Empresa De Construção e Obras Públicas Arnaldo Oliveira, S.A." com o intuito de dotar a Associação Humanitária Pedrouços de um novo equipamento para o novo quartel - 160.000 €;
- Aquisição de dois lotes de terreno sitos na rua Chã, na freguesia de Nogueira e Silva Escura - 105.000 €;
- Compra e venda de uma fração autónoma designada letra "C", sita na rua Manuel Gonçalves Lage nº 936, na freguesia de Águas Santas - 69.000 €;
- Aquisição de duas parcelas de terreno sitas na rua Eng. Frederico Ulrich, freguesia de Moreira - 18.168 €;
- Aquisição de parcela de terreno com a área de 310 m², sita na travessa nossa Senhora da Caridade, freguesia da cidade da Maia - 4.650 €.

Habitação

Em 2016, o valor do investimento realizado por conta da *Habitação* foi residual, com um montante de 5.987 €, destinado exclusivamente a fornecimento de equipamentos para complemento das infraestruturas de eletricidade do loteamento para 14 fogos de habitação social, sito no lugar da Granja freguesia de Águas Santas.

Edifícios

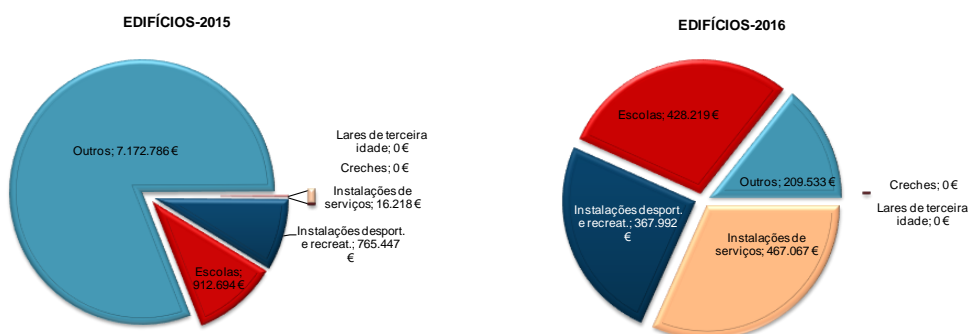
A rubrica *Edifícios*, que no ano de 2015 foi largamente influenciada pelo investimento com a aquisição dos ativos imobiliários - lote 1 - integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), registou um volume de nova faturada de 1.475.811 €. Trata-se de um decréscimo de (-) 83,4%, que foi tenuemente amortecido por um aumento verificado na sua subrubrica *Instalações de Serviços*, que atingiu um volume de faturação de 467.067 €.

Nesta subrubrica *Instalações de Serviços*, os investimentos realizados foram na sua maioria relacionados com intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidador que representaram 388.297 €.

O restante investimento destinou-se à conservação de edifícios municipais:

- Substituição/reparação da cobertura em zinco no edifício dos Paços do Concelho e no edifício do Fórum Municipal – 62.488 €;
- Trabalhos de manutenção no edifício principal e acabamentos no pavilhão de eventos da Quinta do Corim, freguesia de Águas Santas - 43.901 €;
- Substituição dos aparelhos obsoletos de ar condicionado no edifício principal e instalações de ar condicionado do pavilhão de eventos da Quinta do Corim, freguesia de Águas Santas – 15.670 €.

Gráfico 27



No que concerne aos investimentos em edifícios escolares verificou-se uma retração de (-) 53,1% nos montantes alocados a este tipo de edifícios, cujo montante global atingiu os 428.219 €.

Esta diminuição foi influenciada pela construção do novo Centro Escolar de Mandim e do Centro Escolar de Folgosa, cujas obras foram concluídas na gerência de 2015, tendo os investimentos efetuados em 2016 assumido menor materialidade, uma vez que se destinaram à conservação/manutenção de edifícios escolares existentes. Neste âmbito destacam-se as seguintes intervenções:

- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes – 147.454 €:
 - Substituição da cobertura do bloco A1 da EB 2,3 da Maia, freguesia da Cidade da Maia;
 - Ampliação da cozinha/refeitório e reparação da cobertura da EB1/JI da Pícuia, freguesia de Águas Santas;
 - Reabilitação do alpendre da EB1 de Currais;
 - Substituição da cobertura no edifício EB1/JI da Granja freguesia de Águas Santas;
 - Arranjos exteriores na EB1/JI de Currais em Vermoim, freguesia da Cidade da Maia.
- Beneficiação da Escola do EB1/JI do Lidador, na freguesia de Vila Nova da Telha - 120.371 €;
- Beneficiação de áreas exteriores de Edifícios do EB1 – 100.933 €:
 - Beneficiação de Áreas exteriores de edifícios escolares - EB1 de Crestins, freguesia de Moreira;

- Arranjo paisagístico e enquadramento do busto do Dr. José Vieira de Carvalho na escola de Pedras Rubras;
- Beneficiação de áreas exteriores de edifícios - EB 1 da Giesta, freguesia de Pedrouços;
- Beneficiação da escola do EB1 de Moutidos, na freguesia de Águas Santas - 39.311 €;
- Reparação de infiltrações de água pela cobertura no edifício do jardim de infância de Moutidos, freguesia de Águas Santas - 13.814 €.

A acompanhar a diminuição do investimento direto, a subrubrica *Instalações Desportivas e Recreativas*, fixou-se nos 367.992 €, o que representa menos (-) 51.9% face ao ano anterior. A ocorrência em 2015 dos investimentos com a beneficiação do Complexo de Ténis e conservação do edifício municipal atualmente ao serviço dos Ranchos Folclóricos de Moreira, em muito justifica o decréscimo verificado em 2016.

Dos projetos que contribuíram para o valor de 367.992 € relevam-se os seguintes:

- Aquisição de edifícios de carácter sociocultural ou desportivo destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – 179.308 €;
- Conservação de instalações desportivas - 136.307 €;
- Modernização dos equipamentos do Pavilhão Municipal de Ginástica – 40.495 €;
- Conservação do edifício municipal atualmente ao serviço dos Ranchos Folclóricos de Moreira, na freguesia de Moreira – 11.748 €.

A subrubrica *Outros*, onde se inseriram em 2015 parte dos investimentos relacionados com a Tecmaia, totalizou em 2016 apenas 209.533 € de faturação nova. Os projetos que contribuíram para a formação do seu valor foram:

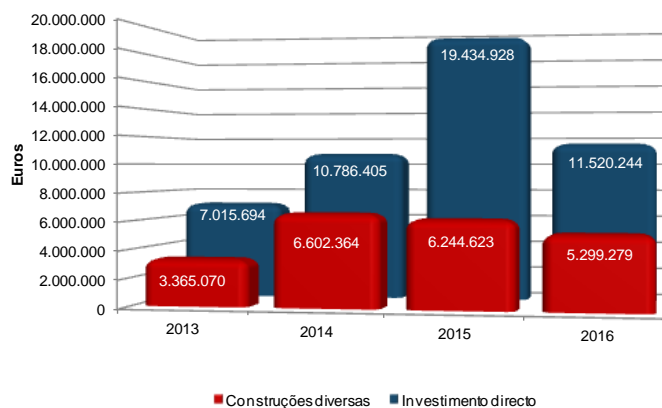
- Ampliação e/ou beneficiação do "CROACM - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Maia" – 84.800 €;
- Beneficiação do Edifício Municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte", em Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia - 60.287 €;
- Conservação de edifícios municipais - 59.601 €.

Construções Diversas

As *Construções Diversas* possuem normalmente um peso significativo no investimento global, conforme se verifica pelo gráfico imediato.

Gráfico 28

Construções Diversas/Investimento Direto

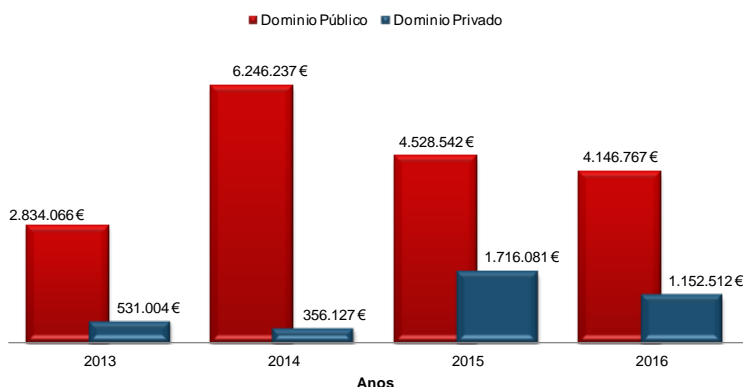


O facto de nesta rubrica estarem os investimentos realizados com viadutos, arruamentos, estradas e pontes, parques de estacionamento, parques desportivos e instalações de saneamento e água, bem como parques e jardins entre outros, em muito contribui para esse predomínio.

Em 2016 esta rubrica registou um volume de nova faturada de 5.299.279 €, que ainda assim reflete uma diminuição de (-) 15.1% face ao ano transato. Esta rubrica divide-se em *Construções Diversas do Domínio Público* e *Construções Diversas do Domínio Privado*, sendo as primeiras mais relevantes para o total da rubrica.

Gráfico 29

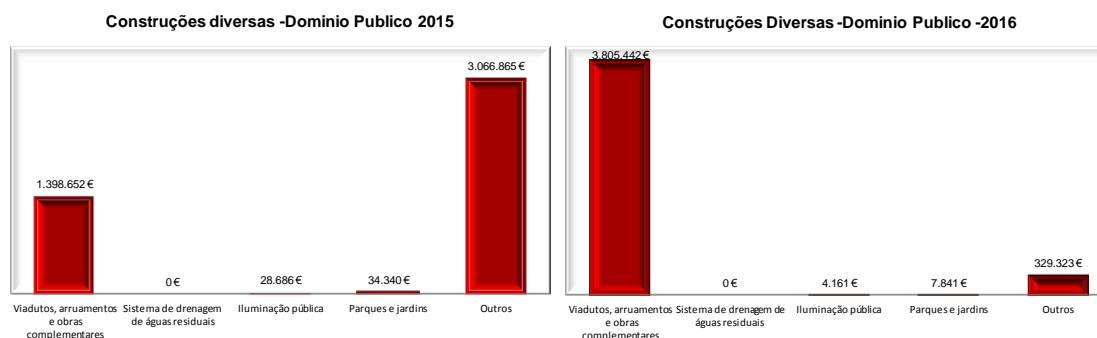
Construções diversas



CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR EM BENS DOMÍNIO PÚBLICO

As *Construções Diversas - domínio público* - totalizaram 4.146.767 €, traduzindo uma redução de (-) 8,4% face a 2015. O que mais contribui para este valor foram os investimentos realizados em *Viadutos Arruamentos e Obras Complementares*, com 3.805.442 €, ao contrário do ano transato onde sobressai o agrupamento *Outros*, como é visível no gráfico infra, devido ao investimento associado às Ações Complementares á Área de Acolhimento Empresarial Maia, que foram objeto de financiamento comunitário.

Gráfico 30



Por conta da rubrica *Viadutos Arruamentos e Obras Complementares* realizaram-se os projetos seguintes:

- Beneficiação de pavimentos betuminosos em vias diversas – 1.300.491 €;
- Beneficiação de pavimentos em cubos em vias diversas – 976.604 €;
- Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas - 641.867 €;
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do Concelho - 163.652 €;
- Beneficiação da Rua do Eng.º Frederico Ulrich, em Gemunde, na Freguesia do Castelo da Maia, e na Freguesia de Moreira – 157.246 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 123.173 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento – 79.745 €;
- Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios - 69.782 €;
- Plano Diretor de Águas Pluviais - Resolução de pontos críticos – 54.655 €;
- Via Periférica Sol-poente da Cidade. Troço entre a Rua do Souto e a Avenida de D. Mendo (EN 13) no Lugar do Espido – 40.633 €;

- Aquisição de edifícios, propriedades ou outras construções em cumprimento de "Taxas Municipais de Urbanização" ou "Compensações por não cedências" em operações urbanísticas ou de construção - 35.998 €;
- Construção da ligação RVP-23 entre o Nó do Leandro, na Freguesia de S. Pedro Fins, e a Avenida da Igreja, na freguesia de Folgosa – 33.825 €;
- Reperfilamento da Rua do Conselheiro Luís de Magalhães (EN 13) e construção de arruamento de ligação à Rua do Dr. Farinhote, na freguesia de Moreira – 31.695 €;
- Construção da ligação RVP-09 entre o Nó da VRI/A-41, na zona das Minhotteiras, até à Via Estruturante de Crestins, incluindo a ligação viária à Zona Industrial das Minhotteiras, na freguesia de Moreira – 30.350 €.

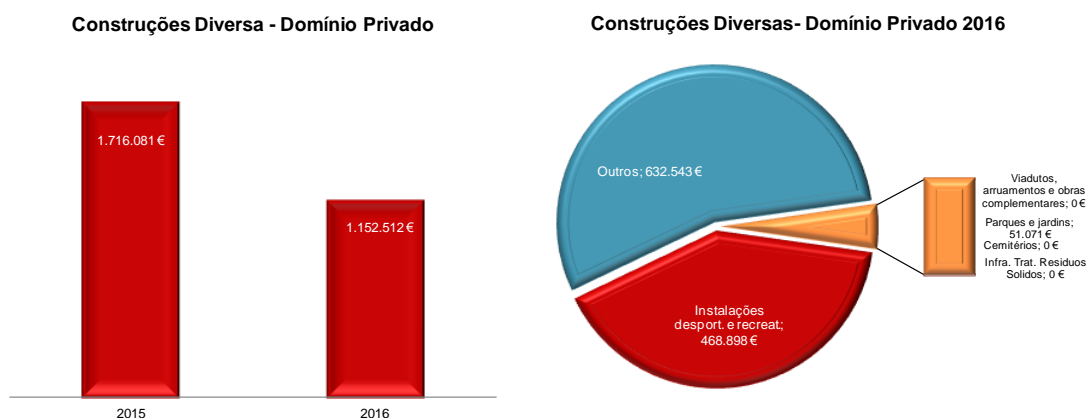
Pelas razões já mencionadas a rubrica *Outros* ficou-se pelos 329.323 € tendo o investimento realizado como destino os seguintes três projetos:

- Requalificação e Valorização Urbana das Zonas Industriais – 158.381 €;
- Requalificação Paisagística da Zona Desportiva Central da Cidade – 142.671 €;
- Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão – 28.270 €.

A um nível meramente residual registaram-se investimentos no valor de 7.841 € na subrubrica *Parques e Jardins*, e de 4.161 € na subrubrica *Iluminação Pública*. Na primeira, os investimentos destinaram-se a trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana e à remoção de raizeiros, à recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios. Já na *Iluminação Pública*, o investimento destinou-se à comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública.

CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR NO DOMÍNIO PRIVADO DA AUTARQUIA

Gráfico 31



O investimento afeto às construções associadas ao domínio privado foi, em 2015, muito influenciado pela realização dos investimentos em instalações desportivas e recreativas, integradas no projeto financiado pelo FEDER no âmbito do QREN-PO Norte, intitulado “Centro de alto rendimento da Maia”. Em 2016, a subrubrica *Outros* foi predominante, tendo atingido um volume de faturação nova na ordem dos 632 543 €, destinada essencialmente ao projeto de construção do Aeródromo Vilar de Luz (reabilitação do túnel do aeródromo de Vilar e Luz e do pavimento betuminoso da pista), que ascendeu a 559.564 €. Do restante, 67.323 € destinou-se ao “Programa de eliminação de barreiras arquitetónicas” e 5.656 € à “Construção de coberturas ajardinadas em edifícios municipais existentes”.

O investimento em *Instalações Desportivas e Recreativas* comportou um valor de 468.888 € em nova faturada, tendo sido direcionado para as seguintes instalações:

- Construção da Zona Desportiva de Milheirós, em sede de reformulação da atualmente existente, no Lugar do Monte Penedo, na freguesia de Milheirós – 236.608 €;
- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na freguesia de Vila Nova da Telha, incluindo a aquisição de terrenos, as terraplenagens, a construção da bancada e o seu aproveitamento interior, a construção do recinto de jogo, a construção e infraestruturização dos necessários projetos - 127.406 €;
- Construção do "Skate Park" – 52.890 €;
- Conservação de instalações desportivas – 36.742 €.

Relativamente aos *Parques e Jardins*, o investimento foi diminuto, alocando um valor de 51.071 €, tendo resultado essencialmente de dois projetos:

- Ampliação e/ou beneficiação do "Parque Urbano de Moutidos", na freguesia de Águas Santas – 30.511 €;
- Requalificação do Parque infantil e polidesportivo sito na Urbanização da Siderurgia, em Barca freguesia do Castelo da Maia – 20.569 €.

Ao contrário de 2015 não existiu novo investimento ao nível da rubrica *Sinalização e Trânsito*.

Material de Transporte

Ao atingir apenas 39.351 € de investimento novo realizado, esta rubrica reflete uma diminuição de (-) 89,5% face a 2015. O investimento executado foi primordialmente destinado à aquisição de serviços de recuperação, remodelação e reparação de uma viatura de emergência da proteção civil, com 29.039 €. O restante destinou-se a:

- Aquisição de um reboque para transporte de barreiras – 5.065 €;
- Grandes reparações de viaturas - 5.488 €.

Maquinaria e Equipamento

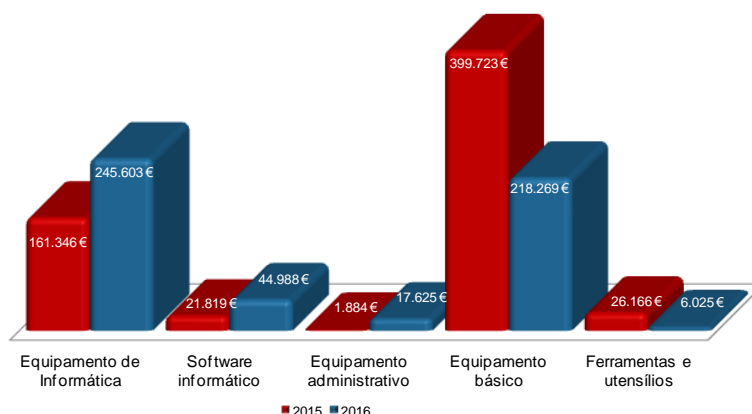
Com uma diminuição de cerca de (-) 78.427 € o investimento realizado em *Maquinaria e Equipamento*, incluindo grandes reparações, fixou-se nos 532.510 €. Em virtude de neste agregado estarem contemplados equipamentos para diversas finalidades desagrega-se a análise em *hardware*, *software*, *equipamento básico*, *administrativo* e *ferramentas e utensílios*.

Apesar da rubrica no seu global ter registado uma quebra, que teve como principal impulsionador a diminuição em *Equipamento Básico* (-) 181.454 €, verificou-se em sentido contrário variações positivas nos investimentos efetuados em *Equipamento informático* (*hardware*), (+) 84.527 €, *Software*, (+) 23.169 €, e *Equipamento administrativo*, (+) 15.741 €.

O Gráfico 32 permite uma comparação entre o investimento realizado em 2015 e 2016, concluindo-se que a componente equipamento informático (*hardware*) foi a mais relevante em 2016.

Gráfico 32

MAQUINARIA E EQUIPAMENTO - ESTRUTURA



EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

O investimento efetuado com a aquisição de equipamento informático atingiu os 290.591 €, repartidos por *Hardware* com 245.603 € e *Software* com 44.988 €, representando um aumento de (+) 52,2% e (+) 106,2% respetivamente.

O projeto que mais contribui para esta subida foi o Projeto “E-Maia” que consistiu na expansão e reformulação da infraestrutura da rede informática e respetivo *Software* de segurança e solução antivírus. O valor do projeto atingiu os 179.592 €, repartidos em 139.026 € investidos em *Hardware* e 40.565 € em *Software*.

Em termos de *Hardware*, para além do projeto mencionado destaca-se ainda os seguintes valores:

- Projeto de desenvolvimento e consolidação do Sistema de Informação Geográfica - (SIG) - Municipal – 92.017 €;
- Aquisição de Equipamento Informático – 14.449 €;

Em relação ao Software para além do projeto “E-Maia”, o investimento de 4.151 € destinou-se à aquisição de Software para a gestão de higiene e segurança no trabalho.

EQUIPAMENTO BÁSICO

Em 2016, ao totalizar 218.269 €, o *Equipamento Básico* refletiu uma diminuição em (-) 45,4% justificado pelo impacto resultante do investimento efetuado em 2015 para reabilitar pista de atletismo do Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho, integrado no projeto financiado denominado “Centro de Alto Rendimento da Maia”.

Esta rubrica integra o investimento realizado para apetrechar as instalações desportivas, escolas, biblioteca e outros serviços municipais com os equipamentos essenciais ao seu normal funcionamento. Neste âmbito discriminam-se em seguida as principais áreas intervencionadas:

- Modernização dos equipamentos do Pavilhão Municipal de Ginástica - 69.988 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 64.549 €;
- Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre" - 63.049 €;
- Aquisição de veículos e máquinas especiais – 30.109 €;
- Beneficiação da Casa do Corim, na Freguesia de Águas Santas - 5.000 €;
- Aquisição de equipamento com vista à constituição de equipas de ciclo-patrolhas – 4.951 €;
- Aquisição de equipamento básico com destino aos edifícios escolares do EB1 – 4.597 €.

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

A aquisição de equipamento administrativo mantém a sua pouca expressividade tendo totalizado em 2016 17.625 €, destacando-se dois investimentos:

- Aquisição de trituradora de papel profissional para o serviço de arquivo e expediente geral – 8.917 €
- Aquisição de mobiliário para beneficiação do edifício municipal designado por cantina escolar “Ana da Fonte” em Gueifães, freguesia da Maia - 5.986 €;

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS

O investimento efetuado com a aquisição de bens inseridos na rubrica *Ferramentas e Utensílios*, que usualmente possui pouca expressividade, quedou-se nos 6.025 €.

Investimentos incorpóreos

A rubrica de *Investimentos incorpóreos* registou em 2016, um valor total de 399.338 €, que resultou num significativo aumento de (+) 396.277 € face a 2015. Por conta do valor investido realizaram-se três projetos:

- Elaboração de projetos diversos, incluindo os estudos de enquadramento urbanístico, com vista à construção de edifícios para os Ensinos Pré-Escolar, EB1, EB2,3, e Secundário que englobou:
 - Elaboração de projeto de execução de execução de reabilitação da escola EB 2/3 de Gueifães - 92.004 €;
 - Elaboração de projeto de execução de execução de reabilitação e especialidades da escola EB2/3 Gonçalo Mendes da Maia – 91.635 €;
 - Elaboração de projeto de execução de execução de reabilitação e especialidades da escola EB2/3 Vieira de Carvalho em Moreira da Maia – 91.020 €;
- Conção do projeto Parque da Maia, situado na freguesia da Cidade da Maia - 81.859 €;
- Aquisição de cartografia de escala 1/2000 e processo de homologação - 41.820 €.

Outros investimentos

Os valores executados nesta rubrica possuem diversas finalidades e reportam-se ao investimento que não se enquadra nas rubricas anteriormente mencionadas.

O montante realizado em 2016 manteve-se próximo do de 2015, ao totalizar 418.369 €. Das intervenções que mais contribuíram para o nível de investimento atingido destacam-se as seguintes:

- Aquisição de equipamentos destinados à rede de iluminação pública - 63.252 €;
- Conservação de instalações desportivas – 60.360 €;
- Conservação de edifícios municipais – 45.127 €;
- Obras de remodelação do edifício dos Paços do Concelho – 34.541 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos – 29.549 €;
- Beneficiação da Casa do Corim, na freguesia de Águas Santas – 28.861 €;
- Aquisição e instalação de sinalização direcional – 28.663 €;
- Aquisição de placas toponímicas – 28.223 €;
- Conservação de edifícios escolares – 19.565 €.

Outros

ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR

Com vista a enriquecer o património cultural, foram adquiridas obras de arte e pinturas no valor total de 8.807 €.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Com vista a financiar as despesas de capital de entidades externas, onde há reconhecido interesse social e/ou satisfaçam necessidades básicas dos munícipes, o município efetua fluxos monetários não reembolsáveis que se consubstanciam em *Transferências de Capital*.

Nestas entidades englobam-se as freguesias, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos.

Para vislumbrar o destino dessas transferências por tipologia de entidade apresenta-se o Quadro 40, que efetua um comparativo com o ano de 2015, e apresenta as taxas de execução em termos de faturação versus orçado e em matéria de pagamentos:

Quadro 40

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL										
	2015			2016						
	Fat Transitada	Fat Nova	Dotações finais	Fat Transitada	Fat Nova	% Total Transf	Pago	Tx Execução	Tx de Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		(f)	[(d)+(e)]/(c)	(f)/[(d)+(e)]	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras										
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	0	673.818	700.000	0	696.739	52,2%	696.739	99,5%	100,0%	3,4%
Outras	0	0	0	0	0		0			
Privadas	0	201.468	0	0	0	0,0%	0			-100,0%
Administração Central										
Estado	0	0	1.933	0	1.289	0,1%	1.289	66,7%	100,0%	
Administração Local										
Municípios	0	0	0	0	0	0,0%	0			
Freguesias	0	128.492	540.510	0	239.157	17,9%	239.157	44,2%	100,0%	86,1%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	0	0	0		0			
Outras	0	0	0	0	0	0,0%	0			
Instituições sem fins Lucrativos	0	683.943	740.390	0	396.534	29,7%	396.534	53,6%	100,0%	-42,0%
Famílias	0	0	5.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
Resto do Mundo	0	0	0	0	0	0,0%	0			
Total	0	1.687.721	1.987.833	0	1.333.720	100,0%	1.333.720	67,1%	100,0%	-21,0%
Faturada Total	1.687.721			1.333.720						

Un.: Euros

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2016 (2016), que na sua génese respetam a faturação de anos anteriores

Em 2016 as transferências de capital ascenderam a 1.333.720 €, traduzindo um decréscimo de (-) 21%, ou seja, (-) 354.001 €. Esta variação resulta essencialmente do impacto da inexistência de transferências para as *Sociedades e quase-sociedade não financeiras (privada)*, de (-) 201.468 €, e da diminuição ocorrida de (-) 287.409 € nas transferências para as *Instituições sem fins lucrativos*. Simultaneamente, regista-se em sentido contrário um aumento em (+) 110.665 € nas transferências para as freguesias, que evita uma queda superior na componente de despesa em análise.

Com um peso de 52,2%, as transferências para as *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais* comportam um valor de 696.739 €, que se destinou exclusivamente à comparticipação para investimento do município à LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto.

As transferências para as *Instituições Sem Fins Lucrativos* em 2016 totalizaram 396.534 €, representando cerca de 30 % do total das transferências efetuadas.

Discriminam-se de seguida as diversas entidades que foram alvo de apoio do município:

- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 130.146 €;
- Atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia da Maia para a empreitada de remodelação e ampliação do centro social de Milheirós - 50.000 €;
- Comparticipação financeira nas obras de adaptação e conservação do edifício da EB1 da Azenha Nova cedido pela Câmara Municipal, à ASMAN - Associação de Solidariedade Social da Mouta – 50.000 €;
- Atribuição de subsídio, a título excecional, à Mocidade de Sangemil Atlético Clube, no Custo das obras de reparação e beneficiação de sede social da coletividade – 30.839 €;
- Atribuição de subsídio extraordinário à Associação "os Vencedores de Sangemil" tendo em vista apoiar as obras de arranjos do edifício sede da coletividade – 29.929 €;
- Atribuição de subsídio ao Grupo de Danças e Cantares Nossa Senhora de Guadalupe, tendo em vista a realização de obras de conservação e reparação do seu edifício sede - 24.015 €;
- Atribuição de subsídio à Associação Humanitária "Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia", tendo em vista à comparticipação desta Câmara Municipal na aquisição de duas ambulâncias - 22.047 €;
- Atribuição de subsídio à Associação Humanitária "os Bombeiros Voluntários de Pedrouços " tendo em vista à comparticipação na aquisição de uma viatura VFCI - veículo florestal de combate a incêndios – 21.464 €;
- Atribuição de subsídio, a título excecional, ao Castelo da Maia Ginásio Clube, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara no custo de criação da secção de desporto adaptado da coletividade – 15.247 €;
- Atribuição de um apoio financeiro ao Centro Social e Paroquial da Maia, para aquisição de uma viatura ligeira adaptada de passageiros (nove lugares) – 10.467 €;

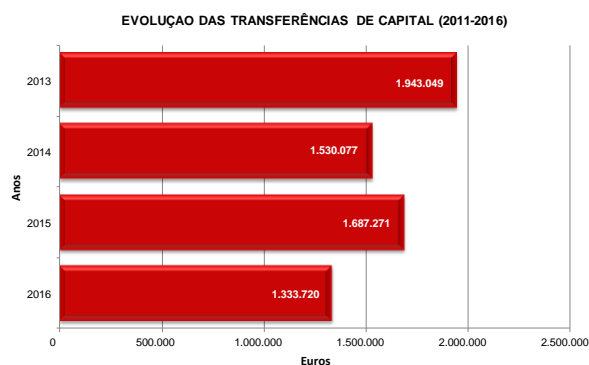
As transferências para as *Freguesias* tiveram um incremento de (+) 86,1% ficando o valor global transferido nos 239.157 €. Os projetos que foram objeto de apoio por parte do município foram:

- Contrato Programa entre a C.M. Maia e a freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara Municipal dos encargos com as obras de adaptação para centro de dia do edifício sede da antiga junta de freguesia de Barca – 88.528 €;
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva junta de freguesia – 50.000 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Gueifães (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) – 44.439 €;
- Atribuição de uma comparticipação financeira à junta de freguesia de Nogueira e Silva Escura, para aquisição de um mini autocarro de 26 lugares - 30.000 €;
- Comparticipação na Obra de construção da Casa Mortuária de S. Pedro de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) - 12.500 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Santa Maria de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) - 7.576 €;
- Contrato Programa entre a C.M. Maia e a freguesia de S. Pedro de Fins, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara Municipal nos encargos com as obras de ampliação do centro de convívio da freguesia (auto 1) – 6.114 €.

Registou-se este ano um valor meramente residual de transferências na rubrica *Estado*, no valor de 1.288 €, que se reporta à componente capital do contrato de subdelegação de competência celebrado entre o município e o Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia.

Através do Gráfico 33, pode-se analisar a evolução nos últimos 4 anos do montante global de transferências realizadas.

Gráfico 33



ATIVOS FINANCEIROS

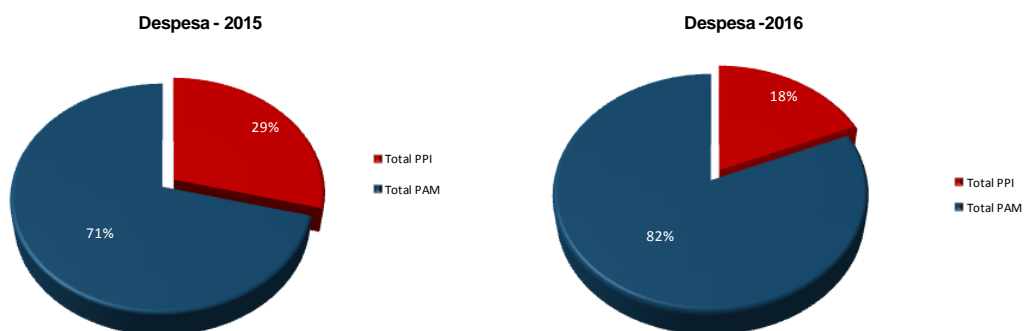
O montante de 427.186 € registado na rubrica de *Ativos Financeiros* é constituído unicamente pelos valores legalmente obrigatórios que o município tem de pagar anualmente no âmbito da sua comparticipação no Fundo de Apoio Municipal (FAM).

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP), pelo segundo ano consecutivo contemplam a totalidade das despesas do município, integrando o *Plano Plurianual de Investimentos* (PPI) onde se incluem as despesas orçamentais realizadas em investimento, e as *Atividades Mais Relevantes* (PAM), onde se englobam as restantes despesas correntes e de capital que não estejam inseridas na aquisição de bens de capital. Deste modo, em 2016 é possível fazer uma comparação da despesa de todas as funções e subfunções que compõem as GOP, permitindo analisar as linhas orientadoras do desenvolvimento estratégico do município.

Procura-se através do Gráfico 34 efetuar uma comparação entre a proporção da distribuição da despesa realizada em matéria de PPI e PAM, concluindo-se que as despesas de PPI passaram a ter um menor peso não só pela sua diminuição, facto que está evidenciado no capítulo do investimento global, mas também pelo aumento das restantes despesas face a 2015.

Gráfico 34



No quadro seguinte, apresenta-se uma comparação da despesa efetuada, desagregada segundo um critério funcional, permitindo verificar o peso de cada função e subfunção bem como conferir as taxas de execução da despesa face ao orçado e pagamentos.

Quadro 41

GOPS										
Classificação Funcional	2015			2016						
	Fat Transitada	Fat Nova	Dotações finais	Fat Transitada	Fat Nova	% Total GOPS	Pago (f)	Tx Execução		Tx de Variação %
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			[(d)+(e)]/(c)	(f)/[(d)+(e)]	
Funções Gerais:	471.751	24.556.993	27.894.397	362.609	25.034.089	40,2%	25.125.747	91,0%	98,9%	1,9%
Serviços Gerais de Administração Pública	471.751	24.261.541	27.520.647	362.609	24.691.125	39,6%	24.783.527	91,0%	98,9%	1,8%
Segurança e Ordens Públicas	0	295.452	373.750	0	342.964	0,6%	342.221	91,8%	99,8%	16,1%
Funções Sociais:	89.067	22.091.737	21.007.880	49.702	18.231.143	29,3%	18.222.837	87,0%	99,7%	-17,5%
Educação	22.351	6.489.862	7.153.930	172	6.496.336	10,4%	6.453.962	90,8%	99,3%	0,1%
Saúde	0	3.338	6.400	0	2.849	0,0%	2.849	44,5%	100,0%	-14,6%
Segurança e Ação Sociais	1.586	1.267.225	1.338.971	912	1.039.011	1,7%	1.037.674	77,7%	99,8%	-18,0%
Habituação e Serviços Colectivos	49.608	9.175.429	8.086.877	7.244	6.829.059	11,0%	6.827.703	84,5%	99,9%	-25,6%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	15.522	5.155.883	4.421.702	41.375	3.863.888	6,2%	3.900.649	88,3%	99,9%	-25,1%
Funções Económicas:	10.757	14.860.603	12.190.765	3.128	11.011.348	17,7%	11.006.708	90,4%	99,9%	-25,9%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0,0%	0			
Indústria e energia	9.846	2.831.805	3.058.327	394	2.654.428	4,3%	2.648.878	86,8%	99,8%	-6,3%
Transportes e Comunicações	911	1.612.127	4.778.487	2.392	4.246.553	6,8%	4.247.121	88,9%	100,0%	163,4%
Comércio e Turismo	0	261.786	263.805	342	245.284	0,4%	245.626	93,1%	100,0%	-6,3%
Outras Funções Económicas	0	10.154.885	4.090.146	0	3.865.083	6,2%	3.865.083	94,5%	100,0%	-61,9%
Outras Funções:	0	5.477.188	8.058.513	0	8.009.552	12,9%	8.009.552	99,4%	100,0%	46,2%
Operações da Dívida Autárquica	0	4.746.535	6.956.523	0	6.943.622	11,1%	6.943.622	99,8%	100,0%	46,3%
Transferências entre Administrações	0	730.653	730.700	0	730.653	1,2%	730.653	100,0%	100,0%	0,0%
Outras não especificadas	0	0	371.290	0	335.277	0,5%	335.277	90,3%		
TOTAL	571.575	66.986.520	69.151.555	415.439	62.286.131	100,0%	62.364.844	90,7%	99,5%	-7,0%
Facturada Total	67.558.095			62.701.570						-7,2%

Un: Euros

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2015 e 2016, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Em 2016, as Grandes Opções do Plano totalizaram 62.286.131 € de faturação nova, sendo que 11.520.244 € reportam-se a despesa em Projetos de Investimento (PPI).

Verifica-se pelo Quadro 41 que a despesa nova diminuiu (-) 7%, enquanto a despesa total diminuiu (-) 7,2%. Significa isto que o valor da faturação a transitar para 2017 reduz face à transitada para 2016.

Ao totalizar 25.034.089 € as *Funções Gerais*, à semelhança do ano anterior, assumem o predomínio das GOP com 40,7% registando um aumento de (+) 1,9%.

Com a mesma orientação, as *Outras Funções*, que englobam o serviço de dívida e os acordos de execução com as juntas de freguesia, exibem um acréscimo de (+) 46,2%, que em termos absolutos representa (+) 2.776.737 €.

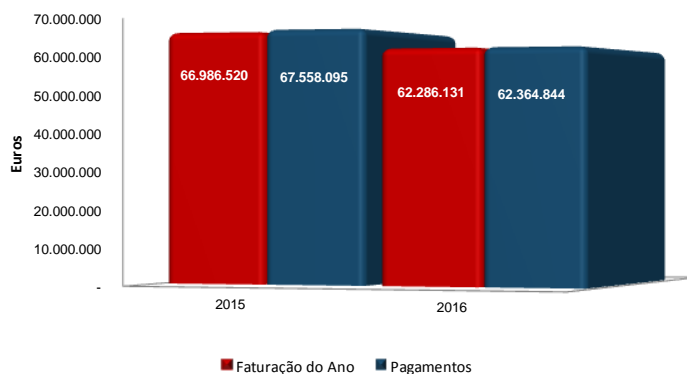
Em sentido contrário, e anulando o efeito do aumento destas duas funções mencionadas, verifica-se que as *Funções Sociais*, com um valor de 18.231.143 €, alocaram menos (-) 17,3% dos recursos financeiros da autarquia, e as *Funções Económicas* com um decréscimo de (-) 25,9% apenas contribuíram para a nova despesa com 11.011.348 €.

No que se refere às taxas de execução, conclui-se pela observação do Quadro 41, que em matéria de pagamentos foi possível atingir 99,5% da faturação total, transitando para 2017 apenas 336.726 € por pagar.

Através do Gráfico 35 é possível aferir uma vez mais, que os pagamentos têm assumido recorrentemente valores superiores à faturação nova, refletindo uma sistemática recuperação de faturação transitada e uma melhoria dos níveis de execução.

Gráfico 35

Pagamentos/Faturação Nova



Para melhor compreender a configuração do destino dos recursos municipais, apresenta-se de seguida uma análise de cada uma das funções e subfunções que compõem as GOP, onde se refere as áreas e ou projetos que contribuíram para seu valor, quer em matéria de investimento (PPI), quer em matéria de atividades mais relevantes (PAM).

Através do quadro seguinte observa-se os valores de faturação nova e transitada bem como de pagamentos, em cada uma das funções e subfunções bem como o peso de cada função no total da despesa atingida destreinçada por PPI e PAM.

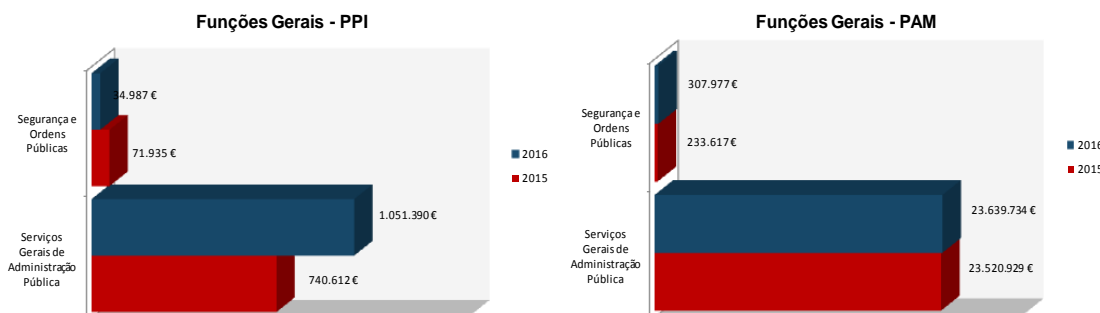
Quadro 42

GRANDES OPÇÕES DO PLANO															
Classificação Funcional	PPI				PAM				GOPS				% Total GOPs	% Pago/Fat	
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO			
1. Funções Gerais:	2.202	1.086.377	1.088.579	1.085.089	360.407	23.947.711	24.308.118	24.040.659	362.609	25.034.089	25.396.697	25.125.747	40,2%	98,9%	
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	2.202	1.051.390	1.053.592	1.050.730	360.407	23.639.734	24.000.141	23.732.797	362.609	24.691.125	25.053.733	24.783.527	39,6%	98,9%	
1.1.1. Administração Geral	2.202	1.051.390	1.053.592	1.050.730	360.407	23.639.734	24.000.141	23.732.797	362.609	24.691.125	25.053.733	24.783.527	39,6%	98,9%	
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	34.987	34.987	34.359	0	307.977	307.977	307.862	0	342.964	342.964	342.221	0,6%	99,8%	
1.2.1. Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	0	29.039	29.039	29.039	0	280.630	280.630	280.515	0	309.668	309.668	309.553	0,5%	100,0%	
1.2.2. Polícia Municipal	0	5.949	5.949	5.320	0	27.347	27.347	27.347	0	33.296	33.296	32.668	0,1%	98,1%	
2. Funções Sociais	8.726	3.079.919	3.088.645	3.071.504	40.977	15.151.224	15.192.200	15.151.333	49.702	18.231.143	18.280.845	18.222.837	29,3%	99,7%	
2.1. Educação	0	737.110	737.110	729.786	172	5.759.226	5.759.398	5.724.175	172	6.496.336	6.496.508	6.453.962	10,4%	99,3%	
2.1.1. Ensino não Superior	0	731.198	731.198	723.873	172	4.418.819	4.418.991	4.383.768	172	5.150.017	5.150.189	5.107.642	8,3%	99,2%	
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0	5.913	5.913	5.913	0	1.340.407	1.340.407	1.340.407	0	1.346.320	1.346.320	1.346.320	2,2%	100,0%	
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	2.849	2.849	2.849	0	2.849	2.849	2.849	0,0%	100,0%	
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	2.849	2.849	2.849	0	2.849	2.849	2.849	0,0%	100,0%	
2.3. Segurança e Ação Sociais	0	0	0	0	912	1.039.011	1.039.922	1.037.674	912	1.039.011	1.039.922	1.037.674	1,7%	99,8%	
2.3.2. Ação Social	0	0	0	0	912	1.039.011	1.039.922	1.037.674	912	1.039.011	1.039.922	1.037.674	1,7%	99,8%	
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	5.491	1.452.342	1.457.833	1.451.645	1.753	5.376.717	5.378.470	5.376.058	7.244	6.829.059	6.836.303	6.827.703	11,0%	99,9%	
2.4.1. Habitação	0	185.295	185.295	185.295	0	1.874.523	1.874.523	1.874.523	0	2.059.818	2.059.818	2.059.818	3,3%	100,0%	
2.4.2. Ordenamento do Território	0	884.250	884.250	884.250	0	43.161	43.161	42.362	0	927.411	927.411	926.611	1,5%	99,9%	
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	1.788.254	1.788.254	1.788.254	0	1.788.254	1.788.254	1.788.254	2,9%	100,0%	
2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	5.491	382.798	388.288	382.100	1.753	1.670.778	1.672.531	1.670.919	7.244	2.053.576	2.060.820	2.053.019	3,3%	99,6%	
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.235	890.466	893.701	890.073	38.140	2.973.421	3.011.562	3.010.576	41.375	3.863.888	3.905.263	3.900.649	6,2%	99,9%	
2.5.1. Cultura	0	82.256	82.256	82.256	2.373	553.229	555.602	555.361	2.373	635.485	637.858	637.617	1,0%	100,0%	
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	3.235	808.210	811.445	807.817	35.767	2.409.350	2.445.117	2.445.117	39.002	3.217.560	3.256.562	3.252.933	5,2%	99,9%	
2.5.4. Juventude	0	0	0	0	0	10.843	10.843	10.099	0	10.843	10.843	10.099	0,0%	93,1%	
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3. Funções Económicas:	0	7.018.671	7.018.671	7.012.201	3.128	3.992.677	3.995.805	3.994.507	3.128	11.011.348	11.014.476	11.006.708	17,7%	99,9%	
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.2. Indústria e energia	0	100.380	100.380	94.436	394	2.554.048	2.554.442	2.554.442	394	2.654.428	2.654.822	2.648.878	4,3%	99,8%	
3.2.1. Iluminação	0	72.109	72.109	66.166	394	2.549.128	2.549.522	2.549.522	394	2.621.238	2.621.631	2.615.688	4,2%	99,8%	
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	0	28.270	28.270	28.270	0	0	0	0	0	28.270	28.270	28.270	0,0%	100,0%	
3.2.3. Racionalização Energética	0	0	0	0	0	4.920	4.920	4.920	0	4.920	4.920	4.920	0,0%	100,0%	
3.3. Transportes e Comunicações	0	4.230.834	4.230.834	4.230.308	2.392	15.719	18.111	16.813	2.392	4.246.553	4.248.945	4.247.121	6,8%	100,0%	
3.3.1. Transportes rodoviários	0	3.671.271	3.671.271	3.670.744	2.392	15.719	18.111	16.813	2.392	3.686.989	3.689.381	3.687.558	5,9%	100,0%	
3.3.2. Transportes aéreos	0	559.564	559.564	559.564	0	0	0	0	0	559.564	559.564	559.564	0,9%	100,0%	
3.4. Comércio e Turismo	0	0	0	0	342	245.284	245.626	245.626	342	245.284	245.626	245.626	0,4%	100,0%	
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.4.2. Turismo	0	0	0	0	342	245.284	245.626	245.626	342	245.284	245.626	245.626	0,4%	100,0%	
3.5. Outras Funções Económicas	0	2.687.457	2.687.457	2.687.457	0	1.177.625	1.177.625	1.177.625	0	3.865.083	3.865.083	3.865.083	6,2%	100,0%	
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	9.555	9.555	9.555	0	9.555	9.555	9.555	0,0%	100,0%	
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
3.5.4. Ativos Financeiros	0	2.687.457	2.687.457	2.687.457	0	1.168.071	1.168.071	1.168.071	0	3.855.528	3.855.528	3.855.528	6,2%	100,0%	
3.5.5. Atividades Económicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
4. Outras Funções:	0	335.277	335.277	335.277	0	7.674.275	7.674.275	7.674.275	0	8.009.552	8.009.552	8.009.552	12,9%	100,0%	
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	0	0	0	0	6.943.622	6.943.622	6.943.622	0	6.943.622	6.943.622	6.943.622	11,1%	100,0%	
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	730.653	730.653	730.653	0	730.653	730.653	730.653	1,2%	100,0%	
4.3. Diversas não especificadas	0	335.277	335.277	335.277	0	0	0	0	0	335.277	335.277	335.277	0,5%	100,0%	
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	
4.3.2. Propriedades diversas	0	335.277	335.277	335.277	0	0	0	0	0	335.277	335.277	335.277	0,5%	100,0%	
UnEuros	10.927	11.520.244	11.531.172	11.504.071	404.512	50.765.886	51.170.398	50.860.774	415.439	62.286.131	62.701.570	62.364.844	100,0%	99,5%	
	(a)				(a)				(a)						

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2016, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 36



No cômputo geral das GOP prevalecem as *Funções Gerais*, em especial as provenientes do PAM, e incorporam as subfunções *Serviços Gerais de Administração Pública* e *Segurança e Ordens Públicas*, exibindo a primeira uma clara preponderância quer ao nível de PAM como do PPI. Esta função registou um acréscimo de (+) 1,9 %, influenciado essencialmente pelo aumento verificado no PPI na subfunção *Serviços Gerais da Administração Pública*, ainda que paralelamente se tenha verificado no PAM aumentos menos expressivos nas duas subfunções já mencionadas.

Ao nível PPI, os investimentos efetuados foram na sua maioria destinados à conservação e/ou beneficiação de edifícios municipais, bem como a aquisição de mobiliário e equipamento e com o projeto E-Maia. Estes investimentos estão descritos em capítulo próprio do Investimento Global.

As *Atividades Mais Relevantes* (PAM), que comportam a maioria das despesas correntes de apoio ao funcionamento da autarquia, não incorporados nas restantes funções, totalizaram 23.947.711 €, sendo que 23.639.734 € correspondem aos *Serviços Gerais da Administração Pública* e 307.977 € à subfunção *Segurança e Ordens Públicas*.

Esta função representou em 2016 cerca de 40,2% do montante das GOP, compreendendo as despesas com pessoal (cerca de 80%), energia elétrica, água, gás entre outros que são transversais aos diversos serviços da autarquia. Apresenta-se de seguida um pequeno quadro com as cinco principais atividades que contribuíram para o valor desta função e comparativo com 2015.

Quadro 43

Funções Gerais - Os 5 Principais projetos/despesa por volume de faturação nova (PAM) 2016			
	2015	2016	Varição
1- Despesas com Pessoal das Funções Gerais (a) (b) (c)	14.392.289 €	14.287.502 €	-104.788 € ↓
2 -Reembolsos e restituições, encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	1.461.815 €	1.716.743 €	254.928 € ↑
3 - Consumo de Energia Elétrica.	1.759.516 €	1.609.585 €	-149.931 € ↓
4 - Aquisição de serviços de carácter corrente.	574.789 €	795.941 €	221.152 € ↑
5 - Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	731.906 €	748.651 €	16.745 € ↑

(a) engloba as despesas com Órgãos da Autarquia, Departamentos e classes inativas, incluindo despesas de representação, transportes e outras, bem como as despesas com o Gabinete Técnico Florestal.

(b) não engloba as despesas com pessoal que estejam enquadradas em projeto específico (PAM), e que estão refletidas noutras funções.

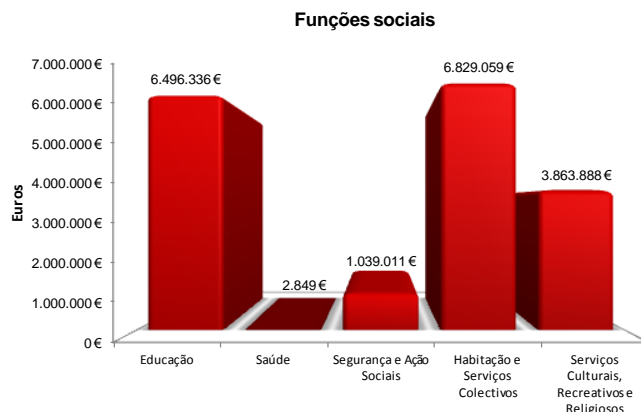
(c) embora enquadradas nas funções gerais não inclui, encargos com seguros e Assembleia municipal

Para além destas cinco atividades destacam-se ainda as seguintes:

- Aquisição de bens de carácter corrente - 519.517 €;
- Consumo de água – 486.150 €;
- Consumo de Gás Natural e GPL – 470.046 €;
- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos – 315.955 €;
- Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas – 281.002 €;
- Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica – 260.033 €;
- Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção - 259.647 €;
- Contratação de Seguros - 246.230 €;
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 204.155 €
- Outras despesas correntes – 203.401 €;
- Apoios financeiros concedidos à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 200.000 €;
- Contratação de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações – 182.281 €;
- Contrato de prestação de serviços de locação operacional para equipamentos de cópia e impressão - 156.865 €;
- Aquisição de serviços de telecomunicações – 143.904 €;
- Construção, remodelação ou adaptação de outros edifícios propriedade de Juntas de Freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com as Juntas de Freguesia em consideração - 94.642 €.
- Atividades a serem levadas a efeito no âmbito da Assembleia Municipal – 87.300 €;
- Comunicações postais – 82.092 €;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais – 71940 €;
- Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet - 61.106 €;
- Encargos com condomínios, arrendamentos ou retribuições de utilização de edifícios e outros equipamentos - 60.660 €;
- Aquisição de bens e serviços para conservação e beneficiação de equipamento informático – 58.476 €.

FUNÇÕES SOCIAIS

Gráfico 37

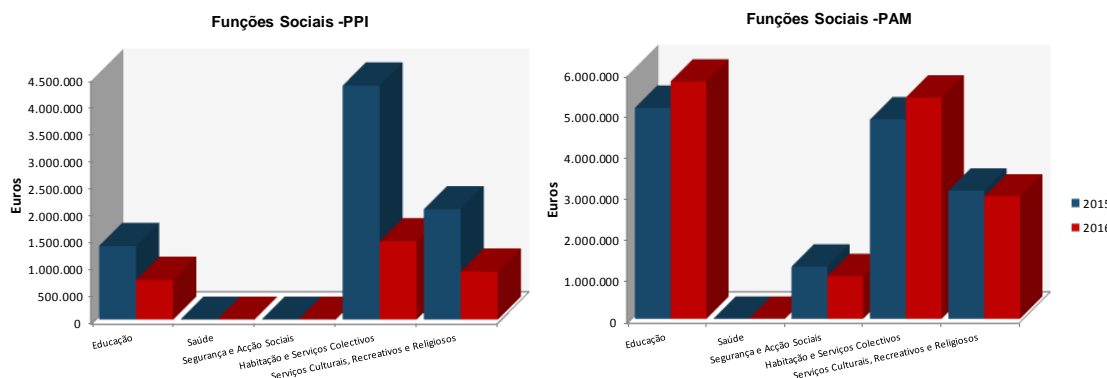


As *Funções Sociais* representam a segunda função com maior relevância ao absorver 29,3% das GOP. Nelas se integram algumas das necessidades básicas dos munícipes como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

No exercício de 2016, esta função alocou 18.231.143 € de nova despesa, sendo 15.151.224 € provenientes das atividades mais relevantes e 3.079.919 € do PPI.

Apresentou uma redução de (-) 3.860.594 € face a 2015 influenciada sobretudo pela redução ocorrida na componente de investimento da totalidade das suas subfunções, destacando-se contudo a *Habitação e Serviços Coletivos* e *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, condição facilmente aferida pelo gráfico “*Função Social-PPI*”:

Gráfico 38



Verifica-se que nas *Funções Sociais*, as subfunções *Educação* e *Habitação e Serviços Coletivos* são as mais relevantes.

No que concerne à primeira esta representa 10,4% das GOP, sendo que 5.759.226 € reportam-se às *Atividades Mais Relevantes* e 737.110 € a *Investimentos*.

Na subfunção *Educação* integram-se as despesas com ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino entre outros. Discrimina-se de seguida as atividades ou projetos que contribuíram para o valor atingido. Considerando que os projetos realizados ao nível das *Atividades Mais Relevantes* são praticamente os mesmos de 2015, apresenta-se o Quadro 44 em que espelha a variação ocorrida nas principais atividades.

Quadro 44

Subfunção Educação- Atividades Mais relevantes (PAM) 2015-2016			
	2015	2016	variação
• Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	1.903.407 €	1.964.707 €	61.300 € ↑
• Fornecimento de refeições aos alunos do EB1e do ensino Pré-escolar	1.364.850 €	1.340.407 €	-24.443 € ↓
• Programa de Enriquecimento Curricular	836.068 €	717.313 €	-118.755 € ↓
• Serviço de Apoio à Família	574.927 €	669.614 €	94.687 € ↑
• Contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação	inexistente	643.900 €	643.900 € ↑
• Serviço de Transportes Escolares	229.746 €	211.968 €	-17.778 € ↓
• Programa de Ação Social Escolar no EB1	78.097 €	77.063 €	-1.034 € ↓
• Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EB1	73.655 €	72.775 €	-880 € ↓
• Caderno Digital	26.559 €	28.300 €	1.741 € ↑
• Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audio-visual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do Pré-Escolar.	23.521 €	22.876 €	-645 € ↓
• Programa "Maia: a força da educação está no nosso coração"	8.918 €	10.303 €	1.385 € ↑
outros	6.199 €	0 €	-6.199 € ↓
Total	5.125.947 €	5.759.226 €	633.279 €

Com um volume de nova faturada de 6.829.059 €, a *Habituação e Serviços Coletivos* é a subfunção com maior peso nas *Funções Sociais* (37,5%), pese embora o decréscimo de (-) 25,6 % face a 2015.

Esta diminuição resulta essencialmente do montante de investimento que lhe está alocado e cuja despesa nova faturada atingiu apenas um valor 1.452.342 €. Refira-se que em 2015 esta subfunção foi muito influenciada pelo montante de investimento direcionado à requalificação e valorização urbana das Zonas Industriais.

No âmbito das atividades mais relevantes regista-se um aumento da nova faturada que totalizou 5.376.717 €. Para aferir da proveniência dos valores que contribuíram para este valor discriminam-se os projetos mais relevantes:

- Participação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal – 1.874.523 €;
- Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.788.254 €;
- Participação para investimentos na LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida – 696.739 €;

- Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho – 656.850 €;
- Campanha de sensibilização para o "Desenvolvimento Sustentável" – 69.157 €;
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de Freguesia - 50.000 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Gueifães (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) - 44.439 €;
- Contratos a celebrar com empresas da especialidade para a manutenção de árvores em caldeira – 44.116 €;

Com uma diminuição de (-) 25,1% o volume de faturação dos *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* atingiu os 3.863.888 €. Esta diminuição é explicada principalmente pelo impacto proveniente do investimento ocorrido em 2015 nas instalações desportivas, destacando-se o “Centro de Alto Rendimento” que obteve financiamento do QREN. Ainda assim o investimento novo realizado em 2016 nas instalações desportivas totalizou 808.210 €, o que demonstra que permanece o compromisso do município com a atividade desportiva.

As atividades mais relevantes apesar de uma ligeira diminuição obtiveram um volume de nova faturada na ordem dos 2.973.421 €, onde se destaca a subrubrica *Desporto, Recreio e Lazer*, com 2.409.350 €.

Os principais projetos desenvolvidos no âmbito do desporto foram:

- Maia Desporto para Todos – 1.207.075 €;
- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades - 1.094.325 €;
- Comparticipações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras – 50.883 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Edifício-Sede do "Mocidade de Sangemil Atlético Clube" - 30.839 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo do "Castêlo da Maia Ginásio Clube" – 15.247 €.
- Na vertente cultural releva-se as seguintes iniciativas levadas a cabo pelo município:
- Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia – 159.581 €;
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 130.000 €;
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades – 64.537 €;
- Edição ou reedição de outras Publicações - 37.879 €;

- Construção das novas instalações da Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil", na Freguesia de Águas Santas (Comparticipação na obra que será levada a cabo na direta dependência da referida Associação) – 29.929 €;
- Contratos e parcerias com entidades produtoras de eventos culturais -28.669 €;
- Ações diversas de ação cultural - 25 732 €;
- Exposições de Fotografia – 21.106 €;
- World Press Photo – 17.047 €.

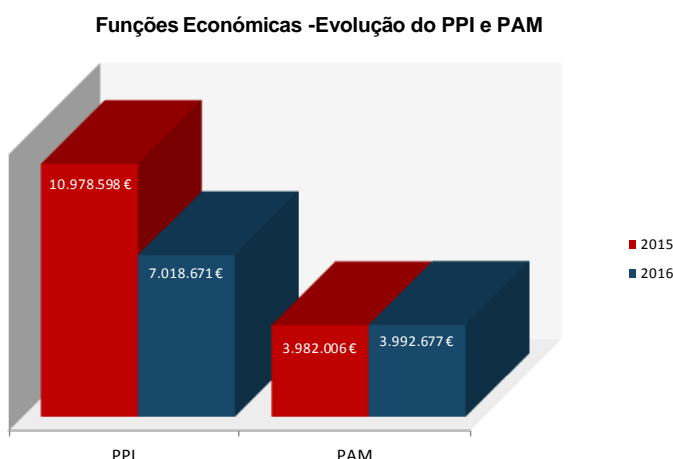
Totalizando um volume de faturação nova de 1.039.011 €, os valores alocados às atividades desenvolvidas no âmbito da funcional *Segurança e Ação Sociais* diminuíram em cerca de (-) 18%. Englobam-se nesta rubrica não só o apoio direto a famílias carenciadas, bem como a atividades de apoio social indireto a entidades terceiras que desenvolvam atividades com vista a minimizar as carências sociais dos diversos grupos etários. Neste âmbito destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos.

- Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social – 269.265 €;
- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 130.146 €;
- Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho -120.000 €;
- GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local – 107.862 €;
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas." – 57.850 €;
- Apoio à requalificação da ex-Escola do EB1 da Azenha Nova a ser levada a efeito pela "ASMAN - Associação de Solidariedade Social da Mouta - Azenha Nova" - 50.000 €;
- Apoio às obras de ampliação do Centro Social de Milheirós que estão a ser levadas a efeito, no lugar de Alvura, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia.- 50.000 €;
- Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade – 49.810 €;
- Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – 47.993 €;
- GIP - Gabinetes de Inserção Profissional – 41.103 €;
- Participação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social – 30.000 €;
- Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades - 24.750 €.

A subfunção *Saúde* continua a registar um valor meramente residual de 2.849. € e reporta-se a um único projeto designado “*Programa de Saúde Escolar: ações de divulgação e de formação em boas práticas comportamentais junto da comunidade escolar: - Educação alimentar - Segurança alimentar; Prevenção solar; Saúde e cidadania; Terapia da fala; Educação postural; Gala de saúde escolar*”.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 39



As *Funções Económicas* ao perfazerem 11.011.348 € retraíram face a 2015 (-) 25,9%, muito por força da diminuição do volume de investimento que em 2015 foi fortemente influenciado pela aquisição dos ativos imobilizados da "Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A, E.M (9.243.582 €), inseridos na subfunção *Outras Funções Económicas*. Na gerência de 2016 releva-se a operação de reversão do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior no valor de 2.687.457 €, que culminou na sua extinção.

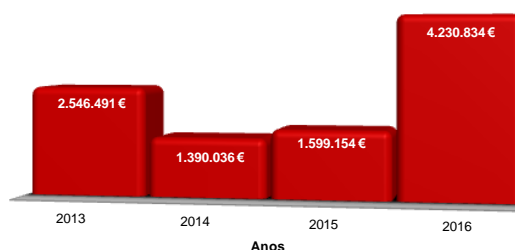
Apesar desta redução do investimento em 2016, verificou-se um aumento dos valores alocados na subrubrica *Transportes e Comunicações*, em especial no que se refere a investimento, destacando-se:

- Beneficiação de pavimentos betuminosos em vias diversas - 1.300.491 €;
- Beneficiação de pavimentos em cubos em vias diversas – 976.604 €;
- Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas - 641.867 €;
- Construção do Aeródromo de Vilar de Luz - 559.564 €.

Considerando a relevância desta tipologia de investimentos apresenta-se o Gráfico 40 que espelha a sua evolução no último quadriénio.

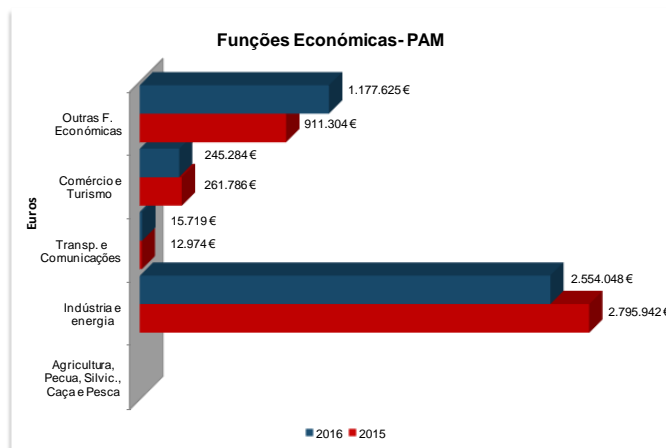
Gráfico 40

Transportes e Comunicações - PPI



Relativamente às Atividades Mais Relevantes, as *Funções Económicas* mantiveram-se estáveis face a 2015, totalizando 3.992.677 €, uma vez que o aumento assinalado nas *Outras Funções Económicas* foi compensado pela descida verificada na componente *Indústria e Energia*.

Gráfico 41



A subfunção *Indústria e Energia* é claramente a que mais contribui para o comportamento das Atividades Mais Relevantes, com um valor total de faturação de 2.554.048 € e compreende exclusivamente as despesas com iluminação pública e com a certificação energética de edifícios e equipamentos municipais.

O valor da transferência das verbas no âmbito da constituição do Fundo Apoio Municipal (427.186 €) e os encargos decorrentes da dissolução da "Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, E.M." (634.782 e), constituem a maior parte do montante gasto nas atividades da subfunção *Outras Funções Económicas* que totalizou 1.177.625 €. O diferencial reporta-se a encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município no valor de 106.103 € das quais se mencionam:

- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Área Metropolitana do Porto

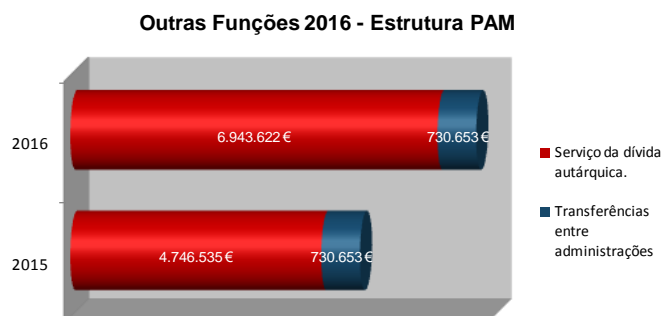
- Adeporto - Agência de Energia do Porto
- Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular
- Fundação do Desporto
- Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.

Mantendo a sua pouca expressividade a rubrica *Comércio e Turismo* totalizou 245.284 € e acolhe exclusivamente Atividades Mais Relevantes, destacando-se as seguintes:

- Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da terceira idade; viagens a locais nacionais com interesse tur+ístico-cultural – 100.718 €;
- Programa de Animação de Natal – 82.410 €;
- Realização da “Feira de Artesanato da Maia” – 58.467 €;
- Atividades de animação no concelhóp, incluindo a promoção de espetáculos de rua ANIMAIA – Festival da Criança, no Parque Central da Maia – 3.690 €.

OUTRAS FUNÇÕES

Gráfico 42



As *Outras Funções*, que totalizam 8.009.552 € e englobam o serviço de dívida e as transferências para as freguesias, obtiveram um volume de faturação superior a 2015, em resultado do aumento de serviço de dívida em (+) 2.197.087 €, objeto de análise mais detalhada no capítulo destinado ao Endividamento Municipal.

As *Transferências entre Administrações*, que compreendem os “Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia - Delegação de competências”, não sofreram qualquer alteração, mantendo-se nos 760.653 €.

Contrariamente ao verificado em 2015, em que não ocorreu qualquer investimento por conta das *Outras Funções*, no exercício em análise releva-se o investimento de 335.277 € destinado à aquisição de edifícios, propriedades ou outras construções em cumprimento de “Taxas Municipais de Urbanização” ou “Compensações por não cedências”.

6

7

8

9

10

maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

Este capítulo aplicado à temática do endividamento municipal encontra-se estruturado em duas partes, complementares apesar de diferenciadas entre si, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Confina-se a uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, a que se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo.

No âmbito da evolução da dívida global, devido às implicações decorrentes da recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, estrutura-se a análise em duas partes distintas, num primeiro momento centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e as imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2016, e respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Estão aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Em síntese, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legalmente impostos.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

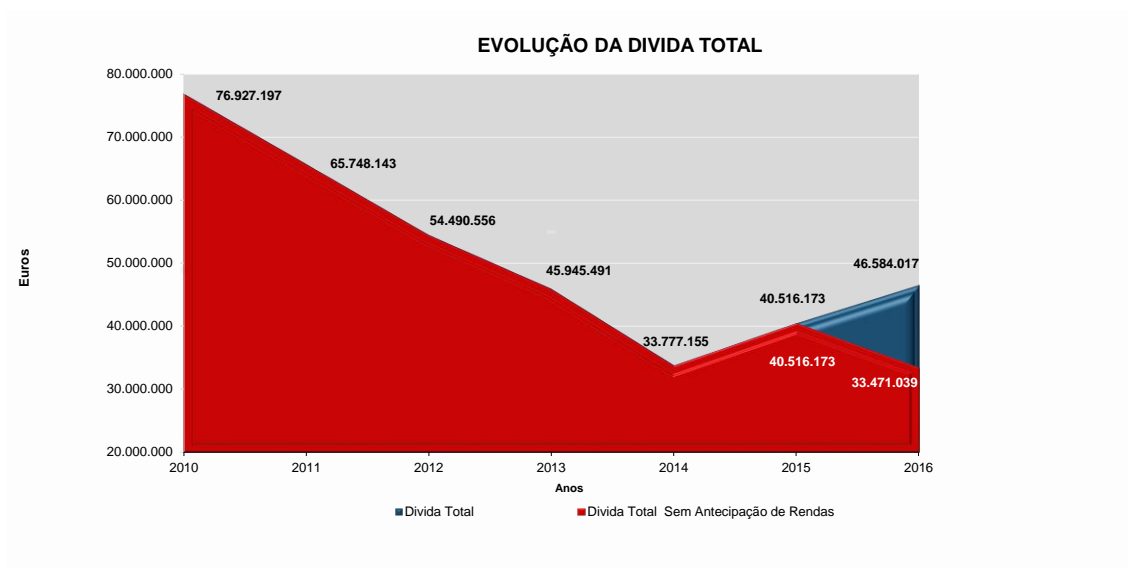
DÍVIDA TOTAL

Quadro 45

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL								Variação	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2010
Dívida de Natureza Orçamental	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	33.471.039	-7.045.133	-43.456.157
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	29.548.408	-7.207.261	-30.693.088
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	3.922.631	162.127	-12.763.070
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	0	0	0	0	0	13.112.978	13.112.978	13.112.978
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	0	0	0	0	0	0	13.112.978	13.112.978	13.112.978
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	46.584.017	6.067.845	-30.343.179
Taxa de crescimento da dívida	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%	20,0%	15,0%		-39,4%
Natureza Orçamental	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%	20,0%	-17,4%		-56,5%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	-19,6%		-51,0%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%	4,3%		-76,5%
Natureza Não Orçamental							-		-
Antecipação de Rendimentos							-		-

Un: Euros

Gráfico 43



Como nota prévia à apreciação deste capítulo importa relevar as implicações decorrentes de uma recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gestão dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao município pelo ofício n.º 21714/16, em 04 de agosto de 2016.

De notar que estamos perante uma dilação temporal de 10 anos.

Por força desta recomendação, o município viu-se obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como se de um contrato de mútuo se tratasse a partir da gerência de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental uma vez que o município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação que desde 2004 e até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Deste modo, independentemente do entendimento, que do ponto de vista técnico, temos vindo a adotar ser distinto da solução preconizada pelo Tribunal de Contas face ao normativo contabilístico ainda vigente - POCAL -, o município viu-se obrigado a alterar a contabilização da operação em apreço, até à presente data refletida no passivo do balanço do município numa conta de proveitos diferidos - conta 27.4.2 – Antecipação de Rendas –, registando-a como um empréstimo de médio e longo prazo e fazendo-a relevar para efeitos de cumprimento do limite da dívida, apesar de não se tratar de uma dívida de natureza orçamental, requisito essencial para que a mesma releve para o apuramento do endividamento municipal face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Destaca-se com particular relevância que no âmbito do controlo ao endividamento autárquico foram realizadas pela Inspeção Geral de Finanças diversas auditorias ao município, designadamente aos exercícios de 2001 a 2004, de 2003 a 2006 e de 2005 a 2009, sem nunca ter sido questionado o registo contabilístico desta operação de cessão de créditos das rendas de habitação social.

O que demonstra que estamos perante uma questão controversa, o que levou o município a solicitar um pedido de esclarecimentos à DGAL - SATAPOCAL, que aguarda resposta, bem como uma aclaração ao Tribunal de Contas sobre a forma de contabilização proposta, pese embora o entendimento do tribunal tenha permanecido igual.

Apresenta-se assim uma alteração substancial ao conteúdo da dívida que releva para efeitos do apuramento da dívida total de operações orçamentais do município, mormente em relação à utilizada na anterior gerência, o que inviabiliza qualquer análise comparativa que se pretenda séria e responsável, devido às implicações de tão elevada ordem.

Assim sendo, estrutura-se a análise em duas partes distintas, num primeiro momento centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.

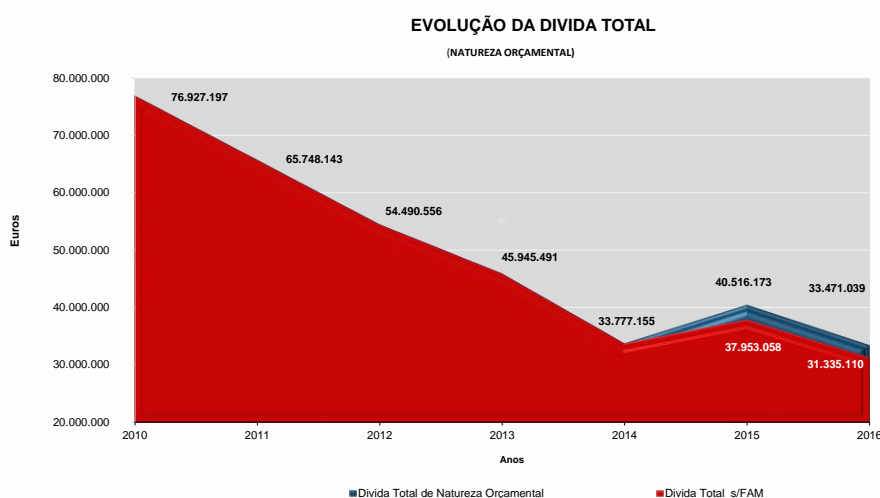
Circunscrevendo a análise à evolução da dívida do município de natureza orçamental, verifica-se que o nível de endividamento do município têm vindo a diminuir de forma consistente ao longo dos anos, à exceção do ano transato, alicerçado num ritmo de reduções anuais, a rondar, quase sempre, entre oito a doze milhões de euros, quantias significativas num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita expressivas.

No fim do ano de 2016 reforça-se esta tendência de melhoria, com a dívida individual do município de natureza orçamental a totalizar 33.471.039 €, menos 7.045.133 € que no final da gerência de 2015, evidenciando assim um decréscimo de (-) 17,4%, justificado pelo comportamento da dívida de médio e longo prazo que reduz (-) 7.207.261 €, em contraposição com a dívida de curto prazo que aumenta (+) 162.127 €.

Do total da dívida orçamental do município reportada à data do fecho de 2016, 29.548.408 € são de natureza de médio e longo prazo e 3.922.631 € de curto prazo, quantitativos que, face aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam uma redução de (-) 19,6% e um aumento de (+) 4,3%, respetivamente.

Perante o exposto, conclui-se que no período compreendido entre 2010 e 2016 em contexto de crise económica, de austeridade, e de significativa quebra de receita, o endividamento do município de natureza orçamental reduziu cerca de 57% (de 76.927.197 € para 33.471.039 €) o que denota que, em devido tempo, o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, como bem espelha o gráfico infra.

Gráfico 44



Contemplando na análise, em cumprimento da recomendação do tribunal de contas, o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental proveniente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, no montante de 13.112.978 €, a dívida total do município no final da gerência de 2016 reposiciona-se em 46.584.017 €, o que espelha um agravamento em relação ao final da gerência de 2015 de (+) 6.067.845 €, invertendo assim a tendência de decrescimento anteriormente assinalada, que não obsta a que permaneça o esforço de consolidação orçamental das finanças municipais como bem demonstra o volume de amortização da dívida de médio e longo prazo concretizada no ano em análise, que ultrapassa os 7 M €. Contudo, realça-se que a alteração de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas habitacionais não teve qualquer impacto na tendência decrescente do passivo municipal, que uma vez mais comprova redução face ao ano precedente, com a evidente materialidade de (-) 8.917.009 €.

Todavia, considerando as circunstâncias inerentes a esta operação, já descritas, designadamente a alteração substancial do conteúdo da dívida, fica fragilizada qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que o Orçamento de Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

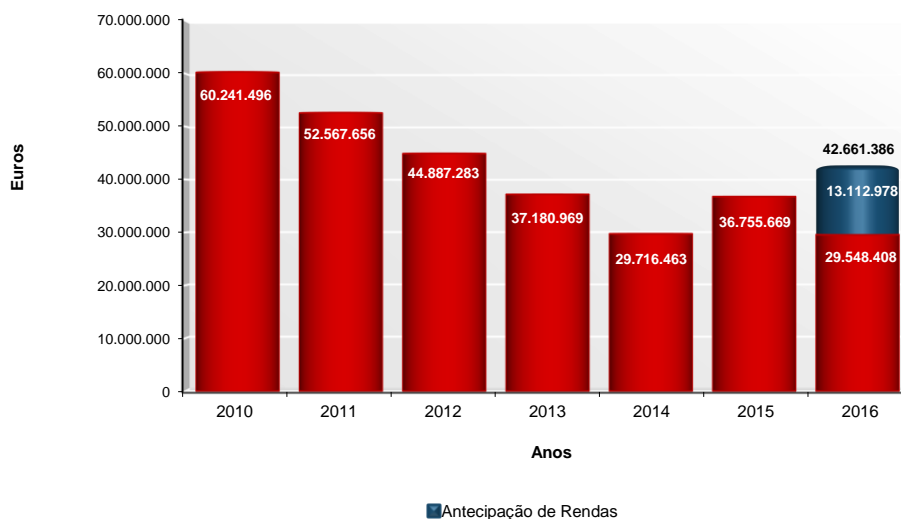
Considerando ainda que por via das alterações preconizadas pelo OE/2016 à legislação em vigor, nomeadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. A exceção referida no n.º 5 do artigo 52.º aplicar-se-á exclusivamente a novos contratos celebrados no decorrer do ano de 2016, posteriormente à entrada em vigor do OE 2016, tendo ainda em consideração, os contratos celebrados ao abrigo do QREN;

Estrutura-se a avaliação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, ripristinando no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

Quadro 46

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO								Variação
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2015
Dívida de Natureza Orçamental	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	29.548.408	-7.207.261
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	29.240.666	33.928.222	27.359.613	-6.568.609
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	13.724.968	19.619.182	14.268.950	-5.350.231
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	5.341.517	4.006.138	2.670.759	-1.335.379
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	3.867.060	2.900.295	1.933.530	-966.765
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	0	0	0	0	0	9.200.000	7.155.556	-2.044.444
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 Estado	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	4.516.392	3.512.749	2.509.107	-1.003.643
	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	4.516.392	3.512.749	2.509.107	-1.003.643
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	15.515.698	14.309.041	13.090.663	-1.218.378
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	4.989.368	4.678.024	4.359.463	-318.561
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	2.892.148	2.616.318	2.339.294	-277.025
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.634.182	7.014.698	6.391.906	-622.792
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	2.827.447	2.188.795	-638.651
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	264.332	52.866	-211.465
FAM - Fundo de Apoio Municipal						2.563.115	2.135.929	-427.186
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	0	0	0	0	0	13.112.978	13.112.978
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	0	0	0	0	0	0	13.112.978	13.112.978
Banco Santander Totta	0	0	0	0	0	0	6.556.489	6.556.489
Banco BPI	0	0	0	0	0	0	6.556.489	6.556.489
Total da dívida de médio e longo prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	42.661.386	5.905.718
Taxa de crescimento	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	16,1%	

Un: Euros

Gráfico 45**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

Centrando a análise na evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, os dados presentes no Quadro 46 demonstram que desde 2010 e até ao final de 2014 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que, ano após ano, aumentam os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas, comportamento que na realidade remonta a 2002, como bem retratam as prestações de contas de anos transatos.

Em 2015 interrompe-se esta orientação, e a dívida de médio e longo prazo do município vê-se agravada em (+) 7.039.206 €, devido à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97 €.

Ambas as operações assumem especial relevância no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local, isto porque, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia resultam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Já no que se refere à subscrição do Fundo de Apoio Municipal, realça-se que esta operação resultou de uma imposição legal, designadamente a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determina a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM), consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros.

Nos termos do n.º 3 do supramencionado artigo onde está prevista a fórmula de cálculo para apurar a contribuição de cada município, o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” foi de 2.990.300,97 €.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro, pelo que a subscrição dos 2.990.300,97 € a favor do Município da Maia será realizada mediante um pagamento anual de 427.186,00 € até 2020 e de 427.184,97 € em 2021.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento do endividamento decorrente da obrigatoriedade de realizar este investimento financeiro resultou de factos supervenientes à regular gestão municipal.

Salienta-se ainda que o Orçamento do Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mantendo o mesmo critério de 2015.

No final de 2016 retoma-se a tendência de decrescimento da dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental, que com um valor total de 29.548.408 €, apresenta-se diminuída em (-) 7.207.261 €, (-) 19,6%, como se demonstra no Gráfico 46.

Gráfico 46



Em cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos e concorrem para o limite da dívida.

No ano em apreço assume especial relevância a amortização de 2.044.444 € ocorrida por conta do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, celebrado com o BPI em 2015, no montante de 9.200.000 €, para aquisição de dois lotes de terreno na Tecmaia, muito por influência da realização de uma amortização antecipada de 1.022.222 €

Sucedem-se o empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 1.335.379 € no valor da dívida, logo seguido do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que determinou um corte adicional de (-) 1.003.643 € decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento da instituição de crédito Banco Santander Totta do Estado encontra-se saldada desde finais de 2013. Por último, aparece o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, a ser responsável por uma amortização de (-) 966.765 €.

Quanto aos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 899.817 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 318.561 €.

As outras dívidas de médio e longo prazo, que se referem à responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis por uma redução de (-) 211.465 € no endividamento de médio e longo prazo.

A outra componente, a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, única parcela da dívida de médio e longo prazo que não concorre para efeitos de apuramento dos limites de endividamento, como se referiu, determinou um corte adicional na dívida de médio e longo prazo de (-) 427.186 €.

Acomodado o passivo de natureza não orçamental decorrente exclusivamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, no montante de 13.112.978 €, em observância da recomendação do Tribunal de Contas, a dívida de médio e longo prazo do município no final da gerência de 2016 totaliza 42.661.386 €, o que evidencia um acréscimo de (+) 5.905.718 € em relação ao final do ano transato, interrompendo a orientação atrás sinalizada, que não invalida que se mantenha o esforço de consolidação orçamental claramente alavancado no significativo peso das amortizações realizadas no ano em análise.

Contudo, reiteram-se as considerações já produzidas no que toca à comparabilidade dos dados, uma vez reconhecida a diferença de conteúdo da dívida municipal utilizada nos diferentes períodos.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2010 e 2016.

Quadro 47

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	7.758.500	7.542.077	7.322.947	7.020.496	6.388.307	3.478.173	5.706.325
Amortizações	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.056.698	3.305.787	5.350.231
Juros	1.450.892	1.234.469	1.015.338	712.888	331.610	172.386	356.094
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	1.471.700	1.470.008	1.469.237	1.480.299	1.345.936	1.240.514	1.237.049
Amortizações	1.149.173	1.154.766	1.161.299	1.187.241	1.196.344	1.206.657	1.218.378
Juros	322.527	315.242	307.938	293.058	149.592	33.857	18.671
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	223.316	226.765	224.251	217.596	213.634	639.263	638.693
Amortizações	211.465	211.465	211.465	211.465	211.465	638.651	638.651
Juros	11.851	15.299	12.786	6.131	2.169	611	42
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	9.453.516	9.238.850	9.016.434	8.718.391	7.947.877	5.357.949	7.582.067
Amortizações	7.668.246	7.673.840	7.680.373	7.706.314	7.464.506	5.151.095	7.207.261
Juros	1.785.270	1.565.010	1.336.062	1.012.077	483.370	206.854	374.806
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	3,7%	-2,3%	-2,4%	-3,3%	-8,8%	-32,6%	41,5%
Amortizações	12,4%	0,1%	0,1%	0,3%	-3,1%	-31,0%	39,9%
Juros	-22,2%	-12,3%	-14,6%	-24,2%	-52,2%	-57,2%	81,2%
Juros / Receita Total Cobrada	2,6%	2,5%	2,2%	1,8%	0,9%	0,3%	0,6%
Juros / Despesa Total Paga	2,5%	2,5%	2,4%	1,8%	0,8%	0,3%	0,6%
Juros / Despesa de Capital Paga	6,5%	8,5%	8,4%	6,2%	2,4%	0,8%	1,9%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	13,6%	14,6%	14,7%	15,5%	14,2%	7,1%	11,2%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	13,5%	14,9%	16,0%	15,5%	13,4%	8,0%	12,2%

Un: Euros

Tendo presente que a apreciação promovida neste âmbito tem como missão avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental, os dados constantes no quadro supra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social.

Se até ao final de 2010 sobressai o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, especialmente devido à componente das amortizações de capitais associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000 €, concluídos que foram os respetivos períodos de deferimento, a partir de 2011 inverte-se tal tendência, em resultado da significativa diminuição dos encargos financeiros, (-) 12,3%, face à redução do capital em dívida da generalidade dos empréstimos contratualizados, uma vez que as amortizações dos empréstimos PER aumentaram cerca de (+) 0,1%.

Desde o ano de 2011 assiste-se a uma progressiva diminuição da taxa de crescimento do serviço de dívida municipal, que culmina em 2015 com (-) 32,6%, demonstrando uma aceleração da tendência de redução observada nos últimos anos. Este comportamento foi fortemente influenciado pela quebra significativa do volume anual de amortizações associadas aos dois empréstimos bancários mais relevantes, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco

Português de Investimento, no montante de 20.000.000 €, a par da diminuição do peso dos juros da dívida pública municipal.

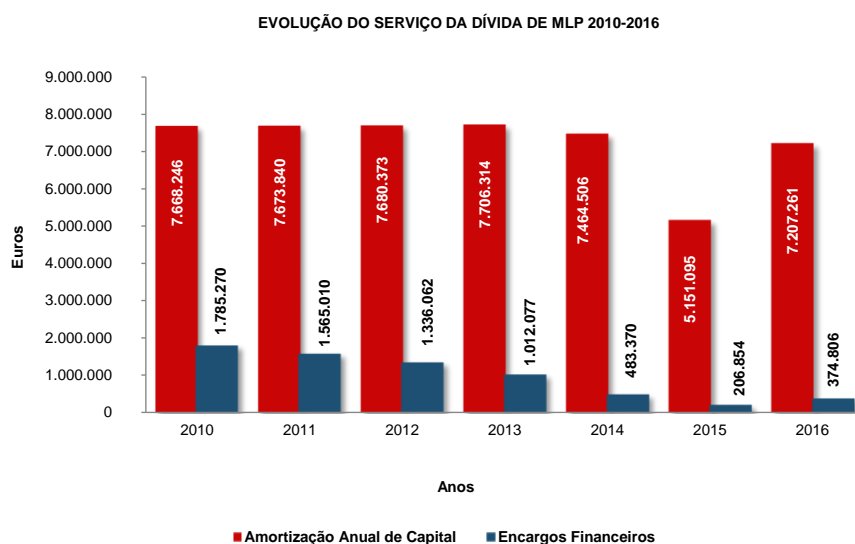
A diminuição de (-) 57% nos juros da dívida municipal, apesar de existirem dois novos financiamentos de médio e longo prazo em 2015 e não obstante a redução das taxas de juro, resulta fundamentalmente da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas, contratados em gerências anteriores.

Interrompe-se esta tendência na gerência de 2016, com os encargos do serviço de dívida a aumentaram (+) 2.224.117, (+) 41,5%, sobretudo devido ao acréscimo das amortizações provenientes dos empréstimos destinados a finalidades diversas, já que nas demais tipologias de endividamento se verifica uma redução dos encargos da dívida pública municipal.

Tal comportamento, pese embora a reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos que foram contratualizados até 2015, ocorre por força dos encargos, principalmente amortizações oriundas do empréstimo bancário contratado com BPI no ano transato, no montante de 9.200.000 €, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, uma vez terminado o seu período de deferimento, acrescidas de forma significativa devido à realização de uma amortização extraordinária de (+) 1.022.222 €, a par de um maior volume de juros a pagar concluído um ano inteiro de vigência de contrato.

Com maior preponderância continua a prevalecer o volume das amortizações, que representa cerca de 95% do seu valor global do Serviço de Dívida, como se demonstra no Gráfico 47.

Gráfico 47



Delimitando a análise ao tributo do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, verificam-se dois comportamentos distintos. Se por um lado o peso dos juros em ambas as componentes da receita e despesa municipais, até 2015 tem vindo sempre a reduzir, comportamento oposto apresenta, em regra, o peso do serviço de dívida no total dessas variáveis até finais de 2013, invertendo-se tal tendência nos dois últimos anos e acentuando-se de forma mais significativa na gerência de 2015.

Em 2016 verifica-se de novo um agravamento do peso de ambas as componentes no total da receita cobrada e despesa paga, sendo o serviço de dívida municipal responsável por absorver cerca de 11% a 13% do orçamento executado, o que assume alguma materialidade num contexto de apertada gestão orçamental, não obstante o município ter vindo sempre a cumprir de forma pontual e rigorosa tais obrigações.

No Quadro 48 apresenta-se uma descrição pormenorizada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em análise, e, simultaneamente, a respetiva previsão para o próximo exercício de 2017.

Quadro 48

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado em 2016			Previsto em 2017		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.335.379	1.722	1.337.101	1.335.379	1.375	1.336.754
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	966.765	678	967.443	966.765	995	967.760
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT) - PREDE de 5.018.213,00 €	1.003.643	6.783	1.010.426	1.003.643	4.624	1.008.267
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	2.044.444	346.911	2.391.355	1.022.222	96.774	1.118.996
Sub Total	5.350.231	356.094	5.706.325	4.328.009	103.768	4.431.777
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	318.561	1.870	320.432	326.162	2.774	328.936
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	277.025	4.464	281.489	277.885	3.133	281.018
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	622.792	12.337	635.129	625.063	8.687	633.750
Sub Total	1.218.378	18.671	1.237.049	1.229.111	14.594	1.243.705
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	42	211.507	52.866	0	52.866
FAM - Fundo de Apoio Municipal	427.186	-	427.186	427.186	-	427.186
Sub Total	638.651	42	638.693	480.052	0	480.052
TOTAL	7.207.261	374.806	7.582.067	6.037.172	118.362	6.155.534

Un: Euros

A refletir a natureza da estrutura do endividamento municipal, na globalidade das despesas realizadas com o serviço de dívida em 2016 prevalecem, pela sua materialidade, as correspondentes aos empréstimos destinados a finalidades diversas ao somarem 5.706.325 €, o que representa 75% do seu valor total.

Tendência análoga perspetiva-se para o exercício de 2017 com o peso dos encargos desta tipologia de empréstimo a reduzir três pontos percentuais.

Posicionando-se na primeira linha, o empréstimo bancário celebrado com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, dita um aumento das respetivas amortizações de capital uma vez terminado o seu período de deferimento, reforçadas pela amortização extraordinária realizada no final da gerência em apreço, no valor de 1.022.222 €, a par de um maior volume de juros a pagar concluído um ano inteiro de vigência.

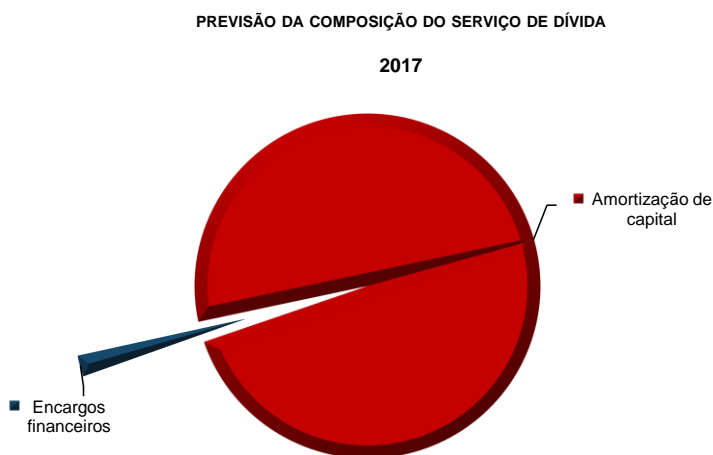
Sucedem-se os encargos com o empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, logo seguido do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado. Por último, aparecem os gastos por conta do empréstimo bancário, no valor de 20.000.000 €, celebrado com o BPI.

Relativamente aos empréstimos destinados à habitação social, o maior volume do serviço da dívida permanece indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

No domínio das Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo, para além da responsabilidade proveniente da sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, em fase final de resolução, no valor de 211.507 €, releva-se a existência do encargo anual decorrente da contribuição obrigatória do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, no montante de 427.186 €

Numa abordagem prospetiva para o ano de 2017, estima-se uma diminuição dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal em observância do que se encontra contratualmente estabelecido, porquanto não se prevê qualquer amortização extraordinária do empréstimo bancário celebrado com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, como aconteceu no final da gerência de 2016, a par da previsível redução do montante de juros a liquidar na generalidade de empréstimos, consequência natural do abatimento do capital em dívida dos empréstimos contratados.

Gráfico 48



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 49 sistematizam-se os empréstimos existentes no fim de 2016 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente da operação de cessão de créditos.

Quadro 49

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	2016		2015	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	35.545.810	83,32%	30.570.662	83,17%
Dívida de Natureza Orçamental	23.511.236	55,11%	30.570.662	83,17%
Empréstimos Bancários de MLP	21.802.494	51,11%	28.381.867	77,22%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	9.940.941	23,30%	15.291.174	41,60%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de	1.335.379	3,13%	2.670.759	7,27%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	966.765	2,27%	1.933.530	5,26%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	6.133.333	14,38%	8.177.778	22,25%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.505.464	3,53%	2.509.107	6,83%
Estado	1.505.464	3,53%	2.509.107	6,83%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	11.861.552	27,80%	13.090.693	35,62%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.033.301	9,45%	4.359.463	11,86%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.061.409	4,83%	2.339.246	6,36%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	5.766.843	13,52%	6.391.984	17,39%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.708.743	4,01%	2.188.795	5,95%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	52.866	0,14%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1.708.743	4,01%	2.135.929	5,81%
Dívida de Natureza Não Orçamental	12.034.573	28,21%	0	0,00%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	12.034.573	28,21%	0	0,00%
Banco Santander Totta	6.017.287	14,10%	0	0,00%
Banco BPI	6.017.287	14,10%	0	0,00%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	7.115.577	16,68%	6.185.007	16,83%
Dívida de Natureza Não Orçamental	6.037.172	14,15%	6.185.007	16,83%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5.557.119	13,03%	5.546.356	15,09%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	4.328.009	10,15%	4.328.009	11,78%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de	1.335.379	3,13%	1.335.379	3,63%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	966.765	2,27%	966.765	2,63%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	1.022.222	2,40%	1.022.222	2,78%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.003.643	2,35%	1.003.643	2,73%
Estado	1.003.643	2,35%	1.003.643	2,73%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.229.111	2,88%	1.218.347	3,31%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	326.162	0,76%	318.561	0,87%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	277.885	0,65%	277.072	0,75%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	625.063	1,47%	622.714	1,69%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	480.052	1,13%	638.651	1,74%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	52.866	0,12%	211.465	0,58%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	427.186	1,00%	427.186	1,16%
Dívida de Natureza Não Orçamental	1.078.405	2,53%	0	0,00%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendimentos	1.078.405	2,53%	0	0,00%
Banco Santander Totta	539.202	1,26%	0	0,00%
Banco BPI	539.202	1,26%	0	0,00%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	42.661.386	100,00%	36.755.669	100,00%

Un: Euros

Observada a constituição da dívida de médio e longo prazo conclui-se que cerca de 31% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social, que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta tipologia de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que neste primeiro semestre garantiu um proveito financeiro ao município que ascendeu a 35.569 €.

Para finalizar, apresenta-se o Quadro 50, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2017.

Quadro 50

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO 31-12-2017		
	Valor	Peso
Dívida de Natureza Orçamental	23.511.236	66%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	21.802.494	61%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	9.940.941	28%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	1.335.379	4%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	966.765	3%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.505.464	4%
Estado	1.505.464	4%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	6.133.333	17%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	11.861.552	33%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.033.301	11%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.061.409	6%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	5.766.843	16%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.708.743	5%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1.708.743	5%
Dívida de Natureza Não Orçamental	12.034.573	34%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	12.034.573	34%
Banco Santander Totta	6.017.287	17%
Banco BPI	6.017.287	17%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	35.545.810	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 51.

Quadro 51

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO								Variação	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2010
	Valor								
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	610.903	372.752	614.798	242.046	-1.885.746
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	53.481	16.196	27.101	10.906	-9.442.812
Outros credores	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.396.308	3.371.556	3.280.732	-90.824	-1.434.512
Total da Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	3.922.631	162.127	-12.763.070
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%	4,3%		-76,5%
Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	20,4%	-39,0%	64,9%		-75,4%
Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-98,9%	-69,7%	67,3%		-99,7%
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	-0,1%	-0,7%	-2,7%		-30,4%

Gráfico 49



A evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2016 demonstra uma trajetória descendente nesta componente do endividamento municipal, ao comportar uma redução de (-) 76,5%, isto é, de (-) 12.763.070 € (de 16.685.700 € para 3.922.631€), não obstante no final de 2016 haver um ligeiro acréscimo de (+) 162.127 € em relação a período homólogo, este derivado do normal e regular registo da faturação mensal do município.

Os resultados obtidos comprovam que entre 2010 e 2015 se mantem a tendência de diminuição dos níveis da dívida de curto prazo encetada desde 2002 em patamares anuais de redução significativos, tanto ao nível de fornecedores - conta corrente e imobilizado – como de outros credores.

Deste modo, atualmente, uma vez estabilizados os níveis da dívida inerente à atividade operacional do município na componente de fornecedores, já que o prazo médio de pagamento do município é muito inferior aos 30 dias, já não é possível intervir nesta componente ao mesmo ritmo, o que é de todo compreensível atendendo ao nível do endividamento de curto prazo atingido.

Note-se que, isolada que fosse a dívida de “Outros Credores” que está a ser dirimida em sede judicial, a dívida de curto prazo à data de 31 de dezembro de 2016 somaria cerca de 750.000 €. Ora, um valor com esta ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Circunscrevendo a análise à evolução desta rubrica no exercício de 2016 verifica-se que a dívida de curto prazo ao totalizar, 3.922.631€, anuncia (+) 162.127 € que na gerência anterior, devido à influencia das dívidas de Fornecedores – conta corrente e de imobilizado – que aumentam (+) 242.046 € e (+) 10.906 €, respetivamente.

Em contraposição a dívida a “Outros Credores”, ao acumular 3.280.732 €, impõe um decréscimo face ao ano anterior de (-) 90.824 €.

Importa todavia assinalar que estes valores, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, se reportam a faturação emitida em datas próximas do final do mês de dezembro, encontrando-se uma grande parte em

conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 5 dias.

Em termos de preponderância de cada uma das rubricas no cômputo geral da dívida de curto prazo, o agregado de “Outros Credores” no valor total de 3.280.732 € assume-se como o mais relevante na gerência de 2016, com um peso na ordem dos 84%. Sobre esta questão reiteram-se as considerações feitas em anteriores relatos quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, designadamente que o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.281 €, de participações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

No âmbito do cumprimento do que está legalmente imposto quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias - artigo 55.º da Lei do Orçamento de Estado para 2016 -, assinala-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

Quanto ao prazo médio de pagamento do município, que à data de 31 de dezembro de 2016 é de 5 dias, verifica-se que permanece em níveis francamente satisfatórios.

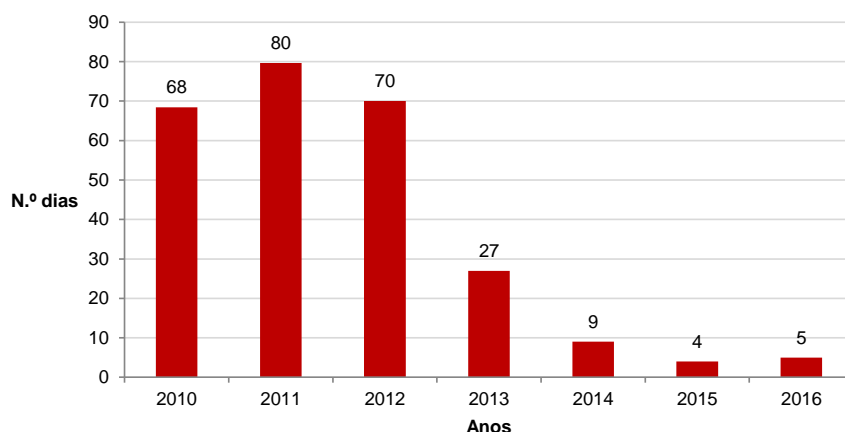
Quadro 52

	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF}{\sum_{i=1}^n A} \times 365$	68	80	70	27	9	4	5

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 50

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

No capítulo que se ocupa o regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em matéria de endividamento autárquico, relevam-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam que se faça uma breve nota ao seu enquadramento.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Assiste-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos, foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos suprarreferidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

Porém, note-se que o Orçamento de Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Acresce ainda que por via das alterações preconizadas pelo OE/2016 à legislação em vigor, nomeadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total também não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. A exceção referida no n.º 5 do artigo 52.º aplicar-se-á exclusivamente a novos contratos celebrados no decorrer do ano de 2016, posteriormente à entrada em vigor do OE 2016, tendo ainda em consideração, os contratos celebrados ao abrigo do QREN.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 53

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2013	2014	2015
Município (+)	53.881.244	53.386.380	58.707.375
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-427.474	-359.740	-481.571
SMAS (+)	15.269.867	15.090.302	15.618.189
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-427.416	-327.676	-481.515
Total da Receita Cobrada Líquida	68.296.221	67.789.267	73.362.477
Média dos últimos três anos		69.815.988	
Limite da Dívida Total <=		104.723.982	

Un:Euros

Face ao disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Em tal conformidade, o limite da dívida total para cada município em 2015, é apurado nos seguintes moldes:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada no ano do Município, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

Note-se que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2014 seja inferior ao valor aqui

apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Observando as disposições legais plasmadas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas;

- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

A este propósito assume particular relevância assinalar que os dois Fundos de Investimento Imobiliários 100% detidos pelo Município, nomeadamente o FII Maia Golfe, o FII Maia Imo, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, não obstante estarem devidamente refletidos no Balanço Municipal desde a data da sua constituição, ao justo valor.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao seu valor da dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No quadro seguinte sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 54

ENTIDADES PARTICIPADAS	
Ano de 2016	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100,00%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,54%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,46%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,395%
MaiaInova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	25,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,41%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100,00%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	51,00%
Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,75%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A. (*)	0,06%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Águas do Norte, S.A. (***)	1,28%
Metro do Porto, S.A. (***)	0,0001%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100,00%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,50%
Entidades de outras natureza	
FEII Maiaimo	100,00%
FEII Maiagolfe	100,00%

(*) Entidade em dissolução/dissolvida

(**) Entidade sem início de atividade

(***) Setor Empresarial do Estado

Das entidades acima identificadas e participadas pelo município, à exceção das empresas abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., e Metro do Porto, S.A, e a Turismo do Porto e Norte, E.R, todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no final de 2016.

Todavia, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Deste modo, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 55.

Dá-se nota que apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, não foi possível avaliar o contributo atualizado de um conjunto de entidades, em concreto, da Primus, da Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, da Net, e da Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto. Contudo, regista-se que por força da pouca materialidade de tais participações do município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

Quadro 55

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EMPRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Tecmaia	51,00%
Primus	0,06%
Empresas participadas:	
Net	0,22%

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

Como apontamento preambular à análise desta componente da dívida, reiteram-se as considerações elencadas anteriormente em resultado da recomendação emanada pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, e transmitida ao município em 04 de agosto de 2016.

É importante reiterar que estamos perante uma dilação temporal de 10 anos.

Tal como foi amplamente referido, em consequência desta recomendação o município foi obrigado a modificar o registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como um empréstimo bancário de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental, uma vez que o município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação que desde 2004 e até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Perante a necessidade de dar cumprimento a esta recomendação, apesar do entendimento, que do ponto de vista técnico, temos vindo a adotar ser distinto da solução preconizada pelo Tribunal de Contas, atendendo ao atual quadro normativo existente – POCAL, procedeu-se à alteração da contabilização da operação em apreço, até à presente data refletida no passivo do balanço do município numa conta de proveitos diferidos - conta 27.4.2 – Antecipação de Rendas –, registando-a como um empréstimo de médio e longo prazo e fazendo-a relevar para efeitos de cumprimento do limite da dívida, apesar de não se tratar de uma dívida de natureza orçamental, requisito essencial para que a mesma releve para o apuramento do endividamento municipal face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assume-se como especialmente relevante mencionar que no âmbito de diversas auditorias externas realizadas pela Inspeção Geral de Finanças ao endividamento municipal, nomeadamente aos exercícios de 2001 a 2004, de 2003 a 2006, de 2005 a 2009, nunca foi questionado o registo contabilístico desta operação de cessão de créditos das rendas de habitação social.

O que comprova que estamos perante uma questão bastante discutível, motivo que originou um pedido de esclarecimentos a diversas entidades tutelares sobre a forma de contabilização proposta, que aguarda resposta da DGAL, pese embora permaneça inalterável o entendimento do Tribunal de Contas.

Neste contexto, apresenta-se assim uma alteração substancial ao conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município, mormente em relação à utilizada na anterior gerência, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Deste modo, no apuramento da dívida total de operações orçamentais (ajustadas) do município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do município “*stricto sensu*.”

Quadro 56

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
2016	
Identificação	Contribuição
Município (1)	44.485.453
Divida bruta sem contrato de antecipação de rendas	31372.475
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	13.112.978
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	18.543.845
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	18.543.845
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	7.405.811
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	7.317.040
Área Metropolitana Porto	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	83.621
AdePorto - Agência de Energia do Porto	796
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	462
MaiaInova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	748
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	3.144
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	1.838.494
Tecmaia (*)	1838.428
Municípi	
Net	66
Primus (*)	0
Cooperativas e Fundações (5)	228.668
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	3.088
Fundação do Conservatório de Música	179.730
Fundação do Desporto	18.136
Fundação da Juventude	27.744
Entidades de outra natureza (6)	15.454.317
FEI Maiaimo	6.260.109
FEI MaiaGolfe	9.194.208
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	87.956.588
LIMITE LEGAL (8)	104.723.982
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-16.767.394
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	3.893.144
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2015 (11)	85.258.261
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	1.194.817

Un: Euros

(*) Entidade em dissolução/dissolvida

(**) Entidade sem início de atividade

Incluindo a operação de antecipação das rendas da habitação social em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, a dívida de operações orçamentais “ajustadas” do município – grupo municipal – a 31 de dezembro de 2016, é de 87.956.588 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 16.767.394 €, pese embora evidencie um agravamento de (+) 2.628.327 € em relação ao montante apurado no final do exercício económico de 2015, que todavia é muito inferior à margem disponível, não comprometendo assim qualquer um dos limites que a lei impõe.

Contudo, repetem-se as considerações já produzidas no que toca à comparabilidade dos dados, uma vez reconhecida a diferença de conteúdo da dívida relevante para efeitos de apuramento da dívida de operações orçamentais do município nos diferentes exercícios económicos.

Porquanto, excluído o montante proveniente da operação de antecipação das rendas da habitação social, o endividamento do grupo público totalizaria 74.843.610 €, o que comprovava um decréscimo de (-) 10.414.651 € em relação ao ano transato, posicionando a dívida total de operações orçamentais do grupo municipal ainda mais abaixo do limite que a lei define e sem nenhum impacto na utilização da margem disponível para o aumento da dívida total do grupo, contrariando assim o acréscimo anteriormente sinalizado.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento da dívida total do grupo municipal advém do cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto superveniente à regular gestão municipal do exercício de 2016.

A contribuir positivamente para o posicionamento da dívida total do grupo municipal destaca-se a dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, que “*per si*” foi responsável pelo corte de (-) 3.763.051 €, operação iniciada na gerência de 2015, na sequência de proposta aprovada pelo órgão executivo na reunião realizada no dia 15 de junho de 2015 e homologada pelo órgão deliberativo na 3.ª sessão ordinária realizada no dia 25 de junho do mesmo ano, e cuja escritura de dissolução e consequente liquidação foi concretizada no dia 29 de janeiro de 2016.

Embora com menos materialidade, mas ainda com alguma expressão, surgem também a contribuir positivamente para a redução do endividamento do grupo: a Lipor com (-) 991.202 €, os SMAS com (-) 601.173 €, e a Fundação Conservatório de Música com (-) 144.367 €.

Em contraciclo com esta dinâmica releva-se a contribuição do Município com (+) 6.495.031 €, devido ao impacto da operação de antecipação das rendas da habitação social pelos motivos já explicados, uma vez que a sua dívida “*stricto sensu*” de natureza orçamental reduziu (-) 6.617.947 €, já que a parte correspondente ao Fundo de Apoio Municipal não releva para este efeito

Logo a seguir destaca-se o contributo da TECMAIA com (+) 1.838.428 €, entidade que à data de fecho de contas do ano transato não relevava para este efeito uma vez que apresentava os resultados líquidos antes de impostos positivos.

Embora com menos materialidade, as demais entidades participadas permanecem com o mesmo contributo do ano passado para a dívida do grupo municipal, ou apresentam variações meramente residuais não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.

Observado o peso do endividamento de cada uma das entidades na dívida total do grupo municipal, retratado no Gráfico 51, verifica-se que a dívida do Município “*stricto sensu*” continua a ter a maior expressividade ao representar 51% do seu conjunto, logo seguida pela dos SMAS e dos Fundos de Investimento Imobiliários a serem responsáveis, respetivamente, por 21% e 18% da dívida total.

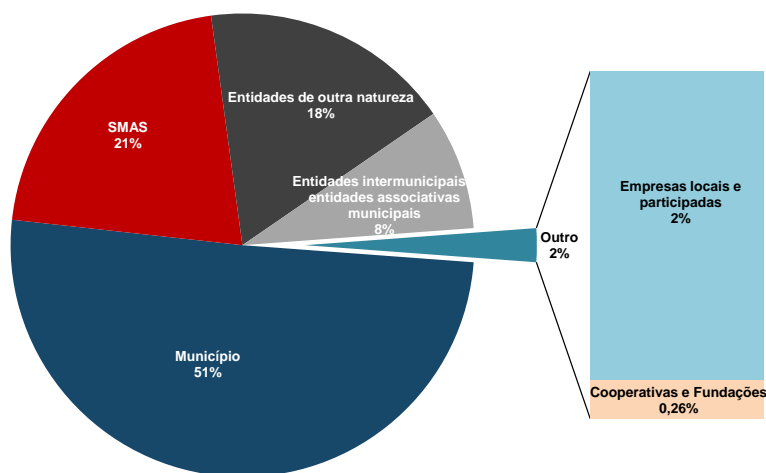
Em matéria de endividamento dos SMAS uma especial referência à sua natureza, considerando que cerca de 97% do seu valor, 17.961.443 €, reporta-se a uma dívida de médio e longo prazo à EDP, montante este que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de dezembro de 1988.

Sob a epígrafe das entidades intermunicipais e entidades associativas municipais temos, 8% da dívida, onde se destaca o contributo da Lipor.

Sucede-se por fim o diferencial de 2%, sob o título “*Outros*”, a agregar os débitos de várias entidades, onde assumem maior relevo os encargos da Tecmaia e da Fundação do Conservatório de Música.

Gráfico 51

CONTRIBUTO POR NATUREZA DE ENTIDADE
Ano de 2016



Para uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal, insere-se o Quadro 57 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais “ajustada”, diferenciada em função do seu grau de exigibilidade.

Quadro 57

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
Ano 2016				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
(a)	(b)	(c)	(d) = (b)+(c)	
Município (1)	100%	40.098.272	4.387.181	44.485.453
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		17.961.443	582.403	18.543.845
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	17.961.443	582.403	18.543.845
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		5.642.939	1.762.873	7.405.811
Lipor	10,54%	5.597.023	1.720.017	7.317.040,00
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	0	0,00
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	45.915	37.706	83.621,09
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,46%	0	796	796,90
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,395%	0	463	462,01
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	25,000%	0	748	747,99
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)		0	0	0,00
Eixo Atlântico	5,41%	0	3.144	3.143,80
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		0	1.838.494	1.838.494
Tecmaia (*)	51,00%	0	1.838.428	1.838.428
Net	0,22%	0	66	66
Primus (*)	0,06%	0	0	0
Cooperativas e Fundações (5)		93.797	134.870	228.668
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	3.088	3.088
Fundação do Conservatório de Música	100%	72.170	107.560	179.730
Fundação do Desporto	4,093%	0	18.136	18.136
Fundação da Juventude	1,50%	21.627	6.086	27.714
Entidades de outra natureza (6)		14.597.890	856.428	15.454.317
FEI Maialmo	100%	6.252.729	7.380	6.260.109
FEI Maialgolfe	100%	8.345.160	849.048	9.194.208
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		78.394.340	9.562.249	87.956.588
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

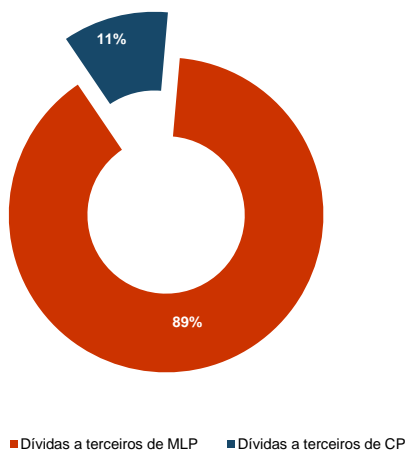
Un: Euros

(*) Entidade em dissolução/dissolvida

(**) Entidade sem início de atividade

Gráfico 52

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
Ano de 2016



■ Dívidas a terceiros de MLP ■ Dívidas a terceiros de CP

Nos gráficos subsequentes ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 53

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL - COM ANTECIPAÇÃO RENDAS

**Posicionamento face aos limites legais
2016**

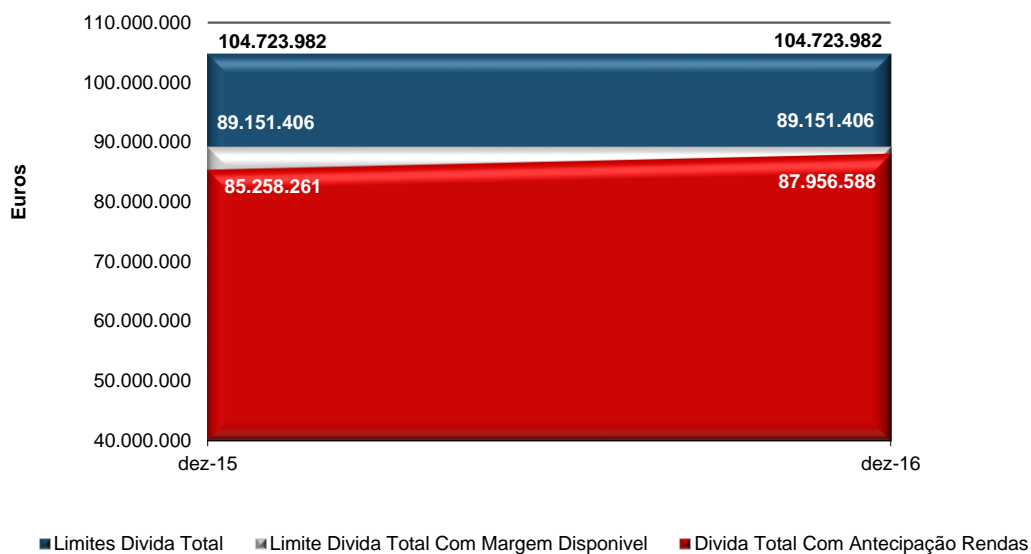


Gráfico 54

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL - SEM ANTECIPAÇÃO RENDAS

**Posicionamento face aos limites legais
2016**

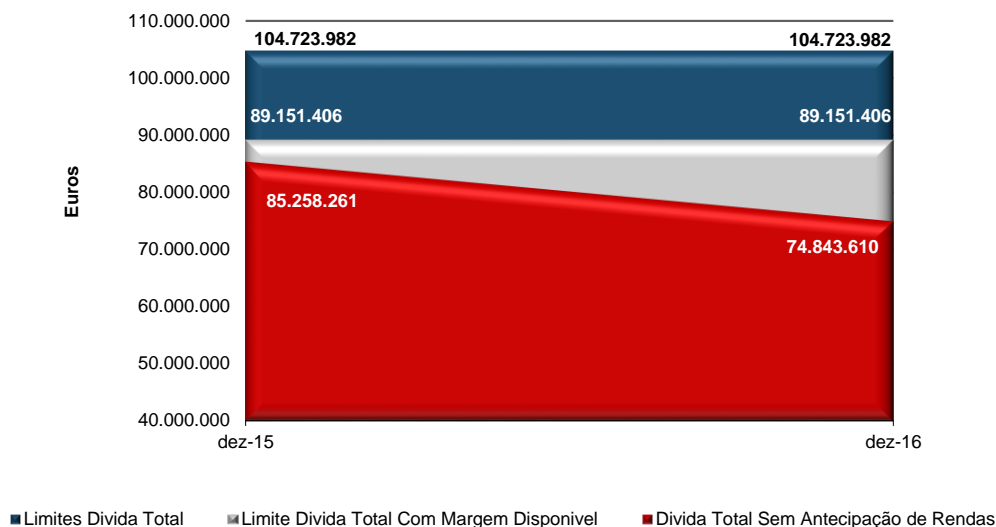
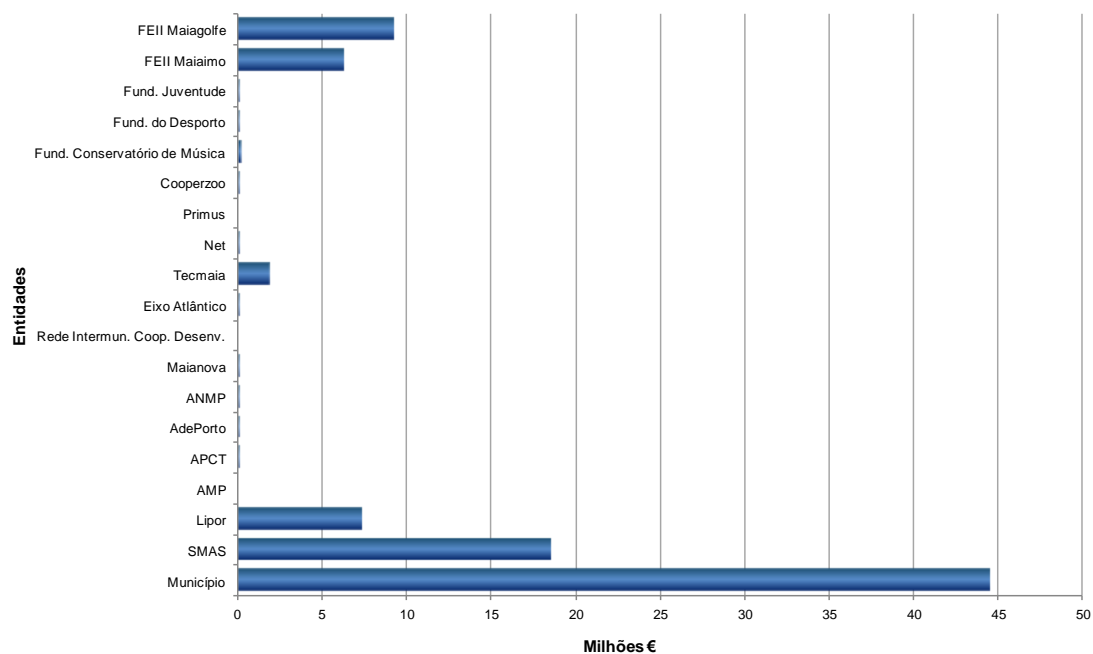
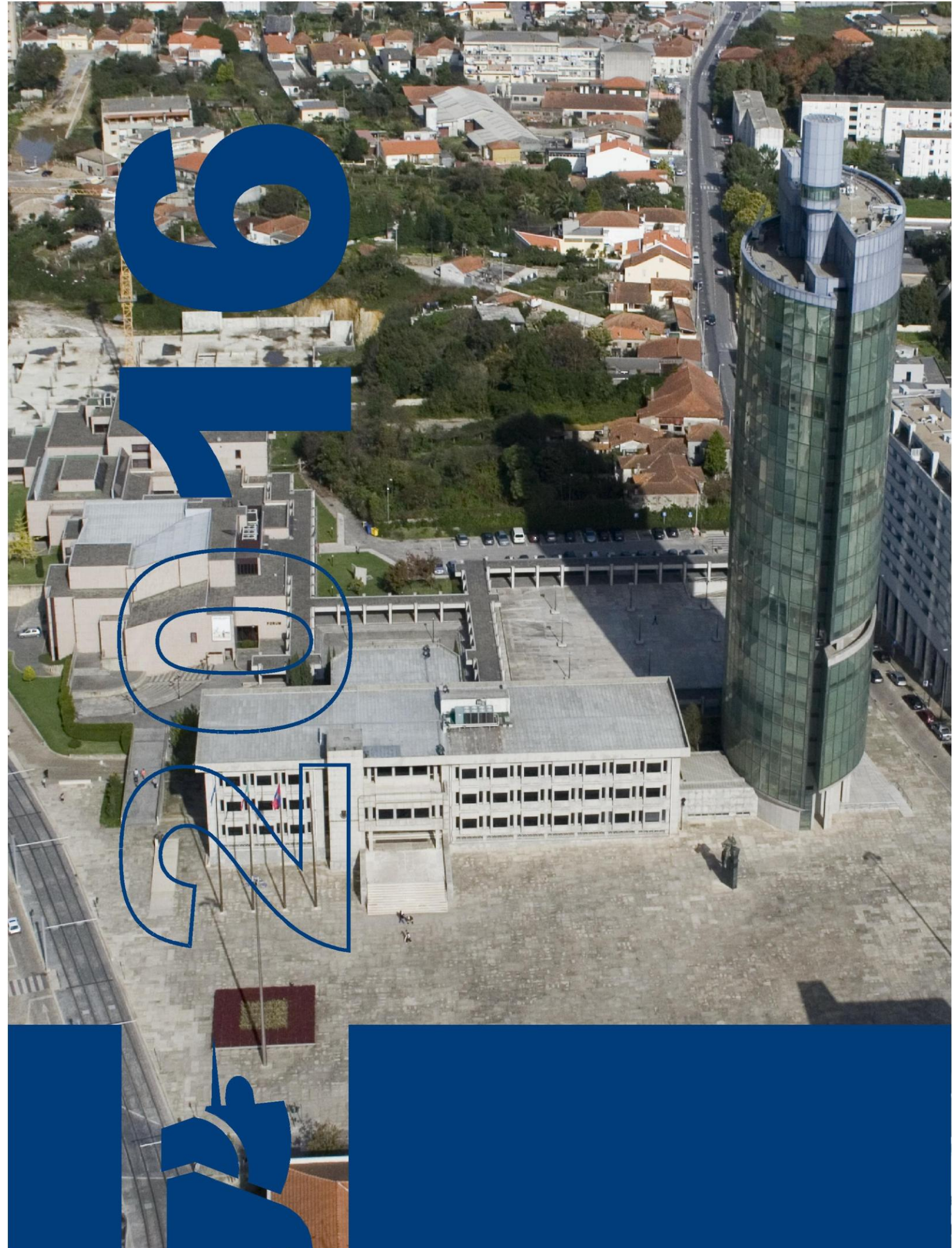


Gráfico 55

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL
Contribuição das entidades
Ano 2016





maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

O capítulo que se desenvolve seguidamente debruça-se sobre a posição económica e financeira do Município da Maia à data de 31 de dezembro de 2016, mantendo em perspetiva uma análise da sua evolução, designadamente na apreciação do balanço e na comparação dos saldos finais de 2016 com os valores verificados no final do exercício antecedente.

Ao nível dos resultados (e das componentes que para estes contribuem, detalhadamente evidenciadas na Demonstração dos Resultados), a comparação é efetuada relativamente a período homólogo – isto é, às contas finais de 2015.

CO

TO

NO

NO



maia

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço é, de entre os elementos que compõem o dossiê de prestação de contas, o que melhor permite avaliar o equilíbrio económico e financeiro de uma entidade, independentemente da natureza da mesma: pública ou privada, com ou sem fins lucrativos.

Este mapa fornece informação sobre a composição, à data do reporte, do ativo (património em geral: imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), bem assim como dos montantes das fontes de financiamentos utilizados e respetivas proporções (fundos próprios ou capitais alheios/ passivo).

Da conjugação destas duas componentes, é possível concluir acerca da capacidade que a entidade tem de se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo autónomo, sustentável e equilibrado, assegurando-se que não fica nunca em causa o pontual cumprimento das suas obrigações perante terceiros.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2016, bem como o comparativo reportado ao fecho do exercício anterior (2015).

Quadro 58

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético							
Descrição	2016		2015		Variação		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Activo Líquido	417 516 583	100,00%	420 414 058	100,00%	-2 897 474	-0,69%	
Imobilizado	389 784 561	93,36%	398 690 741	94,83%	-8 906 181	-2,23%	
Circulante							
Existências	613 196	0,15%	410 856	0,10%	202 340	49,25%	
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2 200 504	0,53%	3 082 994	0,73%	-882 490	-28,62%	
Disponibilidades	20 402 372	4,89%	15 227 220	3,62%	5 175 151	33,99%	
Acréscimos e Diferimentos	4 515 951	1,08%	3 002 246	0,71%	1 513 705	50,42%	
Passivo	112 776 573	100,00%	121 693 581	100,00%	-8 917 009	-7,33%	
Provisões para riscos e encargos	8 428 142	7,47%	11 450 877	9,41%	-3 022 735	-26,40%	
Dívidas a Terceiros							
Médio e Longo Prazo	35 545 810	31,52%	30 570 661	25,12%	4 975 149	16,27%	
Curto Prazo	15 072 895	13,37%	13 899 595	11,42%	1 173 300	8,44%	
Acréscimos e Diferimentos	53 729 726	47,64%	65 772 449	54,05%	-12 042 723	-18,31%	
Fundos Próprios	304 740 011	100,00%	298 720 476	100,00%	6 019 534	2,02%	
Património	305 368 754	100,21%	305 197 001	102,17%	17 753	0,06%	
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-10 905 612	-3,58%	-16 605 750	-5,56%	5 700 138	-34,33%	
Reservas	19 662 770	6,45%	19 579 164	6,55%	83 606	0,43%	
Resultados Transitados	-20 835 161	-6,84%	-15 676 526	-5,25%	-5 158 636	32,91%	
Resultado Líquido do Exercício	11 449 260	3,76%	6 226 587	2,08%	5 222 673	83,88%	

Un.: Euros

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2016 atingiu o montante de 417.516.583 € a que corresponde, em termos brutos, um valor de 677.188.752 €, e que representa uma variação líquida de (-) 2.897.474 €, isto é, (-) 0,69% relativamente ao valor avaliado a 31 de dezembro de 2015). Esta redução fica a dever-se principalmente à diminuição do Imobilizado (devido ao pendor das componentes de Bens de Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros) que, conjuntamente com a variação no mesmo sentido observada nas Dívidas de Terceiros – Curto Prazo, asseguram uma diminuição global do Ativo, não obstante

as variações de sinal contrário registadas nas Disponibilidades, nos Acréscimos e Diferimentos Ativos e, com menor expressão, nas Existências.

No outro membro do Balanço, é verificável uma redução do Passivo com grande significado, (-) 8.917.009 €, ficando esta a dever-se à diminuição das Provisões para Riscos e Encargos constituídas e, sobretudo, dos Acréscimos e Diferimentos Passivos cujas variações, em conjunto, mais do que compensam o aumento das Dívidas a Terceiros, paralelamente a um aumento dos Capitais Próprios, (+) 6.019.534 €, incluindo já o resultado líquido do período, positivo, de (+) 11.449.260 €.

Segue-se uma apreciação individualizada e em maior detalhe das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

ATIVO

IMOBILIZADO

Analisado em detalhe o Ativo Líquido, verifica-se que o Imobilizado continua a ser a componente com maior impacto, ao representar 93% do seu valor total, a que corresponde o montante de 389.784.561 €.

Todas as partes que compõem o Ativo Imobilizado, com exceção das Imobilizações Incorpóreas (com representatividade no cômputo global da rubrica inferior a 0,2% nos dois períodos em comparação), seguem a mesma linha de variação entre os dois períodos em comparação: todas diminuem em valor. Globalmente o Imobilizado diminui (-) 8.906.181 € face ao período homólogo (correspondente a (-) 2,23%), tal como se demonstra detalhadamente no quadro seguinte.

Quadro 59

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2016/ 2015						
Rubricas	2016	%	2015	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	89 824 783	23,04%	94 414 740	23,68%	- 4,86%	- 4 589 957
Imobilizações Incorpóreas	493 518	0,13%	290 861	0,07%	69,68%	202 658
Imobilizações Corpóreas	282 201 677	72,40%	285 707 304	71,66%	- 1,23%	- 3 505 627
Investimentos Financeiros	17 264 582	4,43%	18 277 837	4,58%	- 5,54%	- 1013 255
TOTAL	389 784 561		398 690 741		- 2,23%	- 8 906 181

Un.: Euros

No que se reporta à estrutura, mantém-se a predominância das Imobilizações Corpóreas, que em 2016 consomem 72,4% do total do Ativo Líquido Imobilizado (reforçando até ligeiramente a sua importância face ao observado no período comparativo anterior), seguidas dos Bens de Domínio Público, que figuram com 23,04% do total e, por fim, os Investimentos Financeiros e as Imobilizações Incorpóreas, que continuam a representar em conjunto menos de 5% do total da rubrica.

Para melhor ilustrar o que foi dito, apresentam-se de seguida sob a forma gráfica a estrutura e evolução do Ativo Líquido Imobilizado entre 2015 e 2016.

Gráfico 56

Estrutura do Activo Líquido Imobilizado - Variação 2016/ 2015

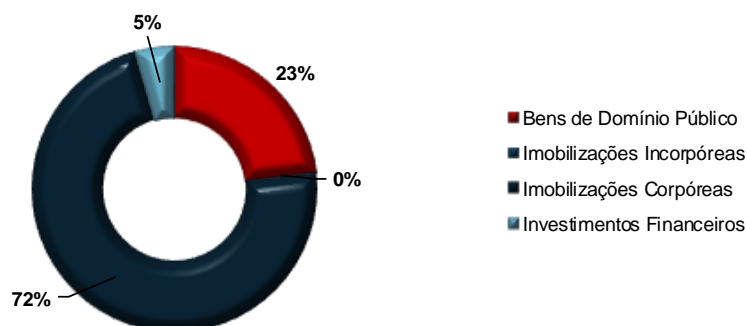
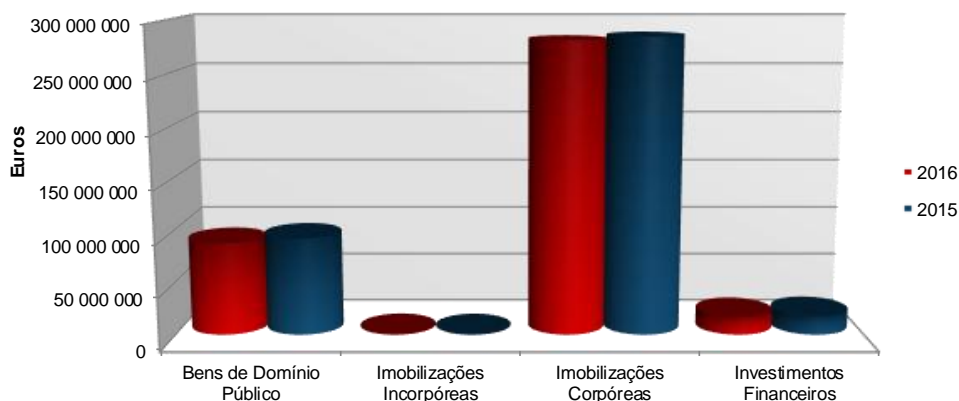


Gráfico 57

Activo Líquido Imobilizado - Variação 2016/ 2015



Com impactos distintos na redução que é observada no todo, observam variações negativas os Bens de Domínio Público, (-) 4.589.957 €, seguidos das Imobilizações Corpóreas, (-) 3.505.627 €, e os Investimentos Financeiros, (-) 1.013.255 €; contrariamente, apresentam-se as Imobilizações Incorpóreas, que aumentam (+) 202.658 €.

Orientando-se por esta ordem de importância, prossegue o nosso Relatório com as variações ao nível dos Bens de Domínio Público, cujo aumento fica sobretudo a dever-se ao facto de as entradas de novos bens (de Imobilizado firme, no valor de 2.493.558 €, e de Imobilizado em Curso, de 2.203.677 €) serem substancialmente inferiores aos valores amortizados dos bens já existentes (9.287.191 €). Contribui para este efeito, principalmente, a rubrica de Outras Construções e Infraestruturas, onde são contemplados os custos suportados com recuperação e beneficiação de arruamentos e viadutos do Município. Tratando-se de uma diminuição global de valor expressivo, (-) 4.589.957 €, em termos relativos, contudo, representa uma redução de apenas (-) 4,86%.

Ao nível do Imobilizado Corpóreo, a diminuição observada depende grandemente das flutuações do item de Edifícios e Outras Construções, onde se registam saldos com maior expressão e onde se verificou efeito idêntico ao ocorrido nos Bens de Domínio Público.

Globalmente, os aumentos/entradas de novos bens (2.480.579 €) foram substancialmente inferiores às diminuições de valor registadas nomeadamente por via das amortizações (no montante de 6.417.778 €). Além deste efeito, também o ritmo das aquisições de Imobilizado em Curso (em que se incluem escolas, pavilhões desportivos, habitação social e outras construções) que foi observado no exercício de 2015 e anteriores conheceu, naturalmente, algum abrandamento no ano de 2016. A redução global é ainda assim pouco superior a 1% dos valores observados em 31 de dezembro de 2015.

De seguida, figuram os Investimentos Financeiros, que encerram uma redução, em termos brutos, entre os dois períodos em análise, de (-) 1.002.989 €, cifrando-se no fecho de 2016 em 17.264.582 €, líquidos de provisões. Contribuem para esta redução desde logo os ajustamentos dos investimentos relativos à Espaço Municipal, de (-) 1.098.529 €, à Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, de (-) 149.419 €, e à Maiambiente, de (-) 20.976 €. No exercício em análise foram ainda efetuados os lançamentos contabilísticos referentes à participação do Município na Hospital do Lidador, S.A., em razão da sua extinção formal, bem como à participação na Portgás, esta em virtude da sua alienação, conforme deliberado em 26/09/2016. Não eliminada mas aprovionada, em razão da cessação da sua atividade, foi também a participação na associação MaiaInova, cujo processo aguarda a finalização dos procedimentos formais legalmente aplicáveis.

Uma nota em especial para o ajustamento referente à Espaço Municipal, que se deve na sua maior parte aos reflexos contabilísticos do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de 2004 e 2005 do Município - a que já nos referimos em momento anterior deste relatório -, cujos efeitos são extensíveis a esta empresa municipal, dado o envolvimento das duas entidades na operação de antecipação de rendas.

Diminuindo a amplitude do impacto destas reduções encontram-se, com variações positivas, a reentrada de um terreno vindo do Fundo de Investimento Imobiliário dissolvido, Praça Maior, cujo direito de superfície foi cedido (pelo Fundo à Iber King, e transmitido o direito do Fundo para o Município na dissolução do primeiro) e que se avalia contabilisticamente em 144.312 €. Também a avaliação do investimento feito no Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo foi atualizada em (+) 146.797 € - Outras Aplicações Financeiras, cifrando-se à data do reporte em 1.402.181 €.

A estrutura global dos Investimentos Financeiros permanece também substancialmente inalterada, com o investimento realizado na Espaço Municipal a manter-se - não obstante a perda de valor de que foi alvo no período em análise -, a componente com maior representação (cerca de 41% do investimento bruto total), seguida das participações no Fundo de Apoio Municipal (imposto pela Lei n.º 53/ 2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal), com 17%, e na Maiambiente – também com aproximadamente 17%. Em seguida, figura a participação nas Águas do Norte (11%) e no Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo (Outros Títulos), com uma ponderação de cerca de 8% do total. Os restantes investimentos realizados não têm representatividade conjunta, pelo que o impacto das variações observadas nos mesmos acaba por ser relativamente irrelevante para a análise em curso.

Para melhor ilustrar a posição dos investimentos nas empresas cujo capital social é detido maioritariamente pelo Município, apresenta-se de seguida um quadro com a quantificação dessas participações, aferidas pelo Método da

Equivalência Patrimonial - isto é, pela porção do valor dos Capitais Próprios que é detida pelo Município, sempre que estes são positivos.

Quadro 60

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado		Variação	
					Investimentos Financeiros	Provisões
Partes de capital			2016	2015		
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124 699	271924	421343	-149 419	-
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	25 000	-148 594	-230 384	-	-81790
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1496 394	2 999 876	3 020 852	-20 976	-
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12 811338	7 104 215	8 202 744	-1098 529	-
MACMAI	100%	149 639	0	0	0	-
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2 799 390	-1338 790	-1101564	-	237 226
		17 406 460	8 888 632	10 312 992	-1 268 924	155 436

Un.: Euros

Analisando autonomamente, como tem sido habitual, a performance dos Fundos de Investimento Imobiliário, recorda-se que desde 2014 estes permanecem valorizados ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas, por alteração da política contabilística então ocorrida, por conta da entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Em 2016, a manutenção deste critério levou a que fossem efetuados ajustamentos nos Investimentos Financeiros associados aos Fundos Imobiliários apenas no sentido de os atualizar pelo seu valor, redundando contabilisticamente numa valorização deste ativo, em (+) 146.797 €, no caso em concreto, correspondente apenas ao Maia Imo, por ser o único com Capitais Próprios positivos. Simultaneamente foi reforçada a Provisão constituída para fazer face à diminuição dos Capitais Próprios do FII Maia Golfe, no montante de (+) 62.187€.

Digna de destaque é ainda utilização das Provisões anteriormente constituídas em (-) 3.000.639 €, em resultado do processo de extinção do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior. Recaiu no primeiro semestre de 2016 o impacto da dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, iniciada na gerência de 2015. Sob proposta aprovada pelo órgão executivo na reunião realizada no dia 15 de junho de 2015 e homologada pelo órgão deliberativo na 3.ª sessão ordinária realizada no dia 25 de junho do mesmo ano, foi concretizada a referida extinção no dia 29 de janeiro de 2016 mediante celebração de escritura.

No quadro seguinte, são apresentados detalhadamente os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Quadro 61

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário (MEP)						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Próprio Ajustado		Variação	
					Investimentos Financeiros	Provisões
Outras Aplicações Financeiras			2016	1905		
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6 000 000	1402 181	1255 383	146 797	-
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLFE"	100%	5 500 000	-1589 003	-1526 816	-	62 187
		11 500 000	-186 823	-271 433	146 797	62 187

Un.: Euros

Por último e dando por concluída a análise ao Ativo Imobilizado, figuram com variação de menor expressão as Imobilizações Incorpóreas cujo aumento, embora contrariando a tendência das rubricas anteriores, acaba por não ter impacto significativo ao nível da globalidade do Ativo – (+) 202.658 €, que correspondem a um crescimento de (+) 69,68% face ao registado em 31 de dezembro de 2015. A 31 de dezembro de 2016 esta rubrica continua a ter um peso muito diminuto no cômputo global do Ativo Imobilizado – 0,13%.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza no fim de 2016 o montante de 23.216.072 €, correspondendo estes a 5,56% do total do ativo líquido, repartido entre existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades.

A parcela das disponibilidades é a mais relevante do ativo circulante, absorvendo cerca de 88% do seu total, seguindo-se as dívidas de terceiros de curto prazo (com 9,48%) e, residualmente, as existências (com 2,64%).

À semelhança do que sucedeu na prestação de contas do ano anterior, quer as existências, quer as disponibilidades aumentam face ao exercício anterior, apresentando estas últimas uma variação com incontornável materialidade - (+) 5.175.151 €, enquanto as dívidas de terceiros de curto prazo viram o seu valor reduzir-se.

Atenta a importância desta última rubrica, insere-se uma apreciação detalhada das Dívidas de Terceiros, de acordo com o Quadro 62.

Quadro 62

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	2016			2015			Variação 2016/ 2015
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	71 419	0	71 419	76 566	0	76 566	-6,72%
Clientes/Contrib e Utentes c/c	361 525	0	361 525	1 180 462	0	1 180 462	-69,37%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	6 678 831	6 647 037	31 795	6 746 327	6 418 762	327 565	-90,29%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	5 165 180	5 108 510	56 670	5 237 131	4 932 617	304 514	-81,39%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	1 513 652	1 538 527	-24 875	1 509 196	1 486 145	23 051	-207,91%
Estado	127 078	0	127 078	118 861	0	118 861	6,91%
Outros Devedores	1 608 689	0	1 608 689	1 379 540	0	1 379 540	16,61%
Dev. de Transferências para as A. L.	229 118	0	229 118	322 748	0	322 748	-29,01%
Devedores Diversos - Outros	1 379 572	0	1 379 572	1 056 792	0	1 056 792	30,54%
TOTAL	8 847 541	6 647 037	2 200 504	9 501 756	6 418 762	3 082 994	-28,62%

Un.: Euros

Da observação do quadro supra são detetáveis variações de sinal simétrico em diversas rubricas, que acabam por consolidar-se numa diminuição global deste ativo no montante de (-) 882.490 €.

Em detalhe, aumentam em valor absoluto as rubricas de Devedores – Diversos, (+) 322.780 €, e Estado, (+) 8.217 €; em sentido contrário diminuem o seu saldo as rubricas de Clientes/ Contribuintes e Utentes c/c, (-) 818.937 €, Clientes/ Contribuintes e Utentes – Cobrança Duvidosa, (-) 247.884 €, Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, (-) 93.630 €, Outros Devedores - Cobrança Duvidosa, (-) 47.926 €, e por último Empréstimos Concedidos, (-) 5.147 €.

De entre as diversas rubricas individualmente consideradas, a que detém maior expressão em termos líquidos deixa de ser Clientes, Contribuintes e Utentes – c/c para passar a ser Devedores Diversos – Outros.

A redução verificada na rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes – c/c deveu-se, essencialmente, a uma retificação associada ao cálculo de uma taxa municipal de urbanização, que originou o desconhecimento do valor de

649.911,68 € no exercício de 2016. Concluído que foi o recálculo da taxa municipal de urbanização no início do exercício económico subsequente, foi emitida nova guia de receita.

Uma nota em especial à diminuição dos saldos de terceiros de cobrança duvidosa: não só os saldos líquidos diminuem (-) 295.770 €, como também os saldos brutos, (-) 67.496 €.

Paralelamente, é de assinalar também na análise a estas variações o efeito da dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior com impacto ao nível dos saldos de Outros Devedores – Devedores Diversos. Aqui encontra-se contabilizada a anulação do saldo detido pelo Município sobre o Fundo extinto em 29 de janeiro de 2016. Acresce que por força desta operação ocorreu também a cedência ao Município dos direitos de superfície (a 10 anos) detidos pelo Fundo sobre a Iber King (relacionados com o prédio urbano composto de terreno para construção, situado no gaveto da Av. D. Manuel II e da rua Altino Coelho), cujos ganhos presentes e futuros, à data da escritura de dissolução, totalizavam 555.000 €.

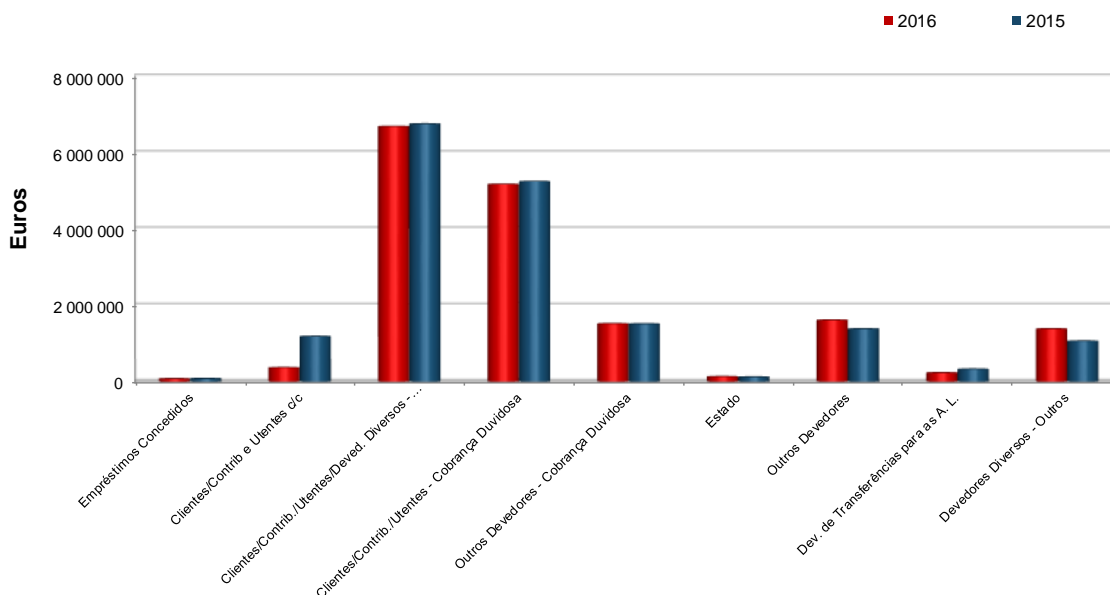
Em devedores diversos encontra-se também refletida a dívida da Tecmaia, no âmbito do pagamento efetuado pelo Município à Autoridade Tributária em substituição desta empresa, relativo às suas dívidas fiscais que foram revertidas contra os seus administradores indigitados pela Câmara Municipal da Maia, no âmbito do processo de dissolução que corre os seus termos.

Alude-se ainda aos empréstimos concedidos, que no final de 2016 apresentam uma diminuição de (-) 5.147 €, em virtude de ter ocorrido o reembolso de parte do saldo transitado de anos anteriores no âmbito do programa FINICIA.

Para uma melhor perceção das oscilações das Dívidas de Terceiros no exercício de 2016 face aos valores constantes da prestação de contas anterior, ilustra-se a análise efetuada com a representação gráfica que se insere.

Gráfico 58

Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Completa-se a apreciação do Ativo Circulante com alusão às disponibilidades, cujo montante a 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 20.402.372 €, dos quais 8.315 € referem-se a valores em Caixa, e 20.394.057 € resultam de depósitos em Instituições Financeiras.

O significativo aumento verificado em Disponibilidades, mais concretamente em depósitos bancários, advém do próprio resultado da atividade, acompanhado de uma dinâmica de tesouraria geradora de fluxos de caixa excedentários.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro 63

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	4 486 095
Juros a Receber	1 173 377
Impostos e Taxas	2 016 003
Subsídios Correntes	685 475
Instalações Desportivas	0
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	611 240
Custos Diferidos	29 855
Prémios de Seguros	6 580
Rendas Antecipadas	526
Outros Custos Diferidos	22 750
TOTAL	4 515 951

Un.: Euros

Os custos e proveitos de natureza ativa, no final de 2016, totalizam 4.515.951 €, correspondendo o montante de 4.486.095 € a Acréscimos de Proveitos e 29.855 € a Custos Diferidos.

Nos Acréscimos de Proveitos mantem-se destacada a rubrica de Impostos e Taxas, que responde sozinha por 45% do total contabilizado nesse item, diferenciando-se os Impostos Diretos com uma contribuição para esta posição que se cifra em 1.353.955 €.

Logo de seguida, ordenando por valor absoluto de contributo para o valor final apurado, figura a rubrica de Juros a Receber - Juros de Mora relativos ao Imposto Municipal sobre Imóveis, designadamente -, contribuindo para cerca de 26% dos Acréscimos de Proveitos Totais. Seguem-se os Subsídios Correntes, que registam um saldo de 685.475 €, para que contribuem o reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito de Atividades de Enriquecimento Curricular, 126.090 €, do Fornecimento de Refeições Escolares, 263.622 €, do Programa de Expansão Pré-Escolar, 261.073 €, e Outros, 34.690 €.

Por último, apresentam-se os Outros Acréscimos de Proveitos, cujo valor de 611.240 € está relacionado em grande parte com o reconhecimento do proveito referente aos recebimentos esperados por parte dos encarregados de educação correspondentes ao fornecimento de refeições escolares, CAF e SAF de setembro a dezembro de 2016.

PASSIVO

Não obstante a realização de uma análise mais detalhada à dívida do Município da Maia, remetida pela sua importância para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão, onde convenientemente se explicam as variações mais expressivas e os respetivos fundamentos, considera-se contudo da maior pertinência uma análise sumária do passivo numa ótica patrimonial.

Sem perder de vista a relação direta ou indireta com as referências que constam do capítulo específico da dívida do Município, o qual atende apenas às operações de natureza orçamenta - neste exercício acrescida da dívida decorrente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, que não tem natureza orçamental -, justifica-se neste ponto uma análise resumida do passivo, que atende a ambas as naturezas de operações - orçamentais e não orçamentais.

Em 31 de dezembro de 2016, o Passivo do Município da Maia totalizou 112.776.573 €, apresentando uma diminuição de (-) 8.917.009 € face ao observado no período homólogo, para o que contribuiu com maior materialidade as reduções dos Acréscimos e Diferimentos Passivos que, cumulativamente com a redução observada nas Provisões para Riscos e Encargos, mais do que compensam o aumento das Dívidas a Terceiros – quer de Curto Prazo, quer de Médio e Longo Prazo.

Analisando de acordo com a ordem por que se apresentam no Balanço, surgem desde logo as Provisões para Riscos e Encargos exibindo uma redução de (-) 3.022.735 € devida, por um lado, à diminuição das provisões constituídas para Processos Judiciais em Curso, (-) 504.459 €, e, por outro lado, à dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, cujos Passivos excedem o valor dos Ativos (e em que o impacto nas Provisões para Outros Riscos e Encargos é diretamente proporcional à participação), cuja diminuição no período se cifra em (-) 2.518.277 €.

Numa análise de pormenor, verifica-se que contribuem para este facto a dinâmica dos Fundos de Investimento Imobiliário (oportunamente detalhada no Quadro 59 inserido na análise ao Ativo Imobilizado), de que decorre designadamente a anulação da Provisão constituída para a participação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, extinto no decurso do semestre, por (-) 3.000.640 €. De seguida figura a redução da provisão associada à participação na Fundação Conservatório de Música da Maia, em (-) 81.790 €. Em sentido contrário, é efetuado o reforço da Provisão associada às participações na Tecmaia e no Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe, respetivamente nos montantes de 501.966 € e de 62.187 €.

De seguida dedica-se maior atenção à oscilação das Dívidas a Terceiros no montante de (+) 6.148.449 €, verificando-se desde logo que esta rubrica contraria o efeito tendente à diminuição do Passivo que se observava nas Provisões.

Neste caso, é verificável o aumento das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que se encontravam registadas no final de 2015, que no final de 2016 aumentaram o seu montante em (+) 4.975.149 €, tendo para o efeito sido determinante a alteração da contabilização do processo de antecipação de rendas, em consequência do acolhimento da recomendação formulada pelo Tribunal de Contas, a que já se aludiu anteriormente neste relatório, que veio impor o registo da operação de créditos levada a cabo em 2004 como se um mútuo se tratasse.

A referida alteração de contabilização traduz-se num aumento das Dívidas exigíveis no Médio e Longo Prazo que se quantifica em (+) 12.034.573 €. No seu todo, esta rubrica do Passivo acaba, por essa razão, por aumentar ao invés de diminuir, como seria expectável da sua atividade regular e da manutenção dos critérios que vinham a ser

utilizados nos períodos anteriores – inexistência de contração de novos empréstimos bancários no exercício e amortização do serviço de dívida em curso, de acordo com a respetiva planificação anual.

Nas Dívidas a Terceiros – Curto Prazo, a contabilização da parte deste pretensão mútua que é exigível no curto prazo, no montante de 1.078.405 €, vem reforçar o aumento que já resultava da atividade corrente do Município que se cifrava em (+) 142.117 €. Na globalidade, a rubrica de Dívidas a Terceiros – Curto Prazo aumenta, assim, (+) 1.173.300 €.

Por último, e determinante também para a evolução do Passivo, figura a rubrica de Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva, que registou uma diminuição em relação ao ano anterior, de (-) 12.042.723 €, com origem, sobretudo, na reclassificação dos proveitos diferidos em face da alteração da contabilização que decorreu do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, tal como anteriormente referido, cujo contributo para a redução se cifrou em 9.465.271 €. A este efeito, juntam-se os Subsídios para Investimentos e, residualmente, os Juros a Liquidar. Uma análise mais detalhada será feita mais adiante no capítulo dos acréscimos e diferimentos de natureza passiva.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Dada a sua importância e incontornável materialidade financeira – representam cerca de 45% do passivo - a rubrica de Dívidas a Terceiros será alvo de análise mais aprofundada, auxiliada pelos quadros que seguidamente se inserem.

Quadro 64

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2016	2015	Variação
Dívida de Médio e Longo Prazo	42 661 386	36 755 669	16,07%
Dívida de Curto Prazo	7 957 318	7 714 587	3,15%
Total	50 618 705	44 470 256	13,83%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Tal como referido na apresentação genérica das alterações ocorridas no Passivo durante o exercício de 2016, a Dívida Total a Terceiros apresenta um aumento de (+) 6.148.449 € face ao ano 2015, resultante do aumento da componente de curto prazo, no valor de (+) 242.731 €, mas também da componente de médio e longo prazo, de (+) 5.905.717 € - incluindo-se nesta última a dívida de médio e longo prazo exigível no curto prazo.

A componente da dívida de médio e longo prazo, que se fixava em 36.755.669 € e que passou para 42.661.386 € por força do acatamento da recomendação do Tribunal de Contas, representa cerca de 84% do total da dívida a terceiros e ostenta uma variação positiva de (+) 16,07% face ao valor contabilizado no fecho de 2015.

Também neste item se encontra incluída a parcela do Fundo de Apoio Municipal subscrita e que não foi realizada até ao fim de 2016 – 2.135.929 €.

O aumento da dívida de curto prazo reportado a 31 de dezembro de 2016, sendo pouco representativo, não carece de análise exaustiva.

Acrescenta-se uma nota final à análise do Quadro antecedente, para reforçar a informação que já consta a título de nota de rodapé do mesmo, salientando que a informação aqui evidenciada tem em consideração a natureza da dívida, independentemente da exigibilidade da mesma.

Quadro 65

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
Operações Orçamentais	2016	2015	Variação
Curto Prazo	3 959 995	3 797 868	4,27%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	614 798	372 752	64,93%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	27 101	16 196	67,34%
Adiantamento por conta de vendas	8 164	8 164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29 200	29 200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Credores	3 280 732	3 371 556	-2,69%
Sub-Total	3 959 995	3 797 868	4,27%
Operações Não Orçamentais	2016	2015	Variação
Curto Prazo	3 997 323	3 916 719	2,06%
Clientes e Utentes c/ Cauções	1 925 695	1 900 116	1,35%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	904 989	849 722	6,50%
Estado e Outros Entes Públicos	232 320	228 228	1,79%
Outros Credores	934 318	938 652	-0,46%
Sub-Total	3 997 323	3 916 719	2,06%
TOTAL	7 957 318	7 714 587	3,15%

Un: Euros

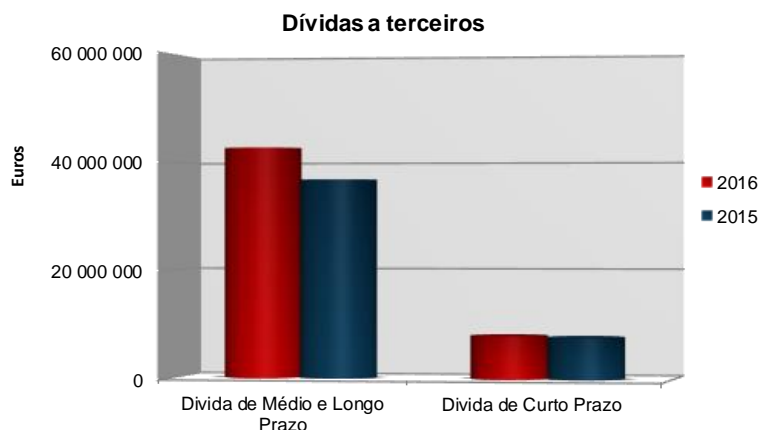
Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Comparativamente ao ano anterior, e no que respeita às operações orçamentais de curto prazo, verifica-se um aumento de (+) 4,27% na dívida constituída, a que corresponde o montante de 162.147 €, com especial impacto na conta de “faturas em receção e conferência”, porém sem qualquer materialidade face ao volume mensal de faturação.

As operações não orçamentais referem-se a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, caracterizando-se por cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento – não têm associados custos nem proveitos, apenas são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial sem afetar os resultados do período.

Representa-se graficamente a variação das dívidas a terceiros, nas suas duas grandes componentes, tendo como referência o transato ano de 2015.

Gráfico 59



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição no final de 2016 se pode verificar no quadro imediato.

Quadro 66

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	3 225 820
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	2 504 109
Juros a Liquidar	44 366
Outros Acréscimos de Custos	677 346
Proveitos Diferidos	50 503 906
Rendas:	1589 677
Processo de antecipação de rendas	0
Outras rendas	677
Direito de Superfície	1589 000
Subsídios para Investimentos	46 151 396
Outros Proveitos Diferidos	2 762 832
TOTAL	53 729 726

Un: Euros

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfaz o total de 53.729.726 €, distribuindo-se maioritariamente (94%) por Proveitos Diferidos, e com muito menor expressão por Acréscimos de Custos (6%).

À semelhança das prestações de contas anteriores, a parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2017 a título de férias e subsídio de férias, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 31 de dezembro de 2016, pelo que contemplam já os efeitos da reversão das reduções remuneratórias que se encontravam em vigor desde 2014 e que, entretanto, tendo sido declaradas inconstitucionais já no decurso de 2015, foram repostas na totalidade ao longo de 2016.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis a 2016 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, no valor total de 677.346 €.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam aproximadamente 86% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva, e que respeitam às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado em paralelo com pedidos de pagamento efetuados, sendo os respetivos proveitos reconhecidos ao ritmo a que decorrem as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

Outra das parcelas cuja variação se reveste de incontornável materialidade é a respeitante ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, levado a efeito em 2004 pela empresa Espaço Municipal, E.E.M., de que resultou uma transferência de verba para os cofres do Município da Maia, verba essa que era anual e gradualmente imputada a proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, relativamente ao património imobilizado da Autarquia que em cada ano é amortizado. Por força da recomendação do Tribunal de Contas, este proveito diferido que era registado pelo seu valor líquido deu lugar à contabilização de um mútuo - já amplamente explicado na análise às Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo -, razão pela qual foi retirado dos Proveitos Diferidos.

Acresce que no período em apreço ocorreu também, como já se referiu em momento anterior deste relatório, a extinção do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior e com ela a transmissão para o Município dos Direitos de Superfície (a 10 anos) sobre a Iber King. Em 31 de dezembro, os proveitos diferidos associados a esta transmissão totalizavam 500.000 €.

Por fim, alude-se ao valor de Outros Proveitos Diferidos, que no período em análise totalizam 2.762.832 €, cujo predomínio de valores está associado ao reconhecimento de proveitos indexados a futuras operações urbanísticas.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais apresentam em 31 de dezembro de 2016 um saldo 304.740.011 €, tendo aumentado (+) 6.019.534 €, relativamente ao antecedente ano de 2015 – o equivalente a 2%.

Na origem daquela variação positiva estão sobretudo os Ajustamentos em Partes de Capital em Empresas, (+) 5.700.138, logo seguidos da variação observada nos Resultados Líquidos do Período, (+) 5.222.673 €. Reforçam a variação dos Capitais Próprios também os aumentos verificados nas rubricas de Património e Reservas, respetivamente de (+) 171.753 € e de (+) 83.606 €.

Em sentido oposto variam os Resultados Transitados, em que se observa uma redução de valor no montante de 5.158.636 €, para o que contribuíram os registos relacionados com a correção contabilística ao processo de antecipação de rendas realizado em 2004 e cujos custos passados, no valor de 4.627.040 €, foram agora objeto de registo autónomo. Da mesma forma, também as perdas relacionadas com a extinção do FII Praça Maior, no valor de 6.758.183 €, foram contabilizadas em 2016. Desta forma, em vez de aumentar 6.226.587 € como seria de esperar (pela incorporação dos Resultados Líquidos de 2015), acaba esta rubrica por diminuir (-) 5.158.636 €.

Uma análise mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do exercício de 2016 em cada uma das contas que compõem a classe 5 – Fundos Próprios, é possível a partir do quadro seguinte, cuja apreciação mais pormenorizada é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - ponto 8.2.28, do presente Relatório de Gestão.

Quadro 67

FUNDO PATRIMONIAL				
2016				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	305 197 001	362 934	191 181	305 368 754
511 Património Inicial	241666 438	362 934	191 181	241838 192
511.1 Saldo Abertura POCAL	189 891 029	0	0	189 891 029
511.2 Correções ao Balanço Inicial	51775 409	362 934	191 181	51947 163
512 Património Adquirido	63 530 562	0	0	63 530 562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-16 605 750	8 028 949	2 328 811	-10 905 612
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	19 579 164	83 606	0	19 662 770
571 Reservas Legais	3 343 714	0	0	3 343 714
575 Subsídios	2 327 511	723	0	2 328 234
576 Doações	5 129 576	82 883	0	5 212 460
577 Reservas decorrentes da transferências ativos	2 123 267	0	0	2 123 267
578 Cedências	3 496 554	0	0	3 496 554
579 Outras	3 158 540	0	0	3 158 540
59 Resultados Transitados	-15 676 525	6 226 587	11 385 223	-20 835 161
88 Resultado Líquido do Exercício	6 226 587	5 222 673	0	11 449 260
Totais	298 720 477	19 924 749	13 905 215	304 740 011

Un: Euros

CO

PO

PO

PO

PO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço (no caso, 2016), assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos de disponibilização dos bens e serviços públicos gerados – e, inerentemente, da capacidade destes últimos cobrirem totalmente os primeiros.

No Quadro 68 apresentam-se os resultados do Município ao fecho do período de 2016 comparados com os do período homólogo anterior, analisando-se de seguida os factos mais relevantes que contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Quadro 68

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2016	2015	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	697 760	809 407	-13,79%
Fornecimento e Serviços Externos	15 665 351	15 450 003	1,39%
Custos com Pessoal	18 895 827	18 578 297	1,71%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5 217 365	4 769 920	9,38%
Amortizações do Exercício	16 470 514	16 423 696	0,29%
Provisões do Exercício	228 275	1068 938	-78,64%
Outros Custos e Perdas Operacionais	123 423	134 242	-8,06%
(A)	57 298 515	57 234 502	0,11%
Custos e Perdas Financeiras	157144	1012 223	55,24%
(C)	58 869 928	58 246 725	1,07%
Custos e Perdas Extraordinárias	2 524 891	2 110 135	19,66%
(E)	61 394 819	60 356 860	1,72%
Resultado Líquido do Exercício	11 449 260	6 226 587	83,88%
	72 844 079	66 583 447	9,40%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	7 595 999	5 534 471	37,25%
Impostos e Taxas	43 207 630	38 883 601	11,12%
Trabalhos para a própria entidade	0	100	-
Proveitos Suplementares	42 411	29 196	45,26%
Transferências e Subsídios Obtidos	15 648 436	14 835 906	5,48%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	11039	3 904	182,78%
(B)	66 505 516	59 287 178	12,18%
Proveitos e Ganhos Financeiros	650 449	868 324	-25,09%
(D)	67 155 964	60 155 502	11,64%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5 688 115	6 427 945	-11,51%
(F)	72 844 079	66 583 447	9,40%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	25 905 790	19 545 310	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	9 207 001	2 052 676	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-920 965	-143 899	-
Resultados Correntes: (D-C)	8 286 036	1 908 777	-
Resultados Líquido do Exercício:	11 449 260	6 226 587	-

Un.:Euros

Da análise da Demonstração de Resultados verifica-se que o Resultado Líquido apurado no cômputo global do exercício de 2016, positivo e no montante de 11.449.260 € segue em linha com uma trajetória de consolidação de resultados cada vez mais consistente, evidenciada nas prestações de contas mais recentes.

Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada entre os exercícios de 2015 e 2016, de 5.222.673 €, a que corresponde um crescimento de cerca de 84%, resulta de uma significativa melhoria de performance ao nível da atividade operacional, cuja variação entre os dois períodos em comparação é de (+) 7.154.325 €, que mais do que compensa o efeito contrário verificado nos resultados financeiros, que diminuem (-) 777.065 €, e nos extraordinários, que também diminuem, desta feita (-) 1.154.587 €.

Começando pela análise do Resultado Operacional, verifica-se que para a sua variação positiva contribuiu, decisivamente, o aumento generalizado de quase todas as rubricas de proveitos e ganhos operacionais, com uma variação total de (+) 7.218.338 €, (+) 12% do que o valor observado final de 2015, que mais do que compensam o aumento de 0,11% nos custos e perdas operacionais (64.012 €).

Numa análise mais detalhada da evolução dos custos operacionais, é constatável uma redução significativa da rubrica de Provisões do Exercício, (-) 840.663 €, logo seguida do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que entre os dois períodos em comparação diminui (-) 111.647 €. Por último, observando ainda uma redução entre os dois períodos em consideração, apresentam-se os Outros Custos e Perdas Operacionais, cuja diminuição se cifra em (-) 10.819 €.

No âmbito das Provisões do Exercício, verifica-se que foram constituídas provisões para cobranças duvidosas no montante de 149.338 €.

Residualmente, no cômputo das rubricas de Custos e Perdas Operacionais, que veem o seu valor diminuído comparativamente com o observado no exercício anterior, figuram ainda os Outros Custos e Perdas Operacionais (rubrica também ela de natureza residual), com 123.423 € de perdas verificadas no período, menos 10.819 € do que em 2015, representando 0,22% em 2016 dos Custos e Perdas Operacionais totais.

Em sentido contrário, houve também rubricas de custos que conheceram variações positivas entre os dois momentos temporais em análise, aumentos que conseguem superar as reduções nas rubricas que se analisaram anteriormente, e que conduziram a um ligeiro aumento global dos Custos Operacionais, de 0,11%. São essas rubricas as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, (+) 447.445 €; os Custos Com o Pessoal, (+) 317.530 €; os Fornecimentos e Serviços Externos, (+) 215.348 €; e por último as Amortizações do Exercício, (+) 46.818 €.

Na esfera das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, o aumento verificado é explicado na sua maior parte pelo incremento das transferências correntes, quer para administrações públicas (Contrato Interadministrativo de Delegação de competências celebrado com o Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia), quer para administrações privadas (associações sem fins lucrativos – de promoção da atividade desportiva, de intervenção e solidariedade social, etc.), cuja variação face ao exercício anterior foi de (+) 91.040 €.

Aumentam também, no âmbito desta rubrica, os subsídios correntes concedidos a empresas participadas, em 113.804 €, que compreende o aumento do valor atribuído à Espaço Municipal, de (+) 296.639 €, este esbatido pela descontinuidade dos valores atribuídos em 2015 à extinta Academia das Artes da Maia e Município. Assinala-se também, no âmbito desta rubrica, uma ligeira redução das transferências efetuadas para as famílias, (-) 6.261 € do que no ano anterior, que fica a dever-se sobretudo a um menor recurso às Medidas de Contrato de Emprego-Inserção do que no período homólogo.

Apresentam-se de seguida, na análise das rubricas de custos operacionais que aumentaram no espectro temporal em apreço, os Custos com Pessoal, (+) 317.530 €, a que corresponde um crescimento de 1,71% face ao valor observado em 2015.

A este respeito, não é demais recordar as limitações impostas pelos sucessivos Orçamentos de Estado, em especial de 2010 em diante, que foram já amplamente explanadas em prestações de contas anteriores. As remunerações do pessoal e pensões ascendem neste exercício a 14.463.163 €, encerrando um aumento conjunto de cerca de 61.223 € comparativamente com os valores registados em 2015, ficando o facto a dever-se à paulatina reposição dos cortes salariais que haviam sido aplicados por força de lei, cujos efeitos se extinguíram no final do 3.º trimestre de 2016, o que acaba por redundar num aumento das remunerações do pessoal, em pequena parte compensado pela redução observada nas pensões processadas.

Aumentam também, compreensivelmente, os Encargos sobre Remunerações (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações), em (+) 60.840 €, assim como os Seguros com Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, em (+) 33.068 €.

Por último e em linha com os anos anteriores, é também verificável um aumento dos valores contabilizados na rubrica de Outros Custos com Pessoal, (+) 154.913 €, aumento que ficou a dever-se ao crescimento das despesas de saúde dos trabalhadores comparticipadas pelo Município, em cerca de 19%.

Logo de seguida, os Fornecimentos e Serviços Externos veem o seu valor aumentar, face ao executado em 2015, numa variação global que se cifra em (+) 215.348 €, crescimento equivalente a 1,39%. Esta variação consolida uma diminuição no valor registado em Subcontratos, (-) 16.327 €, que compensa apenas parcialmente o aumento nos restantes Fornecimentos e Serviços adquiridos externamente, de (+) 231.675 €.

Relativamente aos Subcontratos, apraz dizer que a diminuição observada entre os dois períodos em comparação fica, em muito, a dever-se à redução das despesas com transportes escolares, apenas em virtude da diminuição do número de alunos que solicitaram o respetivo apoio social nesse âmbito, assim como com o fornecimento de refeições escolares (beneficiando da alteração da taxa de IVA aplicável a meio do exercício, de 23% para 13%). Conjuntamente, estas reduções mais do que compensam o aumento verificado na Manutenção de espaços verdes/ajardinados, no montante de (+) 58.947 €.

Numa análise por componentes da evolução dos Fornecimentos e Serviços, contribuíram várias rubricas, de que se destacam pelo maior impacto os Trabalhos Especializados, com uma variação de (+) 273.355 €. Logo de seguida surgem os encargos com Rendas e Alugueres, com uma variação de (+) 96.993 € (encargos mensais associados ao contrato de locação operacional de viaturas, com um maior volume de viaturas do que o contrato anterior), e os Encargos de Cobrança, com um aumento de (+) 74.075 € - o que também não será de estranhar, considerando que a performance desta rubrica está indexada ao montante de impostos diretos arrecadados no período, que aumentam também consideravelmente (como se verá adiante na análise aos Proveitos Operacionais).

Ainda com variações positivas no período apresentam-se a Limpeza e Higiene, com (+) 69.012 €, e as despesas com Conservação e Reparação, com (+) 58.193 €.

Em sentido contrário, reduzem mais significativamente o seu valor - ainda que em montante insuficiente para reverter o sinal de variação da rubrica global de Fornecimentos e Serviços Externos -, as rubricas de Eletricidade, com (-) 167.030 €, e de Contencioso, Registos e Notariado, com (-) 165.734 €. A rubrica de Honorários observa também uma diminuição entre os períodos em comparação, no montante de (-) 103.332 €, que fica essencialmente

a dever-se ao término de contratos de prestação de serviços de assessoria nas áreas jurídica, de imprensa, comunicação e marketing.

Relativamente às Amortizações do Exercício, cumpre referir que, não obstante observarem uma lógica de continuidade e manutenção dos critérios que vinham sendo utilizados em exercícios anteriores, regista-se uma variação positiva decorrente sobretudo da normal evolução das amortizações de Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público.

Passando a análise aos Proveitos Operacionais, verifica-se que todas as rubricas com exceção dos Trabalhos para a Própria Entidade - esta rubrica observou em 2015 o valor de 100 € e passou a nula em 2016 - aumentam de valor entre os fechos de 2015 e 2016. Podemos dizer com toda a propriedade que todas as rubricas de proveitos operacionais com saldos materialmente relevantes nos dois períodos em comparação aumentaram.

A rubrica com maior preponderância, em qualquer dos exercícios em comparação, é a de Impostos e Taxas – com uma ponderação sempre em torno dos 65% dos Proveitos Operacionais totais. Acresce que foi também a rubrica que sofreu uma maior variação em valor absoluto, (+) 4.324.029 €, a que corresponde uma taxa de crescimento na ordem de 11%.

Esta variação fica a dever-se em grande parte ao aumento da maior parcela dentre as que compõem os Impostos e Taxas, os Impostos Diretos, que aumenta (+) 4.803.006 €, a que corresponde uma variação de 13% face ao observado no final de 2015 (em 31 de dezembro de 2016 totalizam 41.601.035 €). O aumento da receita arrecadada por esta via tem origem sobretudo nos proveitos adicionais provenientes do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, que aumentou aproximadamente 54% relativamente ao que havia sido arrecadado em 2015 (de 5.784.295 € então, passa a 8.888.402 € no fecho de 2016).

Também a Derrama aumenta cerca de 21% face a 2015, cifrando-se em 7.912.699 €.

O Imposto Municipal Sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação registam também aumentos, pese embora de menor representatividade, de (+) 197.406 € e de (+) 121.301 € respetivamente.

Aumentam ainda as Taxas, (+) 146.155 €, contrariamente aos Impostos Indiretos, que registam variações negativas de (-) 147.220 €. Aumentam também os Reembolsos, Restituições e Anulações processados no ano, num total de 477.913 €, mas apenas em montante suficiente para esbater ligeiramente o efeito global de aumento dos Impostos e Taxas.

De seguida, na análise dos Proveitos Operacionais, apresenta-se a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços cujos valores registados aumentaram (+) 2.061.528 €. O aumento fica a dever-se sobretudo à evolução das rendas – que aumentaram sozinhas 1.713.881 € –, em grande parte devido à alteração da forma de registo dos proveitos advindos do contrato de cessão de rendas celebrado com a empresa Espaço Municipal (por força da recomendação do Tribunal de Contas na homologação às contas do Município do exercício de 2004), que respondem por 99,7% dessa variação.

Também as Prestações de Serviços, onde se incluem genericamente as receitas com serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, aumentam (+) 347.816 €. Com maior pendor nesta variação, identificam-se os recebimentos relativos a utilização de instalações desportivas e recreativas, que aumentam 216.131 € face a 2015, cifrando-se em 1.516.520 € no final de 2016, bem como as Refeições Escolares, com uma variação de (+) 57.623 €. Juntam-se ainda as Outras prestações de serviços, que registam um aumento de (+) 72.068 €.

Aumentam também com expressão razoável as Transferências e Subsídios Obtidos, que passam de 14.835.906 € em 2015 para 15.648.436 € em 2016, aumentando assim 812.530 €. Com grande contributo para esta variação, encontra-se o registo das verbas atribuídas no período, ao Município, relacionadas com o Contrato Interadministrativo celebrado com o Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia, aumento que é reforçado pelas variações também positivas verificadas nas verbas advindas do Orçamento de Estado, (+) 41.696 €.

A rubrica de Proveitos Suplementares, ainda que aumentando de valor entre os dois exercícios, apresenta valores absolutos e variações cuja materialidade não requer uma análise aprofundada.

Abordando-se seguidamente o Resultado Financeiro, constata-se que, à semelhança do ano anterior, este permanece negativo, porém agravado em (-) 777.066 € face ao observado em 2015. Para esta performance contribui uma redução dos proveitos e ganhos financeiros, (-) 25%, a par de um aumento dos custos e perdas da mesma natureza, em (+) 55%.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, são de assinalar as diminuições dos Rendimentos de Participações de Capital, com uma variação de (-) 167.584 €, logo seguidas pelas diminuições dos Ganhos em Entidades Participadas, (-) 62.347 €, dos Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, (-) 30.540 €, e dos Juros Obtidos, (-) 11.738 €. Variações de sinal contrário registam-se nos Rendimentos de Imóveis, que aumentam de *per si* 54.327 €.

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, verifica-se um aumento relevante dos Juros Suportados, em (+) 658.257 €, ficando a dever-se ao facto de se passar a incluir nesta rubrica os encargos financeiros associados ao processo de antecipação de rendas concretizado em 2004, na proporção da sua participação na operação, de acordo com a recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em 2016, que ao considerar um mútuo releva separadamente as rendas dos inerentes custos financeiros.

Em sentido contrário, regista-se uma redução das Perdas em Entidades Participadas, (-) 69.432 €, reforçada pela redução da rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiras, com (-) 29.635 €.

Do comportamento dos gastos e rendimentos de natureza financeira resulta uma ligeira atenuação do impacto dos Resultados Operacionais nos Resultados Correntes que, ainda assim, melhoram muito significativamente entre os dois períodos em comparação – passando de (+) 1.908.777 € em 2015 para (+) 8.286.036 €. Conclui-se que o contributo dos resultados financeiros para o resultado líquido, sendo materialmente relevante, não é suficiente para reverter o efeito da significativa melhoria introduzida pelos resultados operacionais.

Prosseguindo a tendência positiva verificada na generalidade dos resultados por natureza no exercício económico de 2016, também os Resultados Extraordinários se apresentam com sinal positivo, perfazendo 3.163.224 €, embora a sua performance se agrave em (-) 1.154.587 € face ao observado no final de 2015.

Este comportamento fica a dever-se ao facto de terem diminuído os Proveitos e Ganhos desta natureza, no montante de (-) 739.830 €, contudo em montante inferior ao do aumento verificado dos Custos e Perdas, que se cifra em (+) 414.756 €.

Para a variação dos Proveitos e Ganhos Extraordinários contribui em especial a rubrica de Correções a Exercícios Anteriores, com uma redução de (-) 1.638.133 € face ao registado no ano de 2015, e a rubrica de Ganhos em Imobilizações, que se cifra em 811.238 €, menos 478.817 € do que em 2015, o que se explica pelo facto de, em exercícios anteriores, serem aqui especializados os proveitos relacionados com a antecipação de rendas.

Em contraciclo, aumentaram os Benefícios de Penalidades Contratuais, em (+) 1.062.630 €, ficando em grande parte a dever-se ao aumento de juros de mora processados a favor do Município, resultantes de acertos de IMI. Aumentam também entre os dois períodos, com menor expressão, os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários e as Reduções de Amortizações e Provisões, respetivamente, em (+) 280.623 € e em (+) 57.066 €.

Do lado dos Custos e Perdas, pesam sobretudo o aumento das Correções a Exercícios Anteriores, (+) 526.139 €, cujas parcelas mais significativas respeitam a encargos suportados com a manutenção de arruamentos diversos, impossíveis de alocar a um ativo específico, bem como de outras regularizações de imobilizado, designadamente na esfera das amortizações.

Regista-se também um aumento das Perdas em Imobilizações, (+) 211.976 €, em que se refletiu, entre outros, o abate do edifício antigo da EB1 de Mandim (que deu lugar ao novo centro Escolar de Mandim). Não obstante o aumento global constatado nestes Custos, é de assinalar a diminuição das Transferências de Capital Concedidas, (-) 347.500 €, em especial para Administrações Privadas e Empresas.

Finaliza-se a apreciação da demonstração dos resultados do exercício económico de 2016, com a ilustração gráfica das variações de custos e de proveitos tendo como referência o período homólogo do exercício anterior.

Gráfico 60

Variação dos Custos e Perdas do Exercício

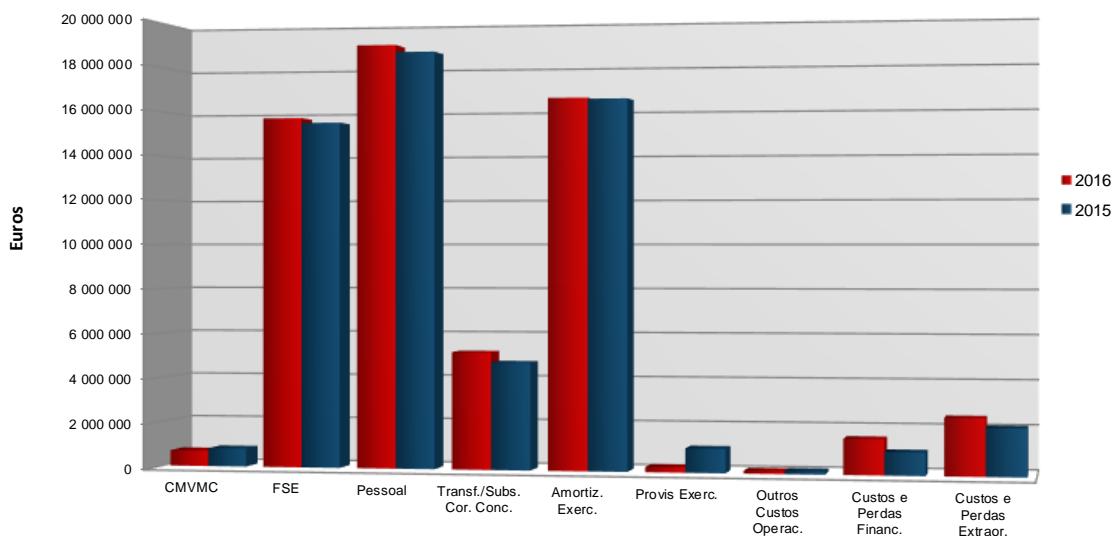
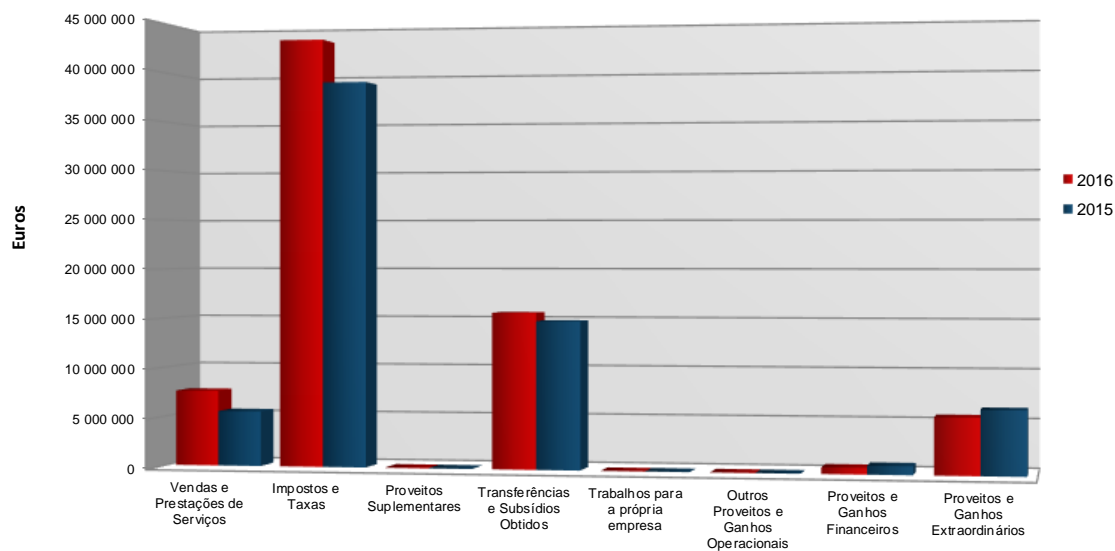


Gráfico 61

Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício





maia

CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

De acordo com o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Registando-se em 2016 um resultado líquido positivo no montante de (+) 11.449.260 €, deverá o mesmo ser transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (cujo saldo acumulado permanece negativo).



INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES				2014		2015		2016		VARIAÇÃO		OBSERVAÇÕES
										2014/2015	2015/2016	
1	COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS	Cobertura das Despesas	Receita Total	50 020 498	94,2%	75 209 380	12,8%	87 459 391	16,4%	8,9%	-3,0%	
		Despesa Total	59 402 432		87 459 262		82 394 944					
2		Cobertura da Despesa Corrente	Receita Corrente	53 943 037	65,80%	59 429 555	95,9%	88 299 452	65,80%	7,9%	7,5%	
		Despesa Corrente	39 708 547		40 832 460		42 533 250					
3		Cobertura da Despesa de Capital	Receita de Capital	2 162 253	0,94%	5 779 820	80,22%	115 364	5,57%	455,37%	-80,75%	
		Despesa de Capital	9 755 384		20 262 792		9 833 585					
4		Cobertura da Despesa por Empréstimos	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	9 200 000,00	9,70%	0,00	0,00%	100,00%	-100,00%	
		Despesa Total	59 402 432		87 459 262		82 394 944					
5		Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.	Fundos Municipais	11 355 942	8,6%	12 059 425	9,38%	12 203 372	8,57%	-8,22%	8,59%	
		Despesa Total	59 402 432		87 459 262		82 394 944					
6	Cobertura da Despesa por Receitas Coladas pelo Município	Receita Colada Localmente	8 527 303	16,34%	9 375 996	9,97%	9 724 361	6,55%	-2,8%	10,5%		
	Despesa Total	59 402 432		87 459 262		82 394 944						
7	Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Coladas e Transferidas	(Receita Total - Passivos Financeiros)	50 020 498	97,30%	80 009 380	15,41%	87 459 391	10,30%	-7,0%	11,0%		
	(Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)	52 209 391		82 022 188		55 790 235						
8	ESTRUTURA DA RECEITA	Grav de Dependência Receita Total da Receita Própria	Receita Própria	39 871 932	79,52%	45 495 14	88,85%	51 920 948	78,97%	-6,9%	20,8%	
		Receita Total	50 020 498		75 209 380		87 459 391					
9		Grav de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Receita Corrente	53 943 037	98,11%	59 429 555	79,92%	88 299 452	98,28%	-9,79%	24,38%	
		Receita Total	50 020 498		75 209 380		87 459 391					
10		Grav de Dependência Receita Total da Receita Colada Localmente	Receita Colada Localmente	8 527 303	6,22%	9 375 996	9,47%	9 724 361	11,42%	-8,3%	6,88%	
		Receita Total	50 020 498		75 209 380		87 459 391					
11		Grav de Dependência Receita Total de Impostos Diretos	Impostos Diretos	31 681 538	55,58%	35 815 074	47,82%	42 67 68	82,55%	-10,33%	3,38%	
		Receita Total	50 020 498		75 209 380		87 459 391					
12	Grav de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Fundos Municipais	11 355 942	25,32%	12 059 425	10,8%	12 203 372	10,8%	-2,15%	9,88%		
	Receita Total	50 020 498		75 209 380		87 459 391						

INDICADORES ORÇAMENTAIS

13	ESTRUTURA DA RECEITA	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	9 200 000,00	12,23%	0,00	0,00%	100,00%	-100,00%	
			Receita Total	50 020 486		75 205 380		67 459 391				
14		Grav de Dependência da Receita Total de Bases e Serviços Correntes e de Investimento	Vendas de Bases e Serviços Correntes e de Investimento	3 216 940	5,74%	3 448 070	4,58%	3 520 228	5,22%	-20,07%	9,10%	
			Receita Total	50 020 486		75 205 380		67 459 391				
15		Grav de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	33 742 573	67,37%	38 191 081	50,64%	44 939 891	67,70%	4,63%	3,38%	
			Receita Corrente	53 843 037		59 429 555		68 299 452				
16		Grav de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Transferências Correntes	11 400 070	20,35%	11 300 470	24,00%	11 923 734	22,00%	-3,07%	-8,60%	
			Receitas Correntes	53 843 037		59 429 555		68 299 452				
17	ESTRUTURA DA DESPESA	Grav de Exceção da Receita Corrente	Receitas Correntes Especiais	53 843 037	50,87%	59 429 555	10,01%	68 299 452	10,02%	0,50%	0,50%	
			Receitas Correntes Especiais	50 270 550		56 455 730		57 074 253				
18		Evolução da Receita Corrente	Receita Total Corrente em n	53 843 037	50,01%	59 429 555	10,37%	68 299 452	10,00%	0,60%	0,00%	
			Receita Total Corrente em n-1	54 380 050		53 843 037		59 429 555				
19		Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades em n)	33 742 573	57,85%	38 191 081	10,20%	44 939 891	10,50%	9,59%	0,25%	
			(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades em n-1)	34 542 583		33 742 573		38 191 081				
20		Estrutura da Despesa - Capital/Tot	Despesa de Capital	9 755 884	33,22%	20 262 752	30,03%	9 333 585	3,08%	9,47%	-9,52%	
	ESTRUTURA DA DESPESA		Despesa Total	59 402 432		67 455 262		62 384 944				
21		Estrutura da Despesa - Investimentos/Tot	Investimentos	4 443 894	7,47%	11 773 375	22,01%	4 583 511	7,32%	94,67%	-80,70%	
			Despesa Total	59 402 432		67 455 262		62 384 944				
22		Estrutura da Despesa - Aquisição de Bens Capital/Tot	Aquisição de bens de capital (PP)	9 850 710	16,20%	9 475 082	20,01%	10 040 721	16,07%	10,00%	-30,81%	
			Despesa Total	59 402 432		67 455 262		62 384 944				
23		Independência da Despesa - Transferências Capital/Tot	Transferências de Capital (Despesa)	1530 077	2,57%	1087 730	2,51%	1333 720	2,14%	-2,30%	-9,50%	
			Despesa Total	59 402 432		67 455 262		62 384 944				
24		Estrutura da Despesa - Pessoal/Tot	Pessoal	6 587 387	11,09%	11 835 877	27,81%	6 888 510	30,20%	-10,80%	9,58%	
			Despesa Total	59 402 432		67 455 262		62 384 944				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

25	ESTRUTURA DA DESPESA	<p> Estrutura da Despesa - Remunerações Correntes e Permanentes/Total </p>	<p> Remunerações Correntes e Permanentes </p>	<p> 15 526 181 </p>	<p> 23,41% </p>	<p> 15 138 182 </p>	<p> 20,81% </p>	<p> 16 163 084 </p>	<p> 22,88% </p>	<p> -19,7% </p>	<p> 0,00% </p>	
			<p> Despesa Total </p>	<p> 59 482 432 </p>		<p> 87 195 262 </p>		<p> 82 384 944 </p>				
26		<p> Estrutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Total </p>	<p> Aquisição de bens e serviços correntes </p>	<p> 5 434 180 </p>	<p> 25,98% </p>	<p> 5 281 138 </p>	<p> 24,25% </p>	<p> 5 230 857 </p>	<p> 26,16% </p>	<p> -15,7% </p>	<p> 7,85% </p>	
			<p> Despesa Total </p>	<p> 59 482 432 </p>		<p> 87 195 262 </p>		<p> 82 384 944 </p>				
27		<p> Estrutura da Despesa - Serviço da Dívida/Total </p>	<p> Serviço da Dívida </p>	<p> 7 734 243 </p>	<p> 13,0% </p>	<p> 4 741 887 </p>	<p> 7,05% </p>	<p> 8 943 374 </p>	<p> 11,6% </p>	<p> -45,98% </p>	<p> 58,48% </p>	
			<p> Despesa Total </p>	<p> 59 482 432 </p>		<p> 87 195 262 </p>		<p> 82 384 944 </p>				
28		<p> Estrutura da Despesa - Aquisição de Empréstimos/Total </p>	<p> Aquisição de Empréstimos </p>	<p> 7 253 041 </p>	<p> 12,20% </p>	<p> 4 512 444 </p>	<p> 8,72% </p>	<p> 8 588 880 </p>	<p> 10,53% </p>	<p> -44,80% </p>	<p> 58,30% </p>	
			<p> Despesa Total </p>	<p> 59 482 432 </p>		<p> 87 195 262 </p>		<p> 82 384 944 </p>				
29		<p> Independência da Despesa - Transferências Correntes/Total </p>	<p> Transferências Correntes (Despesa) </p>	<p> 2 859 852 </p>	<p> 7,30% </p>	<p> 3 010 830 </p>	<p> 7,38% </p>	<p> 3 342 982 </p>	<p> 7,88% </p>	<p> 0,72% </p>	<p> 0,35% </p>	
			<p> Despesa Correntes </p>	<p> 39 708 547 </p>		<p> 40 932 480 </p>		<p> 42 533 259 </p>				
30		<p> Estrutura da Despesa - Pessoal/Despesas Correntes </p>	<p> Pessoal </p>	<p> 5 587 387 </p>	<p> 45,70% </p>	<p> 5 535 977 </p>	<p> 45,28% </p>	<p> 5 888 519 </p>	<p> 44,38% </p>	<p> -3,48% </p>	<p> -2,88% </p>	
			<p> Despesa Correntes </p>	<p> 39 708 547 </p>		<p> 40 932 480 </p>		<p> 42 533 259 </p>				
31		<p> Grav de Execução da Despesa Corrente </p>	<p> Despesas Correntes Executadas </p>	<p> 39 708 547 </p>	<p> 99,00% </p>	<p> 40 932 480 </p>	<p> 99,99% </p>	<p> 42 533 259 </p>	<p> 98,32% </p>	<p> 0,00% </p>	<p> 0,35% </p>	
			<p> Despesas Correntes Opostas </p>	<p> 44 161 850 </p>		<p> 45 430 383 </p>		<p> 47 080 288 </p>				
32		<p> Evolução da Despesa Corrente </p>	<p> Despesa Corrente ano n </p>	<p> 39 708 547 </p>	<p> 99,51% </p>	<p> 40 932 480 </p>	<p> 103,08% </p>	<p> 42 533 259 </p>	<p> 103,08% </p>	<p> 3,58% </p>	<p> 0,29% </p>	
			<p> Despesa Corrente ano n-1 </p>	<p> 39 900 188 </p>		<p> 39 708 547 </p>		<p> 40 932 480 </p>				
33		<p> Evolução da Despesa em Investimento </p>	<p> Investimento ano n(PP) </p>	<p> 9 156 710 </p>	<p> 67,01% </p>	<p> 9 475 882 </p>	<p> 69,38% </p>	<p> 10 040 711 </p>	<p> 59,07% </p>	<p> 14,25% </p>	<p> -87,07% </p>	
			<p> Investimento ano n-1(PP) </p>	<p> 8 914 714 </p>		<p> 9 156 710 </p>		<p> 9 475 882 </p>				
34	RELACÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COBRANÇAS LOCALMENTE DESPESA CORRENTE	<p> Relação da Despesa de Pessoal os Fundos Municipais Correntes </p>	<p> Pessoal </p>	<p> 5 587 387 </p>	<p> 100,00% </p>	<p> 5 535 977 </p>	<p> 67,01% </p>	<p> 5 888 519 </p>	<p> 68,08% </p>	<p> -1,52% </p>	<p> 0,00% </p>	
			<p> Fundos Municipais Correntes </p>	<p> 5 586 850 </p>		<p> 11 745 180 </p>		<p> 11 855 912 </p>				
35	RELACÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS DESPESAS CORRENTES	<p> Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes </p>	<p> Aquisição de Bens e Serviços Correntes </p>	<p> 5 434 180 </p>	<p> 100,00% </p>	<p> 5 281 138 </p>	<p> 68,00% </p>	<p> 5 230 857 </p>	<p> 68,08% </p>	<p> -1,22% </p>	<p> -1,27% </p>	
			<p> Fundos Municipais Correntes </p>	<p> 5 586 850 </p>		<p> 11 745 180 </p>		<p> 11 855 912 </p>				
36	RELACÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS DESPESAS CORRENTES	<p> Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente </p>	<p> Pessoal </p>	<p> 5 587 387 </p>	<p> 219,74% </p>	<p> 5 535 977 </p>	<p> 67,70% </p>	<p> 5 888 519 </p>	<p> 64,00% </p>	<p> -8,30% </p>	<p> -18,8% </p>	
			<p> Receita Cobrada Localmente </p>	<p> 8 527 383 </p>		<p> 9 375 98 </p>		<p> 9 724 361 </p>				
37	RELACÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS DESPESAS CORRENTES	<p> Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente </p>	<p> Aquisição de Bens e Serviços Correntes </p>	<p> 5 434 180 </p>	<p> 61,00% </p>	<p> 5 281 138 </p>	<p> 57,38% </p>	<p> 5 230 857 </p>	<p> 57,62% </p>	<p> -4,06% </p>	<p> -3,58% </p>	
			<p> Receita Cobrada Localmente </p>	<p> 8 527 383 </p>		<p> 9 375 98 </p>		<p> 9 724 361 </p>				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

38	GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	Grav de Financiamento do Investimento por Fundos M municipais de Capital	Fundos M municipais de Capital	389 788	3,50%	389 716	1,9%	387 488	2,87%	-16,35%	18,12%	
			Investimento (PIF)	9 858 710		9 475 182		11504071				
39		Grav de Financiamento de Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de Bens de Investimento	0 000	0,00%	57 310	0,25%	93 030	1,0%	378,20%	272,57%	
			Investimento (PIF)	9 858 710		9 475 182		11504071				
40	GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO POR PASSIVOS FINANCEIROS	Grav de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Recalculado)	0,00	0,00%	9 200 000,00	47,24%	0,00	0,00%	100,00%	-100,00%	
			Investimento (PIF)	9 858 710		9 475 182		11504071				
41	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA	Grav de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente	53 943 037	154,21%	59 429 166	185,88%	108 299 162	423,17%	7,42%	9,38%	
			Despesa de Funcionamento	34 916 852		35 877 116		36 255 008				
42	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA DE INVESTIMENTO POR RECEITA DE CAPITAL	Grav de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital	2 162 253	1,51%	6 779 180	72,75%	116 384	0,33%	324,59%	-38,50%	
			Despesa de Investimento	9 502 943		21 080 365		9 204 578				
43	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros	463 359	0,00%	268 184	0,31%	374 188	0,00%	-43,18%	77,30%	
			Receita Total Controlada	58 020 488		10 000 388		17 459 391				
44		Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	463 359	0,01%	268 184	0,38%	374 188	0,00%	-58,16%	18,32%	
			Despesa Total Pago	59 402 432		57 935 262		12 384 944				
45	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida	7 947 885,00	16,6%	4 930 703,65	7,47%	7 548 881	0,01%	-47,39%	41,89%	
			Receita Total Controlada	58 020 488		10 000 388		17 459 391				
46	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	7 947 881	13,37%	4 930 703	8,51%	7 548 881	11,67%	-38,33%	34,10%	
			Despesa Total Pago	59 402 432		57 935 262		12 384 944				

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS											
INDICADORES			2014		2015		2016		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
									2014/2015	2015/2016	
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	291281908	250,00%	288 720 478	245,67%	304 750 011	270,22%	-0,25%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder ou não manter ou pagar a fidedignidade das suas compromissos, isto é, evidenciar se os capitais próprios são ou não suficientes para suportar a dívida (de curto, médio ou longo prazo). Pelo, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	102 437 740		121853 581		102 770 573			
		Solvabilidade II	Activo Líquido	403 719 047	359,00%	420 416 068	345,67%	419 526 583	370,22%	-3,79%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
			Passivo	102 437 740		121853 581		102 770 573			
3		Solvabilidade de Ajustado	Activo Líquido Total Bens do Domínio Público Líquidos	305 325 180	27,98%	325 989 316	267,89%	327 701 800	77,59%	-13,0%	Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua inalienabilidade e a impossibilidade de ser alienado em forma de fideiússão). A diferença entre o indicador anterior e o actual dá-se a contribuição do passivo total pelos bens do domínio público.
			Passivo	102 437 740		121853 581		420 416 068			
4		Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	291281908	72,5%	288 720 478	710%	304 750 011	72,59%	-10,2%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compare o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do activo, tanto maior a autonomia financeira da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 35%.
			Activo Líquido	403 719 047		420 416 068		419 526 583			
5	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	11203 004	88,90%	6 721 070	104,89%	23 260 072	164,03%	51,9%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os seus recursos de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e constituições (básica não inclui, em termos de a caixa, os montantes relativos a investimentos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% revela a insolvabilidade da entidade de cumprir os pagamentos e referentes a débitos a liquidar no curto prazo (em ano). Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que o débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	12 089 467		6 889 566		6 072 855			
		Liquidez Imediata	Disponibilidades	7 062 523	55,94%	6 227 220	10,50%	20 402 372	32,00%	95,00%	É inferior ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 50%.
			Passivo Circulante	12 089 467		6 889 566		62 401 723			
7		Prazo Médio de Pagamento (DGA L)	Dívidas a Fornecedores	1072384	9	154562	4	567468	5	-83,9%	Resolução Conselho Municipal 34/2008 e Despacho 9870/2009 da M. Financeira
			Aquisições	41889156		14354430		42941200			
8		Prazo Médio de Recebimento	Clientes, Contribuintes e Utilizadores e Outros Devedores	937244	35	8583581	73	84052731	80	-8,74%	Resolução Conselho Municipal 34/2008 e Despacho 9870/2009 da M. Financeira
			Provisões	40246182		44725672		5125581			
9		Prazo médio de Pagamento	Dívidas a fornecedores em 31/12 (excepto Empréstimos e OT e ger. de f. mec. em dinheiro).	4573353	30	1025315	80	1201170	60	88,74%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores (resultantes da execução orçamental, ou seja, incluindo OT e encargos produzidos em dinheiro).
			Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	42704672		38719337		35301557			
10		Prazo médio de Pagamento - Imobilizado	Dívidas a fornecedores de imobilizado em 31/12	1070475	11	367350	20	29260	1	4188%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.
			Aquisição de Imobilizado no ano	2131204		12753044		12723089			

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

INDICADORES				2014		2015		2016		VARIAÇÃO		VARIAÇÃO		OBSERVAÇÕES
				2014/2015		2015/2016								
11	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	319 274 900	30,90%	329 291 937	32,56%	340 256 620	37,30%	2,02%	5,70%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (Fundo patrimonial e financiamentos de M.L.P.). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.		
		Imobilizado Líquido	380 081 035		388 080 741		389 794 501							
12		Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	291 281 900	74,98%	288 720 470	74,93%	304 750 011	78,61%	0,49%	4,36%	Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.		
		Imobilizado Líquido	380 081 035		388 080 741		389 794 501							
13	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de M.L.P.	24 953 084	6,40%	30 570 001	7,37%	35 545 810	9,32%	9,35%	9,35%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de M.L.P. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de M.L.P. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.		
		Imobilizado Líquido	380 081 035		388 080 741		389 794 501							
14	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	6 899 595	3,45%	6 072 895	3,37%	6 072 895	3,37%	0,92%	0,00%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (incluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.		
		Imobilizado Líquido	380 081 035		388 080 741		389 794 501							
15		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	380 081 035	98,77%	388 080 741	94,93%	389 794 501	93,38%	-2,00%	-1,98%	Permite obter a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior o % maior o rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo da entidade.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
16	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	58 384 467	24,37%	94 418 740	22,60%	89 824 783	21,51%	-7,35%	-4,20%	Permite obter a importância relativa das bases de domínio público (que, por isso, não, em princípio, incorrem em amortização) no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior o % maior o rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo da entidade.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
17	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	12 437 740	27,35%	12 083 581	26,95%	12 776 573	27,91%	3,93%	-0,85%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da autarquia.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
18		Endividamento de M.L.P.	Dívidas de M.L.P.	24 953 084	6,19%	30 570 001	7,27%	35 545 810	8,51%	17,61%	17,61%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de M.L.P. utilizado pela entidade.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
19	ENDIVIDAMENTO	Endividamento - Empréstimos de M.L.P.	Empréstimos de M.L.P.	24 728 752	6,19%	26 381 000	6,70%	21 882 494	5,22%	9,22%	-22,85%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente aos empréstimos de M.L.P. contratuados pela entidade.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
20		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	6 899 595	3,46%	6 072 895	3,31%	6 072 895	3,01%	5,35%	9,35%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
21	ENDIVIDAMENTO	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	SNAR	SNAR	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contratuados pela entidade.		
		Ativo Líquido	403 719 047		408 418 058		417 526 593							
22		Estrutura de Endividamento I	Dívidas de M.L.P.	24 953 084	22,23%	30 570 001	25,42%	35 545 810	31,52%	16,01%	25,47%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de M.L.P. Quando maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, no ativo total, implicando, nesse caso, maiores pressões sobre o tesouraria.		
		Passivo	12 437 740		12 083 581		12 776 573							
23	ENDIVIDAMENTO	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	6 899 595	12,77%	6 072 895	11,42%	6 072 895	13,37%	13,77%	17,02%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.		
		Passivo	12 437 740		12 083 581		12 776 573							



INTRODUÇÃO

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As anotações que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2015 e o Balanço Final de 2016.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

A Direção-Geral de Administração Interna, atualmente Secretaria - Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral (SGMAI-AE), faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da Lei n.º 13/99 de 22 de março, com a data de referência de 31 de dezembro de 2016, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- ✓ 114 123 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- ✓ 45 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- ✓ 26 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 10 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 4.ª sessão ordinária realizada no dia 26 do mesmo mês, o Regulamento da Macro Estrutura Organizacional desta Câmara Municipal e o consequente organograma, cuja publicação ocorreu em 07 de fevereiro de 2013, Diário da República n.º 27, 2.ª Série, tendo o mesmo Regulamento sofrido uma alteração, aprovada pela Assembleia Municipal em 4 de Janeiro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 52, de 15 de Março de 2016 (Ver organograma anexo).

Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, que adapta à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com nova redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal da Maia, na 4.ª sessão ordinária, realizada no dia 26 de dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 10 de dezembro de 2012, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal e quatro Departamentos Municipais, e um número máximo de 14 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao publicado. Este regulamento vigora a partir do dia 1 de fevereiro de 2013.

Nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual, os mapas de pessoal são anuais, e aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2016 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 30 de outubro de 2015, e em sessão da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2015.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

- O Órgão Executivo Municipal, é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e por dez Vereadores, nomeadamente:
- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga
- Dr. Marco José Duarte Martins **(a)**

- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Senhor Jorge Luís Ferreira Catarino
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Eng.^a Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- Dr. António Dias de Oliveira **(b)**
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Professora Ana Virgínia da Costa Pereira
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

(a) Em regime de substituição, em virtude da suspensão do mandato do Senhor Vereador Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga, pelo período de 360 dias, pelo facto de estar a exercer funções de deputado na Assembleia da República.

(b) Em regime de substituição, em virtude da suspensão do mandato da Senhora Vereadora Eng.^a Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras, pelo período de sete meses, face ao exercício das funções de Chefe de Gabinete de Sua Excelência a Secretária Adjunta e da Administração Interna.

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.^o António Domingos da Silva Tiago
- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo esteve o Senhor Vereador:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efetuaram-se em 2016 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, assegurando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

Mais se refere que, no que respeita à comparabilidade entre os dois exercícios em análise, não obstante terem permanecido inalteradas as políticas e critérios contabilísticos adotados, foi acatada em 2016 a orientação do Tribunal de Contas (já amplamente explicada no Relatório de Gestão) que, em rigor, acarretou um registo contabilístico do processo de antecipação de rendas distinto, nesse exercício, do que vinha sendo prosseguido em exercícios anteriores e cuja materialidade não é despreciable.

Esta operação efetuada a 1/1/2016 acarretou um aumento no passivo na rubrica de empréstimos obtidos, de 14.092.310 €, uma redução no passivo na rubrica de proveitos diferidos de 9.465.270 €, e uma redução dos capitais próprios de 4.627.040 €.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

Os investimentos financeiros entidades detidas maioritariamente pelo Município da Maia encontram-se, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

Desde 2014, com a entrada em vigor do RFALEI, o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliário Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, que resulta na prática no cenário que aconteceria se a totalidade do Património desses fundos fosse inscrito no Ativo e do Passivo no Município. Na prática, os Ativos dos Fundos são apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação

seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abarca os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2016 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo *software* informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Todavia, e não obstante o constrangimento existente na aplicação de património, foram criadas referências de movimento específicas com vista a retratar no Mapa do Ativo Bruto a quantificação exata dos aumentos efetivamente verificados no Imobilizado. (páginas 12 e 13 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 14 a 329 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 331 a 347 dos Anexos Documentais – Volume I).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 348 a 414 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Quadro 69

Entidades Societárias Participadas							
2016							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lيدador, 14.º Piso 4470-202 Maia	124 699,47	100%	271 924	50 581	2016	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2 000 000,00	100%	2 999 876	247 847	2016	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 181 4470-157 Maia	12 811 337,98	100%	7 104 215	9 516	2016	-
Águas do Norte, S.A. (4)	Praça 26 de Maio, 82 4810-539 Guimarães	1946 805,00	1,279%	281 372 941	13 024 049	2016	-
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL (2) (5)	Rua da Igreja 4470-184 Maia	2 000,00	13,33%	-2 729	-4 774	2016	-
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150 199,00	4,75%	3 326 945	7 837	2016	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A (2)	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2 500,00	0,22%	352 328	-232 744	2016	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2 799 390,00	51%	-3 144 994	-985 065	2016	Entidade que se encontra em liquidação
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.(3)	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 2.º Esq. 4000-065 Porto	100,00	0,06%	153 355	-64 102	2015	Entidade que se encontra em liquidação
Metro do Porto, S.A. (3) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-2 412 452 164	-193 365 621	2015	-

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2016 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, enviamos os elementos do exercício anterior.

(4) Setor Empresarial do Estado

(5) Considerando a forma jurídica da entidade, para efeitos de apuramento do endividamento é enquadrável no art.º 54 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Quadro 70

Entidades não Societárias Participadas							
2016							
Designação	Sede	Contribuição		Resultados do Último Exercício			
		Inicial	Exercício	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Apartado 1510 4435-996 Baguim do Monte	19 378,30	696 739,00	50 771 000	3 161 994	2016	-
Área Metropolitana do Porto (2)	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	19 917,00	614 93,00	9 159 326	1 371 165	2016	-
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa n.º 52 3004-511 Coimbra	4 340,00	5 888,61	2 004 165	39 021	2016	-
Fundação da Juventude	Largo de S. Domingos, n.º 16-22, 4050-545 Porto	24 939,90	-	4 470 307	499 792	2016	-
Fundação do Desporto (1)	Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 11495-165 Algés	149 639,37	10 000,00	1 001 558	551	2016	-
Fundação Conservatório Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	25 000,00	-	-148 594	12 998	2016	-
MAIA INOVA - Associação para Inovação e Desenvolvimento do Concelho da Maia (4)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470 - 605 Moreira Maia	5 000,00	5 000,00	36 487	-16 411	30/09/2014	-
Adeporto - Agência de Energia do Porto (1)	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 4000-270 Porto	15 125,00	12 221,00	314 306	-7 539	2016	-
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R. (2)	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1500,00	1500,00	5 401 931	1 208 065	2016	-
APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (2)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	10 000,00	-	9 471 083	-276 964	2016	-
CD-ARICD Rede Intermunicipal Cooperação para o Desenvolvimento (3)	Paços do Concelho de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas	-	-	-	-	2016	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís, 55 4050-074 Porto	15 000,00	15 000,00	1 589 353	215 706	2016	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	-	-	33 019 331	10 12 871	2016	-

Un.: Euros

(1) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2016 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(2) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, enviamos os elementos do exercício anterior.

(3) Entidade sem início de atividade.

(4) Entidade que se encontra em dissolução e liquidação.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

Quadro 71

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário (MEP)						
Outras Aplicações Financeiras	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Próprio Ajustado		Variação	
			0	1900	Investimentos Financeiros	Provisões
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6 000 000	1402 181	1255 383	146 797	-
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLFE"	100%	5 500 000	-1589 003	-1526 816	-	62 187
		11 500 000	-186 823	-271 433	146 797	62 187

Un.: Euros

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), os Fundos de Investimentos Imobiliários constituídos pelo Município passaram a integrar, desde 2014, o perímetro de consolidação de contas, sendo-lhes aplicável as regras estabelecidas no POCAL.

No período de 2016, as alterações nos valores dos Capitais Próprios dos Fundos traduziram-se em três registos contabilísticos distintos:

- a eliminação contabilística da participação no FII Praça Maior (da provisão já constituída em exercícios anteriores), em razão da sua extinção em 29 de janeiro de 2016, com a celebração da respetiva escritura de dissolução;
- o reforço da provisão constituída em anos anteriores, no montante de 62.187 €, relativamente ao FII MAIA GOLFE, uma vez que permanece à data de reporte com situação líquida negativa;
- o ajustamento ao valor pelo qual está mensurada a participação no Fundo MAIA IMO, cujos Capitais Próprios, permanecendo positivos, aumentaram em valor entre 2015 e 2016, (+) 146.797 €.

Em conformidade com o quadro apresentado, o valor de 1.402.181 € capitalizado em Fundos de Investimento está relacionado com o Maia Imo, único Fundo cujo valor dos Ativos ao custo líquido de depreciações e amortizações é superior ao Passivo.

Em 2014, por força da entrada em vigor da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os Fundos de Investimento Imobiliário passaram a integrar o endividamento municipal e o perímetro de consolidação do grupo municipal. A partir desse ano, o município passou a refletir nas suas demonstrações financeiras todos os Ativos e Passivos dos Fundos, tal como se esses Ativos e passivos integrassem o património municipal de acordo com as regras estabelecidas no POCAL, procedimento que se mantém neste exercício.

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2016 ao valor bruto de 6.678.831 €.

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPETIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 56 dos Anexos Documentais – Volume II).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Quadro 72

PROVISÕES					
		2016			
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	6 418 762	228 275	0	6 647 037
292	Provisões para riscos e encargos	11 450 877	0	3 022 735	8 428 142
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	494	10 266	0	10 761
Total de Provisões		17 870 133	238 542	3 022 735	15 085 940

Un: Euros

O valor das Provisões no final do exercício de 2016 diminuiu 2.784.193 € relativamente ao ano anterior, nomeadamente nas Provisões para Riscos e Encargos, que exibiu uma redução de 3.022.735 €.

Esta variação fica a dever-se em grande parte à anulação da provisão constituída em exercícios anteriores relativa à participação no FII PRAÇA MAIOR (3.000.640 €) em razão da sua extinção formal ocorrida em 2016, a que se junta a reversão da Provisão constituída relativa à posição da situação líquida da Fundação Conservatório de Música da Maia. Em sentido contrário, são reforçadas as Provisões para Outros Riscos e Encargos que se encontram associadas ao Fundo de Investimento Imobiliário MAIA GOLFE - já referido anteriormente, no montante de 62.187 € - e à participação no capital da Tecmaia - Parque e Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., em 501.966 €.

Para Processos Judiciais em Curso, foram também diminuídas as Provisões constituídas em anos anteriores no montante de 504.459 €, por se entender ser o mais adequado às expectativas presentes.

Quanto às Provisões para Cobranças Duvidosas, a oscilação de (+) 4% é consequência dos regulares movimentos de reduções e aumentos verificados ao longo do exercício de 2016, no âmbito do controlo da antiguidade das dívidas de terceiros e avaliação do inerente risco de incobrabilidade.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €.

À data de 31 de dezembro de 2016 mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, cujos desfechos e respetivos efeitos financeiros se desconhecem, configurando por isso ativos e passivos contingentes, caracterizados nos seguintes moldes:

- Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de participações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 6.660.499,51 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência de o município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

Quadro 73

FUNDO PATRIMONIAL				
2016				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	305 197 001	362 934	191 181	305 368 754
511 Património Inicial	241666 438	362 934	191 181	241838 192
5111 Saldo Abertura POAL	189 891 029	0	0	189 891 029
5112 Correções ao Balanço Inicial	51 775 409	362 934	191 181	51 947 163
512 Património Adquirido	63 530 562	0	0	63 530 562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-16 605 750	8 028 949	2 328 811	-10 905 612
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	19 579 164	83 606	0	19 662 770
571 Reservas Legais	3 343 714	0	0	3 343 714
575 Subsídios	2 327 511	723	0	2 328 234
576 Doações	5 129 576	82 883	0	5 212 460
577 Reservas decorrentes da transferências ativos	2 123 267	0	0	2 123 267
578 Cedências	3 496 554	0	0	3 496 554
579 Outras	3 158 540	0	0	3 158 540
59 Resultados Transitados	-15 676 525	6 226 587	11 385 223	-20 835 161
88 Resultado Líquido do Exercício	6 226 587	5 222 673		11 449 260
Totais	298 720 477	19 924 749	13 905 215	304 740 011

Un: Euros

Dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, conclui-se que no final de 2015 o Fundo Patrimonial apresenta uma melhoria apreciável de posição (aumenta 6.019.534 €), por via da incorporação do Resultado Líquido do período, que aumentou (+) 5.222.673 €, que juntamente com o Património, Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas e Reservas, que aumentam respetivamente 171.753 €, 5.700.138 € e 83.606 €, mais do que compensam as diminuições na rubrica 59 – Resultados Transitados, de (-) 5.158.636 €.

Na conta 55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas foram contabilizados os valores imputáveis ao Município da Maia na variação dos capitais próprios de entidades participadas, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Enunciam-se de seguida as variações ocorridas em Ajustamentos de Partes de Capital mais relevantes que deram origem aos registos efetuados nas entidades participadas, com exceção dos Fundos de Investimento Imobiliário:

- (+) 6.758.183 €: FII PRAÇA MAIOR, em razão da sua extinção;
- (-) 1.108.045 €: Espaço Municipal, pela variação dos Capitais Próprios, por via de Resultados Transitados, na sequência da alteração da contabilização do processo de antecipação de rendas, em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, a que já se aludiu anteriormente;
- (+) 68.791 €: Fundação Conservatório de Música da Maia;
- (-) 18.823 €: Maiambiente;
- (+) 31 €: Municípiã.

As Correções ao Balanço Inicial efetuadas no decurso de 2016 contribuíram positivamente para o Fundo Patrimonial em (+) 171.753 €.

A rubrica de Subsídios apresenta um aumento negligenciável de 723 € entre os dois exercícios em comparação, sendo que a rubrica de Doações demonstra uma oscilação de (+) 82.883 €.

Na componente de Resultados Transitados destacam-se as contabilizações do Resultado Líquido do Exercício de 2015, no valor de (+) 6.226.587 €, assim como as contabilizações relacionadas com a extinção do FII PRAÇA MAIOR (6.758.183 €) e com a alteração de contabilização do processo de antecipação de rendas (4.627.040 €).

NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quadro 74

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2016	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de
Existências Iniciais	55 488	355 368
Compras	0	775 716
Regularização de Existências	-25 891	150 276
Existências Finais	29 597	583 599
Custos no Exercício	0	697 760

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Quadro 75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	2016	2015		2016	2015
681 Juros suportados	1050 851	392 593	781 Juros obtidos	115 994	127 733
682 Perdas em entidades participadas	501966	571397	782 Ganhos em entidades participadas	433 338	495 685
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	65 528	11201
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784 Rendimentos participações capital	0	167 584
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	19	11
688 Outros custos e perdas financ.	18 597	48 233	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	1 571 414	1 012 223	788 Outros proveitos e ganhos financ.	35 569	66 110
Resultados Financeiros	-920 965	-143 899	Total de Proveitos Financeiros	650 449	868 324
Total	650 449	868 324			

Un: Euros

Relativamente ao Resultado Financeiro, e à semelhança do ano anterior, permanece o mesmo em patamar negativo, diminuindo ainda (-) 777.065 € face ao observado em 2015. Para esta performance contribuiu a redução dos proveitos e ganhos financeiros, (-) 25%, a par de um aumento dos custos e perdas da mesma natureza, de (+) 55%.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, são de assinalar as diminuições dos Rendimentos de Participações de Capital, com uma variação de (-) 167.584 €, logo seguidas pelas diminuições dos Ganhos em Entidades Participadas, (-) 62.347 €, dos Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, (-) 30.540 €, e dos Juros Obtidos, (-) 11.738 €. Variações de sinal contrário registam-se nos Rendimentos de Imóveis, que aumentam de *per si* 54.327 €.

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, verifica-se um aumento relevante dos Juros Suportados em (+) 658.257 €, o qual se deve à alteração do modo de registo contabilístico do processo de antecipação de rendas de 2004, no âmbito do qual, e de acordo com a recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em 2016, se passa a relevar separadamente as rendas (cujo impacto foi já explicado na análise à rubrica de Vendas e Prestações de Serviços) e os encargos financeiros com a antecipação das mesmas, que recaem diretamente nos encargos financeiros do Município, na proporção da sua participação na operação.

Em sentido contrário, regista-se uma redução das Perdas em Entidades Participadas, de (-) 69.432 €, reforçada pela redução da rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiras, com (-) 29.635 €.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	2016	2015		2016	2015
691 Transferências capital concedidas	1340 221	1687 720	791 Restituição de impostos	0	0
692 Dívidas incobráveis	0	0	792 Recuperação de dívidas	0	0
693 Perdas em existências	382	1630	793 Ganhos em existências	141	23 341
694 Perdas em imobilizações	214 081	2 105	794 Ganhos em imobilizações	811 238	1290 055
695 Multas e penalidades	322	2 040	795 Benefícios de penalidades contr	1428 933	366 303
696 Aumento de amortiza. Provisões	10 266	0	796 Reduções de amortiza. provisões	501710	444 644
697 Correções relativas exerc. anteriores	904 399	378 260	797 Correções relativas exerc. anteriores	714 167	2 352 299
698 Outros custos e perdas extraor.	55 220	38 379	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	2 231 926	1 951 303
Total de Custos Extraordinários	2 524 891	2 110 135	Total de Proveitos Extraordinários	5 688 115	6 427 945
Resultados Extraordinários	3 163 224	4 317 810			
Total	5 688 115	6 427 945			

Un: Euros

Prosseguindo a tendência positiva verificada na generalidade dos resultados por natureza no exercício económico de 2016, também os Resultados Extraordinários se apresentam com sinal positivo, perfazendo 3.163.224 €, embora a sua performance se tenha atenuado em (-) 1.154.587 € face ao observado no final de 2015.

Este comportamento fica a dever-se ao facto de terem diminuído os Proveitos e Ganhos desta natureza, no montante de (-) 739.830 €, contudo em montante inferior ao do aumento verificado dos Custos e Perdas – que se cifra em (+) 414.756 €.

Para a variação dos Proveitos e Ganhos Extraordinários contribui em especial a rubrica de Correções a Exercícios Anteriores, com uma redução de (-) 1.638.133 € face ao registado no ano de 2015, e a rubrica de Ganhos em Imobilizações, que se cifra em 811.238 €, menos 478.817 € do que em 2015, o que se explica pelo facto de, em exercícios anteriores, serem aqui especializados os proveitos relacionados com a antecipação de rendas.

Em contraciclo, aumentaram os Benefícios de Penalidades Contratuais, em (+) 1.062.630 €, ficando em grande parte a dever-se ao aumento de juros de mora processados a favor do Município no que concerne ao Imposto Municipal Sobre Imóveis. Aumentam também entre os dois períodos, com menor expressão, os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários e as Reduções de Amortizações e Provisões, respetivamente, em (+) 280.623 € e (+) 57.066 €.

Do lado dos Custos e Perdas, pesam sobretudo o aumento das Correções a Exercícios Anteriores, (+) 526.139 €, onde se relevou o registo de encargos suportados com a manutenção de arruamentos diversos, impossíveis de alocar a um ativo específico, bem como demais regularizações associadas a ativos municipais, designadamente ao nível das amortizações.

Regista-se também um aumento das Perdas em Imobilizações, (+) 211.976 €, em que se refletiu, entre outros, o abate do edifício antigo da EB1 de Mandim (que deu lugar ao novo centro Escolar de Mandim). Não obstante o aumento global constatado nestes Custos, é de assinalar a diminuição das Transferências de Capital Concedidas, (-) 347.499 €, em especial para Administrações Privadas e Empresas.

NOTA 8.2.33 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos por conta dos Fundos de Investimento Imobiliário – Maia Imo, Maia Golfe e Praça Maior – importa salientar os seguintes factos:

- O processo de dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior foi encetado no exercício económico de 2015, tendo tido o seu desfecho a 29 de janeiro de 2016 com a celebração da respetiva escritura de dissolução;
- Quanto aos demais fundos de investimento imobiliário continuam em cursos negociações tendo como objetivo a sua reversão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compunham.

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas no relato do exercício de 2014 e 2015, designadamente no que reporta à valorização destes ativos no balanço das contas individuais do Município.



8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2016 foram concretizadas vinte e cinco modificações (vinte e três alterações e duas Revisões), cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Vinte e três alterações ao Orçamento da Despesa;
- Vinte e duas alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Vinte e três alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Três alterações ao Orçamento da Receita;
- Uma Revisão ao Orçamento da Despesa e ao Plano de Actividades Mais Relevantes
- Uma Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;

Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 22 alterações e uma Revisão.
- Plano de Actividades Mais Relevante 23 alterações e uma Revisão.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(página 125 dos Anexos Documentais – Volume II).



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do **Município da Maia** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 417.516.583 euros e um total de Fundos Próprios de 304.740.011 euros, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 11.449.260 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental, que evidenciam um total de 62.364.844 euros de Despesa Paga e um total de 67.459.391 euros de Receita Cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.


Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2016 o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa, e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

- 
- i) Apesar de previsto no POCAL e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto são relevantes os avanços verificados no ano para a implementação da Contabilidade de Custos, estando os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, a ser apurados através doutros meios, à semelhança dos anos anteriores;

Município da Maia

- ii) Não obstante terem permanecido inalteradas as políticas e critérios contabilísticos adoptados pelo Município, conforme referido no ponto 8.2.2 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, foi acatada no exercício a orientação do Tribunal de Contas datada de Agosto de 2016, em sede de homologação das Contas de Gerência dos exercícios de 2004 e 2005, relativamente à operação de concessão de créditos de rendas de habitação social celebrada em 2004. Em consequência da operação efectuada a 01-01-2016, os Empréstimos Obtidos foram incrementados em 14.092.310 euros, e os Proveitos Diferidos e os Resultados Transitados reduzidos, respectivamente, em 9.465.270 euros e 4.627.040 euros;
- iii) Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, por força da entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro, os Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, constituídos em 2007, 2008 e 2010 no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação, passaram a integrar o Endividamento Municipal, bem como o Grupo Municipal para efeitos de Contas Consolidadas. Esta alteração de política de contabilização dos Fundos foi efectuada pelo Município da Maia no exercício de 2014, passando desde esse período a estar reflectidos nas suas Demonstrações Financeiras todos os Activos e Passivos dos Fundos, tal como se integrassem o património Municipal de acordo com as regras do POCAL. De referir que o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior, constituído em 2010 foi dissolvido em Janeiro de 2016; e
- iv) Conforme referido no ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, existem Activos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização e à semelhança do procedimento adoptado em exercícios anteriores, foram apenas objecto de divulgação.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras Matérias

- a) O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2016, um Activo no montante de 68.162.160 euros, Fundos Próprios de 33.019.331 euros e um Passivo de 35.142.829 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 13.723.274 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas;



Município da Maia

- b) A Certificação Legal das Contas do exercício de 2016 das participadas detidas pelo Município, emitidas por outros auditores, evidenciam o seguinte:

b.1) Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. – uma ênfase resultante de ter sido igualmente acatada no exercício a orientação do Tribunal de Contas datada de Agosto de 2016, em sede de homologação das Contas de Gerência do Município da Maia dos exercícios de 2004 e 2005, relativamente à operação de concessão de créditos de rendas de habitação social celebrada em 2004. Consequência desta operação, efectuada a 01-01-2016, os Empréstimos Obtidos foram incrementados em 2.888.924 euros, e os Resultados Transitados e os Proveitos Diferidos reduzidos, respectivamente, em 948.818 euros e 1.940.106 euros; e

b.2) Fundação Conservatório da Música da Maia, FP – uma Incerteza material relacionada com a continuidade, em virtude do Passivo exceder o Activo, apresentando-se os capitais próprios negativos em 148.594 euros. Referem, no entanto, ser convicção do Órgão de Gestão a manutenção do necessário apoio financeiro por parte do fundador; e uma Ênfase, referindo que a Fundação procedeu no exercício à regularização de valores passivos no montante de 68.791 euros, com impacto positivo nos Capitais Próprios, que tinham sido transferidos do Conservatório de Música da Maia – Soc. Unipessoal, Lda, aquando da sua extinção;

- c) O Relatório de Auditoria do exercício de 2016, emitido por outro auditor, relativamente ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, contém: (i) uma Incerteza material relacionada com a continuidade, em virtude do capital do Fundo se apresentar negativo em cerca de 290.000 euros, e estar a ser negociado um cenário de liquidação entre o participante único e o banco financiador; e (ii) uma Ênfase, referindo que o Relatório de Auditoria do exercício de 2015 continha uma escusa de opinião, por não ter sido possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que atestasse a adequação da aplicação do pressuposto da continuidade nem quantificar os efeitos de eventuais distorções às contas daí resultantes. Esta última situação, que tinha sido objecto de referência na Certificação Legal das Contas por nós emitida para esse exercício de 2015 (alínea b) do ponto 10), deixa de ter aplicação no exercício em 2016.

Não obstante e dada a política contabilística adoptada na contabilização destes Fundos pelo Município da Maia, mencionada na alínea (iii) anterior, os impactos à data de 31 de Dezembro de 2016 já se encontram reflectidos nas Demonstrações Financeiras do Município;

- d) Relativamente à participada TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação), auditada por outro colega, apesar de solicitado não obtivemos os elementos considerados indispensáveis e que nos permitam dar cumprimento ao disposto nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias Demonstrações Financeiras de Grupos – incluindo o trabalho dos auditores dos componentes). Importa referir que no exercício de 2015 a Certificação Legal das Contas desta participada continha uma reserva por limitação de âmbito consequência do não reconhecimento de eventuais perdas por imparidade em Contas a Receber, não passíveis de quantificação rigorosa à data, mas cujo

Município da Maia

efeito estimado poderia rondar os 275.000 euros; e uma ênfase alertando para a existência de Passivos Contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios seguintes, relativamente aos quais, dada a sua incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação.

Apesar do Capital Próprio desta participada no final do exercício de 2016, tendo por base os dados provisórios disponibilizados pelos Serviços, se apresentar negativo em 3.144.994 euros, o Município da Maia reconheceu nas suas Demonstrações Financeiras os efeitos daí resultantes; e

- e) As Demonstrações Financeiras apresentadas relacionam-se com a actividade do Município da Maia a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto dos investimentos financeiros terem sido registados pelo método da equivalência patrimonial, estas Demonstrações Financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos Activos, Passivos, Custos e Proveitos totais, o que será efectuado em Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Responsabilidades do Órgão Executivo pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão Executivo é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.



Município da Maia


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

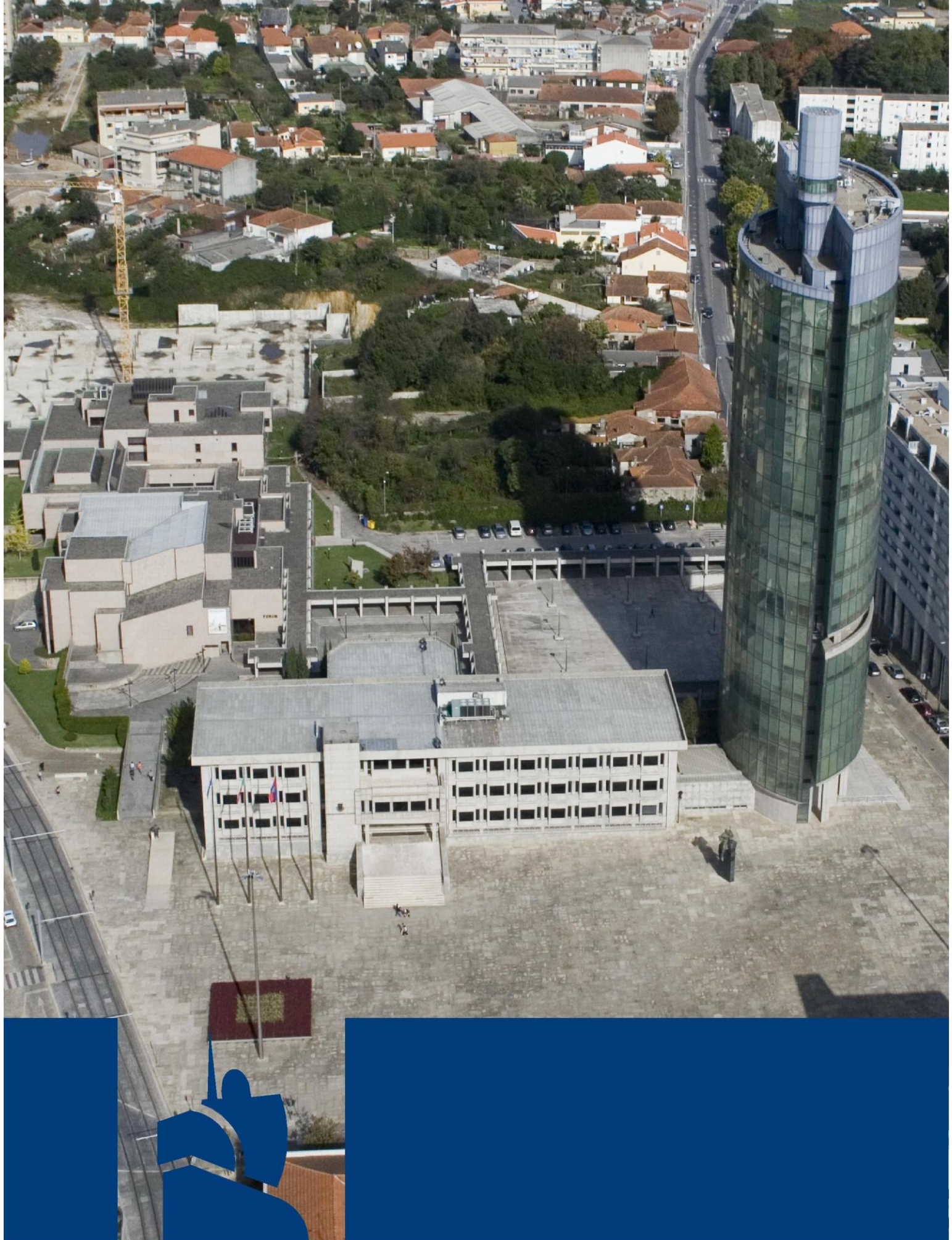
Maia, 21 de Abril de 2017

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia
CÂMARA MUNICIPAL